

Alexandra Maria Lourido de Brito Mariano

BRASILIENSES AURIFODINAE

o ouro e a literatura didáctica no Brasil Setecentista

texto e tradição literária

Vol. I

Universidade do Algarve

Faro, 2005

Alexandra Maria Lourido de Brito Mariano

BRASILIENSES AURIFODINAE

o ouro e a literatura didáctica no Brasil Setecentista

texto e tradição literária

Dissertação de doutoramento no ramo de Literatura (especialidade de Literatura e Cultura Clássicas) apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

Universidade do Algarve

Faro, 2005

*Nil boni habes, montes quamvis congesseris auri;
si tibi lux animo nulla est, mentemque profundae
desidiosam, ignavamque obsedere tenebrae.*

Não importa quantas pilhas de ouro possas ter arrecadado,
não terás valor nenhum se o teu espírito não for esclarecido
e a profunda treva se apodere duma mente desocupada e preguiçosa.

Diego José Abad, SJ, *De Deo, Deoque Homine Heroica* (Caesenae, 1780).

Agradecimentos

Agradeço ao Dr. José Mindlin e à Fundação homónima a que preside as facilidades concedidas no acesso ao manuscrito que é a base do meu estudo.

Agradeço igualmente aos Professores Doutores António Amorim Costa, da Universidade de Coimbra e Pedro Nogueira, da Universidade de Évora as sugestões de tradução e os esclarecimentos prestados nas várias áreas das ciências da terra.

Um agradecimento especial às minhas orientadoras Professoras Doutoradas Yasmin Haskell, da Universidade de Western Australia, Vania Pinheiro Chaves, da Universidade de Lisboa e Adriana Freire Nogueira, da Universidade do Algarve, pelo acompanhamento, sugestões e indicações bibliográficas que me forneceram.

Aos meus amigos Inês, Daniel, Paulo, João, Alexandre, Carlota, Catarina, Margarida e Teresa.

Um agradecimento também à minha família, em particular à minha mãe, pelo ânimo e pela ajuda quotidiana.

Finalmente um agradecimento ao Miguel pela dedicação e por todo o apoio prestado.

Índice

Lista de abreviaturas.....	vii
Introdução.....	ix

Primeira parte

I – José Basílio da Gama: um poeta no seu mundo

1. Minas Gerais: o fascínio do ouro e a riqueza literária.....	1
2. O poeta e o poema <i>Brasilienses aurifodinae</i>	18
3. Roma: a Arcádia Romana e o <i>Collegium Romanum</i>	27

II – *Brasilienses aurifodinae*:

1. Título, prefácio, estrutura e género	57
2. Corpo do texto e seus núcleos temáticos.....	76
2.1. Cultura das minas.....	76
2.2. Papel dos escravos	98
3. Apêndices	115
3.1. <i>Appendix compendiaria</i>	115
3.2. <i>Quaestio curiosa</i>	118
4. Elementos linguísticos, sintaxe e estilo.....	121
4.1. Neo-latim, ortografia e morfologia, vocabulário	121
4.2. Sintaxe e estilo	131
5. Modelos e fontes científicas e históricas	144

III – Outros poemas didáticos jesuíticistas setecentistas sobre a mineração do ouro

1. O <i>Aurum</i> de Le Febvre e a <i>Rusticatio mexicana</i> de Landívar.....	195
1.1. Principais núcleos temáticos dos poemas: cultura das minas e papel dos escravos	198
Conclusão	243

Segunda parte

I – Critérios de edição, texto latino e tradução

1. Critérios de edição.....	249
1.1. Critérios de transcrição e edição do texto latino	249
1.2. Critérios de edição do texto em português.....	253
2. Texto latino e tradução justaposta	256
2.1. Página de rosto (<i>PR</i>)	256
2.2. <i>Curioso lectori (CL)</i>	258
2.3. Corpo do poema (<i>CP</i>)	260
2.4. <i>Appendix compendiaría (AC)</i>	414
2.5. <i>Quaestio curiosa (QC)</i>	432
2.6. <i>Index rerum notabilium (IRN)</i>	448
2.7. Índice de figuras (<i>IF</i>).....	468

II – Ilustrações.....	471
-----------------------	-----

III – Bibliografia	487
--------------------------	-----

IV – Índice remissivo.....	511
----------------------------	-----

V – Concordância (em CD-ROM)

Abreviaturas

Brasilienses aurifodinae:

<i>PR</i>	Página de rosto
<i>CL</i>	<i>Curioso lectori</i>
<i>CP</i>	Corpo do poema
<i>MCP</i>	<i>Marginalia</i> do corpo do poema
<i>NRCP</i>	Notas de rodapé do corpo do poema
<i>AC</i>	<i>Appendix compendiaria</i>
<i>MAC</i>	<i>Marginalia</i> do <i>Appendix compendiaria</i>
<i>NRAC</i>	Nota de rodapé do <i>Appendix compendiaria</i>
<i>QC</i>	<i>Quaestio curiosa</i>
<i>MQC</i>	<i>Marginalia</i> da <i>Quaestio curiosa</i>
<i>IRN</i>	<i>Index rerum notabilium</i>
<i>IF</i>	Índice de figuras

Outras:

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
ANTT	Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa
APUG	Archivio della Pontificia Università Gregoriana, Roma
	<i>MEK</i> = <i>Miscelanea epistolarum Kircher</i> , 14 vols.
	<i>FC</i> = <i>Fondo curia</i>
ARSI	Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma
ATC	Arquivo do Tribunal de Contas, Lisboa
BAV	Biblioteca Apostolica Vaticana, Roma
BL	British Library, Londres
Mor. <i>Bib</i>	Rubens Borba de Moraes, <i>Bibliografia brasileira do período colonial</i> , 2 vols. (São Paulo, 1969)

- BNL Secção de Manuscritos, Biblioteca Nacional, Lisboa
CP = Colecção pombalina
FG = Fundo geral
- BNR Biblioteca Nazionale Vittorio Emmanuele, Roma
- BNRJ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- BPE Biblioteca Pública de Évora
- BPG Boletim Paulista de Geografia, São Paulo*
- BM Boletim de Minas, Lisboa*
- CHLA The Cambridge history of Latin America, Vol. 2: colonial Latin America,*
 ed. Leslie Bethell (Cambridge, New York, Melbourne, 1989)
- DHCJ Diccionario histórico de la Compañía de Jesús (Biográfico-Temático),*
 dirs Charles E. O'Neill, SJ e Joaquín M.^a Domínguez, SJ, 4 vols. (Roma, 2001)
- DHCPB Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil, dir. Maria Beatriz*
 Nizza da Silva (Lisboa, 1994)
- Leite *Hist.* Serafim Leite, SJ, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols. (Lisboa,
 1938-1950)
- RABL Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro*
- RSPHAN Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de*
 Janeiro
- RBG Revista Brasileira de Geografia, São Paulo*
- RIHGB Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro*
- Somm. *Bib.* Carlos Sommervogel *et al.*, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, 12 vols.
 (Brussels, Paris, Toulouse, 1890-1932)

Introdução

Desde tempos imemoriais que o ouro exerce o seu fascínio sobre os homens. São muitos os autores clássicos que se referiram a este metal precioso, avançando teorias sobre a sua origem. De entre eles podemos mencionar os gregos Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Platão, Aristóteles, Teofrasto, Diodoro Sículo, Estrabão e os romanos Lucrécio, Vitruvius, Séneca e, especialmente, Plínio-o-Velho. Naqueles tempos as tarefas de mineração ficavam a cargo de escravos e prisioneiros e o conhecimento da prospecção era incipiente, baseado principalmente nos sinais da presença do ouro no solo e nos sedimentos encontrados em rios e outros cursos de água. Ferramentas como a bacia de prospecção terão, ainda assim, sido utilizadas desde muito cedo, bem como aquedutos e canais com condutas revestidas com peles de animais ou esteiras para lavagem e recolha do ouro; sabemos também da utilização de engenhos como almofarizes e moinhos para triturar a rocha e mais facilmente libertar o precioso minério.

Durante o período medieval, o ouro continuou a merecer a atenção de eruditos como Geber, Razis, Avicena, Santo Alberto Magno; durante o Renascimento, Biringuccio e Agricola interessaram-se pelo precioso metal, elaborando estudos sobre ele. Os escritores renascentistas não se afastaram muito dos anteriores conceitos aristotélicos e alquímicos sobre o assunto, mas Agricola veio abrir decididamente o caminho à observação rigorosa, que posteriormente conduziria à formulação de teorias com um carácter mais científico, baseando-se nos factos conhecidos acerca das jazidas e veios auríferos. Os depósitos de ouro continuaram ainda durante muito tempo a ser trabalhados como era uso no tempo dos romanos. Os progressos introduzidos durante a época medieval e renascentista relacionaram-se principalmente com as técnicas de drenagem, através da utilização de bombas, e na trituração e pulverização do minério, com engenhos hidráulicos ou movidos pela força de animais. Foram também introduzidos alguns avanços ao nível das ferramentas empregues, que permitiram melhorar as técnicas de corte,

a sustentação, ventilação e iluminação das galerias subterrâneas. O recurso aos explosivos para abrir as rochas e pulverizar o minério parece ter sido experimentado nos anos finais do Renascimento, mas o seu uso regular só se vulgarizou em tempos mais modernos.

O intervalo entre a publicação do *opus magnum* de Agricola – *De re metallica* (1556) – e as grandes actividades extractivas dos séculos XVII e XVIII foi marcado por avanços e recuos mas resultou num progresso decisivo para a ciência, em geral, e para as ciências da terra, em particular, beneficiando do vasto conjunto de conhecimentos teóricos acumulados, nos campos da matemática, física, química, astronomia e medicina, validados por dados empíricos. Esta revolução científica começa pela física e pela astronomia, quando Copérnico publica o seu *De revolutionibus orbium coelestium* (1543), e culmina nos monumentais *Principia* de Newton (1644), com a visão geocêntrica do universo em vigor desde Ptolomeu a ficar definitivamente abolida.

Na química, será preciso aguardar mais algum tempo para ver cair por terra a teoria Aristotélica dos quatro elementos (ar, água, terra, fogo), defendida anteriormente pelos peripatéticos e que perdurou durante as idades clássica e medieval e mesmo durante os séculos XVII e XVIII, enquanto os trabalhos pioneiros de Boyle e Lavoisier não vêm anunciar o advento das ciências físico-químicas. Para Aristóteles, tudo o que existe à nossa volta resultava de diferentes combinações de quatro qualidades: o quente, o frio, o seco e o húmido – onde a ciência moderna vê hoje apenas variações de duas grandezas, a da energia térmica e a do grau relativo de humidade. No tratado *Meteorologica* é esta a teoria proposta, considerando-se que estes “elementos” sofrem, no interior da terra, mudanças (ou transmutações) determinadas pela influência da radiação solar, consoante ela se faça sentir mais ou menos profundamente. Em resultado, as emanações da terra seriam ígneas e secas, dando origem às rochas, ou sendo frias e húmidas, originariam os metais.

A metodologia para a prospecção e descoberta de depósitos auríferos manteve-se, durante os séculos XVII e XVIII, fortemente aleatória, muito embora os estudiosos deste período pudessem já contar com toda a experiência acumulada no que diz respeito aos indícios das jazidas – como o fossem os quartzos, as fontes mineralizadas, as terras vermelhas e depressões lineares ao longo de falhas geológicas – compiladas em inúmeras obras, que a imprensa veio ajudar a difundir. Muitos dos processos e técnicas do medievo tardio e Renascimento foram sendo melhorados, constituindo exemplos de relevo os novos métodos de perfuração, de ventilação, de drenagem, de escoramento e de iluminação das galerias, a utilização do aço nas ferramentas de perfuração e nos apetrechos de extracção, a generalização do recurso à força animal, que se tornou comum no início do século XVIII. Avanços posteriores vieram reforçar este desenvolvimento; logo em finais do século seria paulatinamente introduzida a máquina a vapor como força motriz e vulgarizou-se a utilização da pólvora – e é também por essa altura que se experimentam muitas das técnicas metalúrgicas que conduziram aos processos empregues modernamente.

É durante esta época de transição, em que as teorias peripatéticas e alquímicas ainda são dominantes, mas são progressivamente postas em causa pelas novas ideias científicas, que José Basílio da Gama escreve o poema didáctico *Brasilienses aurifodinae* de que nos ocuparemos neste trabalho. Trata-se de um dos raros textos sobre a mineração do ouro do Brasil e foi escrito no início da segunda metade do século XVIII, altura em que o seu autor se encontrava instalado em Roma, na sequência da expulsão da Companhia de Jesus ordenada pelo Marquês de Pombal.

A nossa ligação ao *Brasilienses aurifodinae* tem já alguns anos. O trabalho remonta a 1998, quando, no âmbito do “Projecto de Edição Crítica de Textos do Património Literário Português Antigo e Moderno”, coordenado pela Professora Vania Pinheiro Chaves e em estreita colaboração com a Fundação José Mindlin, tivemos o privilégio de estudar o manuscrito original, guardado

na biblioteca daquela Fundação, na cidade brasileira de São Paulo, onde pudemos fazer a leitura e fixação do texto latino; posteriormente, ao longo de 1999, elaborámos uma primeira tradução do corpo do poema.

Uma licença para doutoramento facultada pelo programa PRODEP, atribuída em 2002, veio possibilitar o aprofundamento do trabalho realizado sobre o manuscrito, permitindo a sua tradução integral, incluindo as suas abundantes notas, bem como os apêndices e anexos ao poema; a essa tradução, juntámos o complemento de um estudo introdutório e de uma concordância. O nosso trabalho compreende pois:

- a) Estudo alargado sobre o texto;
- b) Fixação integral do original em latim;
- c) Tradução integral em português, justaposta para facilitar o cotejo;
- d) Concordância, apresentada em suporte electrónico, facilitando um acesso rápido ao poema e, principalmente, uma exploração linguística mais aprofundada.

Ao longo do nosso estudo deste manuscrito procurámos esclarecer as diversas questões suscitadas pela leitura e tradução, expondo ao mesmo tempo os elementos que fomos recolhendo sobre o poeta e o seu mundo: quem é José Basílio da Gama? Por que razão este é o seu único poema em latim? Quais os motivos que presidem à escolha do tema desta obra? É possível estabelecer com rigor uma data para a sua génese? Por que razão ficou o texto inédito até aos nossos dias? Será este um poema didáctico, marcado pela aplicação dos preceitos preconizados por uma antiga tradição literária? Quais as evidências que o poema oferece das preocupações técnicas e científicas do seu autor e de que forma reflecte o pensamento da época? É possível enquadrar o texto num *corpus* coevo de génese jesuítica centrado na temática mineralógica, mormente acerca da mineração do ouro? Será relevante o contributo do poeta para o esclarecimento dos

procedimentos e do estado da arte da mineração do ouro no Brasil, tal como existiam à época naquela colónia?

Procurando responder a estas e outras questões foi necessário consultar não apenas bibliografia específica da literatura e história da literatura portuguesa/brasileira, da literatura neo-latina no século XVIII, mas também de outras áreas, nomeadamente da história da Companhia de Jesus, da história do Brasil e, em particular, da mineração na colónia nesta época, de que destacamos *Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina pela mineração*, editado por Fernando António Freitas Lins, Francisco Eduardo Lapedo Loureiro e Gildo Cavalcanti de Albuquerque, os vários artigos de Luís de Castro Sola, *Early Latin America*, de James Lockhart e Stuart B. Schwartz e o volume dois de *The Cambridge history of Latin America*, editado por Leslie Bethell.

O estudo do *Brasilienses aurifodinae* foi desenvolvido de forma faseada, segundo três enfoques sucessivos que se espelham nas três partes constituintes, que se detalham a seguir:

Na primeira parte, recolhemos o conhecimento sobre a época que gerou e formou o poeta, circunstanciamos o seu percurso e tentamos avaliar a maior ou menor persistência da influência que a cultura jesuítica exerceu, a partir da juventude, na sua formação académica e religiosa e de que forma tal influxo poderá ter determinado as suas opções estéticas e científicas e enformado a sua produção literária, particularmente no caso do poema em apreço.

Num segundo momento, analisamos extensivamente o poema, quer do ponto de vista literário e linguístico, quer do ponto de vista cultural e testemunhal, por forma a estabelecer e avaliar a sua riqueza e importância.

Por último, intentamos o estabelecimento de paralelos, convergências e divergências entre o *Brasilienses aurifodinae* e, em particular, dois outros poemas latinos jesuíticos que abordam a temática aurífera – um deles é do início do século XVIII e é citado pelo nosso autor logo na

abertura do seu prefácio; o outro, editado já na segunda metade do século, aborda igualmente a mineração no Novo Mundo. Referimo-nos, respectivamente, ao *Aurum* de François Antoine le Febvre e à *Rusticatio mexicana* de Rafael Landívar.

José Lins do Rego deixou escrito a propósito do nosso poeta e deste seu trabalho:

O Basílio da Gama que imaginara criar uma literatura épica ao gosto clássico, com heróis de Homero e com a exuberância da terra nova, vai ceder o seu lugar a este outro que não canta mais do que viu, do que examinou, do que avaliou. Para o crítico de literatura o poeta Basílio da Gama não será grande coisa; para o sociólogo passará, agora, a valer de maneira definitiva. O poema didáctico que ele compôs [...] supera o seu puro valor literário para significar como um documento da nossa história social.¹

Talvez seja essa a importância maior do *Brasilienses aurifodinae*: é, com efeito, um dos raros textos que abordam a mineração do ouro no Brasil, em particular em Minas Gerais, durante o século XVIII, exactamente na altura em que a importância dessa actividade se sobrepunha às demais na empresa colonial portuguesa. Se existem outros testemunhos relevantes ainda de Setecentos, nenhum deles foi escrito em latim ou se assume literariamente como poema didáctico. A obra que conferiu renome a Basílio da Gama é sem dúvida o poema épico *O Uruguai* (1769), escrito em português e considerado por alguns estudiosos como o primeiro onde um escritor mineiro tomou as “coisas americanas e pátrias”² como motivo de inspiração. Com o estudo e divulgação do *Brasilienses aurifodinae* é agora possível afirmar que já anteriormente o havia feito, ao cantar o ouro e a mineração no Brasil.

1. Cf. “Um novo Basílio da Gama”, *O Globo* (03/06/1946)

2. A expressão é de José Veríssimo, *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, Rio de Janeiro, 1998, p. 152.

I – José Basílio da Gama: um poeta no seu mundo

1. Minas Gerais: o fascínio do ouro e a riqueza literária

O fascínio do ouro

Porém, um deles pôs olho no colar do capitão e começou a acenar com a mão para terra e depois para o colar, como que a dizer-nos que ali havia ouro. Também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como se lá também houvesse prata [...] nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal nem de ferro, nem lho vimos.¹

A *Carta de Pero Vaz de Caminha* é reveladora da preocupação da coroa portuguesa em indagar da existência de metais preciosos no Brasil, desde o momento da descoberta, ainda que até então nada tenha sido descoberto. Na altura em que os primeiros povoamentos se estabeleceram no Brasil, os portugueses já tinham descoberto e colonizado a Madeira e os Açores, criado fortes para trocas comerciais ao longo da costa oeste africana, estabelecido uma florescente colónia de produção de açúcar em São Tomé e ultrapassado o cabo da Boa Esperança para alcançar os ricos portos no Oceano Índico. No entanto, seria necessário esperar até finais do século XVII para que o Brasil, e o seu ouro, fosse adquirindo a importância económica que até então desempenhara a África, com o seu ouro e escravos, e a Ásia, com as suas especiarias.²

A primeira expedição com o intuito de averiguar a possível existência de riqueza mineral foi enviada à colónia brasileira ainda em meados do século XVI (em 1549), sob a direcção do governador geral Tomé de Sousa, em grande parte motivada pela descoberta espanhola das fabulosas minas de prata de Potosí, na região centro sul dos Andes, em 1545.³ A armada integrava além do tesoureiro real, do magistrado principal de outros oficiais, soldados, colonizadores, exilados penais, seis jesuítas, da recém formada Companhia de Jesus, a primeira das ordens regulares no Brasil:⁴ os padres Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes,

António Pires, João de Azpilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, que depois se ordenaram.⁵

A actividade missionária assumiu, portanto, desde os primórdios grande relevância quer no desenvolvimento económico, quer na vida cultural e intelectual brasileira. Apesar de a Igreja no Brasil nunca ter atingido a riqueza ou poderio institucional que tinha nas possessões espanholas da América Central,⁶ a contribuição das ordens religiosas na colónia portuguesa foi fundamental para o seu desenvolvimento. Muito do que se fazia e acontecia na vida cultural brasileira tinha como pano de fundo a Igreja; a esta coube, por exemplo, o domínio e a liderança do ensino. Várias ordens religiosas como a beneditina, franciscana e carmelita desempenharam papel essencial, mas foi sobretudo a Companhia de Jesus, desde 1549 até à sua extinção no domínio português, em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, aquela que mais se destacou.⁷

Entretanto a estrutura económica da colónia brasileira foi sofrendo alterações. Como recorda Stuart B. Schwartz, no final do século XVI já se haviam operado transformações na estrutura económica do Brasil que o tornavam diferente do sistema de feitorias comerciais implementado nas colónias da África e Ásia. Foram essenciais na formação da colónia a alteração da iniciativa privada para a real na exploração e estabelecimento das zonas costeiras, a criação do sistema das capitanias por volta de 1530, a subsequente implementação do controlo real em 1549, a eliminação e escravidão dos povos indígenas e a transformação da economia de corte do pau-brasil para o cultivo agrícola da cana de açúcar.⁸

No final do século XVII e apesar do tabaco e couros se juntarem ao açúcar como importantes exportações, o valor dos produtos brasileiros sofre um declínio, devido à concorrência de outras potências, mas também a problemas estruturais. Por volta de 1670 a coroa portuguesa aumenta a exploração das eventuais riquezas minerais brasileiras numa tentativa de colmatar

o acentuar das dificuldades económicas sentidas no reino. Expedições partem de São Paulo em direcção ao sul e ao interior centro, mas só com as bandeiras paulistas em 1693-95 se irão encontrar as maiores riquezas.⁹

Com efeito, pode dizer-se que o primeiro ouro brasileiro foi encontrado na capitania de São Vicente, por volta de 1560,¹⁰ e em Paranaguá (actual estado do Paraná) por volta de 1570; mas será no século XVII, à medida que as bandeiras iam penetrando no interior, que os relatos do ocorrido em Paranaguá, Curitiba, São Vicente, Espírito Santo e Pernambuco iam convencendo a coroa do potencial valor mineral da colónia.¹¹ Seria no entanto necessário esperar pelo final do século para que se descobrisse a grande quantidade de ouro da região de Minas Gerais.

A região de Minas Gerais forma parte de um vasto planalto onde se destacam importantes serras como a da Mantiqueira, cujos prolongamentos setentrionais constituem a Serra Geral de Minas ou do Espinhaço, a principal cadeia de montanhas. Esta cordilheira percorre a região de norte a sul por uma linha mais ou menos meridiana que, passando pelo Rio de Janeiro, Ouro Preto, Diamantina, separa a bacia do rio Doce a este da do rio São Francisco a oeste. Será nos seus flancos, vales e nos cursos de água das imediações que se encontrará o minério de ouro.¹²

A região é cruzada por um conjunto de rios e afluentes que serviam simultaneamente de meio de comunicação e penetração no interior, de local onde se iniciou a extracção de ouro de aluvião, de fixação das populações e de demarcação de limites entre as capitánias / províncias. São eles, por exemplo, o rio São Francisco e os seus afluentes (Paraopeba, Velhas, Verde Grande, Paracatu, Urucuaia e Carinhanha); a sudoeste encontramos os rios Paranaíba e Grande, que formam o rio Paraná; a sul-sudeste, o Paraíba do Sul; finalmente a

este nascem três rios que desaguam directamente no Atlântico: o Jequitinhonha (1.082 km), o Doce (977 km) e o Mucuri (528 km).¹³

Utilizavam-se vários caminhos para chegar à zona das minas. No início o percurso mais comum era partir de São Paulo e seguir ao longo do rio Paraíba, uma viagem que durava em média dois meses. Outro trajecto, mais demorado, era a viagem da Baía pelo rio São Francisco acima. Finalmente foi aberto um caminho, através das montanhas, a partir da costa no Rio de Janeiro. Apesar de o acesso ser mais difícil, o percurso era mais curto e tornou-se o itinerário principal para as minas e exportação do ouro.¹⁴

Diz-nos Antonil, na sua famosa obra *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas* (Lisboa, 1711), que a febre do ouro trouxera à região mineira grande variedade de gente de proveniências e estatutos sociais diferentes:

Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes & de estrangeiros para passarem às Minas. Das cidades, villas, reconcavos & certos do Brasil vão brancos, pardos & pretos, & muitos indios de que os Paulistas se servem. A mistura he de toda a condição de pessoas: homens & mulheres, moços & velhos, pobres & ricos, nobres & plebeos, seculares & clerigos, & religiosos de diversos institutos, muitos dos quaes não tem no Brasil convento nem casa.¹⁵

A data e o lugar exactos da primeira descoberta do ouro de Minas, conforme refere Boxer, provavelmente nunca serão conhecidos, pois os testemunhos da época são muitas vezes fragmentários e contraditórios entre si. No entanto, a análise e colação das várias fontes permite concluir que o metal foi encontrado, quase simultaneamente, entre 1693 e 1695, nos vales do rio das Velhas, rio das Mortes e rio Doce por pessoas diferentes ou diferentes grupos de paulistas.¹⁶ O seu achamento sucessivo está ligado ao nome de vários bandeirantes, como por exemplo, António Rodrigues Arzão, Manuel Garcia Velho, António Dias, o “ouro preto”,¹⁷ Tomé Portes d’El Rei, o “ouro do Rio das Mortes”,¹⁸ Manoel de Borba Gato, as minas de Sabará, no rio das Velhas.¹⁹

Com a descoberta do ouro e a transformação da economia assente nas exportações do açúcar para uma economia que tinha o minério aurífero no seu centro, a procura de escravos negros iria intensificar-se ainda mais. Na capitania de Minas a importação negreira acompanhou o crescimento da produção aurífera. Se em 1693 os escravos negros eram ali inexistentes, já em 1720 Minas Gerais recebia cerca de 5000 a 6000 por ano e o total excedia os 35 000 escravos africanos.²⁰

A importação de escravos negros acompanhou o crescimento da produção aurífera. Em Vila Rica (Minas Gerais) o maior volume das oitavas de ouro (grãos) foi contabilizado em 1743, altura em que atingiu os 64 456; neste mesmo ano o número de escravos de Vila Rica era também o mais alto contando-se 21 746 escravos.²¹ Na sociedade mineradora, o número de escravos era medida da riqueza dos colonos. Um quinto dos proprietários de negros era também proprietário de mais de metade das lavras auríferas, uma vez que as datas (as terras atribuídas pela coroa para a exploração do minério) eram concedidas a quem possuísse maior número de cativos.²²

Apesar de não se acharem jesuítas nos primeiros estabelecimentos de Minas, quando foi criada a capitania de São Paulo e Minas, em 1709, a sua presença assinala-se, primeiro sob o aspecto de entradas e depois de residência fixa, quer com índios quer com colonos brancos, desde 1553²³ a 1759.²⁴

Com efeito, desde os primórdios da sua fundação, por Inácio de Loyola, que a Companhia de Jesus entendia a missionação como forma adequada de prática do seu ministério, conforme o seu lema *Ad majorem Dei gloriam*.²⁵ Os propósitos e esforços de catequese/conversão dos índios e ensino dos colonos levaram ao aparecimento de um conjunto impressionante de textos que reflectem muito da pedagogia humanista jesuítica e da sua mentalidade literária.²⁶ Os testemunhos escritos deixados pelos padres, seja na vasta correspondência activa

entre membros do Instituto, as casas da ordem e o quartel general²⁷ – prática reguladora do funcionamento da Companhia desde a sua fundação e exemplo da disciplina rigorosa e organização hierarquizada fundadas numa obediência que é a razão do seu sucesso²⁸ –, seja noutro tipo de textos, permitem atestar a actividade evangélica dos inacianos, o profundo conhecimento da realidade brasileira e o entrosamento dos seus autores na vida política e económica da colónia. Recorrendo a gramáticas, vocabulários, catecismos, compêndios de doutrina cristã redigidos em português e/ou na “língua geral” e a peças escritas²⁹ com propósitos de conversão,³⁰ os padres souberam superar as dificuldades linguísticas e relacionais no contacto com os índios e desempenharam um papel considerável na consolidação do ensino.

A cultura humanista dos jesuítas e a sua propensão para as actividades missionárias pressupunham, na realidade, que o conhecimento linguístico fosse uma das condições pré-existentes para a aproximação às gentes autóctones e assim mesmo para um conhecimento sustentado e difusão efectiva da fé católica. Sabe-se, com efeito, que cerca de noventa padres da Companhia de Jesus no Brasil eram conhecedores das línguas brasílicas – quiriri e ingaíba e, com maior destaque, o tupi –, mas o seu número seria certamente superior.³¹

O domínio linguístico de certos jesuítas, um número muito mais restrito, estendia-se inclusive às línguas de África, permitindo-lhes também o contacto e a catequização dos escravos negros. Tal é o caso de alguns inacianos que exerceram o seu apostolado na Baía nos séculos XVII e XVIII, como por exemplo os padres Miguel Cardoso, Manuel de Lima – que em carta ao padre geral Tamburini, da Baía, em 28 de Julho de 1708 diz que é o único que sabe a língua dos ardas e fez dela um catecismo (ARSI, *Bras.* 4, 140) – ou Pedro Dias que teria escrito uma *Arte da lingua de Angola* (Lisboa, 1697).³²

A preocupação com a evangelização dos escravos negros e o tratamento recebido da parte dos seus proprietários também existia³³ apesar de a Companhia tender a aceitar, ou pelo menos a não contestar, a escravidão do negro. Serafim Leite afirma que os jesuítas criaram-se e trabalharam segundo a mentalidade dos homens da sua época e, nesta questão, Aristóteles ainda imperava e ainda não estavam à vista as novas condições económico-sociais que mais tarde iriam reformar antigos conceitos e conduzir à abolição da escravatura.³⁴ Com efeito, se a princípio os jesuítas empregavam trabalhadores assalariados nas suas casas, no final do século XVI estes foram substituídos por escravos vindos de África.³⁵ Conforme refere Alden, esta tendência acompanhou a expansão das actividades da Companhia na colónia. Em meados do século XVIII, a Sociedade de Jesus possuía mais escravos negros ao seu serviço do que qualquer outra instituição no Brasil ou em outra zona da América.³⁶ O próprio padre Leite, que tentou sempre justificar a posição dos inicianos nesta questão,³⁷ reconhece, com efeito, que se existem inúmeros documentos em que os padres do Brasil defendem a liberdade do índio, tal não sucede em relação à defesa da liberdade do negro. O historiador jesuíta admite que:

A resposta não pode recair sobre a Escravatura em si mesma, universalmente admitida; recaí sobre o título dos escravos, que poderia ser justo ou injusto, segundo as normas estabelecidas no direito vigente. Ora os títulos dos Índios conheciam-nos os Jesuítas no Brasil, pois tinham diante dos olhos os casos particulares, quanto aos Pretos de África, não podiam conhecer de maneira certa os casos particulares, porque já chegavam ao Brasil escravos.³⁸

A comum aceitação jesuítica da escravatura negra – que muitos estudiosos tenderam a considerar como, no mínimo, dúbia do ponto de vista ético – tende hoje a ser reavaliada. Com efeito, a própria Igreja há muito que aceitara a escravatura e estava mais preocupada em defender um tratamento justo para os negros do que em promover o fim da instituição. Por outro lado, o facto de a actividade laboral física, em relação à intelectual, ter sido desde

sempre encarada como menos prestigiante no seio da Companhia de Jesus e entender-se que poderia ser reservada, mais apropriadamente, para os menos qualificados irmãos leigos e para pessoal contratado trouxe implicações na actuação do Instituto. Desde a sua fundação, que a actividade missionária da Companhia de Jesus no Brasil se debatia com a falta de irmãos coadjuvantes para assegurar as tarefas quotidianas o que implicará o recrutamento quer de mão de obra assalariada, quer de escravos.³⁹

Com uma organizada teia de colégios, engenhos e fazendas,⁴⁰ que eram propriedade e fonte de recursos dessas casas, os jesuítas souberam, pois, aproveitar as condições favoráveis da colónia: ao mesmo tempo que prosseguiram a sua obra de evangelização, criavam as estruturas educativas no país. Os colégios do Rio de Janeiro, Salvador e Olinda tornaram-se os centros de conhecimento onde era ministrada a educação básica que depois era continuada, no caso das elites, com o estudo em universidades europeias, onde Coimbra desempenhava papel destacado. Contrariamente ao que sucedeu na América espanhola, a universidade e a imprensa só foram estabelecidas no Brasil já no século XIX,⁴¹ estendendo até bastante tarde a dependência e interdependência intelectual da colónia e Portugal. Normalmente, os alunos que se bacharelavam na metrópole retornavam à colónia imprimindo as marcas que haviam recebido da sociedade lusa e foi com essas marcas que os estudantes ajudaram a construir a sociedade que mais se destaca no período da mineração no século XVIII: Minas Gerais.⁴²

Foram também os jesuítas, em particular jesuítas da assistência de Portugal no Brasil,⁴³ que nos deixaram relatos, alguns em textos de elevada qualidade literária, das primeiras tentativas para descobrir o ouro e descreveram as dificuldades inerentes ao trabalho da mineração e a contribuição dos escravos, quer índios, quer negros, em todo o processo. Recorde-se, a título de breve exemplo, o *Sermão da 1.ª Oitava de Páscoa*, do padre António Vieira proferido na igreja matriz em Belém do Pará em 1656⁴⁴ ou a já referida *Cultura e*

opulencia do Brasil por suas drogas e minas, de Antonil, em especial a terceira parte que é, conforme já referimos, inteiramente reservada a tudo o que diz respeito às minas de ouro e que é considerada a obra de fôlego mais antiga sobre mineração no Brasil e, em especial, na zona de Minas Gerais.

Vieira insurgia-se contra a desconsolação reinante, motivada quando “chegou a nova de se ter desvanecido a esperança das Minas que com grandes empenhos se tinhaõ ido descobrir” pois considera que a riqueza das minas é perigosa e falsa, pelo facto de acarretar danos de natureza moral e desorganização social.⁴⁵ As ideias expressas por Vieira de que o trabalho produtor da agricultura confere estabilidade e solidez à vida, enquanto o das minas, pelo contrário, acarreta grandes distúrbios sociais (arruinando e destruturando a sociedade civil, originando abusos de toda a espécie, excitando nos homens as paixões mais ruins), bem como a noção de que nem no país, nem na metrópole, resultariam melhoras na situação do povo se se houvessem descoberto as minas de ouro vai ser um lugar comum em outras obras, e não apenas de jesuítas, publicadas ao longo dos séculos XVII e XVIII.⁴⁶

Com efeito, se as entradas de ouro provocaram uma onda de euforia em Portugal – tal como já sucedera nos séculos XV e XVI com o açúcar proveniente da Madeira ou o ouro, escravos e marfim da costa de África – cedo se constatou que o metal não iria resolver os problemas económicos da coroa portuguesa: o ouro entra em Portugal e sai imediatamente, para pagamento das importações do reino aos países mais adiantados da Europa, de tal facto também nos dão conta os textos. Por exemplo, numa carta oficial da câmara de Vila Rica refere-se que não havia género algum que saísse “para fora mais do que o ouro”.⁴⁷ Antonil, por sua vez, diz-nos:

o peyor he que a mayor parte do ouro que se tira das minas passa em pó & em moedas para os reynos estranhos, & a menor he a que fica em Portugal & nas cidades do Brasil.⁴⁸

Por outro lado, se a produção aurífera de Minas Gerais vai crescer muito entre 1730 e 1750 e com ela o desenvolvimento da capitania, a partir de 1760 a quantidade extraída de ouro sofre um declínio acentuado. O auge da produção mineira deu-se entre os anos de 1735 e 1740, iniciando-se na década de 40 a 50 uma redução. No quinquénio de 1735-39 a extracção em Minas Gerais atingiu os 10 637 quilogramas, enquanto que em Goiás e Mato Grosso as quantidades computadas no mesmo período foram muito inferiores, respectivamente 2000 e 1500 quilogramas.⁴⁹ Quando as reservas auríferas começaram a escassear, a população canalizou a sua actividade para as diversas estruturas já implantadas, como as fazendas e os ranchos, conseguindo, desta forma, sustentar o choque da escassez de ouro e as suas mais graves implicações económicas e sociais.

É neste meado do século XVIII, ainda sob os auspícios do influxo de riqueza trazida pela mineração, que Minas Gerais se torna na capitania mais rica e populosa. As alterações sofridas, em poucos decénios, a nível do povoamento dão conta do crescimento da população na zona. Muitos destes centros populacionais transformam-se em pólos de irradiação cultural da colónia. Conforme refere A. Russell-Wood, em 1711 três dos maiores arraiais⁵⁰ evoluíram para “vilas”: Vila do Ribeirão do Carmo, Vila Rica do Ouro Preto e Vila da Nossa Senhora da Conceição do Sabará, São João d’El Rei (1713), Vila Nova da Rainha de Caeté (1714), Pitangui (1715), São José d’El Rei (1718) e, a mais distante, Vila do Príncipe (1714) completavam o mais importante núcleo administrativo de Minas Gerais. Em 1745 Vila do Carmo torna-se a primeira “vila” a receber o estatuto de cidade e fica a chamar-se Mariana. Por volta de 1720, a crescente importância de Minas Gerais e a impossibilidade de manutenção do controlo dos territórios de São Paulo e Minas Gerais na mão de um único governador eleva Minas Gerais à distinção de capitania de direito próprio.⁵¹

A riqueza literária

O ambiente cultural e literário brasileiro sofreu, desde os primórdios da colónia, com o isolamento das capitânias, decorrente em grande medida da precariedade dos meios de comunicação que quase exclusivamente assentavam nas vias naturais, como os rios e mar, e na lentidão e insegurança que estes acarretavam. Os centros da actividade literária do Brasil vão-se deslocando para sul no mapa geográfico brasileiro. Assim, Salvador (Baía) logo a partir de 1549 foi o primeiro centro urbano a criar condições de vida cultural e intelectual; ainda no século XVI seguiram-lhe Olinda e Recife, em Pernambuco; no século XVII destacou-se o Rio de Janeiro e, finalmente, no século XVIII, São Paulo e particularmente as Minas Gerais, com os seus núcleos urbanos como Vila Rica de Ouro Preto, que veio a tornar-se a sede da capitania.⁵²

Em meados de Setecentos, surgem na colónia as academias literárias que vão funcionar como o primeiro factor de intercomunicabilidade literária, reunindo intelectuais e escritores nas sedes das capitânias e propiciando a aproximação cultural entre os principais centros produtores de cultura da colónia. As academias tiveram na maioria dos casos uma vida efémera, mas foram fundamentais para o desenvolvimento cultural do país com o incentivo à produção literária contínua, a criação de uma consciência de grupo entre os homens cultos e o nascimento do sentimento e consciência pátrios. Se o movimento academicista atesta, por um lado, a preponderância da mentalidade da metrópole, num ainda visível servilismo imitador, por outro é prova do florescimento progressivo mas indelével do sentimento nativista.⁵³ A produção literária e as actividades destas academias compreendiam a participação em celebrações oficiais, festejos públicos, comemorações solenes, onde as acções recreativas e lúdicas, as procissões, os cortejos, as danças e as representações teatrais eram habituais. As academias como associações permanentes, com estatutos e sede, dedicavam-se, a longo

prazo, ao estudo da história, literatura e ciências; promoviam, igualmente, reuniões regulares onde os participantes apresentavam produções poéticas, escritas em português, espanhol, italiano, francês e mesmo latim, subordinadas a um tema estabelecido previamente.⁵⁴

Em 1724 formou-se na Baía a Academia Brasílica dos Esquecidos, sob o patrocínio do vice-rei D. Vasco Fernandes César de Meneses e a ela pertenceram, entre outros, Sebastião Rocha Pita,⁵⁵ João Mendes da Silva e os irmãos Bartolomeu Lourenço e Alexandre de Gusmão. A academia reuniu-se pela última vez em 1725. Em 1759, por iniciativa de José de Mascarenhas, conselheiro do ultramar na Baía, fundou-se ali nova sociedade literária, a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos. As intenções e o programa eram idênticos: estimular as letras e servir ao estudo da história da colónia. A academia extinguiu as suas actividades nesse mesmo ano.

No Rio de Janeiro a academia mais antiga foi a dos “Felizes” que desenvolveu a sua actividade entre os anos de 1736-40, a esta se seguiu a dos “Seletos”, em 1752, cujo presidente foi o padre jesuíta Francisco de Faria mas que só celebrou a sessão magna de abertura⁵⁶ e, finalmente, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786 por Manuel Inácio da Silva Alvarenga.⁵⁷ Todas de duração efémera.⁵⁸

Com a criação das academias literárias, crescimento da população, seu desenvolvimento mental e económico e melhoria das comunicações do Brasil com o reino surge um considerável aumento no número dos versejadores na colónia. É neste período, coincidente com o desenvolvimento das academias na colónia, que Minas Gerais se vai destacar como pólo aglutinador da cultura literária do país. Conforme refere José Veríssimo:

Das capitanias brasileiras era certamente a de Minas a que mais motivos dava ao surto deste sentimento e aspiração. Nos povos como nos indivíduos, o principal estímulo à autonomia é a consciência, que lhes dá a abastança, de se proverem a si mesmos. Descobertas na segunda metade do século XVII, as minas que denominaram a região, e grandemente incrementada nesta mineração do ouro e do diamante, afluiu-lhe das capitanias vizinhas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo toda a gente, e foi muita, para quem aquelas

ulgadas fáceis riquezas eram irresistível chamariz. Assim se começou a fazer a população da capitania de Minas Gerais, desde então a mais avultada, a mais densa e logo depois a mais rica do Brasil. Como a riqueza cria a cultura, pelas facilidades que lhes proporciona, também a mais culta.⁵⁹

É na capitania de Minas, pois, que surge um grupo de poetas cuja qualidade lhes assegurou um lugar de destaque na história da literatura luso-brasileira. As suas obras evidenciam já um sentimento de amor à terra, traduzido no desejo de estudar a pátria e a sua história e estabelecem, como considera Veríssimo, “a transição da fase puramente portuguesa da nossa literatura para a sua fase brasileira”.⁶⁰ Seis são os poetas principais desse grupo conhecido como “escola mineira”: Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), Cláudio Manuel da Costa (1729-80), Tomás Antônio Gonzaga (1744-1807?), Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-93), o já referido Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) e José Basílio da Gama (1741-95),⁶¹ dos quais muitos receberam os primeiros estudos de mão jesuítica como era habitual – Santa Rita Durão, Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto e Basílio da Gama fizeram os seus estudos preparatórios no Colégio do Rio de Janeiro, por exemplo.

A todos os poetas deste grupo lhes reconhecem hoje os historiadores de literatura não só qualidades poéticas, de maior ou menor destaque, mas também uma sólida cultura literária, segundo os moldes da época. Todos fizeram com aproveitamento as suas humanidades, todos – à exceção de Basílio da Gama cujo percurso de vida é ainda em alguns momentos uma incógnita – concluíram os seus estudos superiores na Universidade de Coimbra, formando-se em leis ou cânones. Todos estiveram largos anos em Portugal; Basílio terá frequentado os meios literários italianos e Durão, além destes, terá convivido com poetas espanhóis. Muitos sabiam o latim e o grego e Durão dominava ainda, além destas línguas clássicas, o hebraico. Conheciam os poetas antigos e modernos, especialmente os italianos, franceses e espanhóis. Cláudio Manuel e Basílio da Gama, por exemplo, poetaram em italiano e traduziram Voltaire.⁶²

Sabe-se, pelos testemunhos poéticos que nos deixaram, que alguns se conheceram, trocaram mútuos elogios poéticos e, em alguns casos, a poética de uns terá servido de inspiração para outros e terá tido reflexos na produção literária de outros. Por exemplo Cláudio Manuel endereçou poemas a Alvarenga Peixoto e emulou a épica de Basílio da Gama; o mais famoso poema épico de Basílio terá deixado marcas em, pelo menos, um poema de Alvarenga Peixoto; Silva Alvarenga admirava Basílio, de quem parece ter sido grande amigo e celebrou-o em versos mais de uma vez; Gonzaga refere nos seus poemas Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto, de quem era amigo próximo.

As suas produções poéticas são necessariamente diferentes, mas uniu-os o sentimento da pátria comum⁶³ e a vontade de cantar a terra amada. Este desejo reflecte-se nas suas composições poéticas. Vejamos breves exemplos de referências à capitania do ouro e, em particular, aos seus preciosos recursos naturais.

No poema *A gruta americana* (1779), de Silva Alvarenga, a paisagem brasileira e a sua riqueza mineral é posta em destaque numa breve invocação: “ó terra aurifera, e fecunda;”⁶⁴

Alvarenga Peixoto, por seu lado, num pequeno poema de oitava rima – feito para o baptizado do filho do governador de Minas, a quem ele é dedicado, e conhecido pelo título de *Canto genetliaco* (1782) – reflecte a sua ligação à terra brasileira na apologia das suas riquezas e no elogio que tece aos escravos, quer africanos, quer de origem africana, no árduo trabalho da mineração:

Aquelas serras nas aparências feias,
– dirá José – oh quanto são formosas!
Elas conservam nas ocultas veias
a fôrça das potências majestosas;
têm as ricas entranhas tôdas cheias
de prata, oiro e pedras preciosas;
aquelas brutas e escalvadas serras
fazem as pazes, dão calor às guerras.

[...]

Êstes homens de vários acidentes,
pardos e pretos, tintos e tostados,
são os escravos duros e valentes,
aos penosos trabalhos costumados:
Êles mudam aos rios as correntes,
Rasgam as serras, tendo sempre armados
Da pesada alavanca e duro malho
Os fortes braços feitos aos trabalho.

(vv. 41-8 e 65-72)⁶⁵

A percepção do ambiente mineiro e a caracterização da sociedade de mineração, com destaque para o papel essencial do escravo negro na prospecção aurífera, surge, de forma igualmente expressiva, nas líras de Tomás Antônio Gonzaga, por exemplo nas primeiras estrofes de *Marília de Dirceu* (1792):

Tu não verás, Marília, cem cativos,
Tirarem o cascalho e a rica terra,
Ou dos cercos dos rios caudalosos,
Ou da minada serra.
Não verás separar ao hábil negro
Do pesado esmeril a gossa areia,
E já brilharem os granetes de ouro
No fundo da bateia.⁶⁶

As produções épicas dos mineiros reflectem também a consciência do valor da terra brasileira. Começemos por Cláudio Manuel que assume o seu amor pátrio logo no prólogo do poema *Vila Rica* (1773)⁶⁷:

E se estas minas pelas riquezas, que têm derramado por toda a Europa, e pelo muito, que socorrem com a fadiga dos seus habitantes ao comércio de todas as Nações polidas, eram dignas de alguma lembrança na posteridade, desculpa o amor da pátria, que me obrigou a tomar esta empresa, conhecendo tanto a desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor pena uma Terra, que constitui hoje a mais importante capitania dos domínios de Portugal.⁶⁸

O poema, em versos decassílabos, está dividido em dez cantos. O argumento principal trata da fundação de Vila Rica, ou antes a sua passagem de pequeno arraial em vila. Referências à descoberta de pedras preciosas surgem logo no primeiro canto (v. 25 e sqq.); no canto segundo, destaca-se a descoberta do primeiro ouro em Minas:

Aurora, a bela prisioneira,
Que houve da mão de Arzão, que c’o a primeira
medalha de ouro ele prendera;

(II, vv. 23-5)

Mais para a frente, no canto sexto refere novamente a proeza do bandeirante António Rodrigues Arzão que chegou ao rio Casca “em cujas areias achou efetivamente as pepitas de ouro”. A descoberta do ouro, traz associada a si a guerra.

Noutro poema épico do mesmo período, o *Caramuru* (1781) de Frei José de Santa Rita Durão,⁶⁹ é visível, entre outros aspectos, a importância dos recursos geológicos da colónia. De forte inspiração camoniana em que se destaca a recuperação dos dez cantos de estrofes de oitava-rima, versos decassílabos heróicos e a repetição quase literal de alguns versos, Santa Rita foi buscar à história da pátria a matéria do seu poema, centrando a acção no descobrimento da Baía, feito de Diogo Álvares Correia quase no século XVI, e abarcando, em vários episódios, aspectos da história do Brasil, suas tradições e gentes, bem como a menção ao metal aurífero.

Torrão, que do seu ouro se nomeava,
Por criar do mais fino ao pé das serras,
Mas que, feito enfim baixo e mal prezado,
O nome teve de ouro inficionado.
(canto IV, vv. 21-4)

Finalmente recordemos aquela que foi a primeira produção épica do grupo mineiro de Setecentos: *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama.⁷⁰ A mais famosa obra basiliiana – considerada por muitos críticos como a primeira expressão nacional da literatura brasileira⁷¹ – afirma-se com os seus 1377 versos distribuídos em cinco cantos de versos decassílabos brancos, onde estão em evidência aspectos americanistas como o assunto, a natureza e o índio.⁷²

O Uruguai é dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de D. José e irmão do então conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal) e tem por base os acontecimentos relacionados com o Tratado de Madrid (1750), pelo qual Portugal e Espanha procederiam à redistribuição dos seus domínios coloniais. Na América do Sul, Portugal pretendia trocar a colónia do Sacramento, pertença da coroa portuguesa, por território espanhol, situado na margem esquerda do rio Uruguai, onde a Companhia de Jesus tinha instalado sete comunidades de missões. Uma rebelião índia, contra a efectivação do tratado, apoiada por alguns padres jesuítas, nas vizinhanças da zona missioneira provocou um confronto que envolveu por um lado os indígenas e por outro os militares portugueses e espanhóis, chefiados do lado português pelo general Gomes Freire Andrade e, do espanhol, pelo Marquês de Valdelirios e pelo general José de Andonaegui. A contenda provocou a chacina de milhares de aborígenes que, com as suas armas rudimentares, se viram incapazes de sustentar a potência bélica dos dois poderosos exércitos. Os índios sobreviventes fugiram para a floresta ou aceitaram o jugo invasor.⁷³

Basílio critica fortemente o ascendente da Companhia de Jesus quer na Europa e Ásia,⁷⁴ quer na América, destacando, neste particular, a actividade da navegação e do comércio (canto V, vv. 42-5) e a influência nefasta que o Instituto tem sobre os nativos. É neste contexto de crítica à actuação jesuítica, pelo seu papel escravagista para com os índios, que surgem as referências às riquezas minerais da colónia (canto V, vv. 34-41). Com efeito, para o poeta, os indígenas são escravizados para, através do seu trabalho, se poderem obter os metais e pedras preciosas brasileiros. A riqueza da colónia trará, também neste caso, consequências funestas para os seus habitantes: os índios surgem alegoricamente representados pela figura *Liberdade americana* que, submissa, arrasta os sinais do seu jugo perante o vulto incorpóreo⁷⁵ que representa a Companhia de Jesus a quem entrega os seus tributos:

Com um gésto innocente aos pés do throno
Via-se a Liberdade Americana,
Que arrastando enormissimas cadeias,
Suspira, e os olhos, e a inclinada testa
Nem levanta, de humilde, e de medrosa.
Tem diante riquissimo tributo,
Brilhante pedraria, e prata, e ouro,
Funesto preço, por que compra os ferros.

(canto V, vv. 34-41)

Porém, este não é o único poema basiliano que espelha assuntos americanistas ou brasílicos. Já em outros textos redigidos antes de *O Uruguai*, nomeadamente aqueles que escreveu enquanto estava em Itália,⁷⁶ se abordam tais temáticas e Basílio da Gama revela como nos diz Vania Chaves “alguns aspectos significativos da sua poética, em particular a atracção pela temática americana ou brasileira e a manifestação de sentimento pátrio.”⁷⁷ Referimo-nos aos dois sonetos escritos em italiano que integram colectâneas da poesia da época e ao manuscrito *Brasilienses aurifodinae*,⁷⁸ texto que constituirá a base do nosso trabalho e de que nos ocuparemos em pormenor na subparte II do nosso trabalho.

2. O poeta e o poema *Brasilienses aurifodinae*

José Basílio da Gama nasceu a 8 de Abril de 1741, em Minas Gerais – no sítio da chácara do Cacheu, perto da vila de São José do Rio das Mortes, que mais tarde recebeu o nome de São José d’El-Rei e é hoje a cidade de Tiradentes. A sua ligação à Companhia de Jesus começa oficialmente a 2 de Maio de 1757, na altura em que entrou para o colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro, aos dezasseis anos de idade, e com o nome apenas de José Basílio.⁷⁹

O Colégio do Rio foi fundado em 1567 e funcionou desde então com estudos de humanidades para alunos externos e para os irmãos estudantes da Companhia. Em 1757, as humanidades compreendiam, para além do curso de português e rudimentos gerais, duas classes de gramática e uma de retórica, também se ensinava matemática, filosofia, teologia, história e

direito civil. À exceção do noviciado, que era um exercício exclusivamente religioso, só para os candidatos internos da Companhia, todos os outros estudos eram acessíveis a estudantes de fora. No século XVIII, o grupo de professores nascidos no Brasil era já a maioria e, nesta altura, o Colégio compreendia além das capelas, farmácia (botica), enfermaria particular dos padres, biblioteca, um hospital, com duas salas distintas para mulheres e homens que recolhia e tratava os escravos que trabalhavam nas obras de construção do Colégio que ia sempre crescendo, e a respectiva família e uma igreja.⁸⁰ Neste Colégio concluiu Basílio da Gama o noviciado e tomou os primeiros votos que foram abandonados poucos anos depois.

Sabe-se, pela relação escrita pelo padre José Caeiro,⁸¹ que em 1760 foi levado com outros companheiros do Colégio do Rio de Janeiro para o seminário episcopal e que nessa altura Basílio da Gama terá cedido a pressões e abandonado a Companhia de Jesus, mas que terá partido para Roma para pedir novamente a sua integração. Diz-nos Caeiro a este propósito:

Aquê, pela sua já notoria brandura de character, era de admiração aos demais, por não ter caído logo com os primeiros embates; e ainda depois, cobrando maior ânimo, partiu para Roma, onde pediu o admitissem entre os companheiros.⁸²

Certa será portanto a ida de Basílio para Roma, mas, dada a ausência de documentos da época que atestem o seu percurso de vida nesta altura, vários cenários são possíveis. Poderemos pensar que o poeta tenha partido logo com os 125 companheiros jesuítas que no dia 15 de Março de 1760 largaram do Rio de Janeiro com destino final em Roma, mesmo que na lista, nos professos de quatro votos, já não figure o seu nome, como o de Francisco da Silveira e José Rodrigues que presumivelmente conhecia.⁸³ Mas também pode ter ficado no Rio e estudado algum tempo no seminário episcopal, uma vez que já teria abandonado a Companhia e, deste modo, lhe era permitido permanecer nos domínios portugueses. Ou, ainda, poderá ter seguido no dia 15 de Março, mas ter ficado em Lisboa, quando a nau aí chegou em 6 de Junho,⁸⁴ com a intenção de ingressar na Universidade de Coimbra.

Estes anos são, na verdade, um período conturbado para a Companhia de Jesus. Na colónia, também em meados do século XVIII, os relatos do comissário Francisco Xavier de Mendonça Furtado, encarregue de demarcar as fronteiras setentrionais do Brasil, condenam a acção dos inacianos na região amazónica – que consideram prejudicar seriamente os interesses económicos do Reino e dos colonos – e atribuem-lhes responsabilidades no falhanço da empresa. Os seus argumentos convencem o rei que acaba por decretar a expulsão da Ordem do sertão amazónico.⁸⁵ Entretanto acções políticas da governação pombalina, nomeadamente a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755),⁸⁶ vinham adensar os conflitos entre o Instituto, que não queria perder privilégios que fora adquirindo na colónia, e a coroa portuguesa. Com efeito, o estado pombalino não podia conceber a faceta autónoma e independente da actividade económica e política da Companhia de Jesus. Tal como sucedia com o foro nobre, o privilégio do foro eclesiástico não podia continuar a manter-se num agrupamento numeroso, organizado e influente como era, por exemplo, a poderosa corporação jesuítica.

As pressões pombalinas faziam-se sentir não apenas na colónia. A circulação de um vasto e variado conjunto de textos fortemente críticos da política jesuítica,⁸⁷ em variadas edições e línguas, torna-se frequente em Portugal e toda Europa em complemento das manifestações da opinião pública e das medidas legais que foram sendo tomadas contra a Companhia no período de 50 a 73 e que culminará com a extinção da Ordem.⁸⁸

A vida de Basílio, depois dos anos de setecentos e sessenta, é ainda uma incógnita em muitos dos seus aspectos e os biógrafos do poeta, apesar de árduos esforços na leitura da imensa documentação da Companhia espalhada pelo mundo, ainda hoje não conseguiram traçar fidedignamente o seu percurso. Com efeito, a primeira fonte biográfica do poeta, a *Resposta apologetica*, atribuída ao padre Lourenço Kaulen⁸⁹ – e publicada como resposta da

Companhia à publicação do poema *O Uruguai*, a que já nos referimos sumariamente, e que foi considerado pelos jesuítas como prova de ingratidão perante os inicianos por demonstrar uma evidente aceitação da política persecutória do Marquês de Pombal – não avança dados concretos.

Baseando-se apenas no relato do padre Kaulen, vários biógrafos referem que o poeta demandou Roma para se juntar aos seus antigos mestres e que estes o teriam protegido, fazendo-o ingressar na Arcádia Romana e ajudado na composição das suas obras;⁹⁰ desentendimentos teriam ainda levado o poeta a Nápoles, depois a Lisboa e em seguida ao Brasil.⁹¹

Sabe-se, com efeito, que regressado de Itália, já estaria em Portugal em 7 de Setembro de 1765, data da comemoração do décimo quinto aniversário do governo de D. José I, pois dedica ao Rei uma ode, que começa pelo verso “Os resplendores novos”, em que louva entre outras acções a expulsão da Companhia.⁹² Em finais da década de sessenta, terá voltado ao Brasil, regressando novamente a Portugal em 1768. A sua partida da terra natal parece estar ligada a uma ordem para que os egressos da Companhia de Jesus embarcassem para Lisboa. Neste documento figura, com efeito, o nome de Basílio da Gama.⁹³ Chegado a Lisboa terá sido preso pela Junta da Inconfidência e obrigado a partir para Angola no prazo de seis meses. No entender da generalidade dos biógrafos basilianos, terá sido o epitalâmio que dedicou a uma filha do Marquês de Pombal – *Epithalamio da Excellentissima Senhora D. Maria Amalia* (1769) – que proporcionou a anulação da pena. Nos anos seguintes não se sabe o que fez, mas é provável que tenha trabalhado no gabinete do Marquês. Em 1774 encontramos-lo como empregado na administração pública.⁹⁴ Após a demissão de Pombal, o poeta granjeou a protecção da rainha D. Maria I que, num alvará de 1787,⁹⁵ lhe concede o título de Escudeiro Fidalgo; continuou no reinado desta soberana, como anteriormente

no de D. José, a participar na vida cultural e literária, enaltecendo os poderosos e cantando os acontecimentos sociais da época, conseguindo conviver com os detractores do Ministro. Viu reconhecidos os seus dotes literários com a nomeação em 1795 para um lugar de sócio-correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, cargo que não viria a ocupar por ter falecido nesse mesmo ano.

Apesar de não existirem documentos que atestem as suas relações com a Companhia durante o período em que esteve em Itália,⁹⁶ a presença do poeta em Roma nos anos de 1762 e 1764 é comprovada pelo facto de ter pertencido à Arcádia Romana, onde colaborou com o pseudónimo árcade Termindo Sipílio,⁹⁷ como anteriormente mencionámos, e pela sua participação em certames poéticos para os quais teria escrito aqueles que são os seus primeiros registos poéticos conhecidos: os sonetos italianos, publicados em colectâneas coevas, *Questa è de' fiumi la superba imago* (1762)⁹⁸ e *Se in tal dì, che i suoi raggi il sol d'orrore* (1764)⁹⁹ e o único texto latino que se conhece do escritor, o poema *Brasilienses aurifodinae*.

Segundo o testemunho do padre Kaulen, José Basílio da Gama teria recebido, já o referimos, o amparo dos inacianos a quem estaria devedor pela entrada nos círculos sociais e literários de Roma, pelo seu ingresso na Arcádia de Roma¹⁰⁰ e até pelas suas produções literárias. Kaulen vai ainda mais longe e chega a ponto de indicar a ajuda de dois jesuítas, em particular: Francisco da Silveira e José Rodrigues de Melo. Diz-nos na *Resposta apologetica*:

Conheceu o Jesuíta Francisco da Silveira, que além de o favorecer e socorrer muito em Roma lhe corrigia os versos, que eram dignos de emenda; e os que não chegavam a sê-lo, os substituíra com outros que de novo fazia. Conheceu, falou e tratou ao Jesuíta José Rodrigues [de Melo], que além dos versos por ele dados à luz, lhe compôs outros muitos os quais como obras suas repetia na Arcádia para poder merecer com eles um lugar entre aqueles académicos.¹⁰¹

Esta afirmação polémica, que também Serafim Leite viria a subscrever,¹⁰² deve ser entendida na sua justa medida. Com efeito, é provável que Basílio conhecesse Francisco da Silveira¹⁰³ e José Rodrigues de Melo¹⁰⁴ e que os tivesse acompanhado na deportação de 1760 para Lisboa e Itália, como já vimos. Os jesuítas portugueses desterrados, mesmo depois da extinção da Companhia, iriam receber, da rainha D. Maria, uma verba destinada à alimentação; eram enviados, à chegada a Itália, pelo Padre Geral para diferentes locais de Roma e da província. Um documento da época esclarece a distribuição dos padres pelas várias casas do Instituto:

Os P.P. Portuguezes ao tempo da extinção da Companhia se achavam neste estado divididos = a saber: = a mayor parte nos Hospícios de Pesaro, e Urbania = Outra grande parte nos de Transtevere em Roma, e em Castelgandolfo nas cazas do Geral, e do Collegio Romano, alguns viviam impregados na caza Professa de Roma, e nos Collegios do Estado Eclesiástico servindo nelles de Mestres, e em outros officios = Outros espalhados pelas Províncias estavam ganhando a sua vida nas Parochias, nos Seminários, nas Escolas publicas = e hum outro pequeno numero tinha passado em outras Religiões, ou largado a roupeta.¹⁰⁵

Sabe-se, por exemplo, que Silveira residia em 1774 e em 1780 em Colognola e que faleceu, em Urbânia, em 1795. Quanto a Rodrigues de Melo, vivia em Roma em 1774 na Casa de Transtevere¹⁰⁶ e nela ainda morava em 1788. Viria a falecer em Roma, em 1789.

Tal como o padre Kaulen, Silveira pertence ao grupo dos jesuítas que procuraram no exílio enfrentar o que consideravam uma campanha de calúnias contra a Companhia de Jesus. Carlos Sommervogel atribui-lhe a autoria de cartas ânuas, da *Narratio de expulsione jesuitarum brasiliensium e prouincia Brasiliae* e de um longo poema em versos hexâmetros sobre as minas de ouro do Brasil, escrito em latim que não teria chegado a ser publicado:

Ha fatta una lunga descrizione dello scavo delle miniera dell'oro del Brasile in versi Latini esametri. Ma non l'ha fatta fin ora stampare.¹⁰⁷

Poderiam os autores estar a referir-se ao *Brasilienses aurifodinae*? Quer parecer-nos que não, pois recentemente o padre Palacín menciona a existência de uma obra cujo nome é idêntico ao do nosso poema, exceptuando o facto de surgir no singular. Trata-se do *Brasiliensis aurifodina* [sic] que este historiador jesuíta atribui a José Basílio da Gama.¹⁰⁸ É possível, ainda, argumentar que o manuscrito que constitui a base do nosso trabalho traz bem anotada a autoria no próprio título – *A Josepho Basilio Gama elucubrata*. Por outro lado, outra indicação da folha de rosto que poderia eventualmente trazer mais esclarecimentos a esta questão não está legível. Referimo-nos ao que parece ser uma abreviatura de um nome jesuítico, a que se segue a palavra *socius*, que se encontra escrita por mão diferente na margem lateral inferior direita do documento. Não nos é, no entanto, possível ler esta assinatura e, portanto, torna-se inviável estabelecer qualquer relação com a assinatura de Francisco da Silveira reproduzida por Serafim Leite.¹⁰⁹

De José Rodrigues de Melo conhecem-se em particular dois cantos, um *Genetliaco* e outro *Nupcial*¹¹⁰, – e a famosa obra *De rusticis Brasiliae rebus* onde são postos em evidência elementos essenciais da economia rural brasileira.¹¹¹ O poeta cantou o pão ou farinha de mandioca (a raiz do Brasil: *De cultura radices brasilicae liber primus*; *De usu vario radices brasilicae liber secundus*), a carne (a criação de gado: *De cura boum in Brasilia liber unicus*) e o tabaco (a cultura do fumo: *De cultura herbae nicotiana in Brasilia libellus*). A ligação entre Basílio da Gama e Rodrigues de Melo parece estar relacionada com este texto conhecido como *Geórgicas brasileiras*. Com efeito, apesar de a obra receber claras influências da já referida *Cultura e opulencia...* do padre Antonil, os dois primeiros livros de Rodrigues de Melo não encontram a sua correspondência no texto de 1711. Este, por outro lado, apresenta uma terceira parte, dedicada à mineração do ouro,¹¹² que não está incluída no conjunto poético editado em 1781, mas que certamente foi escrito anteriormente. O que

leva a crer, para alguns estudiosos, que o poema *Brasilienses aurifodinae* de Basílio da Gama teria sido excluído da publicação pelo próprio Rodrigues de Melo, para que o poeta de *O Uruguai* não se visse prestigiado pelos colegas da Companhia. Os dois poemas sobre a mandioca, riqueza agrícola fundamental, surgiram assim como a substituição oportuna do proscrito *carmen* do ouro.¹¹³

Estas suposições não são, no entanto, confirmadas por quaisquer documentos da época. As dúvidas persistem: terá Basílio da Gama recebido alguma contribuição intelectual de companheiros jesuítas? Tal facto não é estranho, nem habitualmente depreciado numa Ordem que preza e respeita o trabalho mental, preconiza e fomenta a comunicação sólida entre os seus vários elementos; valoriza e protege a memória comum e que tem na emulação ao próximo, que se distingue, uma das mais fortes características da sua pedagogia, prática diária desde a mais tenra idade nos vários colégios da Companhia. Terá a edição do *Brasilienses aurifodinae* sido censurada e suspensa a reprodução do manuscrito que tudo parece indicar estava preparado para publicação? Se tal aconteceu, que motivos presidiram à censura da obra? A sua temática? O facto do relacionamento do seu autor com a Companhia de Jesus se ter tornado em determinada altura conturbado?

É certo que as obras jesuíticas necessitavam de obter autorização do *collegium revisorum* para poderem ser publicadas. A censura no seio da Companhia, instituída pelo próprio Inácio de Loiola, era uma forma de salvaguardar e manter a *uniformitas* e a *soliditas doctrinae* dentro da própria Ordem, sancionando as produções literárias que poderiam constituir ameaça para os princípios defendidos pelo Instituto. Na longa história da Companhia de Jesus muitas são as obras, especialmente as que abarcam domínios de ciência, que viram a sua publicação “adiada”,¹¹⁴ outras foram publicadas anonimamente apesar de serem de autoria jesuítica.¹¹⁵ Parece-nos, no entanto, mais provável, se aceitarmos a hipótese de censura do *Brasilienses*

aurifodinae, terem sido problemas internos da Companhia ou eventuais dissensões entre a Sociedade e Basílio da Gama os verdadeiros óbices à publicação do manuscrito, pois as concepções científicas evidentes no texto não parecem ser muito inovadoras.¹¹⁶

Por vezes, no entanto, era a própria censura régia que suspendia livros que, tudo leva a crer, já teriam passado pelos *revisores* da Sociedade. Foi o que sucedeu à obra de Antonil, cuja edição *princeps* foi destruída, por ordem do rei de Portugal em nome da razão de Estado, pouco depois de ter sido impressa por, em particular, interessar à coroa portuguesa na época manter restrita a difusão das novas relativas às minas de ouro, em especial os itinerários dos vários caminhos para as minas.¹¹⁷ Podemos pensar que o destino do *Brasilienses aurifodinae* poderia, eventualmente, vir a ser semelhante se o manuscrito tivesse sido publicado com o aval da Ordem. Com efeito, apesar de o poema ter sido escrito numa altura em que começava a ser notório o declínio da produção aurífera de Minas Gerais, poderia não interessar ao rei de Portugal, que fossem divulgados aspectos tão pormenorizados da exploração do minério aurífero e da economia da mineração da altura.

Independentemente de todas estas questões, parece-nos importante reafirmar que nada obsta a supor que Basílio da Gama tenha continuado, sempre que lhe foi possível, a conviver com membros da Sociedade de quem se sentiria ainda, em nosso entender, naturalmente próximo dada a sua formação e percurso de vida, provavelmente jesuítas portugueses e do Brasil exilados. Certamente terá beneficiado do rico ambiente cultural de Roma na altura, consultado outros textos e tratados na tentativa de trazer coerência aos seus conhecimentos e observações, visitado bibliotecas e museus da cidade e, muito provavelmente, assistido às célebres actuações no *Collegium Romanum* – que fora fundado em 1551¹¹⁸ mas que ainda se mantinha em plena actividade no final do século XVIII – e que era o centro das actividades educativas da ordem na Europa,¹¹⁹ local onde se incentivava e valorizava a comunicação

científica e que era frequentado não só por jesuítas e estudantes jesuítas provenientes de diversos países e, inclusive, de outros colégios da Ordem, mas também por visitantes distintos e estudiosos de todo o mundo.¹²⁰

3. Roma: a Arcádia Romana e o *Collegium Romanum*

Conforme nos diz Paula Findlen,¹²¹ nos finais do século XVI, coleccionar tornou-se uma actividade essencial da vida urbana e da elite cultural italiana visível nas variadas colecções da corte, nos estúdios dos humanistas do Renascimento tardio, com as suas medalhas, antiguidades e livros, e nos inúmeros teatros da natureza criados por doutores e boticários. Por esta altura, os patrícios italianos começaram a entender a constituição de um museu como peça essencial na formação da sua identidade. A Igreja Católica desempenhou, igualmente, um papel importante pois o coleccionismo aumentava a sua percepção, enquanto instituição que tinha à sua disposição uma enorme quantidade de recursos materiais, depositados em Roma, a sede da Cristandade. O museu mineralógico do Vaticano, criado no século XVI e dirigido pelo físico papal Michele Mercati (1541-1593), era procurado por naturalistas e antiquários e é um claro exemplo da importância crescente que os museus foram adquirindo na cidade de Roma. A *metallotheca* (colecção mineralógica), criada por Mercati¹²² dentro dos muros do Vaticano, rivalizava com os teatros de natureza de colecionadores famosos¹²³ e tornou-se um importante centro de desenvolvimento científico em Roma.

Será com base no modelo de Mercati que será criado o museu do Colégio Romano fundado pelo jesuíta Athanasius Kircher, professor de matemática¹²⁴ no mesmo colégio, um século mais tarde, e que reunia não apenas espécies importantes no domínio das ciências naturais, nomeadamente na mineralogia, mas um conjunto vasto de máquinas e instrumentos que lhe permitiam, por exemplo, estudar línguas antigas, arqueologia, magnetismo e astronomia.¹²⁵

Com efeito, mais do que qualquer outra Ordem, a Companhia de Jesus tinha noção da importância que o colecionismo podia desempenhar enquanto instrumento de acomodação religiosa e cultural. Detalhados relatórios de jesuítas missionários com notas minuciosas sobre a fauna e flora de cada região, assim como descrições de tradições, da política e religião locais chegavam a Roma regularmente e o museu do Colégio Romano estava no centro desta poderosa teia de informações. Chegavam igualmente ao museu inúmeros exemplares exóticos, trazidos pelos missionários jesuítas, que eram bastante apreciados pelas elites europeias da altura. Em particular do Novo Mundo vinham o chocolate, as malaguetas e o crocodilo que estava na entrada do museu.¹²⁶ Conforme refere Findlen:

the museum was part of a complex theological and educational program that put science, and all forms of learning, in the service of God. As a space in which all the artefacts of science, nature, religion and culture were displayed, it was a central feature of the Catholic reformation of knowledge and a visible manifestation of Church's and the Society's ability to reconstitute the Christian imperium.¹²⁷

Kircher escrevendo cartas e recebendo visitantes assegurava o ideal de serviço que a Companhia de Jesus preconizava, assegurando a posição do Colégio Romano enquanto centro de comunicação científica e de troca entre os estudiosos. Com a morte de Kircher, e apesar de ter perdido muito da sua magnificência, o museu permaneceu “vivo”. Em meados do século XVIII continuava a funcionar e no final do século XVIII, exactamente por altura da supressão da Companhia, o interesse pelo museu cresceu.¹²⁸

No século XVIII, por iniciativa do jesuíta Orazio Borgondio (1675-1741) e do seu discípulo e seguidor na cadeira de lógica e matemáticas no Colégio Romano, o famoso cientista Rudjer Jošip Boškovic (1711-1787) – ou Roger Joseph Boscovich como é geralmente conhecido – iria nascer o gabinete de física,¹²⁹ de uma costela do museu kircheriano.

Além do gabinete de física, outras dependências do Colégio Romano eram igualmente importantes e aí também se desenvolviam experiências da ciência da época. Referimo-nos

à farmácia (botica), cuja actividade é sinalizada a partir do século XVI e onde, conforme recorda Gorman, se produzia o bálsamo da vida e outras substâncias preciosas para uso interno da Sociedade ou para distribuição por potenciais patronos; ali também se desenvolviam experiências alquímicas como a produção de cera de vela e, inclusive, substâncias para combater a “carnosità” ou seja a carnalidade.¹³⁰

Tal como o Colégio Romano também a Arcádia Romana desempenhará papel importante como pólo de congregação e irradiação cultural. A sua criação está ligada à rainha Cristina da Suécia. Pelos finais do século XVII a jovem ex-rainha, que abdicara do trono e do luteranismo convertendo-se ao catolicismo, fixou residência em Roma. Aí, como aliás já o fizera na sua terra natal, a inteligente e culta soberana atraiu para as suas reuniões a fina flor da inteligência romana, formando um cenáculo intelectual que à sua morte, em 1689, se transformaria na Arcádia constituída pelos amigos da rainha.

São conhecidos os contactos entre Cristina e a Companhia de Jesus, nomeadamente a sua estreita ligação a Kircher.¹³¹ No século XVIII, outros professores do Colégio Romano iriam participar, certamente, nas reuniões da Arcádia Romana. Por exemplo o já referido Boscovich além de professor de matemáticas e lógica e progressivo newtoniano era poeta árcade, adoptando o nome de Numenius Anigreus. Escreveu poesia didáctica científica em latim, como por exemplo um tratado sobre a aurora boreal em 1738, o poema em cinco livros sobre eclipses solares e lunares – *De solis ac lunae defectibus libri v* (Londres, 1760) – e *Theoria philosophiae naturalis* (versão definitiva, Veneza, 1763). Borgondio, por seu lado, foi autor anónimo de dissertações sobre assuntos matemáticos, astronómicos e meteorológicos. Publicou, também, uma série de curtos poemas em hexâmetros sobre movimento mecânico em *Arcadum carmina* editado por Michael Morei (Roma, 1721); divertimentos didácticos sobre a respiração, correntes (*i.e.* cursos de água), voar, nadar, andar e movimento do sangue

(*De respiratione, De fluminibus, De volatu, De natatu, De incessu, De motu sanguinis*) que muitas vezes eram lidos como entrada aos seus cursos. O seu nome na Arcádia Romana era Achemenide Megalopolitano.¹³²

Para além da actividade desenvolvida em espaços restritos como o museu ou a botica e da produção literária inerente ao trabalho dos professores que eram simultaneamente investigadores e escritores,¹³³ o *Collegium Romanum* era animado por actividades dos seus alunos. Com efeito, segundo a tradição escolástica que o modelo pedagógico da Companhia tendia a reproduzir,¹³⁴ os estudantes dos colégios jesuíticos participavam semanal e mensalmente em exercícios retóricos – disputas (*i.e.* “disputationes”). Nestas disputas os alunos deveriam demonstrar a sua proficiência retórica construindo um argumento lógico, citando autoridades e embelezando o seu discurso com figuras retóricas apropriadas.

Para além deste tipo de exercícios, que eram regulares ao longo de todo o plano de estudos, ocorriam as defesas públicas, que os alunos deviam defender quando concluíam o seu curso, perante três examinadores; os cursos tinham a duração de três anos em filosofia, ou quatro na teologia.¹³⁵ Estas defesas proporcionavam autênticas festas que reuniam não apenas jesuítas, mas traziam também uma audiência numerosa ao Colégio. Eram igualmente exercícios retóricos durante os quais o aluno apresentava uma série de teses ou conclusões que consistiam em breves tópicos de natureza aristotélica e escolástica. Estas conclusões eram impressas na forma de pequenos livros ou mais frequentemente folhetos e brochuras que traziam especificada a data e local da defesa e que funcionavam como programas. Eram distribuídos à assistência durante a defesa; eram especialmente populares temas relacionados com a cultura científica da corporação: geografia, cartografia, cronometria, óptica, magnetismo, destilação, horticultura, astrologia e, especialmente, astronomia.¹³⁶

O Colégio, portanto, condensava e, ao mesmo tempo, catalisava as actividades da Companhia em Roma. Era simultaneamente uma “pequena” amostra da capacidade do Instituto, espelho do espírito corporativista, diligente e disciplinado da Ordem. Como nos diz Steven Harris:

The Society, after all, was a disciplined corporation whose members were farflung, well travelled, and well informed. We might, therefore, expect to find that knowledge production depended not only upon the specific conditions of a given local context [...] but also upon the material and informational resources made available to local actors by virtue of a spatially distributed network of trusted confrères.¹³⁷

O autor consegue provar que existe, especialmente no século XVIII, uma forte relação entre o que chama “planta física” (‘physical plant’) do trabalho científico (*i.e.* as universidades jesuíticas, as cátedras de matemáticas, os observatórios astronómicos, os gabinetes de física e história natural, os jardins botânicos e as grandes bibliotecas) por um lado e a publicação científica (textos, tratados, correspondência compilada, jornais, etc.) por outro.¹³⁸

Na perspectiva de busca e desenvolvimento geral da ciência, as actividades inicianas acompanhavam, portanto, certamente o seu tempo. O século XVIII, a época do iluminismo, caracteriza-se por tendências ideológicas e filosóficas que podem ser, de forma genérica, consubstanciadas na exaltação da natureza e crescimento do interesse pela história natural e outras áreas da ciência, divulgação apaixonada do saber e crença na melhoria da sociedade pela sua contribuição, confiança na acção governativa para a promoção do bem estar colectivo, assim como num novo discernimento do espírito, de influência racionalista e de tendência pragmática onde se destacará e valorizará o papel da crítica.¹³⁹ Na história da literatura, o século XVIII tem sido comumente encarado como fase final da vigência da poética clássica; também tem sido visto, tal como outros períodos, como uma época de transição, mais especificamente nos seus aspectos “pré-românticos”. O Neoclassicismo setecentista vai adoptar a mesma concepção da literatura dos séculos XVI e XVII e extrair

os seus princípios fundamentais das mesmas fontes: a *Poética* de Aristóteles, a epístola *Ad Pisones (Arte poética)* de Horácio, as *Institutiones* de Quintiliano e o tratado *Do sublime*, atribuído a Longino. O conceito aristotélico da *mimesis* é a base da poética clássica. Conforme recorda Antonio Candido:

Dele decorria a noção de verdade, conseqüente à correlação entre racional e natural. Ao imitar os objectos da natureza, a arte caminha guiada pela razão; esta não visa reproduzir, como quereriam mais tarde os naturalistas, mas, ao contrário, apreender a forma imanente, ou seja, uma verdade ideal. O belo é o verdadeiro porque este é o natural filtrado pela razão [...] Razão, verdade, natureza são portanto uma só coisa [...]. Não espanta [...] a orientação didática de grande parte da literatura neoclássica, interessada em ‘mostrar’ ao leitor um verosímil imantado pelo pólo da verdade. [...] Não é apenas a verdade como adequação da obra ao objecto que constitui escopo da estética neoclássica; nela cabia também a busca da verdade científica e da verdade social através do poema didático, da epístola e da sátira.¹⁴⁰

É neste contexto de meados do século XVIII, conforme já referimos, que o *Brasilienses aurifodinae* terá sido escrito. Independentemente de todas as dúvidas que envolvem a sua produção, certo é que o poema não merece continuar a ser apenas entendido como texto proscrito de autoria contestada; merece, pelo contrário, um estudo aturado que permita a sua reavaliação. É, com efeito, um dos raros textos – um poema didáctico em latim – que trata apenas e em pormenor a mineração do ouro no Brasil, particularmente nas Minas Gerais, durante o século XVIII; também é dos poucos que descrevem a contribuição dos escravos negros em todo o processo.

Conhecem-se sobretudo documentos de índole histórico-geográfica como relatos, itinerários geográficos, cartas, avisos e consultas dispersos, de autoria não exclusivamente jesuítica e, salvo algumas excepções, escritos em português, que referem e retratam a sociedade aurífera das Minas Gerais de Setecentos, mas o testemunho de envergadura mais recuado desta época – com a particularidade de ser escrito por mão de um jesuíta da Assistência de Portugal no Brasil – parece ser a célebre e já referida obra de Antonil.

Não esqueçamos, no entanto, que Antonil nunca terá ido à região das minas e que a sua obra não versa em exclusivo a mineração do ouro; além do mais, dos dezassete capítulos dedicados às minas de ouro do Brasil apenas um (o catorze) trata dos procedimentos técnicos relativos à mineração do metal precioso. Outras obras de vulto merecem, também, menção. Por exemplo, os textos do cartógrafo militar José Joaquim da Rocha (1740?-1804) – a *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*, concluída em 1780, a *Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais: seu descobrimento, estado civil, e político e das rendas reais: ano 1781*, escrita entre os anos de 1781 e 1783, e a *Memória hist. da Cap. de M. G.*, concluída em 1788 – que referem a importância estratégica do ouro e a tomada de consciência de que a decadência das rendas reais, na área das Minas, deriva não exclusivamente do contrabando ou fuga fiscal por parte dos mineradores, mas sim da crise da mineração.¹⁴¹ A *Geografia histórica...* não entra, porém, nos aspectos técnicos da actividade mineira e, curiosamente, no capítulo “Das Pedras”, quando enumera as várias pedras preciosas pelas comarcas onde se encontram, elide qualquer referência ao ouro.¹⁴² Obra mais importante, apesar de igualmente limitada nas suas observações, pode considerar-se a do historiador Sebastião da Rocha Pita; com especial interesse o, já referido, livro oitavo do segundo volume¹⁴³ que aborda aspectos como a descoberta das minas das Minas Gerais e os vários modos de prospecção aurífera. Outros testemunhos relevantes que se conhecem são de viajantes estrangeiros do século XIX, por exemplo: John Mawe, *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country* (London, 1812); o do engenheiro de minas alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis* (Berlin, 1833, 2 vols.), o de Johann Baptist von Spix and Carl Friedrich von Martius, *Reise in Brasilien in den Jahren 1817 bis 1820* (Munich, 1823-31, 3 vols.) e o de Auguste de Saint-Hilaire na sua obra *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais* (Paris, 1830).¹⁴⁴

1. Joaquim Serrão (pref.), *Carta de Pero Vaz de Caminha*, Ericeira, 1999, pp. 62 e 75.
2. James Lockhart e Stuart B. Schwartz, *Early latin America – A history of colonial spanish America and Brazil*, Cambridge, 1999, p. 24. Situação diferente da da Espanha, a primeira potência exploradora das riquezas da América, onde a descoberta da prata no México e Peru e o estabelecimento, em larga escala, de estruturas produtivas complexas atingiu um precoce nível de maturação, antes mesmo do final do século XVI.
3. Sobre a indústria mineira da prata na América do Sul, ver Lockhart e Schwartz (1999), esp. pp. 146-54.
4. *Id.*, p. 190. A Companhia de Jesus fora aprovada em 1540 pelo Papa Paulo III, através da bula *Regimini militantis Ecclesiae* e desde a sua fundação se colocou em disponibilidade ao serviço da Igreja Católica de Roma. As *Constituições da Companhia* explicitam o conteúdo desse propósito: “contribuir para o aperfeiçoamento das almas na vida e na doutrina cristãs e a propagação da fé por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios espirituais e de obras de caridade”. Cf. Inácio de Loiola, SJ, *Constituições da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1975, §1. (Tradução e notas de Joaquim Abranches, SJ). A Província do Brasil, a sexta que erigiu a Companhia de Jesus, foi criada a 9 de Julho de 1553, ficando como provincial o padre Manuel da Nóbrega. Cf. Padre Miguel Oliveira, *História eclesiástica de Portugal*, Mem-Martins, 1994, p. 152. A primeira carta foi escrita por Nóbrega, em 10 de Abril de 1549. Cf. Serafim Leite, SJ, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)*, Vol. I, São Paulo, 1956, pp. 108-15.
5. Sucederam-se regularmente expedições missionárias enviadas de Portugal. Serafim Leite apresenta em apêndices, aos tomos da sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Lisboa, 1938-1950, 10 vols.), três catálogos com a inventariação de todas estas expedições e seus participantes: “Catálogo das expedições missionárias para o Brasil – Séc. XVI”, T. I, Apêndice J, pp. 560-72; “Catálogo das expedições missionárias para Maranhão e Grão-Pará (1607-1756), T. IV, Apêndice A, pp. 333-59; “Catálogo das expedições missionárias para o Brasil – séculos XVII-XVIII”, T. VI, Apêndice D, pp. 589-605. No século XVIII, os padres da Companhia de Jesus integraram, igualmente, as duas primeiras expedições científico-militares para o Brasil: na primeira (1729) seguiram o jesuíta italiano, Domingos Capaci, perito em astronomia e o jesuíta português, também astrónomo, Diogo Soares. Na segunda expedição (1749) constam os nomes dos seguintes jesuítas, todos astrónomos: Bartholomeu di Panigai, veneziano; Bartolomeu Pincete, genovês; Stephano Bramieri, placentino; Xaverio Haller, alemão. Cf. Sousa Viterbo e Jorge Faro (dir.), *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*, Vol. I, Lisboa, 1962, pp. 4-5 e 54.
6. Ver a este propósito Lockhart e Schwartz (1999), cap. “Brazil in the sugar age”, esp. pp. 238-43.
7. A Companhia foi sendo expulsa progressivamente de vários países: 1759 – Portugal (Pombal); 1762 – França (Luís XV – Madame Pompadour); 1767 – Espanha (Carlos III) estados de Nápoles e Parma; 1773 – Áustria (Maria Theresa). A supressão completa da Companhia de Jesus viria a ser decretada pelo breve *Dominus ac Redemptor* (Roma, 21 de Julho de 1773) do Papa Clemente XIV. No entanto, a Ordem nunca deixou de existir e os padres foram-se refugiando nos países que o permitiam. Para uma visão abrangente do que Harris denomina como “the corporate geography of the Society” ver Steven Harris, “Mapping jesuit science: the role of travel in the geography of knowledge”, in John W. O’Malley, SJ (ed.) et al., *The jesuits: cultures, sciences, and the arts 1540-1773*, Toronto, 2000, pp.

212-40, em particular o diagrama, em forma de árvore, com a totalidade das assistências, províncias e vice-províncias da Companhia de Jesus e as respectivas datas de formação, na p. 221.

8. Stuart B. Schwartz, “Colonial Brazil, c. 1580-1750: plantations and peripheries”, in *CHLA*, pp. 423-4. A indústria do açúcar tornou-se responsável pela introdução dos ranchos, onde a produção de gado supria as necessidades alimentares constantes.
9. Desde meados de 1580 que os rumores da existência de ouro e esmeraldas e o decréscimo da população índia levou a que fossem empreendidas uma série de expedições ao interior sertanejo. As bandeiras eram, segundo a aceção que tomavam no Brasil e em Minas, colunas em movimento constituídas por portugueses, mamelucos e índios. Seguiam os rios Tietê ou Paranaíba para oeste ou demandavam as planícies do Sul, em busca de índios para o trabalho escravo e de riqueza mineral; o nome ficou aplicado aos lugares em que estacionavam. Cf. Lockhart e Schwartz (1999), pp. 267-8.
10. A. J. R. Russell-Wood, “Colonial Brazil: the gold cycle, c. 1690-1750”, in *CHLA*, p. 547 (a descoberta é associada ao nome do governador de São Vicente, Brás Cubas). De tal facto nos dá conta, por exemplo, parte da carta de Anchieta – “Quadrimestre de Setembro a Janeiro de 1555” – quando se está a referir aos problemas causados pelos “cristãos nascidos de pai português e mãe brasílica [...] que crescem cada vez mais no ódio vivo que nos têm”: *Sed laboramus sustinentes, quia tempestatem sequitur tranquillitas et pax magna, et nunc maxime cum immensa auri, argenti, ferri aliorumque metallorum copia inventa est, adeo ut ipsae etiam domus in quibus homines habitant plenae sint*, (*Bras.*3(I), f. 125r.) – “Vamos sofrendo com paciência, que depois da tempestade vem a bonança e a grande paz. E especialmente agora que se encontrou grande abundância de ouro, prata, ferro e outros metais com que se enchem as próprias casas onde moram,”. Cf. Serafim Leite, SJ, “Documentos inéditos sobre S. Paulo de Piratininga (1554-1555)”, *Brotéria*, Vol. 56, Lisboa, 1953, 309. (A tradução é da responsabilidade de Leite) .
11. A procura de pedras preciosas decorria também com igual vigor. Já antes tinha havido busca de esmeraldas por Fernão Paes e de prata por Dom Rodrigo de Castel-Branco em 1674-1682. Cf. Charles R. Boxer, *The golden age of Brazil: growing pains of a colonial society (1695-1750)*, Lisbon, 1995, p. 35. As esmeraldas foram descobertas também antes do final do século XVII. Os jesuítas participaram directamente nas várias tentativas; algumas missões teriam sido mesmo realizadas às suas custas (cf. alvará de El Rei de 29 de Junho de 1636 em Leite *Hist.*, T. VI, p. 186). A primeira tentativa de entrada nos Mares Verdes (Minas Gerais) foi logo em 1621 – episódio narrado naquele que é considerado o primeiro documento literário do padre António Vieira: a carta ânua de 1626. Cf. Leite *Hist.*, T. VI, p. 184. O padre João Martins aí entrará em 1624 (*Bras.* 8, 360-365v), mas a busca das esmeraldas da Serra das Esmeraldas e dos Mares Verdes saldará-se-ia na descoberta de pedras verdes sem valor comercial na altura e que hoje em dia são conhecidas como turmalinas. (Ver Leite *Hist.*, T. VI, pp. 184-90). O descobrimento dos diamantes na zona do Serro Frio em Minas Gerais aconteceria mais tarde; a data provável deverá ter sido por volta de 1727-28, durante o governo do governador D. Lourenço de Almeida. Cf. BNL, *Cód.* 7167, F. FR531, *apud* Paulo Alexandre Marques Lopes, *Minas Gerais setecentista: uma sociedade aurífera*, Vol. I, Coimbra, 2001, p. 130. (Tese de mestrado em História da Expansão Portuguesa, Univ. de Coimbra, 2001.)
12. Augusto de Lima Júnior, *Vila Rica do Ouro Preto, síntese histórica e descritiva*, Rio de Janeiro, 1996, em esp. pp. 28-9. Minas Gerais ocupa, na actualidade, uma área de 586 528,2 km², segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para Minas Gerais, em 2004. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge> [último acesso: 11 de Dezembro de 2004]).

13. Lopes (2001), Vol. I, pp. 14-6. Ver também mapas de Minas Gerais: 1.^a e 2.^a ilustrações.
14. Lockhart e Schwartz (1999), pp. 370-1. Para descrição pormenorizada dos vários percursos ver Boxer (1995), pp. 39-40 e, em especial, Russell-Wood (1989), pp. 555-7.
15. Seguimos aquela que continua a ser a edição mais respeitável da obra de Antonil. Cf. André João Antonil, SJ, *Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas: texte de l'edition de 1711*, Paris, 1968, p. 368. Ver 5.^a ilustração. A terceira parte da obra de Antonil, “Cultura e opulencia do Brasil pelas minas de ouro” (pp. 129-465), ocupa-se de tudo o que diz respeito ao ouro e conta um total de dezassete capítulos (por exemplo, sobre os vários caminhos para as Minas Gerais: cap. X-XIII, pp. 418-443); a primeira parte, a mais extensa, correspondendo a metade da obra, perfaz três livros de doze capítulos cada um e é sobre a exploração do açúcar; a segunda, com apenas doze capítulos, trata da cultura do tabaco; a quarta, que diz respeito à produção de gado e couro, tem apenas seis capítulos. Antonil, ou seja João Antonio Andreoni (Luca, 1649 – Baía, 1716), teria conhecido o padre António Vieira em Roma com quem embarcou para o Brasil em 1681. Tomou os votos na Baía em 1683 e desempenhou vários cargos, foi secretário de vários provinciais, entre os quais de Vieira, visitador geral do Brasil e do Maranhão; foi reitor do Colégio da Baía duas vezes, uma antes de 1705, ano em que foi nomeado provincial, e outra depois de 1709. Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, pp. 45-54.
16. Cf. Boxer (1995), pp. 35-6. Mais recentemente, Donald Ramos atribui a probabilidade da primazia dessa descoberta à bandeira de Bartolomeu Bueno da Siquiera. Cf. *DHCPB*, col. 459, s.v. “Capitania de Minas Gerais”. Para um estudo particularizado das datas das várias descobertas em outras capitánias, ver o já citado artigo, mais recente que o de Boxer, de A. Russell-Wood (1989), pp. 547-9. (Com bibliografia no final, pp. 868-76.)
17. Veja-se o que nos diz a este respeito o jesuíta Diogo Soares (Lisboa, 1684 – Minas de Goiás, 1748) na sua “Noticia 3.^a pratica que dá ao R. P. Diogo Soares o M.[mestre] de campo Jose Rebello Perdigão sobre os prim.os descobrimentos das Minas Geraes do ouro.”: “Com esta noticia chegou de Povoador tanta gente, que apenas se repartirão tres braças de terra a cada hu dos mineyros: por cuja causa lançou nova Bandeira hu Antonio Dias, e correndo a mesma serra descobrio o Rib.^o [ribeirão] que hoje chamão do mesmo nome, que com a continuação, e disposição, que lhe derão, he agora huã continuada rua, e forma a Rica Villa do Ouro Preto.” Cf. Diogo Soares, SJ, *Colecção P. Diogo Soares ou Notícias praticas de varias minas, e do descobrimento de novos caminhos e outros sucessos do Brazil, dirigidas ao P. Diogo Soares*. (c. 1730) BPE, Cód. CXVI/1-15 1 vol. 4.^o, fol. 150v.
18. O rio das Mortes é um afluente da margem direita do rio Grande. Antonil explica-nos a origem do nome e diz: “neste rio & nos ribeiros que delle procedem, & em outros que vem a dar nelle, se acha ouro.” Cf. Antonil, SJ (1968), pp. 354-5. O ouro do Rio das Mortes foi descoberto em 1702 por um certo Tomé Portes d’El Rei, nativo de Taubaté, perto do local onde se edificará mais tarde a aldeia de São José d’El Rei, localidade onde nascerá o poeta José Basílio da Gama. Ver, a seguir, o capítulo 3 do nosso trabalho.
19. Virgínia Valadares, *Elites setecentistas mineiras: conjugação de dois mundos (1700-1800)*, Vol. I, Lisboa, 2002, pp. 298-307. (Tese de doutoramento em História da Expansão Portuguesa, Univ. de Lisboa, 2002.)
20. Lockhart e Schwartz (1999), p. 372.

21. Cf. “Mappas da capitação e da fundição dos quintos do ouro nas Minas Geraes desde 1737 até 1750” (BPE, *Cód. CXVI/2-13*) *apud* Lopes (2001), Vol. II, p. 8.
22. Cf. Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro, 1990, p. 27. Sobre o critério de atribuição das datas ver Boxer (1995), pp. 52-3.
23. No século XVI, destacam-se as entradas dos padres missionários Azpilcueta Navarro (1553) e do padre João Pereira (1574). Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, p. 83 e T. VI, p. 184, respectivamente.
24. Sabe-se, por exemplo, que, no século XVIII, o jesuíta António Correia, natural do Rio de Janeiro, integrou a comitiva de D. Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, que partindo do Rio de Janeiro, entrou em Vila Rica no dia 1 de Dezembro de 1717. Cf. “Diário da jornada que fez o Ex.mo Sr. D. Pedro desde o Rio de Janeiro até à cidade de São Paulo e desta até as Minas, no ano de 1717”, *RSPHAN*, Vol. III, Rio de Janeiro, 1939, 295-316. *Apud* Leite *Hist.*, T. VI, p. 192.
25. Tal como Steven Harris observa, os jesuítas foram proeminentes em três principais contextos: as instituições educacionais, as cortes e as missões. Steven Harris, “Transposing the Merton thesis: apostolic spirituality and the establishment of the jesuit scientific tradition”, *Science in Context*, Vol. III, Cambridge, 1989, 53.
26. Os valores e aptidões inculcados e desenvolvidos, desde a mais tenra idade, nas classes de gramática básica, média e superior, humanidades e retórica dos colégios jesuíticos tinham um reflexo notório na orientação e exercício do apostolado inaciano. As suas aptidões e valores podem ser epitomizados em seis termos cardinais da pedagogia humanista jesuítica: disciplina, diligência, destreza, ostensão, perícia, distinção (*i.e.* os seis “d” em inglês: discipline, diligence, dexterity, display, difficulty, distinction.) cf. Yasmin Annabel Haskell, *Loyola’s bees: ideology and industry in jesuit latin didactic poetry*, Oxford, 2003, p. 7.
27. Havia, inclusive, instruções que clarificavam o tipo de informação que cada classe de correspondência administrativa devia ter, o estilo em que devia ser escrita, como devia ser ordenada a informação. Como nos diz Harris (2000, pp. 231-2) as cartas vão ser fundamentais para a disseminação e troca de conhecimento científico entre as várias províncias, o quartel general e os cientistas jesuítas: “If powers of observation, judgement, clarity of expression, and diligence were crucial for superiors in Rome, who depended upon these letters as their eyes and ears in remote regions, they were no less crucial for Jesuit astronomers, naturalists, and geographers, who also relied upon them as their remote eyes and ears. In other words, it was not only the quantity and frequency of epistolary exchange that facilitated the gathering of scientific intelligence from afar, but also the quality of observation and the dependability of remote agents in executing requests for measurements, descriptions, or the sending of natural objects.”
28. “For progress, it is above all things profitable that everyone render complete obedience, regarding the superior, whoever he may be, as a representative of Our Lord Christ, and according him inward love and reverence.”, *Constituições*, § 31. As *Constituições da Sociedade de Jesus*, segunda grande obra de Loiola, “presents the logical conclusion of the principles laid down in the *Exercises*; it regulates the structure of the order in such a way that the activities of the whole Society of Jesus stand to the exercises of the individual exercitants in the same relations as the operations of an army stand to the exercises of the individual soldiers. Constructed on the same principle, dominated by the same spirit, The *Ex.* and the *Const.* are the harmonious complements of each other.” Cf. René Fülöp-Miller, *The power & secret*

of the jesuits, U.S.A., 1940, p. 18. (Livro publicado posteriormente com o título *The jesuits: a history of the Society of Jesus*, New York, 1963).

29. Desde o princípio os jesuítas entenderam o teatro escolar como estratégia de eficácia pedagógica, inseriram-no no seu plano de estudos, nos colégios (um conjunto alargado de normas em relação ao teatro surgem na *ratio studiorum*, nas suas redacções de 1586, 1591 e 1599), e a ele recorreram como forma de evangelização. “A grande representação teatral anual constituía no fundo o corolário de todo o percurso lectivo anterior. A subida ao palco constituiria para cada aluno finalista do curso de humanidades e retórica uma espécie de exame público onde, sob a ‘máscara’ duma personagem, demonstraria, enquanto actor, os dotes de eloquência adquiridos. O palco era já a antecâmara da vida futura, onde a chave do êxito se ligaria a um bom domínio da palavra e à capacidade de ser actor, a saber, de assumir papéis diversos de acordo com as exigências das situações.” Cf. Manuel José de Sousa Barbosa, *Bíblia e tradição clássica: a tragédia Sedecias do P. Luís da Cruz, S.I. na convergência de uma estética e de uma pedagogia*, Lisboa, 1998, p. 40. (Tese de doutoramento em Literatura Latina, Univ. de Lisboa, 1998.) Esta obra é um estudo recente da importância do teatro jesuítico na Europa e, em particular em Portugal – com a análise das implicações da adopção daquela que será a versão portuguesa do *modus parisiensis*, descoberto pelo autor num conjunto de regras contidos num manuscrito dos ANTT (ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Livro 312). Ver do mesmo autor o artigo “Teatro jesuítico: ou a eficácia duma pedagogia do humanismo”, *Clássica*, Vol. 24, Lisboa, 2002, 173-218.
30. Por vezes as próprias peças traziam passos em tupi para que a compreensão da representação estivesse ao alcance de todos. Tal sucede com a peça de José de Anchieta, considerada a primeira peça de teatro brasileiro, a *Pregação universal*, escrita em português e língua brasílica e cuja primeira representação decorreu em São Vicente no dia 31 de Dezembro (entre 1567 e 1570). Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, p. 29.
31. Seguindo os suplementos biobibliográficos publicados por Serafim Leite na sua monumental *História*, tomos VIII e IX. Existe também recolha das obras em tupi e guarani: Alfredo Valle Cabral, “Bibliographia das obras tanto impressas como manuscritas relativas à lingua tupi ou guarani, também chamada lingua geral do Brazil”, *Anais da BNRJ*, Vol. VIII, Rio de Janeiro, 1880, 142-214. Alguns padres conheciam um conjunto impressionante de línguas. Por exemplo Jacobo Cocleo (Moronvillers, 1628 – Baía, 1710) dominava além do tupi, quiriri, latim, grego, português, francês, flamengo, espanhol e suficientemente o inglês. Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, pp. 160-1.
32. Miguel Cardoso (Luanda, 1659 – Santos, 1721), Manuel de Lima (Luanda, c.1667 – Baía, 1718) e Pedro Dias (Gouveia, 1622 – Baía, 1700). Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, pp. 141-2; 318 e 199-200, respectivamente.
33. Basta recordar a já referida obra de Antonil onde o autor mostra interesse pela catequese dos escravos e pela maneira como estes devem ser tratados pelos senhores. As suas preocupações seguem na linha de Vieira e também, em particular, do jesuíta Jorge Benci que na sua obra *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, Roma, 1705 (reeditada no Porto em 1954 com prefácio e notas de Serafim Leite) não questiona a justificação legal ou moral para a existência da escravatura negra. Jorge Benci, nasceu em 1650 em Rimini, chegou ao Brasil em 1681 ao mesmo tempo que Vieira e Andreoni, pronunciou os seus votos no Rio de Janeiro em 1683. Foi pregador e procurador do Colégio da Baía, professor de humanidades e de teologia, visitador e depois secretário do Provincial. Em 1700, pediu para deixar o Brasil e foi enviado para Lisboa onde se ocupou dos assuntos da Companhia e onde faleceu em 1708. Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, p. 95. As referências à proficiência linguística dos jesuítas, o posicionamento da Companhia de Jesus perante a escravatura negra e o recurso a esta na mineração do ouro brasileiro

no século XVIII foram por nós abordados na nossa comunicação: “New World ‘ethiopians’: visions of slavery and mining in early modern Brazil” no simpósio *Latinity and Alterity in the Early Modern Period*, Institute of Advanced Studies, University of Western Australia, Perth 12-14 de Julho de 2004 (no prelo).

34. Serafim Leite, SJ, “A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil”, *Brotéria*, Vol. 68, Lisboa, 1959, 538.
35. Apenas em São Paulo se continuou a recorrer aos índios cativos. Cf. Leite *Hist.*, T. VI, pp. 347-8.
36. Cf. Dauril Alden, *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond (1540-1750)*, Stanford, 1996, pp. 524-5. Sobre a questão do recurso à escravatura negra por parte da Ordem, nomeadamente nos engenhos do açúcar e na mineração, ver p. 502 sqq.
37. Serafim Leite tendeu sempre a ignorar o envolvimento directo jesuítico na questão da escravatura negra; um resumo dos argumentos empregues em defesa da Sociedade de Jesus encontra-se em Alden (1996), p. 526. O padre Leite apesar de realçar a impossibilidade de os padres, em conjunto se colocarem contra a escravatura no Brasil, refere o exemplo particular de alguns jesuítas que a ela se opuseram como Miguel Garcia e Gonçalo Leite, na Baía, no século XVI. Os dois padres do Brasil foram mandados voltar à Europa, porque se recusaram confessar quem possuísse escravos, sustentando que “nenhum escravo da África ou do Brasil era justamente cativo.” Cf. Serafim Leite, SJ, “A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil”, *Brotéria*, Vol. 68, Lisboa, 1959, 534-8; cit. da p. 537.
38. Leite (1959), 537.
39. A própria assistência de Portugal também nunca conseguirá recrutar irmãos coadjutores em número suficiente. Cf. Alden (1996), pp. 503-4. É importante recordar que, segundo o uso na generalidade dos colégios e universidades da Sociedade de Jesus, o trabalho intelectual estava conectado com cargos/ funções como as de professor, reitor, regente, escritor e bibliotecário e normalmente as necessidades mais prosaicas do quotidiano eram, quase sempre, asseguradas por irmãos leigos também denominados coadjutores. Estas incluíam um leque variado de tarefas e compreendiam, por exemplo, o boticário, o amanuense, o carpinteiro, o cirurgião e o jardineiro. Cf. Harris (2000), p. 225.
40. Para um conhecimento do *modus operandi* dos engenhos e das fazendas dos jesuítas, veja-se no artigo de Serafim Leite, o caso do Engenho Velho e Engenho Novo, na cidade do Rio, e das fazendas de Santa Cruz e de São Cristóvão, todos pertença do Colégio do Rio. Cf. Serafim Leite, SJ, “Fazendas e engenhos dos jesuítas no distrito Federal”, *Separata da Revista Verbum*, T. II, Fasc. 2 (Junho), Rio de Janeiro, 1945, 182-206. Diz-nos Leite, p. 186: “A fazenda de Santa Cruz era a povoação perfeita, com tudo o indispensável à vida civilizada, progressiva, com as características de grande estabelecimento agrícola-industrial, modelar para o tempo: Igreja, vasta Residência de sobrado, Hospedaria, Escola de rudimentos para os meninos e de catequese, Hospital, Cadeia, e variadas oficinas de trabalho, sem excluir, para o fim, a de prata lavrada: Ferraria, Tecelagem, Carpintaria, Olaria, Casa de Cal, Casa de Farinha, Descasca de Arroz, Casa de Curtumes, Engenhoca de aguardente, Engenho de açúcar (em construção), estaleiro, onde se fabricavam canoas e até grandes sumacas; roças de mandioca, feijão e algodão, – a clássica policultura das Grandes Fazendas dos jesuítas”. A fazenda de São Cristóvão, lembra Serafim Leite (pp. 200-1), teria servido não só essencialmente para a lavoura, mas também como casa de campo de estudantes da Companhia. Nela teria recuperado José Rodrigues de Melo a saúde quando ainda era estudante e o recorda mais tarde no seu poema. O poeta lembra o tratamento que seguiu, um remédio caseiro, fortificante, mingau de farinha, leite, açúcar e ovos, que secundado por bons ares, lhe permitiu

recuperar a saúde e retomar os estudos no Colégio: *Villa fuit, non urbe procul, juxta aequoris oram, / Assurgens molli clivo, laetissima sedes, / Quo se Ignatiadae juvenes conferre solebant, / Atque statis animos vacui instaurare diebus, / Palladiae fessos curis studioque palestra (vv. 466-70); Mane igitur crustam attritam, cum lacte recenti, / Sacchari arundinae cum flore, tribusque vitellis / Versabat puer exigua mihi doctus in olla / Ad tenuem sensim, donec concreveret, ignem. Iteera e stratis, cum jam luz [sic] alma fenestram / Collustrans, tenui radio conclave feriret, / Surgebam, medicaeque explebar nectare pultis. / Hujus ope, ac villae hospitio caeloque benigno/ Paulatim tussis febrisque evicta remisit. / Tum demum manifesta fides; patuitque salubris / Vis gummi virtusque potens; mihi namque sereno / Ore palam se se, claraque in luce videndam / Exhibuit formosa Salus, quam lille sequutae / Laetitia, roseis redimitae [sic] tempora sertis, / Hinc atque hinc lateri haerebant, Roburque Vigorque / Atque Valetudo ridenti strenua vultu.* (vv. 477-92) – “Havia um sítio, não longe da cidade [trata-se da cidade do Rio de Janeiro descrita anteriormente nos vv. 447-57], à beira-mar, erguendo-se em suave declive, agradabilíssima sede, onde os jovens inacianos costumavam reunir-se, e, ociosos, restaurar, em dias determinados, os ânimos cansados pelas preocupações e pela dedicação ao exercício de Palas.” (vv. 466-70); “De manhã, portanto, um rapaz experto mexia para mim numa pequena panela, lentamente, a crosta moída, até que engrossasse, em fogo brando, com leite fresco, com a flor da cana do açúcar e com três gemas. Deste modo, quando já a luz vivificante, iluminando a janela, feria com tênue raio o quarto, eu me levantava da cama e me fartava do néctar da papa medicinal. Com o auxílio desta, e da reclusão e do clima benigno do sítio, aos poucos, a tosse e a febre se foram, vencidas. Então, finalmente, se manifestou a fé; e se tornou evidente a força salutar da goma e sua poderosa virtude: e assim, para mim, com rosto sereno, a formosa Saúde nitidamente se deixou ver na clara luz, acompanhada de mil Alegrias com as fronte coroadas de grinaldas róseas, tendo, de um e de outro lado, a força, o vigor e a forte robustez de um vulto sorridente.” (vv. 477-92). Cf. José Rodrigues de Melo, SJ, e Prudêncio do Amaral, SJ, *Geórgicas brasileiras: cantos sobre coisas rústicas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1941, pp. 57-8; reedição facsimilar da edição original *Josephi Rodrigues de Mello Lusitani Portuensis de rusticis Brasiliae rebus carminum libri iv. – Accedit Prudentii Amaralii Brasiliensis de sacchari opificio carmen* (Roma, 1781), seguida de tradução. A tradução do extracto que apresentamos é reproduzida da recente edição também bilingue da responsabilidade de Raul Sozim e Sérgio Zan, que preferimos não seguir, para o texto latino, por apresentar alguns erros de fixação. Cf. José Rodrigues de Melo, SJ e Prudêncio do Amaral, SJ, *Temas rurais do Brasil*, Ponta Grossa, 1997, pp. 129 e 131.

41. Este parece ser um dado indiscutível. No entanto, Serafim Leite quando se refere à biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro, no século XVIII, afirma que: “enfileiravam-se nas suas estantes livros recentes, alguns impressos na própria casa, por volta de 1724, para uso privado do colégio e dos Padres, outros trazidos cada ano dos livreiros de Lisboa e da Europa.” (ARSI, 10, 220) Por vezes era dado o número das entradas de livros. Por exemplo só em 1734 teriam entrado 92 novos volumes na biblioteca (ARSI, 10, 177v, 355). Cf. Leite *Hist.*, T. VI, p. 26. Para uma avaliação da provável influência do leque das obras disponíveis para estudo na biblioteca na educação dos alunos cf., no nosso estudo, II, capítulo 5.
42. Para um estudo pormenorizado do papel da Universidade de Coimbra na formação das elites setecentistas mineiras brasileiras, ver Valadares (2002), Vols. I e II. Ver igualmente Caio César Boschi, *Achegas à história de Minas Gerais: séc. XVIII*, Porto, 1994, em esp. pp. 21-37.
43. Baseamo-nos em Serafim Leite e na sua biobibliografia. Leite esclarece o que entende por Assistência de Portugal no Brasil: “A Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão e Pará, da Companhia de Jesus, pertencentes à Assistência de Portugal, correspondiam uma e outra aos antigos Estados do mesmo nome, e constituem hoje uma só unidade nacional, que é o Brasil. A Biobibliografia, que vai ser objecto dos tomos VIII e IX desta História como seu suplemento adequado, trata dos escritores Jesuítas

do Brasil, da Assistência de Portugal na América, – e este é o seu âmbito e delimitação. Quer dizer: Abrange os Jesuítas daquela Província e daquela Vice-Província, ou porque nelas entraram ou porque nelas trabalharam, qualquer que fosse a nação em que nascessem ou entrassem. Todos os Jesuítas delas, e só os delas. Não realizam a condição os que, nascidos no Brasil, não entraram no Brasil nem trabalharam nele, mas noutras Províncias, como, por exemplo, Goa; nem a realizam os que pertenceram à antiga Assistência de Espanha e missionaram territórios, que embora sejam brasileiros hoje, não o eram então. Esta segunda classe são Jesuítas da Índia ou do Paraguai, ou do Maranhão espanhol. Trata-se aqui dos Jesuítas da Província do Brasil, fundada por Manuel da Nóbrega, e da Missão e depois Vice-Província do Maranhão e Pará, fundada por Luiz Figueira, isto é, no período que vai desde 1549, em que chegaram, até 1760, em que saíram, o âmbito da própria *História da Companhia de Jesus no Brasil*, da antiga Assistência de Portugal. Existência que existiu oficialmente até 1773. Ampliar o quadro seria entrar em províncias alheias à competência do autor.” Cf. Leite *Hist.*, T VIII, pp. IX-X.

44. Cf. António Vieira, SJ, “Sermão da Primeira Oitava da Páscoa” (1656), in *id.*, *Sermões*, T. V., Porto, 1959, pp. 219-25 (prefaciado e revisto pelo padre Gonçalo Alves. Há edição isolada do sermão: António Vieira, SJ, *Sobre as verdadeiras e as falsas riquezas: Sermão da 1.ª Oitava da Páscoa*, Lisboa, 1937; prefácio e notas de António Sérgio) Conhecem-se de Vieira, em especial na série “Maria Rosa Mística”, sermões sobre os escravos negros (sermões do Rosário n.ºs 14.º, 20.º e 27.º). Nos sermões 14.º e 27.º refere-se o trabalho dos negros nos engenhos de açúcar. Apesar de chocado com o tratamento infligido aos escravos (ver, por exemplo, S. 20.º: “Oh trato desumano, em que mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que interesses se tiram das almas alheias, e os riscos das próprias”), o pregador revela uma atitude complacente em relação ao problema da escravatura; a certa altura diz que pretende levar “a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia e passada ao Brasil” a dar graças a Deus e a considerar milagre o que “parece desterro, cativo e desgraça.” e mais à frente “Não há trabalho, nem género de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos. [...] Bem-aventurados vós se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado, e com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança aproveitar e santificar o trabalho!” (S. 14.º). Cf. António Vieira, SJ, “Sermão décimo quarto”, in *id.*, *Sermões*, T. XI, Porto, 1959, pp. 301 e 305 e “Sermão vigésimo sétimo”, *id.*, pp. 329-30. No S. 14.º Rosário, 1633, a descrição dos engenhos assemelha-se, pelo ambiente criado, à das minas. Sobre a questão da salvação dos negros, ler a conversa entre Vieira e “um escravozinho comprado, com uns catorze anos de idade, de raça negra” no livro terceiro da *Clavis Prophetarum*. Cf. António Vieira, SJ, *Clavis prophetarum / Chave dos profetas*, livro III, cap. IV, § 2, Lisboa, 2000, pp. 328-33. (Edição crítica, tradução e notas de Arnaldo do Espírito Santo segundo projecto iniciado com Margarida Vieira Mendes; revisão da trad. de João Pereira Gomes, SJ.)
45. Tal como Margarida Vieira Mendes destacou, nos sermões de Vieira, as descrições das “Minas” tal como as da “Peste” (S. Roque, 1652, Lisboa) e dos “Engenhos” (S. 14.º Rosário, 1633, Baía) são de carácter único: “Distinguem-se elas pela sua intensidade literária e por manifestarem, mais uma vez, a mesma obstinada organização totalitária e cósmica”. Cf. Margarida Vieira Mendes, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, 1989, pp. 507-8.
46. Veja-se, por exemplo, o já referido Antonil (1968), pp. 31-5, 272-3; 366-71 e ns. 1, 3, 6 e 8; 386-7; 462-5) e Vicente do Salvador, que começou os seus estudos no Colégio dos jesuítas de Salvador e que os completou em Coimbra, na sua *História do Brasil* (1627), São Paulo, 1931, p. 26. Os fisiocratas, cujas concepções nasceram em França em meados do século XVIII, viram combater as doutrinas mercantilistas que identificavam a riqueza com o numerário, com o dinheiro e os metais preciosos defendendo que a fonte de toda a riqueza estava na natureza, daí partindo para sustentar que a sua base era a agricultura e esta a única actividade verdadeiramente produtiva. Em Portugal, o caso mais

representativo é o de Domingos Vandelli (1735-1816) e as suas *Memórias económicas da Academia* (desdobradas em cinco volumes, foram publicadas entre 1789 e 1815). Cf. também, mais à frente, a nota 123 do nosso trabalho.

47. Cf. “Carta da Câmara de Vila Rica” (3-IV-1751); *apud* Souza (1990), p. 39.
48. Antonil, SJ (1968), p. 464. A ideia de que o ouro é mais rendoso que o açúcar não passará, como refere Vitorino Magalhães Godinho, de uma miragem, de um mito. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “Frotas do açúcar e do ouro”, *Ensaio*, Vol. II, Lisboa, 1978, 306.
49. Cf. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*, S. Paulo, 1979, pp. 114-5 e Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), “O império luso-brasileiro 1750-1822”, in *id.*, *Nova história da expansão portuguesa*, Vol. VIII, Lisboa, 1986, p. 116 (coord. de M.^a Beatriz Nizza da Silva). Segundo Dauril Alden: “The maximum yield from the mining sector occurred during the latter half of 1750s and between 1755-9 and 1775-9 there was a drop in output of 51.5 per cent.” Cf. Alden (1996), pp. 620-1. O volume de ouro extraído das minas do Brasil terá sido, no seu total, muito significativo. Para Vitorino Magalhães Godinho, dez ou quinze anos de afluxo do ouro brasileiro para Portugal teriam correspondido a todo o ouro remetido pela América aos espanhóis no decurso de 150 anos, anteriores a 1660. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, *Revista de História*, n.º 15, Lisboa, 1953, 82-3.
50. Os arraiais eram os antigos acampamentos de mineiros. Cf. Yves Leloup, “Paysages et contrastes urbaines dans les Minas Gerais (Brasil)”, *Geographica*, Vol. 8, Lisboa, 1966, 77 e Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Belo Horizonte*, 1975, p. 137, n. 191 (trad. de Vivaldi Moreira). O viajante botânico Augustin François Cesar, chamado Auguste Provençal de Saint-Hilaire (Orleans, 1779 – Orleans, 1853), embarcou em 1816 para o Brasil e aí esteve vários anos. Em 1822 voltou à França onde consagrou o resto da vida ao estudo do material recolhido. Começou a publicação da sua *Flora Brasiliae Meridionalis* (Paris, 1825-32, 3 vols.), com a colaboração de A. de Jussieu e J. Cambessedès. Para além dos trabalhos botânicos, a sua grande obra é a descrição das viagens que efectuou pelo interior do Brasil (9 vols.).
51. Russell-Wood (1989), pp. 560-1.
52. O Rio de Janeiro contava com um núcleo urbano proveniente já do século XVI e com a obra intelectual e religiosa de várias ordens que tinham aí os seus conventos e dos jesuítas e o seu colégio. São Paulo, apesar de fundado igualmente no século XVI, só apresentaria vida intelectual digna de nota mais tarde. Os jesuítas, tendo como ponto de partida Salvador (século XVI), expandiram-se para o nordeste até ao Rio Grande do Norte e Ceará, para sul até Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com incursões pelo interior. Estabeleceram-se em diferentes lugares, cabendo destaque a Salvador, a partir de 1549, a Pernambuco, desde 1550, Rio de Janeiro, a contar de 1552-1560-1565, e São Paulo de 1553 a 1554. Nas três primeiras capitanias fundaram colégios com dotações reais, devendo-se considerar também o Colégio de São Paulo. Cf. Leite *Hist.*, T. I., p. 400 sqq.
53. Cf. Afrânio Coutinho (dir.) e Waltensir Dutra, *A literatura no Brasil*, Vol. I, Rio de Janeiro, 1968, pp. 311-2.

54. José Aderaldo Castello, *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)*, Vol. I, São Paulo, 1999, pp. 91-2. As actividades das academias normalmente cingiam-se às elites, no entanto, ocasionalmente, também as classes menos favorecidas participavam, nomeadamente enquanto receptoras dos eventos.
55. Famoso pela sua *História* em 10 vols. Cf. Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), *Historia da America portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (Lisboa, 1730). No vol. II, livro 8.º, caps. 58-67 (pp. 491-6) refere-se a descoberta das minas do sul e, em especial, das Minas Gerais.
56. Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, Vol. I, Belo Horizonte, 1964, p. 86.
57. Terá sido mandada fechar em 1794, pelo vice-rei, Conde de Rezende, sob a acusação de divulgar ideias liberais e anti-coloniais. Ver, sobre as academias, sua importância e efemeridade, Vania Pinheiro Chaves, *“O Uruguai” e a fundação da literatura brasileira*, Vol. II, Lisboa, 1990, p. 594 (Tese de doutoramento em Literatura Brasileira, Univ. de Lisboa, 1992, 2 vols.)
58. Cf. Coutinho e Dutra (1968), p. 298; Manuel Bandeira, *Noções de história das literaturas*, Rio de Janeiro, 1960, pp. 427-31.
59. Veríssimo (1998), p. 127.
60. *Id.*, pp. 122 e 130.
61. Veríssimo (*id.*, p. 122.) considera imprópria a designação “escola mineira” – “quando apenas formam um grupo literário, sem algum rasgo característico que colectivamente os distinga” – e por isso propõe chamar-lhe “plêiade mineira”. Todos, à excepção de Durão, utilizaram, à semelhança dos árcades portugueses, pseudónimos poéticos: Cláudio Manuel era Glauceste Satúrnio; Alvarenga Peixoto, Eureste Fenício; Silva Alvarenga, Alcindo Palmireno; José Basílio da Gama, Termindo Sipílio. Gonzaga adoptou nas suas líricas o nome de Dirceu para si e de Marília para a noiva. Bandeira (1960), Vol. II, pp. 432-44.
62. Veríssimo (1998), pp. 161-2.
63. Apenas Gonzaga tinha nascido em Portugal no Porto, mas vivera e trabalhara no Brasil, adoptando-o como terra-mãe. Santa Rita Durão nasceu em Cata Preta (distrito de Mariana); Cláudio Manuel nos arredores de Mariana; Alvarenga Peixoto no Rio de Janeiro; Silva Alvarenga em Vila Rica e Basílio da Gama perto da vila de São José do Rio das Mortes. Para informações detalhadas sobre a vida e obras dos autores mineiros ver Veríssimo (1998), pp. 131-57.
64. Manuel Inácio da Silva Alvarenga, *A gruta americana*, Lisboa, 1779, v. 69; *apud* Chaves (1990), Vol. I, p. 138.
65. Este poema deve ter sido escrito em 1782, data do nascimento do filho do governador, mas publicou-se pela primeira vez em 1794 com o nome “Oitavas feitas em obsequio do nascimento do Ilmo. Sr. D. José Thomás de Menezes, filho do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Rodrigo José de Menezes, governando a capitania de Minas Gerais”. Cf. Domingos Caldas Barbosa, *Almanak das musas*, Vol. IV, Lisboa, 1794, 139-45; *apud* Chaves (1990), Vol. I, pp. 153-4. (ver também Vol. II, p. 962.)

66. Tomás Antônio Gonzaga, *Marília de Dirceu e mais poesias*, Lisboa, 1937; *apud* Bandeira (1960), pp. 435-6. A primeira edição de Marília de Dirceu apareceu em Lisboa em 1792, no mesmo ano da sua condenação e desterro.
67. Cláudio Manuel da Costa, “Vila Rica”, *Obras poéticas*, Rio de Janeiro, 1903; *apud* Hélio Lopes, *Introdução à leitura do poema “Vila Rica”*, S. Paulo, 1979, p. 67. Vania Chaves recorda que Cláudio Manuel da Costa teria sido “o primeiro dos poetas brasileiros a procurar emular a épica americana de Basílio da Gama”. Cf. Chaves (1990), Vol. I, p. 139.
68. O *Vila Rica* foi concluído em 1773, mas só foi publicado após a morte do poeta. A primeira edição integral do poema saiu em Ouro Preto, em 1839. Cf. Lopes (1979), pp. 10-46; em particular pp. 31 e 37.
69. José de Santa Rita Durão, *Caramuru*, Lisboa, 1781.
70. José Basílio da Gama, *O Uruguai. Poema de José Basílio da Gama na Arcadia de Roma Terminando Sipílio ao ilmo. e exmo. Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado secretario de Estado de s. Magestade fidelissima*, Lisboa, 1769.
71. “surgindo numa época em que os caminhos das Literaturas Portuguesa e Brasileira não se tinham ainda separado, o poema de José Basílio da Gama prenuncia e dinamiza esta separação, constituindo um passo importante na construção da autonomia da Literatura Brasileira.” Cf. Chaves (1990), Vol. I, p. 165; ver também p. 550 e sqq.
72. A *Carta de Pedro Vaz de Caminha* já apresenta assunto, paisagem e personagens brasileiros, no entanto não é plausível considerá-la como texto brasileiro; é possível enquadrá-la na história de literatura do Brasil desde que se reconheça que ela inicia não a literatura brasileira, mas o que José Aderaldo Castello designa por “literatura informativa sobre a terra”. Cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 840. Na narração poética de assunto brasileiro, *O Uruguai* é antecedido pela *Prosopopeia*, de Bento Teixeira (Lisboa, 1601), mas este poema não tem as dimensões e características de uma epopeia clássica. Cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 631, n. 27. *O Uruguai* influenciou claramente o *Caramuru* não obstante alguns contrastes na escolha e tratamento desta temática. Por exemplo, Durão prefere uma visão abrangente da história antiga da colónia; algumas personagens são tratadas, também, de modo antagónico nos dois poemas: os jesuítas passam de personagens centrais e anti-heróicas n’ *O Uruguai* para personagens secundárias, cuja actuação evangelizadora é positivamente destacada, no *Caramuru*. Para uma análise da recepção de *O Uruguai* no *Caramuru*, ver Chaves (1990), Vol. I, pp. 144-51. Uma análise aprofundada a recepção de *O Uruguai* na produção poética luso-brasileira setecentista encontra-se na mesma obra pp. 116-65; para uma avaliação globalizante da recepção do poema nos séculos XVIII, XIX e XX cf. também o Vol. I.
73. Sobre a questão do Tratado de Madrid e o poema *O Uruguai* ver Chaves (1990), Vol. II, pp. 631-3 e Jean Lacouture, *Jésuites une multibiographie*, Paris, Vol. I, pp. 440-2.
74. Outros quadros no canto V representam diversas acções da Companhia de Jesus no mundo. Por exemplo, em França atribuem-lhe responsabilidade nas mortes de Henri III e de Henri IV (vv. 12-6); apontam-lhe a colocação de representantes em Portugal, na Amazónia, na Ásia, na África (vv. 23-33); no Oriente criticam-lhe a aceitação dos costumes e cultos asiáticos (vv. 47-53), o fomento de lutas intestinas, os actos sacrílegos e, finalmente, a expulsão (vv. 54-64); na Inglaterra o envolvimento na conjuração da

pólvora (vv. 65-72); em Portugal o arrastamento da Nobreza para a derrota no norte de África, causando a morte de D. Sebastião (vv. 74-81), a colaboração com os dominadores espanhóis e o seu poderio crescente (vv. 82-94). Cf. Chaves (1990), Vol. II, pp. 758-9 e 808-10.

75. Expressão e opinião de Chaves (1990), Vol. II, p. 810.
76. Chaves (1990), Vol. I, p. 87. Ver capítulo 2 e ns. 98 e 99 do nosso estudo.
77. Chaves (1990), Vol. II, p. 580.
78. Título abreviado que utilizaremos para nos referirmos ao poema (cf. texto latino e tradução).
79. Era comum que os nomes dos jesuítas constassem nos catálogos da Companhia de Jesus de forma concisa. O *Catalogus I.^{us} Provinciae Brasiliensis Romam missus a P. Provinciali Ioanne Honorato anno 1757 – Professi quattuor votorum* (ARSI, *Bras.6*, 408-414v) apresenta os seguintes dados biográficos relativos ao poeta: *Nomen – Iosephus Basilius; Patria – Aurifodinensis; Aetas – 16; Ingressus – 2 Mai. 1757; Natiuitas – 8 Apr. 1741* (ARSI, *Bras.6*, 413). Esta informação foi divulgada em primeira mão pelo padre Serafim Leite, na sessão de homenagem a Basílio da Gama que a Academia Brasileira de Letras organizou em 1941 (Serafim Leite, SJ, “Palavras do sr. Serafim Leite, S.I.”, *RABL*, Ano 40, Vol. 62 (Julho – Dezembro), Rio de Janeiro, 1941, 210); *apud* Vania (1990), Vol. I, p. 406. Em 1949, Serafim Leite reproduz em *Hist.*, T. VII, Apêndice F, pp. 421-34 este *Catalogus*; o nome e restante informação sobre Basílio na p. 431. O *Catalogus brevis Provinciae Brasiliensis an. 1757* (ARSI, *Bras.6*, 395-400v), que Leite reproduziu igualmente na sua *Hist.*, T. VII, Apêndice G, pp. 435-53 completa a informação anterior e afecta-o ao *Collegium Fluminense* como noviço e, mais à frente, inscreve-o na lista dos *scholastici in Societatem admissi*. (cf. T. VII, p. 443 e p. 453, respectivamente). Biografia muito concisa de Basílio da Gama figura no T. VIII, pp. 89-90. Informação recente e bastante aprofundada sobre a biografia do poeta e o ambiente cultural envolvente, encontra-se em Chaves (1990), Vol. II, pp. 577-614 e, mais recentemente, em outra obra desta especialista basiliense (*O despertar do génio brasileiro: uma leitura de “O Uruguai” de José Basílio da Gama*, Campinas, 2000, pp. 9-11.)
80. Igreja onde ficaram os restos mortais de Manuel da Nóbrega, Prudêncio do Amaral e Simão de Vasconcelos, entre outros; a construção de uma nova Igreja, começada em 1744, acabou por ser suspensa com a extinção da Companhia em 1759. Sobre o Colégio do Rio de Janeiro, em particular no século XVIII, cf. Leite *Hist.*, T.VI, pp. 3-31; o historiador refere documentação do ARSI: *Bras.5*, 7v e *Bras.6*, 397v.
81. A obra mais importante de José Caeiro, SJ (1712-1791) é a relativa à expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios (ANTT, *ms. Livraria* n.º 2600-2602). A parte respeitante à expulsão dos jesuítas do Brasil, África, Índia e Extremo Oriente intitula-se *De exilio Provinciarum Transmarinarum Assistentiae Lusitanae Societatis Iesu / Sobre o exílio das províncias transmarinas da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus*. Obra publicada, em latim e tradução portuguesa justaposta de Manuel N. Martins, SJ, pela Academia Brasileira de Letras, com o título *Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII)*, Baía, 1936. Mais recentemente publicou-se, em versão portuguesa, a parte que faltava: *De exilio Provinciae Lusitanae Societatis Iesu libri v / História da expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal (séc. XVIII)*, Lisboa, 1991-1995, 2 vols. Tradução de Júlio de Moraes, SJ (livro I) e José Leite, SJ (livros II-V).

82. [...] *et Basilius quidem ob notam animi mollitiem miraculo sociis jampridem erat, quod inter primos non defecisset; quamquam et hic animosior factus Romam venit, utque inter socios admitteretur, postulavit.* Cf. Caeiro, SJ (1936), pp. 250-1. Serafim Leite, apesar da posição crítica em relação a Basílio, pois este “não te[ve] a nobre coragem de ser fiel na hora da desgraça” (cf. Leite, SJ (1941), 210; *apud* Chaves (1990), Vol. I, p. 406) admite também a possibilidade de o poeta se ter arrependido da sua decisão e de ter pedido o seu reingresso na Companhia “indo para esse efeito à Cidade Eterna”. Ver também Leite *Hist.*, T. VIII, p. 89.
83. Conforme refere Caeiro, SJ (1936), p. 294: *I – Itaque Idibus Martii anni MDCCLX ab Fluminensi portu solvere Jesuitae CXXV. Sacerdotio insignes erant: [...] Franciscus Sylveira [...] Josephus Rodriguius.* Cf. ns. 103 e 104 do presente capítulo.
84. *Id.*, pp. 298-9.
85. Mendonça Furtado teve um papel importante no descrédito que a Companhia viria a granjear, entre as mais altas personalidades, na corte portuguesa, nomeadamente na influência sobre seu irmão o futuro Marquês de Pombal. Sebastião José de Carvalho e Melo subiu ao poder, como ministro, a 2 de Agosto de 1750 legislando sobre tudo, desde os costumes à exportação do ouro – elevou o poder do Estado ao mais elevado grau. Recebe o título de Marquês em 18 de Outubro de 1770 e exerce actividade governamental até 27 de Fevereiro de 1777 com o pedido de demissão aceite pela rainha D. Maria I. Cf. Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, 1989, p. 47 sqq.
86. Outras companhias foram criadas em meados de Setecentos: Companhia de Comércio da Ásia – 1753; Companhia da Pesca da Baleia – 1756; Companhia dos Vinhos do Alto Douro – 1756; Companhia de Pernambuco e Paraíba – 1759. Cf. Macedo (1989), p. 66. Para um estudo aprofundado da acção das companhias brasileiras ver p. 97 e sqq.
87. A par com este tipo de literatura anti-jesuítica, a maior parte anónima, e que englobava libelos, profecias, alegorias, epigramas, caricaturas, cartas fictícias, etc. vai surgir igual número e variedade de escritos pró-jesuíticos.
88. A título de exemplo recordemos a célebre *Relação abbreviada...* atribuída ao futuro Marquês de Pombal muito provavelmente impressa em Lisboa em 1757 e que teve inúmeras reedições e traduções, entre as quais as de Paris, 1758; Lisboa e Siena, 1758; Lisboa e Madrid, 1758; Frankfurt und Leipzig, 1758; Lugano, 1759; Amsterdam, 1759; ou o folheto italiano *I Lupi Smascherati / Lobos desmascarados* (1760) onde é atribuída aos jesuítas a culpa pela tentativa de assassinato de D. José I. A figuração dos jesuítas como animais selvagens vai surgir também no já referido poema épico de Basílio *O Uruguai*. Aparecem metaforicamente, no episódio das visões criadas pela feiticeira índia, como “famintos lobos” (canto III, 243) e como “fingidas raposas” (canto III, 244). Cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 806.
89. Lourenço Kaulen esteve como missionário no Maranhão de onde foi igualmente expulso quando Pombal decretou a extinção da Companhia em 1759. O jesuíta alemão redigiu a famosa *Resposta apologetica ao poema intitulado O Uruguai composto por José Basílio da Gama, e dedicado a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho, Conde de Oeyras e Marques de Pombal*, Lugano, 1786. Este texto, que o autor quis publicar logo em 1780 conforme é possível depreender pelas cartas que dirigiu, nesse mesmo ano, aos ex-jesuítas José da Silva, Bento José da Fonseca e Anselmo Eckart (BNL, *CP*, (miscelânea) 640, respectivamente fls. 385 e 387-9) constitui a mais antiga biografia conhecida de Basílio da Gama. É, com efeito, a primeira fonte de posteriores estudos sobre a vida do

poeta e foi publicada, igualmente anónima, com variantes e o título de *Refutação das calumnias contra os jesuítas contidas no poema “Uruguay” de José Basílio da Gama na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a partir de um manuscrito aí existente (ver *RIHGB*, T. LXVIII, Parte I, Rio de Janeiro, 1907, 93-224). Para uma avaliação profunda da refutação do padre Kaulen ver Chaves (1990), Vol. I, pp. 100-3.

90. Pode muito bem ser que o poeta de facto quisesse ter reentrado na Companhia e que não o tivesse conseguido devido às dificuldades que enfrentava a Sociedade nessa altura.
91. Chaves (1990), Vol. II, p. 579.
92. *Id.*, pp. 583-4. Sobre a sua vida nesta época ver também pp. 584-97. Conforme refere Chaves (p. 584): “Tal facto invalida a ideia de que em *O Uruguai* o poeta teria atacado os jesuítas pela primeira vez e para comprar a sua liberdade, permitindo, ao contrário, situar a obra numa trajetória ideológica, cuja origem pode remontar, como sugeriu Veríssimo, ao próprio abandono dos primeiros votos.”
93. AHU, *Apensos do Rio de Janeiro*, maço de 1768.
94. AHU, *Avisos*, Livro XII, fl. 49.
95. ANTT, *Livro das mercês*, n.º 22, fl. 34.
96. O seu nome não figura nos Catálogos do ARSI referentes aos anos em que aí esteve como Vania Chaves o confirmara em 1984-5. Chaves (1990), Vol. II, p. 579, n. 9.
97. Informação constante num catálogo manuscrito da custódia de Morei: *Termino Sipilio... abate Giuseppe Basilio de Gama*. Também no dicionário onomástico, publicado pela Arcádia, e organizado tendo como base catálogos e documentos da época das custódias que reproduz é possível ler: *Termino Sipilio, Giuseppe Basilio de Gama, americano – Morei, 1743-66; V, c. 273 r*. Cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 579 e Chaves (2000), pp. 11-2 e 45. A ligação de Basílio a esta célebre agremiação romana é motivo de admiração dos seus conterrâneos brasileiros, entre os quais Cláudio Manuel e Seixas Brandão. Chaves (1990), Vol. I., p. 117.
98. A primeira edição encabeçada com título *Soneto per il fonte del foro agonale del cav. Bernino inserito em pregi delle belle arti orazione e componimenti poetici detti in Campidoglio in occasione della festa del concorso ai premi celebrata dall’ insigne Accademia del Disegno di S. Luca*, Roma, p. 29; a 2.ª ed. foi publicada dois anos mais tarde em *Sonetti ed orazioni in lode delle nobili arti del disegno, pittura ed architettura*, Roma, p. 65. Cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 927 e Chaves (2000), p. 274. O registo completo da extensa produção poética de Basílio da Gama, encontra-se nesta mesma obra, pp. 273-82.
99. Incluído em *Prose e versi degli accademici infecondi*, T. I, Roma, 1764. Cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 927. Ambos os poemas reproduzidos por Chaves (1990), Vol. II, pp. 875-6. O posterior poema épico *O Uruguai* não terá tido, no entanto, grande acolhimento por parte dos poetas da Arcádia Romana. À excepção de uma carta de 1770 da autoria de Pietro Metastasio (“Carta a Basílio da Gama – Rio de Janeiro – Viena, 7/IV”), escrita a Basílio da Gama a agradecer o exemplar da obra que este lhe enviara, não se conhece qualquer exemplar desta obra na biblioteca da Arcádia Romana, nem nos seus arquivos. A obra permaneceu certamente desconhecida do círculo de intelectuais romanos, pois Metastasio residia desde há muito em Viena e mantinha apenas contactos esporádicos, agravados à data em que recebeu *O*

Uraguai, devido à sua idade avançada. Cf. Chaves (1990), Vol. I, p. 133. A transcrição da carta está em apêndice a esta mesma tese, Vol. II, p. 885.

100. Cf. o capítulo seguinte do nosso trabalho (capítulo 3).
101. Kaulen, SJ (1786), p. 164; *apud* Leite *Hist.*, T. VIII, p. 89.
102. Em 1941, Serafim Leite afirmava também que o nosso poeta teria lido “algumas composições que são na realidade dos poetas humanistas e jesuítas do Brasil, Francisco da Silveira e José Rodrigues de Melo”. Leite, SJ (1941), 210-1; *apud* Chaves (1990), Vol. I, p. 405.
103. Nasceu em 1718 em S. Jorge (Açores) e entrou na Companhia em 1735. Fez a profissão solene no Recife, em 1753; era excelente pregador e professor de letras humanas e filosofia. Leite *Hist.*, T. IX, pp. 126-7. O *Catalogus brevis Provinciae Brasiliensis an. 1757*, já mencionado anteriormente, afecta-o ao Colégio da Baía com o cargo de *operarius* (Cf. Leite *Hist.*, T. VII, p. 436). Quando faleceu usava o nome completo de família, Francisco da Silveira Fagundes.
104. Nasceu a 24 de Janeiro de 1723 no Porto. Entrou na Companhia, na Baía, a 19 de Julho de 1739. Fez a profissão solene a 15 de Agosto de 1756 no Colégio de Paranaguá, onde era professor de letras humanas quando o surpreendeu a perseguição. Deportado em 1760 do Rio de Janeiro para Lisboa e estados pontifícios, aí cultivou a poesia portuguesa e latina. Leite *Hist.*, T. IX, pp. 100-2.
105. AHU, *Aula do comércio-avulsos do reino*, Maço 74, pp. 3-4 (caderno com o título *Negócio dos Ex-jesuítas portugueses*, 27 de Abril de 1780, *apud* Francisco Santana, “Os jesuítas portugueses exilados em Itália”, *Brotéria*, Vol. 90, Lisboa, 1970, 403). O número de jesuítas portugueses exilados para Itália teria sido inferior a 1000, mas provavelmente perto dos 900. O *Compendio istorico dell’espulsione dei gesuiti dai regni di Portogallo, e da tutti i suoi domini* (Nizza, 1791), que Santana cita, entre outros documentos em apreciação, refere que os padres teriam sido inicialmente 874, reduzidos a cerca de 760 em 1773, a 515 em 1780 e a 228 em 1794; dos quais, em 1818, só existiriam 12 sobreviventes. Cf. Santana (1970), 406.
106. A presença de Rodrigues de Melo e de Francisco da Silveira está atestada num caderno de cerca de 1777 que pretende fazer a relação dos ex-jesuítas portugueses e que tem duas listas: uma dos sacerdotes e outra dos leigos da Companhia, todos ordenados pela data de nascimento. No documento não há, no entanto, qualquer referência a Basílio da Gama. A maioria dos sacerdotes (112) estaria a residir em Urbânia. Cf. *Lista dos individuos ex-jesuítas portugueses assistentes no estado do Pontífice*, (ATC, *Cartório da Junta de Inconfidência*, n.º 267).
107. *Somm. Bib.*, T. VII, col. 1210. Esta informação é ratificada pelo padre L. Palacín na entrada que redigiu sobre o autor no recente dicionário da Companhia. Cf. *DHCJ*, T. IV, col. 3577, s.v. “SILVEIRA FAGUNDES, Francisco da”. Sobre as cartas e a *Narratio... de Francisco da Silveira – ARSI, Bras.10(2)*, 429-430 e *APUG, FC*, 138, fs. 176-286 – cf. Leite *Hist.*, T. VIII, p. 127.
108. Cf. *DHCJ*, T. I, cols. 367-8.
109. Cf. Leite *Hist.*, T. IX, p. 137.

110. *Excellentissimo D.D. Aloysio Eusebio Maria de Meneses [Marquês do Louriçal] primi ordinis inter Lusitanos proceres optimati Romae nato 19 Kal. Septemb. anni 1780. Josephus Rodrigues de Mello Lusitanus D.O.C. Carmen genethliacum.* (Roma, 1780) (*Canto genethliaco*) e *Carmen in nuptiis Joannis Ricci et Faustinae Parraciani nobilium romanorum.* (Roma, 1778) (*Canto nupcial*). Cf. Leite *Hist.*, T. IX, pp. 100-2.
111. Já nos referimos à edição original e às duas edições bilingues recentes no capítulo 2 e n. 40. À edição original acrescentou-se o *Carmen genethliaco* – ao seu Mecenas, o Marquês de Louriçal, *i.e.* Luis Eusébio Maria de Meneses e a sua tradução portuguesa, *Paráfrase dos versos latinos* – e, a fechar, o *Canto do engenho do açúcar* (ou do açúcar ou da fabricação do açúcar como também é frequentemente chamado) de Prudêncio do Amaral: *De sacchari opificio carmen* (1712?), publicado pela primeira vez isoladamente em Pesaro em 1780. Cf. Serafim Leite, SJ, “Geórgicas brasileiras”, *Separata da Revista Verbum*, T. III, Fasc. I (Março), Rio de Janeiro, 1946, 32 e 41-2. Vejamos, a título de curiosidade, os versos que fecham este canto onde o açúcar é colocado a par com outras riquezas da colônia, como o bálsamo, as madeiras e as pedras e metais preciosos: *Quare, haec, Brasiliae quam donant nomine, tellus / Non magis a populis laudatur ubique remotis, / Ligna quod eximia enutrit, pretiosa quod altis / Balsama profundit sylvis, quod foeta metallis, / Gemmarumque ferax, adamantes gignit & aurum, / Quam quod sacchareis oneret convivia donis, / Ambrosiisque epulis utrumque beaverit orbem* (vv. 576-82) – “Por isso, esta terra, que chamam pelo nome de Brasil, não é apenas louvada pelos povos longínquos por ter madeiras excelentes e produzir bálsamo nas matas dilatadas, ser fecunda em metais e rica em pedras preciosas, engendrar diamantes e oiro; é louvada também por encher as mesas de manjares de açúcar e, com os seus acepipes ambrosíacos, rejubilar dois mundos.” O texto latino segue Melo, SJ e Amaral, SJ (1941), p. 122; a tradução é da nossa responsabilidade.
112. A terceira parte de *Cultura e opulencia...* é inteiramente reservada a tudo o que diz respeito às minas de ouro: a sua descoberta, a sua situação, distribuição, quem aí trabalha e comercia, os preços dos objectos que aí se vendem, a receita do quinto e a obrigação de o pagar ao rei, os caminhos para as minas desde São Paulo, Rio de Janeiro e Baía, os processos de exploração das jazidas auríferas e considerações sobre os danos morais, sociais e económicos impostos ao Brasil no seguimento da descoberta das minas; a terceira parte tem ainda dois capítulos dedicados ao reconhecimento e prospecção do minério de prata. Cf. Antonil, SJ (1968), pp. 22 e 129-465. Ver também capítulo 2 e nota 15 do nosso trabalho.
113. São desta opinião, por exemplo, Raul José Melo Sozím e Sérgio Monteiro Zan na introdução à sua edição das *Geórgicas brasileiras*. Cf. Melo, SJ e Amaral, SJ (1997), p. 20.
114. O caso do jesuíta do Brasil Valentim Stansel é paradigmático. Stansel (ou Stancel, Estancel) nasceu em Olmutz, perto de Praga em 1621. Entrou como noviço na ordem em 1637 recebeu educação na sua terra e em Praga, onde se tornou estudioso de filosofia e matemáticas. Esteve uma temporada em Roma. Aí conheceu o polímático Athanasius Kircher (1602-1680), no “Collegio Romano”, com quem iria manter assídua correspondência. Em seguida, passou a Lisboa onde esteve de 1657 a 1663, aprendendo português e ensinando no Colégio de Santo Antão em Lisboa e no Colégio de Elvas; partiu como missionário para a Baía em 1663, onde viria a falecer em 1705. Embora relutante em deixar Lisboa, na primeira carta para Kircher de Salvador, escrita em 1664, pede assistência para obter permissão para publicar a obra que recentemente terminara sobre a natureza brasileira: *Mercurius brasiliicus, sive coelis brasiliensis oeconomia*. O manuscrito foi para a Bélgica (APUG, MEK, 562, fols. 171-172 e MEK, 563, fols. 13-15) e depois para Roma, mas nunca chegou a ser publicado (dez anos depois de ter terminado a sua obra, na carta de 20 de Abril de 1674, Stansel ainda perguntava a Kircher pelo seu destino (APUG, MEK, 566, fol. 183). Outras obras posteriores deste astrónomo iriam ser rejeitadas pelo *collegium*

revisorum. Por exemplo, *Templum Vulcano sacrum=Vulcanus mathematicus* não foi publicada e está provavelmente perdida por se afastar das ideias aristotélicas e se aproximar das novas ideias cartesianas. Conforme refere Carlos Ziller-Camenietzki esta censura indica um pronunciado conservadorismo numa altura em que até dentro do próprio Instituto os astrónomos e filósofos mais dinâmicos se aventuravam para além do modelo aristotélico, o que poderia testemunhar a modesta difusão das ideias de Descartes na América portuguesa. Cf. Carlos Ziller-Camenietzki, “The celestial pilgrimages of Valentin Stansel (1621-1705), jesuit astronomer and missionary in Brazil”, in Mordechai Feingold (ed.), *The new science and jesuit science: seventeenth century perspectives*, Dordrecht, The Netherlands, 2003, pp. 249-70; em especial p. 253. Ver também Leite *Hist.*, T. VIII, pp. 208-12 (entrada por “Estancel”).

115. Foi o que sucedeu com o trabalho anónimo cuja autoria foi atribuída ao jesuíta Christoph Grienberger (1562-1636), *De ijs quae vehuntur in aquis*. A obra, que não é caso único, foi recitada por Giovanni Bardi no Collegio Romano em 23 de Junho 1614 (APUG, FC, 2052 VIII 47r-54r; publicada como *Eorum quae vehuntur in aquis experimenta a Ioanne Bardio Florentino*). Bardi era um jovem antigo pupilo de Galileu que, apesar de não ser jesuíta, estudava no Colégio. Segundo a tese defendida por Michael John Gorman (cf. “Mathematica and modesty in the Society of Jesus”, in Mordechai Feingold (ed.), *The new science and jesuit science: seventeenth century perspectives*, Dordrecht, The Netherlands, 2003, pp. 1-120), Grienberger tentou sempre esconder-se no anonimato, para não entrar directamente em conflito com posições mais conservadoras relativamente à ciência dentro do próprio Colégio Romano. Conforme refere Gorman (p. 30): “Institutionalised Jesuit modesty provided Grienberger with a powerful resource which he used to great effect to discredit Aristotelian natural philosophy from behind the scenes, to strengthen the arguments of the books of Jesuit mathematicians, and to perfect the observational and mathematical instruments of his colleagues from his ‘cubiculum’ in the ‘Collegio Romano’. In striking contrast to Galileo and other early mathematical practitioners, Grienberger attempted to distribute credit for his observations, calculations, instruments, and opinions throughout the network of Jesuit mathematical practitioners, rather than staking claims for individual intellectual or authorial property.”
116. Cf., a este propósito, a subparte II do nosso trabalho.
117. Cf. Antonil, SJ (1968), pp. 35-46, em especial pp. 44-5 onde se reproduz cópia de uma Consulta do Conselho Ultramarino datada de 17 de Março de 1711 (AHU, Cód. 20, ff. 309-309v) que refere a necessidade de não divulgar tais notícias.
118. Segundo o modelo do Colégio de Messina, verdadeiro protótipo dos grandes colégios jesuíticos, instituído em 1548 e cujo primeiro reitor foi o padre Jerónimo Nadal (em Portugal o padre Nadal tratará, por exemplo, da passagem do Colégio das Artes, de Coimbra, para a mão dos jesuítas, a pedido de D. João III). Posteriormente foram criadas outras instituições como por exemplo, o Colégio Germânico (1552), o Seminário Romano (1565); o Colégio Inglês (1579), o Húngaro, que se uniu ao Germânico (1580), o Grego (1577), o Maronita (1584), o Escocês (1600) e o Irlandês (1628). Cf. Mario Fois, “Il Collegio Romano: l’ istituzione, la struttura, il primo secolo di vida”, *Roma Moderna e Contemporanea*, Ano III, n.º 3 (settembre – dicembre), Roma, 1995, 571 e sqq. A Companhia de Jesus chegou a ter cerca de 650 colégios, 90 por cento dos quais fundados antes de 1640. Segundo a tese de Steven Harris o padrão do estabelecimento das províncias da Companhia seguiu de perto o padrão da fundação dos seminários e colégios. Normalmente uma província tinha cerca de 20 colégios e, no século XVIII, uma universidade. As províncias de Roma da Germânia Superior (Bavária) e Áustria tinham cerca de 35 colégios e seminários cada, enquanto as províncias ultramarinas das Assistências de Espanha e Portugal tinham a maioria no mínimo oito colégios. Cf. Harris (2000), pp. 212-40, em esp. pp. 237-8 n. 42.

119. Também em Portugal pela mesma altura (por volta de 1547) começaram os jesuítas a estender a sua impressionante rede de instituições de ensino por todo o país. A instituição mais importante era o Colégio das Artes em Coimbra – que se destacava como centro das actividades educativas para as escolas jesuíticas nos campos de missão – mas também ocuparam posições de destaque o Colégio do Espírito Santo em Évora (a futura Universidade), e o Colégio de Santo Antão em Lisboa. Este último foi ganhando uma maior importância, nomeadamente por volta de 1590 quando foi instalada uma classe de ciências matemáticas sem precedentes em Portugal – a Aula da Esfera. Apesar dos esforços continuados, a produção científica dos jesuítas portugueses parece ter sido sempre mais limitada do que a de congéneres de outras partes da Europa e o número de jesuítas portugueses competentes nas ciências matemáticas muito reduzido. O geral Tirso González envia de Roma, em 1692, uma ordem para o provincial português Manuel da Silva, para que envide esforços no sentido de melhorar o estudo da matemática na província portuguesa; no final do século XVIII, os professores de matemática na Aula da Esfera já eram todos portugueses. Cf. Henrique Leitão, “Jesuit mathematical practice in Portugal, 1540-1759”, in Mordechai Feingold (ed.), *The new science and jesuit science: seventeenth century perspectives*, Dordrecht, The Netherlands, 2003, pp. 229-47. Para um estudo pormenorizado da fundação dos vários colégios da Companhia de Jesus em território português, cf. Oliveira (1995), pp. 166-7 e 170.
120. Como por exemplo a rainha Cristina da Suécia que terá feito a sua primeira visita ao Colégio em 18 de Janeiro de 1656 (APUG 142 fols. 81r-83r). Cf. capítulo seguinte do nosso trabalho.
121. Cf. Paula Findlen, “Scientific spectacle in baroque Rome: Athanasius Kircher and the Roman College museum”, *Roma Moderna e Contemporanea*, Ano III, n.º 3, (settembre – dicembre), Roma, 1995, 626 e sqq.
122. A obra póstuma de Mercati – *Metallotheca* (Roma, 1717) – traz muita informação sobre o seu autor. Para uma informação completa sobre Mercati, as suas fontes, bem como bibliografia sobre a importância dos museus e colecionismo na época moderna ver Findlen (1995).
123. Como o naturalista bolonhês Ulisse Aldrovandi e o veronês Francesco Calzolari. O próprio Domingos Vandelli tinha criado, em Pádua, o seu museu privado antes de se estabelecer em Portugal (o naturalista estabeleceu-se em Portugal em 1764 a convite do Marquês de Pombal, integrando uma comitiva de outros professores italianos contratados para leccionar matérias científicas no Colégio dos Nobres). As suas colecções englobariam vinte e oito armários onde se conservavam variados objectos e espécies dos reinos mineral, vegetal e animal e seriam mais tarde vendidas, pelo próprio, ao gabinete de história natural da Universidade de Coimbra. Vandelli leccionou em Coimbra as disciplinas de química e história natural, fundou os respectivos laboratório e gabinete e colaborou na criação do jardim botânico da cidade; participou também activamente na criação da Academia das Ciências de Lisboa, foi director do Jardim Botânico do Ajuda (que fundara antes de se instalar em Coimbra em 1772) e deputado da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. A sua obra é notável no domínio do desenvolvimento das doutrinas e políticas económicas e financeiras em Portugal no final do século XVIII. Pretendia proceder ao inventário rigoroso e sistemático de recursos e matérias-primas minerais, vegetais e animais com vista à sua exploração do ponto de vista económico. Para um estudo apurado sobre estes aspectos cf. Domingos Vandelli, *Memórias de história natural*, Lisboa, 2003; em esp. a excelente introdução de José Luís Cardoso a pp. 1-25 (com bibliografia); p. 64 para a utilidade dos museus de história natural segundo a opinião do próprio Vandelli e, especialmente, pp. 29-42 onde se reproduz a “Memória sobre as minas de ouro do Brasil” (BNRJ, Ms. 3-1-11, fls. 45-79. Sem data, aprox. 1790).

124. Kircher publicou nada menos do que trinta e três obras e a sua volumosa correspondência está reunida em catorze volumes no APUG (*MEK*). A sua obra e personalidade multifacetada têm suscitado vivo interesse por parte dos investigadores; a sua bibliografia é igualmente volumosa. Para informação detalhada sobre Kircher e o seu mundo ver, por exemplo, o recente livro de Paula Findlen, *Athanasius Kircher, the last man who knew everything*, London, New York, 2003.
125. O museu pretendia funcionar como microcosmos do mundo e englobava colecções de raridades científicas e etnográficas. Tinha, entre inúmeros itens, lanternas mágicas, autómatos, espelhos distorcedores, animais exóticos, míticos, artefactos do Egipto e China. O museu só recebeu reconhecimento oficial com a chegada da colecção de antiguidades legada ao Colégio pelo senador Alfonso Donnini em 1651. Anteriormente, seguindo o modelo dos precedentes matemáticos ilustres do Colégio, como Christopher Clavius, por exemplo, o quarto de Kircher funcionava como *museum mathematicum*. Aí criava e guardava as suas máquinas, conduzia as suas experiências e leituras, tratava da sua correspondência com outros estudiosos e fazia observações astronómicas. Cf. Michael John Gorman, “From ‘The eyes of all’ to ‘Usefull quarries in philosophy and good literature’: consuming jesuit science, 1600-1665”, in John W. O’Malley, SJ (ed.) *et al.*, *The jesuits: cultures, sciences, and the arts, 1540-1773*, Toronto, 2000, p. 179.
126. Cf. Findlen (1995), 656.
127. *Id.*, 638.
128. O fascínio pela constituição de museus não era apanágio exclusivo da Sociedade de Jesus. Por exemplo Frei Cipriano de São José – nascido em 1743 e ordenado em 1768 entre os franciscanos da Arrábida, iria para o bispado de Mariana (Brasil) – possuía no seu palácio, além de um jardim, onde passeava com os seus alunos de canto chão e uma biblioteca com muitas obras de história natural, um museu de curiosidades naturais. Cf. Valadares (2002), Vol. I, p. 332.
129. Este gabinete era dotado, em meados de Oitocentos, de inúmeros apetrechos experimentais sob a direcção do cientista jesuíta Angelo Secchi; do museu iria nascer também, em seguida, um Gabinete de História Natural. Cf. Fabrizia Guerrieri, “Il ‘Visconti’: un liceo romano in età liberale (1870-1911)”, *Roma Moderna e Contemporanea*, Ano III, n.º 3 (settembre – dicembre), Roma, 1995, 742. Em 1870, o governo italiano confiscou o que restava das colecções do museu kircheriano; hoje em dia podem ser encontrados fragmentos do museu do Colégio Romano em vários museus de Roma. Cf. Findlen (1995), 659.
130. A farmácia do Colégio foi começada em 1627, mas já antes no século XVI funcionava. Em meados do século XVII ocupava pelo menos cinco dependências. Muitas das experiências conduzidas na botica são referidas no numeroso conjunto de livros de segredos guardados no APUG. Cf. o excelente artigo de Michael John Gorman – Gorman (2000), pp. 178-81; para informação específica sobre os manuscritos de livros de segredos, p. 188 n. 40.
131. Kircher morre em 1680; nove anos antes da criação da Arcádia Romana. Cf. Findlen (1995), esp. 633 sqq. e Gorman (2000), esp. p. 175 sqq.
132. Sobre os jesuítas Borgondio e Boscovich ver Haskell (2003), em especial capítulo 4.º, pp. 178-244, *passim*, com bibliografia. Haskell defende que os anos de 1760 foram uma boa década para a poesia didáctica científica latina jesuítica, destacando, para além das obras de Boscovich outras que foram

editadas em Roma. Por exemplo, as de Bernardo Zamagna (1735-1820) como *Echo, libri ii* (1764) e *Navis aëria* (1768), as de Gregorio Landi Vittori (1714-1797) *Institutiones philosophicae* (1767) e Giuseppe Maria Mazzolari (1712-1786) *Electricorum libri vi* (1767). Ver Haskell (2003), p. 194 e também pp. 189-96. Diz-nos Haskell – (2003), p. 195 – que muitos dos poetas didáticos de Roma “were linked by close ties of friendship and/or mentorship”; por exemplo, Zamagna tinha sido aluno de Mazzolari e este refere-se a Boscovich na sua obra. Para uma avaliação pormenorizada da poesia didáctica científica jesuítica latina na Roma do período das luzes cf. Haskell (2003), pp. 178-244.

133. O objectivo do professor era duplo: científico e pedagógico. Atingia o primeiro pela riqueza dos seus ensinamentos e o segundo pela qualidade do seu método de explicação. Sobre a complexidade da pedagogia jesuítica cf. François Charnot, SJ, *La pédagogie des jésuites: ses principes, son actualité*, Paris, 1943. Muitos professores cultivavam a sua poesia e poesia didáctica nos tempos livres e de lazer. Cf. por exemplo o caso de Rodrigues de Melo (cf. capítulo 1, nota 40 do nosso trabalho) e Borgondio com a já referida obra *Arcadum carmen* que foi composta nos períodos de férias na “villa” que a Companhia tinha na Toscânia.
134. Charnot distingue três métodos da pedagogia jesuítica cujo objectivo seria o de instruir o estudante na arte de pensar: “Dans l’enseignement supérieur, on employait la méthode scolastique. Dans l’enseignement préparatoire à la philosophie et à la théologie, on avait forge, à l’imitation des anciens, un instrument qu’on appelait la rhétorique. Dans les classes inférieurs, on se servait de deux armes puissantes: l’interrogation et la concertation. [...] Il y avait aussi la Prélection et la Composition.” O desenvolvimento de outras artes como, por exemplo, a de escrever, de se instruir, de sentir, de aprofundar e de falar são igualmente importantes. Cf. Charnot, SJ (1943); cit. p. 263.
135. Ricardo García-Villoslada, *Storia del Collegio Romano dal suo inizio (1551) alla soppressione della Compagnia di Gesù (1773)*, Roma, 1954, pp. 107-9; pp. 165-166, nota 2.
136. Louise Rice, “Jesuit thesis print and the festive academic defence at the Collegio Romano”, in John W. O’Malley, SJ (ed.) *et al.*, *The jesuits: cultures, sciences, and the arts, 1540-1773*, Toronto, 2000, p. 151. A princípio os folhetos não eram decorados com desenhos, mas progressivamente foram sendo ricamente ilustrados (o primeiro resumo/folheto de tese é datável da primeira metade do século XVI). Sobre a importância dos folhetos impressos, das brochuras e cartazes neste tipo de festivais, e a sua evolução ao longo dos tempos, ver Rice (2000), pp. 148-69.
137. Harris (2000), p. 214.
138. *Id.*, p. 232.
139. Paul Hazard definiu o século XVIII como a idade da “crítica universal”, que tem na enciclopédia o seu expoente máximo. Cf. Paul Hazard, *O pensamento europeu no século XVIII (De Montesquieu a Lessing)*, Vol. I, Portugal, Brasil, 1974, p. 272. *apud* Chaves (1990), Vol. I, p. 31.
140. Candido (1964), pp. 69-71.
141. Já com a percepção do esgotamento das minas, mesmo que, ainda, sob uma perspectiva de possibilidade de restauração dos antigos índices de produção.

142. Cf. José Joaquim da Rocha, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais (1781): descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais: memória histórica da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1995, em esp. pp. 51-9; 166-7. (estudo crítico de Maria Efigénia Lage; transcrição e colação de textos de Rita de Cassia Marques.)
143. Cf. capítulo 1, n. 55.
144. Para um elenco das edições recentes em português destas obras e das de outros viajantes, também importantes para um estudo abrangente das Minas Gerais de Oitocentos, ver a p. 15 do estudo crítico de Douglas Cole Libby à obra de Ernest de Courcy, *Seis semanas nas minas de ouro do Brasil*, Belo Horizonte, 1997.

II – *Brasilienses aurifodinae*

1. Título, prefácio, estrutura e género

Título

O título é, obviamente, a primeira instância onde se evidencia a afiliação do poema quer do ponto de vista da autoria, quer no que diz respeito à sua caução a um tipo de texto específico, quer relativamente ao assunto em destaque, quer ainda, podemos dizê-lo, em relação à sua estrutura. O ouro – em particular o ouro das minas do Brasil, a sua origem e a sua extracção – será o cerne deste poema didáctico e dos seus apêndices, da responsabilidade de José Basílio da Gama; os motivos que terão presidido à sua criação, no entanto, só serão claramente enunciados no início do prefácio *Curioso lectori (CL)*, como veremos de seguida.¹

Prefácio

Em termos programáticos é possível dividir o prefácio em três partes: a primeira onde se explicitam as razões que terão motivado o poeta para a escrita da obra (ll. 2-11, p. 258);² a segunda que aponta particularmente quais os assuntos a desenvolver (ll. 11-9) e a terceira onde se renova a preocupação com o destinatário do poema, pela referência à existência de apêndices no final da obra e à vontade de manter uma ligação futura com o leitor (ll. 19-26).

Na primeira parte (ll. 2-11, p. 258), o poeta esclarece-nos que escreve para “satisfazer” as múltiplas questões que lhe foram colocadas sobre a extracção aurífera no seu país, movido pela necessidade de rectificar o testemunho deixado por outros, inclusive o de seu “companheiro”, o padre Le Febvre, no seu poema sobre o ouro.³

Multoties interrogatus de auri extractione in Brasilia, ubi per plures annos fueram ocularis testis, tandem intellexi et a pluribus ignorari, et a bene multis vix capi nec non a p. Antonio le Febure in suo Poemate de Auro vix etiam attingi.

(ll. 2-6)

A possibilidade da competição activa (*aemulatio*) é, portanto, vincada logo desde o início, com o poeta a assumir o poema como uma espécie de resposta,⁴ quer em particular para a Companhia de Jesus, quer no geral para os seus compatriotas e / ou demais público interessado,⁵ onde se pretenderia repor a verdade dos factos relativamente à mineração no Brasil. A veracidade da resposta e a autoridade do poeta na matéria estariam salvaguardadas pelo seu caucionamento na experiência directa que o facto de ter presenciado os acontecimentos *in loco* lhe teria proporcionado.⁶

Contrariamente a jesuítas da Assistência de Portugal, referidos anteriormente, como Vieira e Antonil, que tiveram que recorrer a testemunhos orais e escritos que lhes foram transmitidos para poderem descrever o trabalho nas minas,⁷ Basílio da Gama poderia beneficiar da experiência concreta que adquirira em Minas Gerais durante a juventude e que explicita no prefácio (veja-se, novamente, *ubi per plures annos fueram ocularis testis*, l. 3).⁸ Aí, certamente, teria presenciado as actividades de mineração, pois tinha nascido, conforme referimos em capítulo anterior (I, capítulo 3), na região que era o centro da actividade mineira, mais precisamente perto do rio das Mortes, próximo do rio Grande, onde se descobriram vários cursos de água de “muito boa pinta”, ou seja com vestígios de uma grande quantidade de ouro aluvial.

À preocupação pela veracidade dos factos relatados, acrescenta o autor o desejo de objectividade e clareza discursiva e a vontade de agradar ao seu leitor / público, sem que o texto deixe de se assumir, desde o início, como poético:

Decrevi igitur curiosis interrogationibus unica satisfacere responsione clara, distincta, et quoad fieri potuerit, individua. Nudam exponam non fucatam veritatem. Eam tamen metricis adaptabo pedibus, ut gratior currat, et Musarum concentu decantata veritas sonet tuis auribus jucundior.⁹

Os esclarecimentos do prefácio passam ainda, na segunda parte (ll. 11-9, p. 258), pela explicitação da estrutura e organização dos vários núcleos temáticos a abordar no poema, nomeadamente a origem mitológica do ouro (*Ab Auri origine fabulosa*, ll. 11-2) e a explicação moderna para a sua existência (*veram deinde affero a Physicis existimatam*, ll. 12-3); a mineração aurífera nos seus vários aspectos – os sinais da presença do ouro (*auri indicia*, l. 17), os diversos métodos de mineração (*varias extrahendi methodos*, ll. 17-8), as quantidades extraídas (*et complura extracta pondera*, l. 18, p. 258) e outras coisas no género (*et id genus alia*, ll. 18-9) – e a contribuição dos escravos em todo o processo (sobre a compra e o regime dos escravos, que fazem toda a extracção do ouro, o que torna essa extracção deles dependente): *Ad mancipiorum, a quibus aurum effoditur in Brasilia emptionem et regimen excurro, quia tota ab his pendet auri extractio*, ll. 13-5.

A atenção ao leitor e a necessidade de clarificação da matéria em estudo mantêm-se na conclusão do prefácio (a terceira parte, ll. 19-26, p. 258) com a indicação da existência de apêndices, certamente referências ao *Appendix compendiaria* (*appendicem habes*, ll. 19-20) e à *Quaestio curiosa* (*quaestionem institui*, l. 21), que secundariam os versos do corpo do texto. A situação de interlocução que está na origem da criação poética e a aproximação entre o poeta e o seu leitor é evidenciada pelo recurso às formas pronominais de primeira e segunda pessoa (*a me*, l. 23; *tibi*, l. 19; l. 24; *te*, l. 24), bem como pela utilização dos possessivos logo na primeira e segunda metades do prefácio (*tuis*, l. 11; *tuae*, l. 15).

Aliás, a preocupação com o leitor é evidenciada pelo jogo com os verbos “agradar” e “desagradar”, precedidos da negativa *non*, que iniciam e fecham esta terceira parte do prefácio: *Si metrica tibi prolixitas non arriserit*, (“Se não te agradar a grande quantidade de versos”, l. 19), *si haec, quam a me aliquando exegisti, responsio non displicuerit*, (“se não te desagradar esta resposta, que certo dia me pediste”, ll. 23-4) e pelo recurso ao vocábulo

rursus (“de novo”) ligado ao verbo *interrogare*, que é recuperado da abertura do prefácio: *alias tibi de aliis Brasiliae raritatibus rursus interroganti denuo concinnabo*. (“quando me interrogares de novo, dar-te-ei outras respostas acerca de outras raridades do Brasil.”, ll. 24-5).

As instâncias temporais do pretérito (*exegisti; displicuerit*, l. 24) e do futuro (*concinnabo*, l. 25), que surgem a fechar o *Curioso lectori*, ajudam igualmente a esclarecer o empenhamento do sujeito no seu projecto de *captatio benevolentiae* do interlocutor, que pretende também ele motivado para melhor aceitar e acompanhar a lição do presente e se possível para continuar o “diálogo” no futuro.¹⁰

Estrutura

As linhas finais do prefácio fornecem ainda as primeiras indicações sobre a estrutura material do *Brasilienses aurifodinae*. O manuscrito tem todo o aspecto de estar preparado para publicação apesar de nunca ter chegado a ser editado.¹¹ Está organizado em caderno, sem numeração de páginas, numa caligrafia bem desenhada. É possível distinguir uma organização tripartida na maneira como se apresenta a obra: a) a apresentação e introdução ao poema, b) o poema propriamente dito, e c) textos de cariz eminentemente pragmático e referenciador, apresentados no final.¹²

a) Assim, imediatamente antes do poema temos:

1. Página de guarda, que ostenta um desenho alegórico da torre de bronze onde Acrísio, rei de Argos, teria aprisionado a sua filha Dánae.¹³

2. Página de rosto com o título da obra.¹⁴

3. Página de prefácio endereçada ao *Curioso lectori*.¹⁵

b) Seguem-se os 38 fólios (*recto / verso*), mais uma página, que contém o corpo do poema. Este texto é objecto de organização muito cuidada e marcada. São 1823 versos no

total, numerados de dez em dez, agrupados de forma coesa em 24 versos por página. As mudanças de assunto – como por exemplo, a passagem da *Propositio* para a *Invocatio*, no verso cinco; a descrição dos diferentes instrumentos de prospecção: alavanca (*vectis*, v. 387 sqq.), vara (*hasta, hastile*, v. 394 sqq.), ou dos diferentes tipos de prospecção: fluvial (v. 150 sqq.), terrestre (v. 245 sqq.) – são, em geral, destacadas graficamente por uma entrada de parágrafo. Distinguem-se ainda, a nível gráfico, a utilização de barras verticais (| |), que funcionam como parênteses (ex. v. 314) e o recurso ao sublinhado descontínuo, quer para destacar palavras técnicas do português, ex. *catas* [...] *altas* (v. 832), *Molinete* (v. 1463), quer para indicar palavras do tupi, cf. *Yby-peara* (v. 222), *Tapanhum-Acanga* (v. 325). Acompanha o corpo do texto uma profusão de notas de rodapé, ordenadas alfabeticamente página a página,¹⁶ e de notas laterais. As notas à margem do poema remetem por vezes para os desenhos apresentados no final do manuscrito, caso em que são introduzidas por asterisco, seguido pela abreviatura *Fig.* e pelo número da figura respectiva.

c) No final da obra, um conjunto de paratextos como era hábito nos livros dos séculos XVII e XVIII:¹⁷

1. quatro fólios (r / v), mais uma página, correspondem ao *Appendix compendiaría (AC)*, resumo do poema com remissão para os versos do corpo do poema.¹⁸

2. quatro fólios (r / v) contendo a *Quaestio curiosa (QC)*, sobre a origem do ouro.¹⁹

3. cinco fólios (r / v) com o *Index rerum notabilium (IRN)*, organizado por ordem alfabética e muito minucioso.²⁰

4. página contendo a explicação das várias figuras do desenho da última página (*IF*), com a indicação dos versos que referenciam cada figura (25 fig.).

5. página dupla com o desenho dos vários processos de mineração aurífera, instrumentos

e técnicas empregues, identificados pelos números da explicação presente na página anterior do manuscrito.²¹

O *Brasilienses aurifodinae* é apresentado e concluído com desenhos: é enquadrado pela página de guarda e pela dupla página do final. A página de guarda, com a já referida alegoria à origem mitológica do ouro, procura reproduzir em grande plano a torre onde Acrísio, rei de Argos, mandou encerrar a sua filha, Dánae, com medo das profecias oraculares e a chuva de ouro em que Júpiter se transformou, para vencer o pudor da jovem. A ilustração apresenta legendas retiradas do corpo do poema – mais exactamente de parte dos versos 55 e 23, respectivamente: ao cimo, *pluit igne, et amore liquatum*; em baixo, *Innuptam turri jubet intercludere natam* – e estabelece a ligação com o início do texto onde se vai abordar também esta questão. A finalizar o poema, nova imagem com a reprodução exaustiva, por exemplo, dos vários instrumentos e máquinas utilizados e dos tipos e técnicas empregues no trabalho da mineração aurífera.

As imagens desempenhavam papel importante na cultura jesuítica e eram elemento essencial da sua estratégia pedagógica e comunicativa (a maioria da produção literária inaciana apresenta grande profusão de desenhos). Para os jesuítas, as figuras tinham a sua própria beleza, mas eram sobretudo expressões sensíveis das ideias e, neste sentido, eram instrumentos didácticos que se acomodavam perfeitamente para a transmissão do conhecimento de uma forma prática e funcional.²²

Nos textos técnicos as imagens podiam ser particularmente importantes pois facilitavam a compreensão das matérias a divulgar e / ou ensinar e cristalizavam sinteticamente os vários passos das experiências retratadas, descreviam quais as substâncias, os instrumentos e os processos empregues; facilitavam, de algum modo, a clareza e objectividade dos textos de ciência da época.

O recurso às imagens na história de ciência foi sempre uma questão pouco consensual desde a Antiguidade. Escritores médicos e de história natural como Galeno e Plínio-o-Velho (cf. *Nat. hist.*, 25, 2: *Verum & pictura fallax est*) eram seriamente cépticos em relação à sua utilização e valor. Para ambos os desenhos eram enganadores e sedutores, enquanto as palavras eram um meio mais adequado, conveniente e conciso de transmitir, por exemplo, a informação sobre história natural. Mas o jesuíta Christoph Scheiner, na sua obra *Pantographice seu ars delineandi res quaslibet per parallelogrammum lineare seu cavum, mechanicum mobile* (Roma, 1631), defende opinião diferente afirmando a superioridade das imagens sobre as palavras. Posição novamente discordante tomou Lineu, cerca de cem anos depois, considerando que as imagens não eram apropriadas para a classificação das espécies:

I do not recommend the use of images for the determination of genera. I absolutely reject them – although I confess that they are more pleasing to children and those who have more a head than a brain. I admit that they offer something to the illiterate [...]. But who ever derived a firm argument from a picture?²³

Por outro lado, é preciso não esquecer que o recurso à utilização de ilustrações em livros técnicos e a consequente generalização desta prática – nomeadamente no domínio da mineração e metalurgia – remonta ao século XVI. Conhecem-se, com efeito, vários livrinhos, de formato muito reduzido e cerca de cinquenta a oitenta páginas, com receitas práticas para uso de mineiros e metalurgistas, os *Bergbüchlein* e *Probierbüchlein*; havia também raros e magníficos manuscritos os *Bergbücher* que comportavam desenhos, muitos a cores. Estes textos são contemporâneos de outros livros bem mais importantes, estes com profusas ilustrações de reconhecida qualidade: a obra pioneira sobre metais e metalurgia de Biringuccio, *De la pirotechnia libri x* (Veneza, 1540) e o tratado, igualmente sobre mineração e metalurgia, da autoria de Agricola, o *De re metallica libri xii* (Bâle, 1556).²⁴

As obras de alguns padres da Assistência de Portugal no Brasil também espelham igual preocupação com as imagens. Recordemos, por exemplo, a obra setecentista de Rodrigues de Melo, referida em capítulo anterior do nosso trabalho, que é acompanhada do *De sacchari opificio carmen* do padre Prudêncio do Amaral que apresenta várias gravuras: uma grande imagem representando uma moenda de canas de açúcar de engenho movido a água e outras três com sete figuras relativas à mandioca (planta, cultura e fabricação da farinha).²⁵ O padre jesuíta João Daniel, no *Thesouro descoberto no maximo rio Amazonas* apresenta igualmente estampas de engenhos do açúcar e de bombas e aquedutos para o rio Amazonas.²⁶ A preocupação do rigor na descrição dos processos técnicos é visível, ao nível das tarefas de mineração também na famosa obra de Antonil; aqui porém apenas se apresenta uma única imagem do modo de cercar os ribeiros contrastando com as vinte e cinco figuras que ilustram o desenho que fecha o *Brasilienses aurifodinae*.²⁷

A simples comparação das imagens destas obras permite, no entanto, concluir que os desenhos do manuscrito *Thesouro...* e, especialmente, os das *Geórgicas brasileiras* são mais rigorosos que o desenho da obra de Antonil e que os que figuram no final do *Brasilienses aurifodinae*. Por outro lado importa referir que se o recurso ao apoio visual fornecido por imagens era uma prática encorajada pelos inicianos, ela não era habitualmente seguida pelos poetas científicos da Roma do século XVIII.²⁸ Não deixa de ser curioso, tomando em consideração estes aspectos e tendo em conta o contexto de produção do *Brasilienses aurifodinae*, a que já nos referimos anteriormente, verificar que o poema de Basílio da Gama, neste aspecto particular, se afasta da linha mais comum da poesia didáctica jesuítica romana.

A preocupação com a ilustração dos documentos técnicos vai-se também generalizando na colónia brasileira, mas aqui o rigor das imagens que dizem respeito à mineração parece ser bastante aleatório e a maioria enfeia de reduzida qualidade. Por exemplo, já no princípio do século XIX – na *Memória*²⁹ do presbítero secular José Manuel Siqueira (1750-1825) – o texto é secundado por figuras que pretendem esclarecer os vários instrumentos, máquinas e processos empregues, chegando o padre a fazer sugestões da sua autoria para melhoria de algumas técnicas, mas os desenhos permanecem muito semelhantes aos do *Brasilienses aurifodinae*:

Também junto hum tratado da m.^a invenção p.^a examinar o leito dos rios e que me parece terá melhor effeito do q' a maquina invent.ada nas Minnas Geraes. Vid. fig. 1 n.º 1. Desenho e fig. 3 n.º 2. Desenho.³⁰

Quanto à estrutura interna do poema *grosso modo* podemos referir que o poema principia com uma proposição, a que se segue uma invocação,³¹ bem definidas pela anotação à margem, no primeiro fólio. Com efeito, a proposição (*Propositio*) corresponde aos quatro primeiros versos: canta-se o ouro, o mais nobre dos metais; a invocação (*Invocatio*) compreende os versos cinco a onze, onde o poeta pede inspiração às ninfas Piérides para que a sua obra seja perfeita. Na narração, que principia no verso 12 e se estende até ao verso 147, o poeta expõe as diferentes opiniões relativamente à origem do ouro: a mitológica, a dos antigos naturalistas e a dos físicos modernos. A passagem para um registo de claros objectivos didácticos é prenunciada no verso 130 através do recurso à primeira pessoa do singular do futuro imperfeito activo do verbo *doceo*: *Qua tamen arte sit, inferius mox ipse docebo*. Será, no entanto, a partir do verso 148 (inclusive) que o texto assume o seu cariz de *poema didascalicum*, quando o poeta inicia a apresentação dos processos de prospecção (primeiro nos cursos de água, quase cem versos depois, na terra), dos sinais indicativos a ter em conta,

dos instrumentos e técnicas requeridas na mineração aurífera: *Ad fluvios / accede, et tacto margine arenas / Scrutari licet, an scintillet pulvis in undis / aureus*: (vv. 148-50, p. 272).

Género

Apesar de encarada ultimamente com certas reservas por alguns estudiosos, a literatura didáctica foi cultivada muito cedo na Antiguidade Clássica e continuou a sê-lo na época medieval e mesmo moderna. A atestá-lo temos um conjunto de obras cuja fortuna trouxe até ao nosso conhecimento.

Só na antiguidade a lista já é reveladora. *Os trabalhos e os dias* do poeta arcaico grego Hesíodo é usualmente considerado como o primeiro poema didáctico da Antiguidade Ocidental. No entanto, o poema não terá nascido de geração espontânea; ele próprio pertence a uma tradição que os estudiosos fazem remontar à literatura de sapiência, especialmente do Próximo Oriente, que se caracteriza por um conjunto de conselhos, dirigidos com frequência de um pai para um filho ou de de uma figura culta a um rei ou príncipe.³² Outros testemunhos da antiga poesia didáctica grega incluem o poema filosófico de Parménides e, especialmente, o poema *Sobre a natureza* de Empédocles. No período helenístico, a poesia didáctica foi bastante apreciada. De entre as várias obras produzidas só *Phaenomena* de Arato e *Theriaca* e *Alexipharmaca* de Nicandro chegaram aos nossos dias, poemas mais técnicos e científicos e menos explicitamente poéticos (ambos aspiravam atingir com os seus poemas uma certa correcção científica). No que concerne à poesia didáctica latina anterior a Lucrécio, Katharina Volk recorda o *Hedyphagetica* de Énio, um poema sobre comida baseado na obra do grego Arquestrato, cujo único fragmento que chegou aos nossos dias, uma lista de peixes, exhibe uma série de indicadores próprios do género didáctico. Também revelam características didácticas a obra de Lúcio Ácio, *Didascalica*, e os testemunhos fragmentados que chegaram até nós de Pórcio Licino e Volcácio Sedigito. É possível afirmar, com efeito, que no início

do século I a.C. a poesia didáctica como a de Empédocles e Arato não era desconhecida em Roma e que era praticada, de forma mais ou menos original, por autores latinos. Os quatro maiores representantes deste género de literatura são os poemas didácticos de Lucrecio, *De rerum natura*; de Vergílio, *Geórgicas*; de Ovídio, *Ars amatoria* e *Remedia amoris* e de Manílio, *Astronomica*.³³

Sem pretender analisar a evolução das teorias do género, cujo quadro complexo e extenso não é objectivo do nosso trabalho, importa no entanto, referir alguns aspectos que se prendem em especial com a definição do género didáctico.³⁴ Tal como refere Volk, é dado aceite que as antigas teorias do género não foram mais unificadas do que as suas correspondentes modernas e que muitos autores clássicos encararam a distribuição de textos literários individuais por várias categorias mais como uma conveniência do que como um fenómeno merecedor de investigação teórica. A forma mais comum de definir os géneros na antiguidade era ter em atenção um conjunto de características. Os géneros poéticos eram definidos sobretudo pelos metros: a épica era escrita em hexâmetros, a elegia em versos elegíacos, a tragédia sobretudo em trímetros; mas também pelos conteúdos: a épica, por exemplo, devia versar temas nobres com personagens à altura, cantando deuses, heróis, reis e batalhas; finalmente um género tinha sempre um fundador (*primus inventor*), que se tornava modelo para a posteridade e era frequentemente invocado pelos seus sucessores.³⁵ Ora a dificuldade em reconhecer um género didáctico prendeu-se em primeiro lugar com a utilização dos metros. Com efeito, a maioria dos textos a que chamamos didácticos eram compostos em hexâmetros e, por essa razão, eram considerados na antiguidade habitualmente como épicos. Quintiliano (*Inst.*, 10.1.46-57), por exemplo, agrupou Hesíodo, Arato e Nicandro juntamente com Homero, Antímaco, Panyassis, Apolónio, Teócrito, Pisandro e Eufóron, num grupo denominado *epici* (v. 51).³⁶

O primeiro reconhecimento, ainda que negativo, da poesia didáctica enquanto género é atribuído a Aristóteles. O filósofo constatou que a poesia de Empédocles e a de Homero não tinham nada em comum entre si excepto o facto de terem sido ambas escritas em hexâmetros (*Poet.*, 1447b17-18). Para Aristóteles, no entanto, o metro não era condição suficiente para tornar um texto poético; o seu critério para a existência da poesia era a mimesis (μίμησις), conceito que tomou de Platão (cf. esp. *Resp.*, 3.392c9-394c8) e, contrariamente a Homero, Empédocles não cumpria esta condição.³⁷ O estudo das antigas visões sobre a poesia didáctica revela, portanto, conforme recorda Volk, um paradoxo:

while the poems that we call didactic did for the most part not attain the status of a distinct genre and were lumped together with other hexameter texts under the rubric of epic, as soon as someone recognized their difference, they were demoted from the status of poetry and excluded from the study of poetics altogether.³⁸

Apesar deste veredicto negativo que se colou à poesia didáctica e que levantou um problema quanto à determinação teórica do estatuto exacto da poesia didáctica, tal não impediu que ela continuasse a ser cultivada e considerada poesia pelos seus autores muito tempo depois de Aristóteles.

É possível considerar que as teorias valorizadoras da poesia didáctica surgem já na época medieval. O autor anónimo do *Tractatus Coislinianus* – um manuscrito do século X que contém uma epítome de uma obra peripatética de crítica literária e se detém sobretudo na comédia –, consegue reverter o veredicto aristotélico de que uma obra como a de Empédocles não qualificava como poesia, criando um segundo tipo de poesia, “não mimética” (ἄμιμητος), ao lado da mimética (μιμητή). A poesia mimética compreendia a narrativa e o drama; a não mimética estava dividida em ἱστορική e παιδευτική e a última estava ainda subdividida em ὑφηγητική e θεωρητική.³⁹ Assim a poesia didáctica faz, o que parece ser, a sua primeira aparição na crítica literária com o nome ποίησις παιδευτική. Outra forma de integrar a

poesia didáctica como um género distinto num sistema de tipos poéticos é encontrada de maneira muito distinta na *Ars grammatica* de Diomedes (4 / 5 d.C.). Enquanto o *Tractatus Coislinianus* segue a tradição aristotélica, Diomedes toma a visão original platónica tripartida dos “modos” poéticos e distingue *poemata generos* (*Gramm. lat.*, 1.482.14 Keil), segundo os modos de enunciação: o primeiro é o *dramaticon* [...] *uel actiuum in quo personae agunt solae sine ullius poetae interlocutione* (17-8); a segunda é o *exegeticon* [...] *uel enarratiuum in quo poeta ipse loquitur sine ullius personae interlocutione* (20-1); o terceiro é do tipo misto (*κοινόν* [...] *uel commune*, 23). Enquanto o último compreende a épica e a lírica, e o tipo dramático inclui a tragédia, comédia, sátira e mimo, o tipo narrativo é ainda dividido em três subgrupos, *angellice*, *historice*, e, finalmente, *didascalice* (31-2).⁴⁰

A visão dos antigos críticos não contribuiu, portanto, grandemente para a descrição e definição do género didáctico. Em resumo podemos dizer que a poesia didáctica surge semelhante à épica, presumivelmente sobretudo no que diz respeito ao metro, mas, diferentemente da épica, não é mimética no sentido aristotélico. É além disso um tipo de poesia em que o “o poeta fala ele próprio” sem a interferência de outros caracteres: *in quo poeta ipse loquitur sine ullius personae interlocutione*.

Procuraremos em seguida verificar em que medida o *Brasilienses aurifodinae* se assume como poema didáctico partindo da análise do corpo do texto (como já o fizemos para o prefácio) e não apenas da afiliação que o poeta explicitamente apresenta no título da obra e no título que precede o corpo do texto e, simultaneamente, buscaremos explicar a passagem que se opera – e que é visível ao nível da estrutura interna do poema – de um texto que segue as convenções da épica para um registo que se quer sobretudo didáctico.

Os primeiros onze versos do poema funcionam como uma espécie de preâmbulo com o poeta a referir o assunto que vai cantar: o ouro – *Aurum nobilius* [...] *Nunc canere est mihi*

(vv. 2, 4, p. 260) – e a dirigir-se, logo de seguida, às musas – *Vos [...] Pierides* (vv. 5-6) – e a Febo Apolo (v. 10) pedindo-lhes inspiração para compor o poema:

Captis ferte meis pretiosum in carmina plectrum,
Mentem illustrate, auratamque infundite Lucem,
Fonte e Castalio guttas adjungite, vati
Clara sit a Luce, a Phoebos fluat aurea vena,
Et terso sub aquis metro purgata redundet.

(vv. 7-11).

Nestes versos iniciais, se o emissor faz poucos comentários ao seu papel de professor (já claramente explicitado no prefácio e que reafirmará quando iniciar a parte instrucional do poema, vv. 12, 150), por outro lado apresenta uma reflexão sobre a sua actividade como poeta: a auto-consciência do poeta é claramente visível,⁴¹ referindo-se este à sua actividade como *canere* (v. 2), ao seu discurso como poesia – *metro* (v. 11)⁴² – e a si próprio como poeta: *vati* (vv. 4 e 9; cf. também *Poeta, NRCP*, v. 16).⁴³

Se o poeta não diz nada no início do poema para se afirmar especificamente como professor ou para introduzir algum aluno ou alunos individualizados (não menciona a sua intenção didáctica ou o seu destinatário), vai fazê-lo de forma faseada no seguimento do texto. A expressão *A genesi incipiam* (v. 12),⁴⁴ com o verbo na primeira pessoa do singular do futuro imperfeito, marca o momento em que o poeta parece deixar de contar com a inspiração divina (*Vos e Phoebos*, vv. 5 e 10) para iniciar um percurso poético por si só, em que dá a conhecer, como um professor, em primeiro lugar, o que sabe e lhe foi transmitido pela tradição poética sobre a origem mitológica do ouro (vv. 12-82, pp. 260-6)⁴⁵ e, depois, o que conhece sobre a origem do metal, segundo os naturalistas antigos (vv. 83-110, pp. 266-8) e segundo os físicos modernos (vv. 111-23, pp. 268-70). Com efeito, o verso *Dicendis adhibenda fides: seriem accipe, credes.* (v. 16) vem pela primeira vez indiciar não apenas a actividade professoral do sujeito, a sua vontade de instruir (marcada pela utilização do imperativo presente *accipe*),

mas também a existência de um destinatário para os seus ensinamentos (visível na segunda pessoa do singular do futuro imperfeito do verbo *credo*).

A indicação da mudança para uma intenção didáctica explícita, com o sujeito a assumir uma atitude indiscutivelmente professoral (passa a ser não apenas poeta, mas também professor) e a querer um texto carregado de instruções e ensinamentos técnicos, surgirá no verso 130⁴⁶ com o destaque no futuro imperfeito do verbo *docere*: *Qua tamen arte sit, inferius mox ipse docebo*⁴⁷ e, logo de seguida, no verso 133: *ne fallant tanti absque arte labores*. Esta viragem vai ser acompanhada no texto pelo recurso aos imperativos presentes (cf. *Appelle*, v. 135; *Desere, perge*, v. 136) que se vão tornar abundantes e desempenhar papel estruturante no poema didáctico, especialmente a partir do verso 148 sqq. – *Ad fluuius accede, et tacto margine arenas / Scrutari licet, an scintillet pulvis in undis / Aureus*: – quando o poeta inicia a sua viagem didáctica. A presença do destinatário, apesar de não ser explícita, é depreendida na utilização das segundas pessoas do singular do futuro imperfeito (*credes*, v. 16) e do imperativo⁴⁸ e vai manter-se, ao longo do poema, também no recurso à segunda pessoa do pronome pessoal. Encontram-se, com efeito, atestações de *tu* (v. 347) e, em particular, o conjunto mais frequente de *tibi* (vv. 129; 215; 310; 381; 400; 415; 449; 773; 1006; 1099; 1101; 1248; 1536; 1687; 1718; 1732; 1764). Por outro lado, o teor desta parte didáctica do poema torna possível ler o texto, essencialmente, como uma série de indicações e ordens práticas dirigidas directamente aos mineiros brasileiros ou a cada um dos intervenientes que tenha responsabilidades nas actividades de mineração.

Sabemos, com efeito, que dificilmente o poema teria como destinatário o(s) mineiro(s) propriamente dito(s), uma vez que estes eram escravos negros africanos na sua grande maioria analfabetos (todavia os maiores conhecedores dos vários aspectos da mineração aurífera, conforme veremos); mais aceitável seria assumir que o poema se dirige aos proprietários das

lavras e seus feitores idealizados, embora o conhecimento da língua latina fosse no Brasil muito restrito e quase exclusivamente apanágio das ordens religiosas e seus seguidores. Também não seria descabido, ainda que tal exigisse uma leitura que não parte apenas do texto, mas que subsume o nosso conhecimento extratextual sobre a vida do poeta, assumir um outro destinatário, aceitar o jogo da emulação (força motriz da actividade poética inaciana) e ler o poema como texto dirigido à corporação jesuítica, no geral, ou mais provavelmente a determinado padre, em particular, que tenha colocado frequentemente perguntas ao poeta sobre a actividade mineira no Brasil.⁴⁹

Curioso é verificar que a interiorização do papel de professor é acompanhada, no plano textual, por uma aproximação progressiva entre este e o aluno. A princípio o sujeito revela uma postura reservada, remetendo-se para um discurso eminentemente instrucionista e dirigista (que aliás vai manter até ao final), mas a certa altura, envolve o aluno / leitor na aprendizagem: *Ars est effodiendis addiscenda fluentis, / Disce infra: investigantes nova signa moramur*. (vv. 172-3, p. 274). A utilização da primeira pessoa do plural (*moramur*) coloca o emissor ao nível do receptor, engloba-os no processo, cria a ideia de que ambos estão a iniciar um processo de aprendizagem juntos e conseqüentemente facilita a empatia que é vantajosa à situação de ensino. Tal sucede quando o sujeito está a começar a pronunciar-se sobre a mineração nos cursos de água e os sinais a ter em conta nessa altura.⁵⁰

Quando termina os aspectos técnicos relativos à mineração (prospecção e extracção nos cursos de água e no interior da terra),⁵¹ e antes de se dirigir de forma directa ao aluno / leitor, explicita novamente a sua intenção didáctica:

Novi alias olim a primis Authoribus artes
Describi, quibus Italia, atque Hispania quondam
Usa fuit,

(vv. 1524-6; p. 386)

Novi quae Peruanis, et Chilensibus oris
Sint methodi fodiendi, purgandique balucis
Inventae, novique alias, quas invenit ipsa
Mens, spernitque labor. Sedenim praescribere neutras
Est mihi; Brasilici nam extractio sola metalli
Praepositum mihi onus fuit, et vulgaris in usu
Praxis: Brasilicos satis est excurrere tractus.

(vv. 1529-35, pp. 386-8).⁵²

A repetição do verbo *nosco* na primeira pessoa do singular do perfeito do indicativo (*Novi / novique*, vv. 1524; 1529; 1531) reafirma, com efeito, o conhecimento professoral do sujeito sobre a matéria da mineração. Este conhecimento estende-se, segundo o afirma, dos processos empregues no Antigo – *Italia [...] Hispania* (v. 1525) – aos do Novo Mundo – *Peruanis, et Chilensibus oris* (v. 1529) –, passando por outros que se escusa a particularizar (*alias*, v. 1531); a conjunção adversativa *Sedenim* (v. 1532) e o dativo ético *mihi* (vv. 1533 e 1534) estabelecem, por outro lado, a passagem para a reiteração daquele que foi o objectivo preferencial do poeta: referir-se às práticas comuns de mineração em uso no Brasil (vv. 1533-5).

Após este reafirmar da sua autoridade professoral, o sujeito revela o momento de maior proximidade com o leitor, antecipando uma possível reacção crítica da parte deste e colocando-o à vontade para procurar noutra lado esclarecimento relativamente as técnicas que entender mais convenientes, mas alertando-o para a necessidade de recorrer a métodos que compensem o investimento e o trabalho dispendidos:

Si tibi praescriptae artes, expositique labores
Displiceant, exquire alios, si mente volutans
Invenias, reputa impensas, operosaque lucra
Confer, si curam adhibitam maiora rependant,
Exequere, en facili poteris ditescere ab arte.
Arti sit leve onus, sed sit grave pondus in auro.

(vv. 1536-41, p. 388)⁵³

A simultaneidade poética, que cria a impressão de que a composição está em contínua progressão, e que é também marca da auto-consciência do poeta, é aliás assegurada por expressões do tipo referido – *i.e. Si tibi praescriptae artes, expositique labores / Displiceant* (vv. 1536-7) – que estabelecem pontos de referência em relação ao que foi anteriormente dito. De forma semelhante o mesmo sucede, por exemplo, logo no início do poema com a forma *incipiam* (v. 12), quando o poeta inicia o seu discurso, ou com expressões semelhantes às que se seguem, onde as palavras que apresentamos em itálico são indicativo de que o poeta está a passar de um tópico a outro e criam a noção de concomitância:

Qua *tamen* arte sit, *inferius* mox ipse docebo.
Nunc prius explorare licet, quae signa gravatam
Indigent auro glebam:

(vv. 130-2, p. 270)

Respice *dein* solem: si orientalem amnis in oram
Defluat, et blande saxatilis unda susurret,
Effode, forsan ab effosso exundaveris auro.

(vv. 169-71, p. 274)

Unde tibi certum indicium est:

(v. 215, p. 278)⁵⁴

Já vimos que o poeta vai cantar o ouro (*Aurum nobilius* [...] *Nunc canere est mihi*, vv. 2, 4), contando para tal, num primeiro momento, com a ajuda das musas (*Vos* [...] *Pierides*, vv. 5-6) e de Febo (*Phoebo*, v. 10), mas de que forma descreve a sua tarefa? No início e quase no final do poema (quando conclui a parte em que se ocupa especificamente dos processos técnicos de prospecção e extracção mineira), apresenta o seu trabalho como um ónus (*onus*

est, v. 4; *onus fuit*, v. 1534), um compromisso ou encargo de responsabilidade com que se comprometeu e que aceitou cumprir. Porém, não deixa de ser curioso notar que, ainda no verso quatro, deixa bem expressa a noção de que a tarefa lhe seria ao mesmo tempo grata (*sed amabile pondus.*, v. 4) seguindo, assim, mais uma vez no esteio da tradição clássica onde a poesia era, com frequência, metaforicamente assumida como o doce mel das musas e descrita, por exemplo, como *dulcis* e *suavis* e afirmando, simultaneamente, a sua adesão à cultura do esforço e trabalho tão cara à mentalidade jesuítica.⁵⁵

Não esqueçamos, com efeito, que logo no prefácio, conforme já vimos, o poeta tinha deixado bem clara a sua vontade de esclarecer um assunto que a maioria das pessoas ignorava e que outras tinham descrito com imprecisões (*CL*, ll. 2-6, p. 258) e que as divindades concorrem para lhe proporcionar e transmitir essa iluminação (que se estenderá à obra e a quem a lê). Aliás a própria convocação de Febo (Febo Apolo), deus sol, a par com as mais comuns Piérides,⁵⁶ faz todo o sentido num poema sobre o ouro, transportando para o texto a riqueza simbólica da divindade, a sua estreita ligação ao mais nobre dos metais⁵⁷ e às suas características, como as noções de domínio, luz, brilho, cor, riqueza, perfeição, conhecimento, etc.⁵⁸ No plano textual, esta aproximação à luz e suas virtudes é traduzida essencialmente por expressões como *auratus Apollo* (v. 6); *pretiosum [...] plectrum* (v. 7); *Mentem illustrate, auratamque infundite Lucem*, (v. 8); *Clara [...] Luce, [...] aurea vena*, (v. 10); *terso [...] metro* (v. 11).⁵⁹ Assim, a ideia da criação da luz a partir das trevas, motivo caro na antiguidade,⁶⁰ justifica-se com o destinatário a surgir como uma espécie de figura em bruto que vai receber um ensinamento que, necessariamente, o transformará e polirá. Ao mesmo tempo não é de todo extemporâneo estabelecer um paralelo entre a caminhada desta figura em bruto e o percurso do próprio ouro, cujo processo de mineração liberta do leito dos

rios ou das profundezas da terra, em forma bruta, para o colocar a circular, depois de lavado e purificado na sua forma final de objecto precioso e moeda.

Finalmente, podemos assumir que o percurso de aprendizagem se fecha só no final do poema, quando o ouro faz circular a sua nobreza entre iguais (vv. 1815-23; pp. 410-2).⁶¹ O advérbio *Nunc* (v. 1823) marca o fecho do poema, retomando o início do texto – o momento em que o sujeito se propusera iniciar o seu percurso com a expressão *Nunc canere est mihi*, (v. 4) –, com o poeta a oferecer a coroa da fama não a si próprio, mas ao nobre metal: *Principibus praestat sceptrā, et diademata, eodem / Nunc operi, atque sibi praestabit jure coronam*. (1822-3, pp. 412).⁶² Não deixa de ser curioso que o sujeito transfira para o ouro uma espécie de capacidade antropomórfica, que segue na linha do paralelo aluno / ouro estabelecido anteriormente, que possibilita ao metal atribuir a si próprio a coroa (cf. também MCP, v. 1822: *Aurum quem admodu Regibus, ita sibi, ac Poemati coronam format, et imponit.*).

2. Corpo do texto e seus núcleos temáticos

2.1. Cultura das minas⁶³

Origem do ouro

O poeta expõe as diferentes opiniões sobre a origem do ouro: a mitológica, a dos naturalistas antigos e a dos físicos modernos (vv. 12-147, pp. 260-72).

Segundo a explicação mitológica que o nosso poeta recupera da tradição e descreve no texto,⁶⁴ o ouro tem a sua origem em Júpiter (Zeus) e, por derivar do deus, a sua origem é nobre. O deus apaixonara-se por Dánae, a filha de Acrísio, rei de Argos e, apesar de o pai a ter aprisionado para evitar uma descendência que lhe seria funesta (o oráculo profetizara

que o rei seria morto pelo neto), tal facto não iria constituir qualquer entrave para o pai dos deuses. Este, com efeito, entrará na câmara subterrânea de bronze – a que os poetas chamam torre de bronze⁶⁵ – transformado em chuva de ouro e engravidará a jovem; desta união nasce Perseu. O precioso dote, como nos diz o poeta, teria sido capaz de afastar o medo e vencer o obstinado pudor de Dánae.⁶⁶ Esta chuva de ouro chegou aos vários continentes, como a Ásia, África, Europa e América, exceptuando as zonas polares. Há rios que são conhecidos pela sua riqueza aurífera, como o Tejo, o Douro, o Páctolo,⁶⁷ o Hermo, o Ebro, o Ganges, o Hidaspes⁶⁸ e o Pó; no entanto a “saraivada de ouro de Júpiter” terá atingido em particular o Brasil que se situa na zona central (vv. 12-82, pp. 260-6).

Os naturalistas antigos atribuem um nascimento diferente, mas igualmente nobre, ao ouro. Reconhecem que a sua origem se deve à influência do sol – *Lux a sole oritur, flavumque a sole metallum / Gignitur: a chymicis etiam sol dicitur, aut quod / Prae reliquis niteat, referatve ex ore Parentem* (vv. 86-8)⁶⁹ – e que é devido à sua acção que o ouro é produzido nas entranhas da terra. Assim, o sol seria o pai e a mãe, a terra, em cujo ventre quente o metal tomaria a sua forma e cor aloirada: *Sol ubi ferventi se se insinuaverit aestu / Telluri, haec ibi concepto praegnabitur auro.* (vv. 105-6, p. 268).⁷⁰ De todas as regiões, no entanto, seria a zona tórrida a que mais aqueceria com o calor de Febo e, portanto, a que mais riquezas auríferas guardaria nas suas entranhas inchadas (vv. 83-110, pp. 266-8).

Por outro lado, os físicos modernos, conforme explicita o poema, despojaram o ouro da sua grandeza, pois negaram-lhe a origem divina e não reconhecem a importância ilustre do sol na sua génese: para eles, o metal é originado pela configuração de certos elementos e sua adequada combinação, depois de operada a fermentação pelo calor. É no acto da fermentação que os elementos são devidamente configurados e combinados; portanto, quanto maior é o calor, tanto maior é a fermentação e conseqüentemente maior será a abundância de ouro. A

zona tórrida,⁷¹ e sobretudo o Brasil, é muito rica em ouro devido às temperaturas elevadas. O ouro distingue-se não apenas pela sua cor particular, mas sobretudo pela adequada combinação e encadeamento das várias partes que tornam a sua constituição bastante sólida em comparação com os outros metais (vv. 111-23, pp. 268-70).

No corpo do poema o poeta preocupa-se, pois, em distinguir as várias origens do metal precioso reportando-se não apenas à(s) génese(s) atribuída(s) pela tradição, mas também à visão mais recente fundada na ciência da sua época, desmistificando, assim, qualquer intervenção divina no processo:

Ast ignobilius Physici fecere Moderni
Aurum, dum invidiosa adeo cum fronte negarunt
A Divis genitum, et solem agnovisse Parentem;
Educta spoliarunt forma, ultra esse putarunt

(vv. 111-4, pp. 268-70)

A atribuição da produção do ouro à acção de agentes naturais e à combinação e configuração das partes de determinados elementos será retomada no final da obra no apêndice *Quaestio curiosa*, quando o poeta debate a eventualidade de ser a terra a geradora do ouro e apresenta os vários argumentos que possibilitam ou inviabilizam que tal suceda uma segunda vez. A intervenção da natureza é posta em destaque, mas também a participação de Deus, enquanto criador da natureza.⁷²

Datas / Locais

Basílio da Gama afirma que o ouro podia ser encontrado em vários locais do Brasil, diferenciados do ponto de vista geomorfológico, por exemplo montes, fragas, planícies e campos e bosques contíguos, referindo, em particular, as regiões de Paracatu (Minas Gerais), Goiás, Cuiabá (Mato Grosso) e campos e bosques contíguos, como locais onde o ouro era abundante (vv. 287-302, p. 284; vv. 1753-5, p. 406).

Aponta, no entanto, o monte de Jaraguá,⁷³ relativamente perto de São Paulo, como o local onde se encontrou pela primeira vez ouro na colônia, ainda no período de domínio filipino (vv. 1564-8, p. 390). Durante o reinado de Pedro II, o destaque vai para os campos e vila de Paranaguá, no Paraná (vv. 1542-50, p. 388; vv. 1569-74, p. 390; v. 1755, p. 406), e refere, em nota lateral ao texto, o ano de 1694 como o marco dessa descoberta:

Repertum in Brasilia aurum sub Petro II. Portucalliae Rege circiter annum 1694. Prius in Parnaguensi oppido.

(MCP, v. 1544).⁷⁴

Informação precisa sobre a descoberta do ouro em Minas Gerais surge igualmente no verso 1575 do poema e, em nota lateral a este verso, o poeta avança 1698 como o ano desse acontecimento: *Idem aurifodinas vulgo Generales detegunt anno 1698.* (MCP, v. 1575)

Testemunho consentâneo, por exemplo, com o de Pita que nos diz:

Descobriã-se no anno de mil e seiscentos e noventa e oito as Minas geraes [...]. Estas já nomeadas, e outras muitas mais descobriã os Paulistas. Alguns filhos do Reyno acharã ribeiros de menor valor, entre os já descobertos, e o ouro, que se tem colhido pelos montes ha poucos annos, descobriã os filhos de Portugal com os seus escravos.⁷⁵

No *Appendix compendiaría*, Basílio da Gama vai, porém, contradizer-se referindo outra data: *Paulistae felices auri indagatores Generales (ita dicuntur a vulgo) aurifodinas explorarunt, et felicius invenerunt anno 1696.* (AC, p.7, ll. 11-3; p. 426).

Já vimos, com efeito, que não é possível apontar uma data precisa para a descoberta do ouro das Minas Gerais. Não obstante, as datas referidas pelo nosso poeta situam essa descoberta nos finais do século XVII, ultrapassando em poucos anos as datas-limite estabelecidas pelos historiadores recentes, em particular Boxer.⁷⁶

Quanto aos vários locais onde podia ser encontrado o ouro, o testemunho de Basílio da Gama é igualmente importante, pois menciona, conforme referimos, todas as zonas que os estudiosos da actualidade consideram terem sido as principais produtoras do ouro brasileiro:

Minas Gerais (em particular a região do vale de Paracatu), de longe a mais importante, Goiás, Mato Grosso (em especial Cuiabá) e São Paulo.⁷⁷

Extracção / Lavagem

O manual de preceitos técnicos na sua pedagogia de vertente fortemente didáctica abre-se logo nos versos 148-50 (cf. p. 272) – *Ad fluvios accede, et tacto margine arenas / Scrutari licet, an scintillet pulvis in undis / Aureus: exiguum scrutanti onus.*⁷⁸ – com a referência ao primeiro processo de mineração descrito pelo poeta: a extracção de cascalho nas margens dos cursos de água.

Pode dizer-se, com efeito, existirem dois tipos básicos de depósitos do ouro brasileiro – minas de cascalho (de rios, regatos, quebradas, etc.) e minas de pedras (formação, veeiro, beta)⁷⁹ –, os primeiros geologicamente considerados de tipo “placer” e os segundos de tipo filoniano, com que estão relacionadas, respectivamente, as designações “ouro de mancha” e “ouro de beta”.⁸⁰

Os métodos de extracção foram evoluindo na proporção directa das necessidades dos mineiros, tornando-se mais complicados à medida que os depósitos auríferos iam escasseando e / ou ficavam a maior profundidade. Criaram-se, então, diversas máquinas hidráulicas e recorreu-se à mineração subterrânea no interior de galerias escavadas para o efeito. De todos estes aspectos eminentemente técnicos nos dará conta o poeta no seguimento do *Brasilienses aurifodinae*.

Basilio da Gama admite, por exemplo à semelhança de Agricola, que os filões podem ser descobertos por sorte ou devem ser procurados porque se escondem sob a terra e observa que, se o segundo caso se apresenta com frequência, o primeiro é raro.⁸¹ Na verdade, segundo o poema, era raro encontrar o cascalho aurífero, ou seja a mistura de pedras e areia que apresenta partículas de ouro,⁸² à superfície do terra.

Desses acasos da fortuna (*sortes*) nos dá conta o autor ao reproduzir duas notícias que tinham chegado ao seu conhecimento e que o haviam espantado: *sortes audi, mirabere sortes* (v. 254, p. 280). Uma das notícias refere a descoberta fortuita do viajante António de Almeida⁸³ que, ao atravessar um campo, teria sido surpreendido pelo brilho faiscante que uma pedra libertou ao ser projectada pelo casco do seu cavalo. Isto permite-lhe regressar rico da sua viagem com as polainas repletas de ouro (vv. 255-69, pp. 280-2).⁸⁴ A outra recorda a descoberta, no lugar de Águas Quentes,⁸⁵ de grandes pepitas enegrecidas pelas chamas e pelo fumo no cimo de um monte que o trabalho escravo tinha posto a nu (vv. 270-7, p. 282). Com efeito, conforme refere o poema, era costume corrente no Brasil incendiar os campos no Verão com o intuito de os transformar em férteis pastagens, no decurso desta prática era encontrado ouro:

Mos est in Brasilia campos incendere, cum in aestate nimis arescunt gramina. Flamma igitur per herbas grassata ita aureum, in quem offēdit, frustum decoloravit, ut de flava nigram redderet superficiem.

(NRCP, v. 274)⁸⁶

Estas digressões permitem ao poeta relatar circunstâncias que não derivam da sua observação directa, pondo em destaque a contribuição da sorte nos primeiros tempos da mineração.⁸⁷ Permitem, simultaneamente, valorizar o papel do trabalho – *Junge operi sortem, ilicet omne lucraberis aurum* (v. 302, p. 284) – e também da experiência, pelo aspecto de constância e segurança que traz às explorações: *Non etenim (viget experientia) non est / Larga, et avara simul:* (vv. 314-5, p. 286).⁸⁸

A extracção deveria ser precedida de um trabalho prévio de avaliação do terreno, tendo em conta um conjunto de sinais ou indícios (*Indicium / indicia*),⁸⁹ de que o prospector devia estar consciente para a obtenção de resultados na sua busca. São sete os sinais de ouro que o poeta enumera: o primeiro era o bom resultado das lavagens e peneirações efectuadas com

a bacia, conhecida por *batea* (vv. 150-68, cf. pp. 272-4);⁹⁰ o segundo sinal seria o curso dos rios seguir em direcção ao oriente (vv. 169-82, cf. p. 274);⁹¹ o terceiro resultava do cascalho encontrado nos leitos dos rios, que devia ser esférico cristalino, facilmente friável e negro no exterior (vv. 183-214, cf. pp. 274-8); o quarto na existência de montes junto dos rios, denominados localmente *yby-peara* (vv. 215-29; 760-3; 1363-8, cf. pp. 278; 322-4; 374, respectivamente);⁹² o quinto na constatação da esterilidade da terra pela sua cor avermelhada, pálida ou mesmo branca (vv. 230-317, cf. pp. 278-86);⁹³ o sexto consistia na existência de pedras negras e ásperas dispersas pelos campos que se assemelhavam à cabeça dos negros, por isso habitualmente chamadas na língua brasílica *tapanhum-acanga* (vv. 318-35, cf. pp. 286-8);⁹⁴ finalmente o sétimo decorria dos barulhos da terra durante a noite (vv. 336-52, cf. p. 288).⁹⁵

Com efeito, o primeiro ouro que os paulistas pioneiros na prospecção aurífera descobriram nas Minas Gerais⁹⁶ foi, certamente, no leito dos rios e cursos de água. Quando os rios estavam muito cheios ou eram excessivamente fundos para neles se poder trabalhar; quando estes depósitos estavam exaustos ou já havia muita gente a escavá-los, os mineiros demandavam os bancos de areias das margens e campos em redor (os tabuleiros)⁹⁷ e as encostas e bases dos montes (as ibipearas); os sulcos deixados na terra durante o trabalho da extracção chamavam-se *lavras*.⁹⁸

A mineração subterrânea (ou lavra de mina) também era praticada, mas em menor grau, essencialmente pelo facto de a abertura de galerias envolver maior mão de obra e de os riscos acrescidos não compensarem, muitas vezes, os ganhos obtidos. Certamente também em virtude de as rochas da região serem ou excessivamente friáveis ou excessivamente duras para se poderem escavar túneis capazes segundo o processo (primitivo, conforme realça Boxer) que empregavam.⁹⁹

A maioria do trabalho associado à mineração aurífera era feito por escravos negros, mas muitos brancos pobres se associaram às tarefas de prospecção e mineração para si próprios. Estes exploradores, comumente chamados faisqueiros ou faiscadores¹⁰⁰ – de que José Basílio da Gama nos apresenta, possivelmente, um exemplo quando nomeia o já referido António de Almeida (cf. *MCP*, v. 255) – trabalhavam em grupo ou isoladamente e deambulavam pelos campos fazendo a prospecção, as lavagens e a extracção do ouro, frequentemente encontrando mais do que alguns grãos com que enriqueciam o lucro da sua faina diária.

Os utensílios de trabalho empregues na mineração são rudimentares e feitos pelos próprios mineiros (vv. 354-5, p. 290). A sua forma, utilidade e recomendações para uma correcta utilização são mencionados ao pormenor no poema – numa listagem extensa que compreende os vv. 354-99, pp. 290-2¹⁰¹ – e reproduzidos na imagem final que o acompanha.

A bateia (*batea*), *i.e.* a bacia ou prato empregue na lavagem do cascalho dos cursos de água, é de madeira e tem o centro afunilado em forma de cone (vv. 150-68, pp. 272-4); utilizava-se, igualmente, para o transporte à cabeça do cascalho (vv. 823-8, p. 328; 924-5, p. 336).¹⁰²

As enxadas do Brasil (*ligones Brasilici*), utilizadas igualmente nas actividades agrícolas, apresentam uma ponta, com um palmo de largura (se forem maiores, a ponta deve ser recurva), feita de folha de ferro relativamente forte, com uma reentrância onde se encaixa um pau com cerca de seis palmos; a ponta deve ter bom fio e fazer um ângulo agudo com o cabo e é neste que deve ser aplicada a força dos braços para rasgar os torrões de terra (vv. 353-70, pp. 288-90).¹⁰³

O *almocafre*, que o poeta assemelha à unha de um gato, tem também uma lâmina com um anel onde se segura um cabo. Este é mais curto, não ultrapassando os dois palmos; a lâmina é reforçada ao centro, tem dezoito polegadas de comprimento e largura superior a

nove polegadas, e vai-se estreitando a partir da extremidade até se tornar numa ponta afiada de forma adunca e côncava com os lados revirados para dentro. Serve para dois propósitos: para retirar as pedras menos duras e, de lado, para puxar a terra escavada para dentro das bacias (vv. 371-86, pp. 290-2).¹⁰⁴

A alavanca (*vectis*), por seu lado, é brevemente referida como uma barra de ferro comprida terminando em ponta aguçada de um lado e em forma de cunha do outro lado mais largo; a sua utilização, conforme refere o poeta, potencia a força do braço permitindo cortar e elevar pedras de pesos consideráveis (vv. 387-93, p. 292).¹⁰⁵

Finalmente a vara (*hasta, hastile*),¹⁰⁶ comparada à lança de Marte, ultrapassa os três talhos de comprimento. É de madeira revestida com ferro e as arestas terminam de forma plana sendo empregue para demolir mais facilmente os montes de terra com a ajuda da água que cai (vv. 394-9, p. 292).

Alguns destes instrumentos como a bateia, o almocafre e a alavanca são mencionados com frequência na literatura da época relativamente à mineração do ouro. Por exemplo Antonil refere, ainda que de modo muito breve, as “bateas ou cuyas”, os “almocafres” e as “alabancas”, na relação que reproduz no capítulo catorze de *Cultura e Opulencia...*¹⁰⁷ Sebastião Pita reportando-se ao “Modo com que se tirava o ouro no principio do seu descobrimento” descreve-nos a bateia:

huma bandeja de pao, de dous e meyo até tres palmos de boca, que das beiras vay estreitando em fórmula pyramidal para o centro, a que chamaõ Batêa.

Menciona também o almocafre: “hum ferro de feitio de hum sacho de bico, a que chamaõ Almocafre” e diz-nos sobre as alavancas:

e tanto que chegavaõ a humas pedras, como seixos, chamados Cascelhos, que estaõ assentadas na pissarra, as desfaziaõ com alabancas, como quem desmancha huma parede.¹⁰⁸

Para além dos instrumentos apresentados como *Utilia efficiendis instrumenta fodinis* (vv. 354-99, pp. 290-2), existem outros mencionados no *Brasilienses aurifodinae* que certamente seriam empregues também na extracção do minério precioso. Referimo-nos, por exemplo, aos cestos de vime – *corbes* (v. 651), *vimineis corbibus* (v. 922), *vimineis canistris* (v. 685), *fiscellos* (v. 1342), *canistrum* (v. 1345) e *sportas* (v. 1288)¹⁰⁹ – e às carretas – *pabones* (v. 1269) e *pabonibus* (v. 1273)¹¹⁰ – que permitiam o transporte de grandes quantidades de cascalho e de pedra. Refere também, outros objectos empregues para cavar, que são no texto de utilização semelhante às enxadas, já mencionadas anteriormente – *sarcula* (vv. 821 e 1195) e *rutro* (v. 896).¹¹¹

Para partir e triturar os bocados de minério os mineiros recorriam à machadinha – *securi* (v. 280), aos martelos – *tudite* (v. 1304), *malleolis* (v. 1628), aos almofarizes – *mortariolo* (v. 1105), *mortaria* (v. 1300) e às bigornas – *incudibus saxosi* (v. 1303).¹¹² Para as pesagens serviam-se da balança – *bilanx* (v. 1041), *bilancis* (v. 1500), *balance* (vv. 1687, 1721).¹¹³

Outros utensílios, ainda, seriam usados especificamente nos processos de purificação do ouro e nas experiências a que era submetido o metal aurífero. Referimo-nos a um tipo de prato, de dimensões mais reduzidas que a bateia, utilizado para joeirar o pó de ouro – *catillum* (v. 1046); ao tacho – *ahenum* (v. 1032), *aheno* (vv. 1019, 1033), *ahenum cochleare* (v. 1076);¹¹⁴ à panela – *ollam* (v. 1082) e ao vaso de barro – *vase [...] figlino* (v. 1723)¹¹⁵ que permitiam a purificação no fogo e, também, a um aparelho com uma lente empregue nas experiências com o ouro – *ustoria machina [...] / Vitrea* (vv. 1666-7).

Muitas vezes para extrair o ouro dos leitos dos rios desviava-se o seu curso abrindo um canal artificial por onde este corria, ao lado do seu leito habitual, a ele depois regressando. Esta técnica era particularmente eficaz em terrenos inclinados onde os rios corriam em declive (vv. 592-603, pp. 308-10), pois nessa situação se podia beneficiar da água corrente

que com a sua força ia alargando sozinha o rego para a extracção do cascalho aurífero. Quando não existia declive recorria-se a um processo diferente, que obrigava a um trabalho mais exigente,¹¹⁶ que consistia em fazer um cerco – técnica do perifragma, cf. *periphragmata* (*MCP*, v. 605, p. 310) – no rio por forma a concentrar aí as águas. Esta represa era construída com estacas afiadas reforçadas por feixes de capim, contendo pedras, que eram dispostos debaixo da água encostados às estacas, formando uma paliçada que reprimia a corrente e cercava o rio;¹¹⁷ o lodo e as areias arrastadas pelo rio completavam o trabalho preenchendo as fendas da paliçada. Depois era só retirar a água contida no dique, extrair o cascalho com as alavancas e longas enxadas, transportá-lo em cestos e agrupá-lo em montes para depois se proceder à lavagem (vv. 604-94, pp. 310-8).¹¹⁸

Para secarem a secção do rio que conseguiam isolar com diques engenhosos feitos de canas, terra, pedras e palha, usavam um engenho, a que davam o nome de rosários.¹¹⁹ Eram engenhos transportáveis que se erguiam sobre dois pés de base larga triangular; na parte superior dos apoios, que era fendida, colocava-se um eixo, igualmente de madeira, em cuja extremidade se movia uma roda posta em movimento por acção da força da água. Na ponta oposta girava outra roda mais pequena (posta em movimento por acção da maior); a água subia por um tubo, com a forma de um quadrado ou um cilindro que estava metido na água, por onde deslizavam buchas de madeira (igualmente quadradas ou de forma cilíndrica rodeadas por cintas de pele de bovino) ligadas por elos, que empurravam a água para cima sucessivamente como um êmbolo; a água subia ao ponto mais elevado e era projectada para longe com grande violência; as buchas faziam lembrar as contas de um rosário (vv. 695-752, pp. 318-22).

Outra forma de desviar a corrente dos rios era construir canais de madeira ou de terra (*molinetes*),¹²⁰ o que possibilitava a condução da água quer para cima, quer para maiores

distâncias, facilitando a mineração nas encostas dos montes e as lavagens do cascalho (vv. 753-88, pp. 322-6). Eram construídos em declive acentuado, divididos em três partes – os canais de madeira eram construídos com três troncos escavados – e colocados em três planos diferentes para produzirem quedas de água e aumentarem a sua velocidade. As areias pedregosas e os seixos eram transportados, à cabeça dos negros nas bateias, em seguida eram lançados no começo das calhas e aí lavados, agitados e separadas as impurezas por acção da corrente, do almocafre e das mãos dos negros que desfaziam os torrões mais compactos e deitavam fora as pedras inúteis (os escravos chegavam a entrar descalços nos sulcos para revolverem a água de frente para a corrente);¹²¹ as impurezas eram levadas pela água e o ouro depositava-se num rego colocado no fim do canal. Às vezes construíam-se regos sem cortes onde eram colocadas pequenas tábuas para reter o ouro e transferia-se para um pequeno buraco junto aos canais o resultado da lavagem do dia (vv. 896-919, pp. 334-6 e vv. 964-80, pp. 340-2).¹²² A técnica do molinete foi evoluindo e, com o intuito de não se desperdiçar qualquer parcela de ouro, os canais de madeira eram revestidos com tecidos ou com peles de bovinos ainda com pêlos onde o pó de ouro, que acompanha a água corrente, ficava preso (vv. 1118-40, pp. 352-4); estes revestimentos seriam certamente colocados na extremidade do último molinete.¹²³

Não há grande distinção entre os dois tipos de canais no manuscrito: uns e outros eram essenciais no processo de lavagem. Os aquedutos de madeira eram, ainda, especialmente úteis para o trabalho nas colinas a longas distâncias. A água, nos aquedutos de madeira, era desviada em diferentes regos. Além de arrastar consigo os torrões dissolvendo-os, ao mesmo tempo, quando atingia o final dos molinetes, normalmente no cimo de um monte, projectava-se e facilitava o trabalho dos escravos que, entretanto, recorrendo a varas e alavancas talhavam as encostas e fendas dos montes, libertando os torrões e aproveitando

a força da torrente (vv. 753-88, pp. 322-6).¹²⁴ A existência de água era essencial às tarefas da mineração e podia condicionar todo o sucesso da extracção: *Sine aquis nimius Labor numquam compensandus* (MCP, v. 773).

Quando os cursos de água não eram muito profundos e os recursos humanos para a tarefa em número diminuto, recorria-se a um pequeno barco ou canoa¹²⁵ onde trabalhavam unicamente dois escravos com contrato¹²⁶ e sem necessidade da supervisão do capataz. A extracção do cascalho era feita com recurso a um saco feito de pele¹²⁷ – cuja boca, revestida por aros de ferro, se mantinha permanentemente aberta – que tinha ligado uma vara de forma a poder ser empurrado para o fundo e raspar a terra do leito do rio (vv. 1380-98, pp. 374-6).

Os depósitos aluviais eram, portanto, como já vimos, trabalhados quer nos rios quer em terra. Nos rios os mineiros operavam ao longo da margem ou mesmo dentro do leito para extrair o cascalho que depois era lavado nas bateias – a bateada, apesar de ser o mais eficiente processo de lavagem e de concluir todos os trabalhos de extracção, era muito morosa – para localizar as pepitas de ouro. Neste caso, os trabalhadores, dentro dos cursos de água, punham na bateia o cascalho aurífero misturado com a água e, através do movimento circular que aplicavam à bacia, iam derramando a água pelas bordas com as impurezas e introduzindo de novo água, até que no fundo ficasse o ouro em pó, frequentemente misturado com o esmeril (vv. 148-63, pp. 272-4).¹²⁸ Por vezes os escravos mergulhavam até ao fundo do rio de onde traziam torrões que depois eram bateados para verificarem a existência de ouro (vv. 1452-3, p. 380).

A maior parte das vezes, no entanto, para recolher o cascalho aurífero cavavam-se grandes buracos ou covas. Estas covas, diz-nos o autor, não deviam exceder os quarenta palmos, ou seja com uma profundidade que podia atingir, mas não devia ultrapassar, os 8,80 m. (vv. 309-17, p. 286). Neste caso, porém, para facilitar o trabalho dos mineiros era preciso secar

os poços com ajuda de maquinaria apropriada,¹²⁹ para depois poder amontoar o cascalho extraído nos campos e proceder às lavagens finais. Estas covas denominam-se *catas altas* e eram necessários no mínimo trinta escravos, tal como na diluição das ibipearas, para assegurar o trabalho eficientemente (vv. 832-9, pp. 328-30; 1363-8, p. 374).¹³⁰

Para extraírem a água das fossas os mineiros recorriam a uma máquina, semelhante às noras de alcatruzes, a que davam o nome de sítulas.¹³¹ Estes engenhos, constituídos genericamente por uma grande roda dentada (que para ser funcional devia ter cerca de dez braços de diâmetro), apoiada num eixo sustido por dois apoios nas extremidades, eram postos em movimento com o peso dos escravos exercido na roda munida de degraus improvisados; a própria fossa devia estar escavada igualmente em degraus para que água fosse retirada e escoada, de baixo para cima, progressivamente (vv. 840-79, pp. 330-2).

Outro processo que requeria o trabalho de cerca de vinte escravos¹³² era a extracção do cascalho das fossas com recurso à roldana (*trochlea*). Este engenho funcionava como um guindaste: era constituído por uma roldana onde deslizava uma corda em cuja ponta se atava um cesto que era cheio com o minério e puxado para a superfície (vv. 1335-53, pp. 370-2).¹³³

A mineração subterrânea¹³⁴ era de todas as formas a mais trabalhosa e a que apresentava maiores riscos para os escravos que aí operavam. Era necessário abrir a galeria, depois escorá-la para impedir os desabamentos, extrair o minério com as alavancas, transportá-lo em carretas para o exterior e, depois, triturá-lo para o lavar,¹³⁵ se aí havia água, ou levá-lo para junto de um curso de água. Como o veio de ouro não apresentava um traçado regular, a galeria não era a direito, mas tinha as curvas necessárias para acompanhar o veio de ouro, que avançava em várias direcções e normalmente inflectia em sentido descendente para o interior da montanha.¹³⁶ O veio de ouro era comparável aos vasos sanguíneos do corpo humano e à

luminosidade dos relâmpagos durante a noite. O trabalho era particularmente difícil pois a rocha, onde se encontrava o veio de ouro, era muito dura, as galerias sinuosas eram estreitas, com dimensão à justa para a passagem dos prospectores e das carretas de rodas, e estavam sujeitas a derrocadas frequentes.

A pouca altura das galerias obrigava, ainda, os escravos a trabalharem curvados com as pernas estribadas ou de joelhos dobrados. Quando eram longas era necessário assegurar o arejamento e a renovação do ar abrindo pequenas janelas, iluminar o caminho com recurso a lanternas de azeite, mas sobretudo de óleo de baleia.¹³⁷ O veio devia ser escavado por turnos para assegurar o trabalho contínuo e permitir, simultaneamente, revezar os negros e assegurar-lhes o tempo mínimo de permanência no interior da terra, onde contraíam inúmeras doenças (vv. 1141-334, pp. 354-70). A este tipo de actividade só os senhores mais ricos, os que podiam dispor de cem, duzentos ou mesmo mil escravos, se podiam dedicar. Em situações excepcionais, quando um determinado curso de água circulava em galerias subterrâneas, um escravo mais destemido fazia a prospecção no interior munido de uma tocha (vv. 1486-95, p. 384).¹³⁸

A descrição da mineração no interior de montanha do *Brasilienses aurifodinae* é particularmente importante pois nos textos coevos sobre mineração, no Brasil do século XVIII, são muito poucas as informações sobre este tipo de mineração.¹³⁹

Purificação

Depois de o cascalho aurífero, fosse qual fosse a sua origem, ter sido submetido à lavagem final com a ajuda da bateia, o ouro em pó ficava geralmente misturado com o esmeril. Era preciso retirá-lo para que o metal se apresentasse tão purificado quanto possível. Para separar o ouro do esmeril os trabalhadores procediam de várias formas: levavam a mistura ao fogo em tachos,¹⁴⁰ a água remanescente evaporava-se e o ouro e o esmeril ficavam depositados;

depois, à semelhança dos grãos de cereal, joeirava-se tudo num prato pequeno de boca estreita coberto por uma trama de junco para que os grãos de ouro mais pesados ficassem no fundo do prato e as poeiras e impurezas fossem libertadas.

Quando havia muito ouro entre o esmeril e pouco esmeril entre o ouro nem mesmo o vigor das sacudidelas facilitava a separação era, então, preciso recorrer a outro processo. Neste caso espalhavam as areias no chão, remexiam-nas e, com a ajuda do íman,¹⁴¹ atraíam o esmeril.

Por vezes, o esmeril não se separava completamente senão com a ajuda do mercúrio,¹⁴² espalhado pouco a pouco no ouro. O mercúrio atraía a si o ouro numa amálgama e separava-o do esmeril. Era necessário levar o mercúrio ao fogo para que este se evaporasse; restava então o ouro solidificado em forma de esfera que depois de passar por uma panela com água, para separar as últimas impurezas, estava purificado. Esta operação do mercúrio, porém, retirava a cor e o brilho ao ouro e desvalorizava-o, mas quando o ouro era aquecido ao fogo e era remexido em almofarizes recuperava o brilho e o valor (vv. 1018-110, pp. 344-52; 1592-616, pp. 392-4).

A perfeita purificação do ouro só se fazia nas casas de fundição. Segundo o poeta seriam oito as casas de fundição de ouro no Brasil; quatro estariam a funcionar nas Minas Gerais: em Vila Rica (*Villa rica*), Sabará (*Oppido Sabara*), São João d'El Rei (*Oppido S. Ioannes a Rege*) e Vila do Príncipe (*Oppido a Principe*).¹⁴³ O ouro, transportado em bolsas de pele de veado, era fundido e, depois de separado de todas as impurezas, transformado em barra e classificado com os quilates que traduzem a sua qualidade e o seu valor (vv. 1580-4, p. 392; 1698-717; p. 402).

Classificação

O ouro tinha diferentes qualidades e diferente valor.¹⁴⁴ A determinação dos quilates, sem ser nas casas de fundição, processava-se do seguinte modo: pesavam uma onça de ouro, dividiam-na em vinte e quatro partes iguais e depois de separadas colocavam-nas de lado; em seguida pesavam outra onça, misturavam-na ao mercúrio e levavam-na ao fogo num vaso de barro,¹⁴⁵ depois de depurada comparavam o seu peso, com a ajuda da balança, com o daquela que estava dividida em vinte e quatro partes. Cada uma da vinte e quatro partes que a onça perdia, quando misturada com o mercúrio, indicava que ao ouro devia ser subtraído um quilate a partir de vinte e quatro. Assim, se tinha perdido uma parte, o ouro era de vinte e três quilates, se tinha perdido quatro partes, conforme o exemplo do autor, era ouro puro de vinte quilates. Quanto maior fosse o número de quilates maior seria a pureza e o valor do ouro, pois o preço era de acordo com os quilates assinalados. (vv. 1718-39, pp. 402-4).¹⁴⁶

Nas casas de fundição, a determinação de quilates fazia-se recorrendo a recipientes aferidos. Com o ouro fundido enchiam o recipiente aferido, depois era só retirar o ouro quando estava solidificado, pesá-lo e avaliar a sua pureza e quilates (vv. 1782-94, pp. 408-10). Outro método, considerado mais fácil,¹⁴⁷ para se saber se dois pesos iguais de ouro tinham o mesmo grau de pureza e confirmar se os quilates do ouro eram idênticos, consistia em aproveitar as leis da hidrostática. Assim, introduziam-se as quantidades de ouro suspensas de uma balança equilibrada por crinas de cavalo;¹⁴⁸ embora parecessem à vista perfeitamente iguais é possível concluir da demonstração que o ouro mais impuro tinha menor peso e, conseqüentemente, ficava mais leve dentro da água (vv. 1795-809, p. 410).¹⁴⁹ Depois de examinado com os dois métodos, o ouro era cunhado em moeda, pois só com os símbolos reais podia circular no exterior da colónia para exercer a sua influência avassaladora (vv. 1810-23, pp. 410-2).

Imposto / Fraudes / Outras experiências

Recorda-nos Basílio da Gama que os escravos encontraram pepitas com cerca de dezasseis libras (v. 272, p. 282) e de sessenta e oito libras (v. 283, p. 284). Se tomarmos o peso da libra como 460 gramas, tal como refere Simonsen,¹⁵⁰ estas quantidades seriam o correspondente hoje, respectivamente, a 7,36 quilogramas e a 31,28 quilogramas.

Refere ainda o poema que os mineiros chegavam a reunir doze, vinte, oitenta e mesmo cem libras com o seu trabalho de prospecção, extracção e lavagem (vv. 1034-6, p. 346), o que perfaria nos nossos dias valores que atingiriam os 5,52 quilogramas.; 9,2 quilogramas; 36,8 quilogramas e 46 quilogramas, respectivamente.

Sabemos que toda a produção do ouro estava sujeita ao pagamento de um imposto designado pela expressão “os quintos”, o tributo devido à coroa portuguesa que consistia na quinta parte de todo o ouro extraído. No entanto a fuga ao imposto era generalizada – em grande parte por o ouro circular em pó em vez de em moeda¹⁵¹ – o que originou a que durante o período colonial tenham sido experimentados sucessivamente pelo menos doze diferentes modos de cobrança; tentativas que não conseguiram, porém, sustentar a evasão ao seu pagamento e o contrabando do ouro não taxado.

Todas estas formas de colecta podem, no entanto, ser englobadas em duas categorias gerais: a cobrança através de um tipo de taxa de capitação ou cobrança nas casas de fundição.¹⁵² Na perspectiva da coroa portuguesa a vantagem das casas de fundição era a rapidez e a facilidade da cobrança enquanto o sistema de pagamento por capitação podia resultar em atrasos de dois ou três anos. Em meados de 1630 ou 1640 já existia em São Paulo uma casa de fundição para a cobrança dos quintos, mas durante o século XVIII estenderam-se por todas as grandes regiões mineiras e há data da elaboração do poema já existiam oito casas de fundição (em Minas Gerais as primeiras foram criadas em 1720).¹⁵³

O poema distingue duas formas de pagamento dos quintos. Segundo o manuscrito, no concelho de Mariana, a cobrança do imposto fazia-se mediante uma taxa estabelecida previamente pela câmara da cidade e ratificada pelo monarca. Segundo este contrato as autoridades pagavam anualmente a quantia de 4250 libras itálicas, o correspondente a quase duas toneladas (1955 quilogramas). Noutras zonas – como Goiás, Cuiabá, Paracatu e Paranaguá – a cobrança fazia-se sem esta espécie de avença e perfazia habitualmente 2000 libras (vv. 1740-75, pp. 404-8), ou seja 920 quilogramas.

Conforme refere Basílio da Gama a soma da totalidade do ouro extraído no Brasil atingia todos os anos um total de 31 250 libras itálicas (*i.e.* 14 375 kg.), quantia contabilizada a partir do imposto pago.¹⁵⁴ Mas como a fuga aos impostos era enorme e metade do ouro que se explorava não era quintado é necessário dobrar o valor total mencionado, de acordo com a indicação em nota lateral ao poema,¹⁵⁵ e tomar como referência um número mais expressivo: 62 500 libras itálicas (vv. 1740-68, pp. 404-6), cerca de trinta toneladas (28 750 quilogramas).¹⁵⁶

Para além da habitual fuga ao imposto eram também comuns as fraudes. O poeta refere a tentativa dos comerciantes em fazerem passar moedas de ouro falso, ou seja latão (*orichalco*, *MCP*, v. 1632) por ouro, e apresenta um conselho prático para fazer o rastreio do metal verdadeiro. Na altura do pagamento, as moedas deviam ser atiradas ao ar; ao caírem no chão faziam um som cuja natureza permitiria aferir a qualidade do metal empregue na sua feitura: o tinido possibilitava o reconhecimento da fraude (vv. 1635-46, p. 396).

Uma outra vigarice era retirar folhas finas de ouro das faces das moedas, decrescendo-lhes o peso, sem lhes alterar o aspecto exterior. Para tal recorria-se a uma experiência: impregnavam-se as moedas com a flor de enxofre e levavam-se ao lume até que a película de enxofre se consumisse e se descolasse da moeda (vv. 1657-63, p. 398).

Outras experiências permitiam reduzir ou aumentar o peso do ouro. Juntando cal ao ouro e dissolvendo a mistura num cadinho com a ajuda de uma lente, parecia que o ouro se reduzia a cinzas e diminuía-se o seu peso; quando se juntava gordura às cinzas recolhidas, o ouro readquiria o seu peso inicial (vv. 1664-71, p. 398).¹⁵⁷ Por outro lado, mergulhando o ouro em lixívia forte conseguia-se aumentar-lhe substancialmente o peso (vv. 1672-5, pp. 398-90).

Cores do cascalho aurífero

O cascalho podia encontrar-se, segundo o texto (já o vimos), no leito dos cursos de rios e córregos (vv. 182-95, pp. 274-6), junto às margens dos cursos de água (vv. 196-209, p. 276) ou nas encostas dos montes (vv. 210-29, p. 278).¹⁵⁸ O cascalho aurífero eram calhaus que se assemelhavam a esferas polidas de cor ligeiramente negra que brilhavam por terem quartzo misturado. Quando extraídos e expostos ao sol apresentavam cor de tijolo pois, normalmente, vinham cobertos de argila (vv. 182-8, pp. 274-6) – a terra vermelha era, aliás, um indício muitas vezes seguro da existência do ouro (vv. 238-45, p. 280), ao contrário da de cor branca que continha giz¹⁵⁹ e que se podia encontrar nos veios subterrâneos (vv. 1322-9, p. 370). Estas pedras, que se partiam com facilidade, podiam ter dimensões variáveis, nunca excedendo os três palmos de diâmetro, e ter agregado, além do ouro, pedras preciosas como topázios de várias cores (vv. 189-95, p. 276); nos torrões compactos podiam encontrar-se também as crisólitas, as esmeraldas, os diamantes, piropos rubros e vários cristais de qualidades diferentes (vv. 949-63, pp. 338-40).¹⁶⁰

Qualidades e propriedades do ouro

Diversas qualidades e propriedades do ouro são comprovadas nas oficinas de fundição:¹⁶¹ a dureza ou solidez, a fluidez por acção do fogo, a descoloração e a flexibilidade ao misturar-se ao mercúrio (vv. 1590-6, p. 392), a atracção mútua entre o ouro e o mercúrio, a evaporação deste (do mercúrio) pelo fogo e a inalterabilidade mantida pelo ouro (vv. 1597-623, pp. 392-4;

vv. 1654-6, p. 398), a ductilidade, a imaleabilidade e a opacidade quando misturado ao enxofre, a densidade (vv. 1624-31, pp. 394-6), o tinido de som claro e agudo, que permite distinguir o ouro verdadeiro do latão (vv. 1632-4, p. 396), a elasticidade (vv. 1647-53, pp. 396-8) e a que é considerada pelo autor como a mais importante de todas, o peso (vv. 1676-97, p. 400).¹⁶²

Comparando, em especial, as propriedades do ouro apresentadas pelo poeta e as que são referidas por Chambers no *Dizionario*¹⁶³ é possível avaliar as especificidades da ciência química da época, período em permanente actualização do conhecimento, com as contradições e evoluções que lhe são inerentes. Com efeito para Chambers são apenas sete as características do ouro. A primeira (“Il primo carattere”) – propriedade distintiva por excelência – é o peso (“egli pesa più di qualunque altro corpo”); a segunda a ductilidade e maleabilidade (“duttile, malleabile”);¹⁶⁴ a terceira a inalterabilidade perante o fogo (“fissezza nel fuoco”);¹⁶⁵ a quarta é dissolver-se apenas na água régia e no mercúrio (“Il suo quarto carattere è, non esservi altro menstruo in natura, fuorché l’acqua regia ed il mercurio, per mezzo di cui l’oro sia dissolubile”); a quinta é ter uma espécie de virtude magnética (“quasi per una virtù magnetica) que atrai e absorve o mercúrio; a sexta, que tem a ver com a inalterabilidade, é o facto de resistir à violência do chumbo e do antimónio e não se dissipar ao lume (“non si dissipa nè vola via in fumo com esse, ma resta fisso, e non cambiato”);¹⁶⁶ a sétima é a sua extrema simplicidade (“che di tutti il corpi egli é il più semplice (eccequando quì gli elementi primari”)).¹⁶⁷

Ao concluir o presente capítulo do nosso estudo, podemos afirmar que o *Brasilienses aurifodinae* é um testemunho incontornável para avaliar o estágio do desenvolvimento científico que o Brasil experienciava na segunda metade do século XVIII, nomeadamente

no que diz respeito à tecnologia da exploração do ouro e à manipulação química do metal precioso.

As experiências com o ouro, com recurso a materiais como o mercúrio, o enxofre, a cal e as lixívias; os instrumentos empregues nos vários ensaios químicos como a balança, o cadinho, o martelo, o almofariz e a lente; o rol de ferramentas – de que destacamos a bateia, a enxada, a alavanca, a vara – e os vários engenhos e processos usados nas tarefas da mineração – por exemplo as sítulas, as roldanas, os rosários, os molinetes, os cercos, as canoas, as catas altas – referidos no texto revelam o que de mais recente se fazia no capítulo da mineração aurífera em terra brasileira.

A visão que os historiadores da ciência têm relativamente ao desenvolvimento desta no Brasil setecentista não é, no entanto, muito positiva. Por exemplo, Carlos Filgueiras afirma que:

Sem dúvida, a ciência como busca desinteressada de conhecimento da natureza, praticada de forma contínua ou regular, com o patrocínio do estado ou de mecenas particulares, era inexistente.¹⁶⁸

Acrescenta, inclusive, que as associações que tinham por finalidade o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento científico – em especial a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786)¹⁶⁹ –, tinham tido uma existência fugaz e não lograram alcançar os objectivos a que se propunham. O mesmo especialista reconhece, porém, que: “havia conhecimento e prática de técnicas, às vezes bem precisas, como exigiam a mineração e a metalurgia, por exemplo.”¹⁷⁰ É este saber de índole sobretudo prática que encontramos no *Brasilienses aurifodinae*.

Os instrumentos e engenhos empregues na mineração apresentados no texto podem ser considerados na generalidade rudimentares e os processos de prospecção e extracção, tal como Basílio da Gama os apresenta, podem não ser muito evoluídos, quando comparados

com os descritos numa obra da envergadura de *De re metallica*. É, no entanto, notória a preocupação do autor em apresentar o que conhece relativamente ao modo como era efectuada a exploração do ouro em terras brasileiras, distinguindo minério aluvionar de minério de filão, fazendo o elenco das ferramentas e da maquinaria empregue – capaz de produção mais intensa e eficaz –, descrevendo as várias fases da mineração e conduzindo e aconselhando o mineiro no seu trabalho diário. Basílio da Gama demonstra, inclusive, conhecimento relativamente à via laboratorial de trabalho, nomeadamente quando descreve as operações de purificação e classificação do ouro. Tal como Agricola, também ele rejeita o recurso à “baguette de sourcier”¹⁷¹ na descoberta dos filões e faz o elenco dos sinais que a terra apresenta quando esconde nas suas entranhas o precioso metal. E se não cita Agricola, fá-lo em relação a autores do seu tempo, mostrando conhecer algumas obras importantes e estar a par da evolução científica que se ia operando na sua época. Tal como o padre João Daniel,¹⁷² podemos dizer que o que mais importa ao poeta é estruturar o conhecimento relativo à mineração aurífera no Brasil, contribuindo, desta forma, para a disseminação e adopção de práticas úteis e eficazes para que delas possa vir proveito para a sua terra.

2.2. Papel dos escravos

O tráfico negreiro para o Brasil e as responsabilidades portuguesas neste tipo de comércio têm sido objecto de inúmeros estudos. Como referem James Lockhart e Stuart Schwartz,¹⁷³ desde meados do século XVI que as várias bandeiras ao sertão, para resgate e aprisionamento dos índios, não conseguiam reunir a mão de obra necessária para suprir as necessidades da economia do açúcar que se ia, então, implantando. A resistência dos indígenas, as altas taxas de mortalidade a que estavam sujeitos, o seu decréscimo continuado e a crescente oposição jesuítica à escravatura índia deslocaram o interesse dos colonos para uma nova força de trabalho: os escravos negros africanos.

Portugal não apenas podia aproveitar a experiência já adquirida com o comércio escravagista como, além do mais, tinha disponível uma força de trabalho trazida do exterior e, portanto, sem laços a uma terra que não era a sua, além disso mais resistente às doenças¹⁷⁴ e mais aberta à aprendizagem de novas tarefas. Com efeito, alguns negros provinham de sociedades onde já era praticada uma agricultura intensiva e onde era habitual a criação de gado, o trabalho com metais e outras actividades úteis na colónia.¹⁷⁵

A descoberta do ouro, nos finais do século XVII, alterou profundamente a economia brasileira e colocou o ouro no centro das actividades económicas da colónia. Em meados de 1700, quando a produção aurífera atingiu o seu máximo, o número de escravos africanos em Minas Gerais era o mais alto de sempre.¹⁷⁶ Estes negros eram as “peças”¹⁷⁷ essenciais e o sustentáculo fundamental da economia aurífera, sem eles a exploração mineira nunca teria atingido os elevados níveis de produção conhecidos e muitas minas ficariam por explorar. Apesar da sua contribuição ser imprescindível no processo de desenvolvimento da sociedade de mineração brasileira, a sua posição e direitos foram, no geral, considerados à margem dessa mesma sociedade que ajudaram a criar.

O *Brasilienses aurifodinae* dá conta da visão eminentemente utilitária do escravo. Ao longo do texto destacam-se aspectos relativos à sua compra, vida conjugal, religião, alimentação, vestuário, habitação, castigos, trabalho, contratos entre o senhor e os escravos, doenças mais comuns, entre outros.¹⁷⁸

Compra

A compra do escravo devia obedecer a determinados preceitos. Segundo o texto, era essencial conhecer a sua origem, pois preferiam-se os escravos oriundos da região norte da África negra – certamente da Costa da Mina ou mesmo da Guiné –, aos do sul, de Angola (vv. 400-8, pp. 292-4).

Sabemos, com efeito, que havia a crença generalizada em Minas Gerais de que os escravos exportados de Whydah tinham o dom mágico de descobrir novos depósitos auríferos, por isso, conforme refere o governador do Rio de Janeiro em Julho de 1726:

não existia nenhum Mineiro que pudesse viver sem um Negro da Mina, dizendo que apenas com eles teriam alguma sorte.¹⁷⁹

Ora, apesar de já durante o século XVII Angola ter sucedido à Guiné enquanto primeira fonte de escravos para o Brasil e outras zonas do Novo Mundo,¹⁸⁰ os escravos da região da Costa da Mina continuaram a ser os preferidos para as tarefas específicas da mineração aurífera na colónia brasileira. Com efeito, o comércio do ouro na Costa da Mina (actual Gana) iniciara-se com as viagens marítimas logo no século XV e desenvolvera-se sob forte influência portuguesa; os escravos negros desta região eram dos mais hábeis nas práticas de mineração do ouro pela experiência que tinham adquirido nas suas terras de origem.¹⁸¹ Os escravos originários da África ocidental, segundo Russell-Wood, “may have been more familiar with mining and metallurgy in general than their white owner and indeed were specifically selected for these skills.”¹⁸² A opinião a favor da especialização destes escravos nas tarefas específicas da mineração é corroborada pelo testemunho do padre Siqueira quando afirma na sua *Memória*:

Tenho exposto todos os methodos q’conheço se practicão nas Minas do ouro, e tambem não duvido affirmar q’ são os m. mos q’ nos ensinarão os pretos da Costa do Ouro e os m.mos q’ se praticarão a 100 annos a esta p.te de forma q’ hoje o conhecim.to maior ou menor do Minr.º consiste na melhor ou peor disposição do serv.º, de sorte q’ sendo este o m.mo se haja de fazer com menos escravos e com menos tempo.¹⁸³

A lista indicativa do escravo a escolher no *Brasilienses aurifodinae* estende-se, da recomendação respeitante ao seu lugar de origem, às características físicas e até de carácter a ter em conta na altura da aquisição. Uma eficiente e produtiva mineração estava dependente do cuidado inicial na selecção da mão de obra negra a adquirir; a despesa e dívida contraída

com a compra de um bom escravo seria facilmente superada pelo lucros futuros (vv. 439-49, p. 296).

Tal como a prospecção aurífera, a escolha dos escravos a preferir ou preterir devia ser segundo o poeta norteadada por uma série de indícios ou sinais que se entendiam absolutamente reveladores de maior ou menor propensão e capacidade para as exigências da actividade mineira. Assim, os escravos mais habilitados para o trabalho nas minas tinham pé comprido, mão e orelha grandes (sinal de longevidade), ombros musculados, pescoço curto, braços longos, rosto alegre e voz animada. Pelo contrário, deviam ser recusados os negros que apresentassem o lábio rubro (o que indicava tendência para o roubo), orelha pequena (sinal de vida curta), pé curto (assinalava um corpo fraco), braço mole e sem energia, mão pequena, dedos finos, músculos flácidos e os gagos (pelo facto de serem mentirosos). Era também necessário inspeccionar cuidadosamente a pele para verificar e distinguir o tipo de lesões que podiam indiciar doenças, malformações ou ainda o castigo do chicote (vv. 410-24, p. 294). Os escravos que escaparam a doenças, como a varíola ou sarampo,¹⁸⁴ eram especialmente recomendáveis pela capacidade de resistência e imunidade assegurada contra eventuais infecções. Neste caso também era essencial saber diferenciar as marcas deixadas pela doença, das escarificações tradicionais que alguns negros apresentavam e do tratamento bárbaro que lhes fora infligido (vv. 424-38, pp. 294-6).¹⁸⁵

Mortalidade / Doenças

A actividade mineira era muito exigente do ponto de vista físico. Os mineiros estavam frequentemente sujeitos, em simultâneo, ao calor e ao frio. Por exemplo, a extracção nos cursos de água implicava a imersão até à cintura nas correntes de água gelada, enquanto que o resto do corpo permanecia exposto ao calor do sol. A mineração em galerias subterrâneas, apesar de menos comum, também era praticada e tinha os seus riscos, nomeadamente as

moléstias decorrentes do deficiente arejamento e a morte em consequência do aluimento de terras.

O médico-cirurgião Luis Gomes Ferreira, que viveu durante mais de vinte anos em Minas Gerais durante a primeira metade do século XVIII, recorda-nos, no seu *Erário mineral*, um dos piores desastres que ocorreram nas minas:

No anno de 1711. fuy chamado para curar a 13. escravos do Capitaõ mór Custodio da Sylva Serra, morador na Villa Real do Sabará, que em sima de todos correo hum morro de terra, e pedras, andando os ditos escravos tirando ouro em huma lavra, que tinha a parede sessenta palmos de alto ao pé do dito morro; e como mineravaõ com agua, que corria por sima da tal parede, se lhe sumiu atraz; e vendo-se todos sem agua na lavra, subiraõ alguns a ver para onde se tinha desencaminhado, e todos os que subiraõ ficáraõ livres; e os que ficárão na lavra, que foraõ treze, ficáraõ de-/bayxo das ruinas, donde se tiráraõ quatro mortos, e os mais huns com braços quebrados, outros com as pernas, outros as costellas metidas com as pontas para dentro, outros com os ossos da furcula do pescoço feytos em miudos pedaços; hum com as vertebrae do espinhaço deslocadas em duas partes; outro lançando sangue pela boca, narizes, ouvidos, e algumas pingas por hum olho, e ambos taõ vermelhos como o mesmo sangue. Confesso, que quando cheguey ao terreyro da casa, fiquey impossibilitado de animo para fazer as taes curas, vendo os mortos, e os vivos todos estendidos no dito terreyro da cor da mesma terra; huns com gemidos taõ sentidos, que moveriaõ a compayxaõ o mais duro coração, que houvesse; outros sem dizerem nada por estarem na outra vida; e se a vizinhança naõ acodisse com os seus escravos a cavar a terra para tirar os miseraveis, poucos se tirariaõ vivos; ensinando, e mostrando os que ficáraõ livres das ruinas, aonde tinhaõ ficado, ou tinhaõ apparecido os desgraçados, quando a terra, pedras, e arvores hiaõ correndo por hum despinhadeyro abayxo para hum rio aonde se foy achar hum morto, que admirou pela distancia naõ ser pouca. Isto diziaõ os que ficáraõ livres por estarem em huma parte mais alta; e acodindo muyta gente, vendo o triste spectaculo, ficáraõ attonitos, e admirados por se naõ ter visto caso taõ lastimoso entre tantos, que tem succedido nestas Minas.¹⁸⁶

O *Erário mineral*, apesar de preconizar muitos tratamentos que hoje em dia se consideram verdadeiras torturas de eficácia duvidosa ou nula, é um texto carregado de explicações

minuciosas fruto da experiência de largas décadas do autor no Brasil, em especial em Minas Gerais e representa o tipo de medicina em aplicação na altura, reflectindo preocupação com a saúde dos mineiros.¹⁸⁷ A escassez de médicos na colónia favorecia a proliferação das práticas populares e o aparecimento de textos de divulgação médica. Outra obra de grande difusão no século XVIII é da autoria de José António Mendes, delegado do cirurgião-mor do reino em Minas Gerais, que praticou medicina em Serro Frio durante mais de três décadas.

Trata-se de *Governo de mineiros*, obra destinada a suprir as constantes carências de apoio médico sentidas pela população, funcionando como manual médico para uso dos leigos.¹⁸⁸

As condições extremas de trabalho a que os mineiros estavam submetidos, a que acresciam uma alimentação deficiente e um tratamento muitas vezes desumano, eram responsáveis por uma considerável taxa de mortalidade; a vida útil de um escravo nas minas reduzia-se a poucos anos, uns meros sete a doze anos como refere Russell-Wood.¹⁸⁹

Eram frequentes, com efeito, no Brasil doenças como a varíola, sarampo, sífilis, tuberculose, tétano, febres de todos os tipos, lepra e infecções pulmonares e intestinais trazidas pelos europeus que provocaram declínios acentuados na população, quer branca, quer de cor, da colónia.¹⁹⁰ No entanto, o sarampo e, em particular, a varíola eram especialmente temíveis. No século XVIII, foi particularmente severa a epidemia de varíola de 1702 – trazida pelos navios negreiros vindos de África – que devastou a zona costeira de São Paulo e atingiu as zonas colonizadas do interior.¹⁹¹

O *Brasilienses aurifodinae* é um testemunho importante relativamente às enfermidades que grassavam no Brasil e, em especial, nas Minas Gerais. Para suportarem as tarefas pesadas da actividade mineira, os escravos trabalhavam sempre com a ajuda de cânticos tradicionais onde a cadência era marcada pela voz (vv. 828-34, pp. 328-30; vv. 920-1, p. 336; vv. 1020-1, p. 344)¹⁹² e recorriam à bebida – apreciavam muito o vinho e, sobretudo, a aguardente (vv. 482-5, p. 300)¹⁹³ – que compravam ou lhes era oferecida como prémio (v. 819-20, p. 328).

Gomes Ferreira, que era a favor da utilização profiláctica da aguardente, também repudiava o seu consumo excessivo. No capítulo segundo do décimo tratado, do já referido *Erário mineral*, que é exclusivamente sobre a aguardente de cana, diz-nos:

Segundo as muytas observaçoens, que tenho feyto, e a experiencia me tem mostrado em todo o tempo, que tenho assistido nestas Minas, naõ ha cousa alguma nellas, que seja mais prejudicial à saude assim de pretos, como de brancos, como he a dita agua ardente, ou por outro nome, e bem proprio cachaça; pois ordinariamente quando queremos afirmar,

~q huma cousa não presta para nada, dizemos ~q he hũa cachaça. Esta tem sido a causa de morrerem innumeraveis escravos, e tambem bastantes brancos irremediavelmente: os escravos, huns bebem tanta, que perdendo o juizo, se mataõ em pendencias, outros bebendo-a de ordinario, adquirem doenças gravissimas, como saõ obstrucçoens nas veyas, e canaes de todo o corpo, no baço, no mesenterio, e no figado pela mayor parte, e esta mais difficil de curar: os brancos de tal sorte se casaõ com este vicio, que quasi / p. 446 todos morrem hydropicos; sendo a origem desta hydropesia o formarselhe no figado obstrucçaõ, e augmentada esta por se ir cevando com a tal bebida, e o figado obstructo, vay inchando.¹⁹⁴

Curiosamente, porém, não há qualquer referência à hidropisia no *Brasilienses aurifodinae*.

As doenças mencionadas no poema são a varíola (vv. 430-4, p. 296)¹⁹⁵ – também conhecida vulgarmente por “bexigas” e que era particularmente mortífera – e o sarampo (vv. 434-6, p. 296).¹⁹⁶ No entanto, o poeta parece não distinguir claramente as duas enfermidades, pois apesar de ambas serem doenças exantemáticas e se caracterizarem por erupções na pele, o sarampo habitualmente não deixa marcas profundas e redondas na pele, tal como o poeta descreve.

Porém, a doença que recebe atenção mais cuidada por parte do poeta é a que é contraída nas minas subterrâneas e que provocava o inchaço de pés e pernas e a palidez no rosto (vv. 1238-52, pp. 362-4). Apesar de Basílio da Gama não lhe atribuir uma designação específica, entendemos tratar-se da silicose. O poeta faz uma descrição pormenorizada dos efeitos da doença, que afectava escravos novos e velhos, e da forma de a evitar. Segundo o autor, o mal manifestava-se na cor doentia e empalidecida dos rostos e no inchaço de pés, pernas e coxas: normalmente os pés ficavam tortos com o inchaço, as barrigas das pernas apresentavam varizes inflamadas e as faces e as mãos podiam também mostrar-se inchadas. A enfermidade era quase sempre incurável entre os negros de mais idade; nas crianças e jovens podia ser debelada, mas com sofrimento (vv. 1238-52, pp. 362-4).

O tratamento prescrito era essencialmente preventivo. Segundo o poema, os escravos que trabalhavam nas minas subterrâneas não deviam estar sujeitos a um trabalho contínuo. Para prevenir o aparecimento ou o agravamento dos sintomas provocados pela insuficiência

respiratória era necessário sujeitar ao mínimo o contacto com o ar rarefeito e com os gases tóxicos – reduzindo para tal o tempo de permanência no interior das minas a um máximo de três ou quatro horas – e, após o trabalho, respirar o ar puro dos campos, restabelecer-se para o trabalho posterior com alimentos, bebidas e descanso. Assim, era vantajoso para o senhor recorrer ao trabalho por turnos, pois não só assegurava a laboração contínua nas minas, mas também porque este sistema acabava por ser, simultaneamente, uma medida profiláctica para a saúde dos mineiros (vv. 1253-76, pp. 364-6).¹⁹⁷

O texto menciona, ainda, um costume habitual nas minas e que funcionava como prevenção contra o envenenamento pelo mercúrio. Quando se refere à atracção mútua entre o ouro e o mercúrio, o poeta recorda que os artífices que nele tocavam costumavam trazer na boca uma moeda de ouro, que atraía o mercúrio, que se introduzia pelos poros da pele. Esta moeda era deitada fora quando descorada por acção do mercúrio (vv. 1600-4, pp. 392-4; cf. igualmente *NRCP*, v. 1603).

As virtudes profilácticas e, mesmo, curativas, do ouro recebem, também, atenção pormenorizada no já referido *Erário mineral*. Observa Gomes Ferreira que o metal precioso era útil nos casos de mau hálito:

Para o o mao cheyro da boca. Tomem hum pedaço de ouro, e tenhaõ-no na boca / p.163 por hum pouco de tempo todos os dias, ou o tragaõ nella o mais tempo, que lhes for possível.¹⁹⁸

O Tratado V (pp. 256-91) é inteiramente dedicado às propriedades benéficas do óleo de ouro e às suas virtudes curativas quando empregue nos tratamentos. Diz-nos o texto:

Assim como o ouro he o soberano sobre todos os metaes, assim tambem o seu oleo he o mais soberano remedio, que até o dia de hoje se tem descoberto para curar muytas enfermidades grandes; para as quaes os modernos naõ tem achado remedio de mais relevante virtude, que este; com o qual se tem livrado muytos da sepultura; o que naõ seria facil, antes muyto difficultoso, curando-se com remedios Galenicos, como se poderá ver em todo este tratado, e observaçoens. Serve o oleo de ouro para a mayor parte dos affectos Cirurgicos, como adiante se mostrará. Oleo de ouro se faz com sal, agua forte, e ouro; cuja receyta anda em varios Autores, e por essa causa a naõ exponho. [...] se os moradores das

Minas soubessem o que he o oleo de ouro, não haveria nenhum, que quizesse estar em sua casa sem este grande remedio para as occasioens.¹⁹⁹

Fertilidade / Nascimentos

Para evitar gastos com a compra futura de novos escravos era necessário, segundo o texto, facilitar as uniões dos escravos em cativo. Assim deviam comprar-se escravas casadoiras e promover casamentos para assegurar uma prole numerosa e garantir a substituição progressiva das gerações. Esta condição era facilmente assegurada pelo carácter sensual dos africanos que era incompatível com uma vida celibatária por muito tempo (vv. 450-65, p. 298).²⁰⁰

Alguns estudiosos, como James Lockhart e Stuart Schwartz, consideram, porém, que os senhores não promoviam os nascimentos entre os escravos, pois as crianças tinham de ser suportadas durante doze ou catorze anos antes de se tornarem produtivas;²⁰¹ outros, como Boxer, consideram que na realidade a taxa de reprodução dos escravos nas minas e plantações era muito baixa, não só devido aos problemas de fertilidade das mulheres, mas também devido às enfermidades e doenças a que estavam sujeitas as crianças negras durante a infância.²⁰²

Vestuário

O vestuário também devia dar poucos gastos ao senhor. Era possível reconhecer pelo trajar que tipo de ocupação desempenhava o escravo e qual a sua posição na hierarquia familiar. Normalmente, tal como é mencionado no *Brasilienses aurifodinae*, as roupas dos escravos e escravas eram muito pobres, grosseiras e mínimas. Ambos envergavam, nas cubatas e no trabalho das minas, apenas uma faixa de algodão a cobrir o sexo (vv. 466-70, p. 298; 477-88, p. 300).²⁰³

No entanto, os escravos que trabalhavam em casa do senhor tinham uma apresentação mais cuidada, como refere o autor e, nos dias de festa ou quando saíam em passeio, envergavam vistosas peças de roupa, compradas com as suas economias, como chapéus,

barretes vermelhos, camisas de linho, calças e vestidos bordados. Particularmente ricos, pelo ouro que ostentavam, eram os trajes dos negros que acompanhavam os senhores a passeio; em especial, as escravas que seguiam as suas senhoras carregadas de ouro eram elas próprias, pela riqueza em ouro que transportavam, a medida da riqueza das suas patroas.²⁰⁴ Assim, era habitual trazerem um colar de ouro ao pescoço, jóias ao peito, pulseiras nas mãos e brincos sendo todos estes os objectos trabalhados em ouro fino;²⁰⁵ os próprios cintos, as sandálias e as túnicas eram tecidas em ouro. Carregavam ainda outras riquezas como diamantes e fios de corais que engrandeciam a ostentação e o brilho dos cortejos (vv. 507-41, pp. 302-4).²⁰⁶

Alimentação

A alimentação não requeria, igualmente, grande despesa para os patrões (vv. 466-70, p. 298). A base alimentar era constituída pelo feijão,²⁰⁷ milho, mandioca e, por vezes, toucinho que eram fornecidos pelo senhor e eram cozinhados em caldeirões de ferro (vv. 470-3, p. 298). Segundo o texto, os escravos tinham ainda ao alcance a possibilidade de cultivar para si cereais, legumes e raízes (mandioca) de criar galinhas e porcos e de caçar animais selvagens (vv. 489-99, pp. 300-2). Estas actividades eram realizadas no período de descanso ou nos dias santos e de festa, por exemplo ao domingo depois da missa (vv. 500-6, p. 302).²⁰⁸

Habitação

Os alojamentos dos escravos eram bastante pobres. Construía cubatas com paredes de palha (certamente paus entrelaçados com palha) e cobertura feita com ramos. Não havia qualquer tipo de mobiliário. Como nos diz o poeta: *Culcitra sunt tegetes, humus et nudata grabatus, / Brachia pulvinar, totus prunaria Lodex.* (vv. 476-7).²⁰⁹ Para se deitarem tinham, portanto, unicamente esteiras no chão e aqueciam-se apenas com o calor de uma fogueira

que se mantinha acesa durante a noite no centro da habitação e com o vinho e aguardente que ingeriam (vv. 476-85, p. 300).

Escravos domésticos

Conforme referimos anteriormente, o texto distingue os escravos que trabalhavam nas minas dos que serviam em casa do senhor. A diferença de condição entre os dois grupos estabelecia-se pela frequência e pertença à “casa grande” e pelo nível de proximidade, ainda que relativa, com os proprietários. Com efeito, os escravos que se ocupavam das tarefas caseiras estavam, normalmente, na dependência dos senhores e senhoras de quem recebiam directamente ordens; enquanto os que estavam destacados para a mineração eram vigiados por um feitor ou capataz contratado para o efeito. Os escravos que trabalhavam nas casas dos senhores recebiam tratamento diferenciado que era notório pelo aspecto e vestuário cuidado que traziam. Assim, para se evitarem gastos excessivos na “manutenção” dos negros domésticos, que constituíam uma espécie de elite dentro do conjunto global dos escravos, o poeta recomenda que o seu número seja reduzido, enquanto o grupo maior – aquele que era directamente responsável pela riqueza da exploração e pelo poderio do proprietário – devia ser forçado a trabalhar com vigor (vv. 504-45, pp. 302-4).

Por outro lado, o pequeno conjunto de africanos que era fiel ao seu senhor e, portanto, menos propenso ao roubo, devia ser mais protegido por forma a poder trabalhar durante longo tempo (vv. 666-8, p. 316). Cabia ainda aos escravos domésticos – nomeadamente ao escravo que era considerado o mais fiel e que depois escolhia outros da sua confiança – o transporte do ouro para casa do senhor. Este transporte era secundado por aplausos da multidão negra e, em casa, os ganhos eram apresentados perante o credor, os convidados do dono da casa e restante família, culminando com a pesagem, o pagamento e ofertas ricas à senhora, às crianças e alguns pedaços mais pequenos a determinados escravos; os

convidados eram presenteados com ricas refeições (vv. 1012-45, pp. 344-6). Com efeito, após a verificação e constatação do lucro obtido, era frequente a distribuição de presentes aos amigos e a certos escravos; tal sucedia normalmente no período das refeições e as entregas eram acompanhadas de aplausos de satisfação. Nesta altura dedicava-se também o produto do trabalho das minas às divindades do patrono, que o texto apresenta de forma genérica²¹⁰ (vv. 1114-5, p. 352; vv. 1313-9, pp. 368-70). Segundo o poema, eram ainda frequentes as dádivas ou esmolas²¹¹ aos mendigos, que em agradecimento deviam erigir pequenos altares às divindades dos senhores (vv. 1113-6, p. 352).

Carácter

São breves as referências positivas ao carácter dos escravos no poema. Para além da sensualidade (vv. 455-6, p. 298) e fertilidade (v. 459, p. 298), as menções que surgem no texto remetem-nos para aspectos como a força (vv. 401-4, pp. 292-4; vv. 1167-8, p. 356), a diligência (vv. 405-7, p. 294; vv. 497-9, pp. 300-2; vv. 504-6, p. 302; vv. 656-7, p. 314; 1461-4, p. 382) e a coragem (v. 1452-3, p. 380).

Pelo contrário, os escravos são destacados no texto sobretudo pela sua natureza falsa, inconstante (vv. 462-3, p. 298; 662-3, p. 314),²¹² desleal e pouco fiável (vv. 666, p. 316; vv. 1496-512, pp. 384-6); pelo seu carácter grosseiro, astuto e pela predisposição para a mentira e para o roubo (v. 419, p. 294; vv. 664-6, pp. 314-6; vv. 981-2, p. 342, por exemplo). Para limitar os furtos dos escravos era necessário evitar a compra de africanos de lábios rubros (vv. 410-1, p. 294) e promover sistemas de vigilância que impedissem e desincentivassem os ladrões a consumarem os roubos.

A observação permanente dos negros era essencial durante o processo de mineração e devia incidir especialmente sobre os montes de cascalho e areia extraídos dos rios (vv. 656-68, pp. 314-6) e sobre os reservatórios onde se recolhiam e guardavam os ganhos. Neste último caso

devia esvaziar-se a água que estava à superfície e desenhar com uma cana comprida²¹³ um conjunto de caracteres na superfície brilhante de areia de ouro e de esmeril. Este estratagema seria suficiente para afastar os ladrões na maioria analfabetos, pois qualquer toque posterior ficaria gravado servindo como prova do furto e despoletando a investigação posterior para captura e punição do eventual culpado. Para aqueles que sabiam ler e escrever era necessário uma vigilância mais apertada. As inscrições e sinais desenhados deviam ser mais pequenos e a verificação da superfície do esmeril mais cuidadosa para identificar alguma marca que tivesse traço imperfeito e que assim denunciasse o roubo (vv. 981-1011, pp. 342-4).

Perante os roubos, aconselha-se a manter a calma, pois o normal é os escravos não serem de confiança (vv. 664-8, pp. 314-6); mesmo o escravo doméstico estava sujeito à tentação do roubo (vv. 989-90, p. 342).²¹⁴

Feitor

Segundo o *Brasilienses aurifodinae*, o feitor – que podia ser escolhido na zona ou mandado vir de fora – devia destacar-se da multidão negra logo à partida pelo traje que envergava, sobressaindo e impondo respeito pelo chapéu, em destaque no alto da cabeça, e pela vara de madeira²¹⁵ que trazia na mão, semelhante a um caduceu, como refere o poeta (vv. 546-59, p. 306).

O capataz tinha a seu cargo vigiar e orientar o conjunto de escravos nas várias actividades da mineração, estipulando para cada um o volume da tarefa diária. Para tal contava, conforme refere Basílio da Gama em nota lateral ao poema (*NRCP*, v. 554), com a ajuda da sua vara gravada com determinados palmos de comprimento – que o poeta não especifica – e com ela media a quantidade de terra que cada escravo devia extrair. Incitava os negros a trabalhar, louvava os laboriosos, reprendia os que se mostravam cansados ou preguiçosos e, finalmente, castigava os infractores; funcionava também como elo de ligação entre os

escravos e o senhor, transmitindo informações sobre o andamento dos trabalhos, fazendo o papel de acusador e, por vezes, de defensor dos escravos. (vv. 560-88, pp. 306-8).²¹⁶

Castigos

A discriminação das competências genéricas do capataz e a forma como devia agir em relação aos trabalhadores estão, portanto, delineados no *Brasilienses aurifodinae*. É uma pedagogia sustentada por um conjunto de recomendações ou conselhos que se baseiam na avaliação psicológica dos caracteres e na noção dos efeitos que o medo aliado à confiança podem ter sobre pessoas em situação de dependência.

A aplicação dos castigos, segundo o texto, devia estar na justa medida das infracções cometidas: as faltas mais graves eram punidas com o chicote.²¹⁷ Normalmente, porém, o incitamento ao trabalho era feito sobretudo com recurso a palavras ruidosas e a pena era aplicada imediatamente após a infracção para impedir o escravo de cair na tentação de fugir. Um feitor eficiente devia saber gerir as várias situações de trabalho, cativando com a simpatia os negros mais trabalhadores, aliciando-os com pequenos presentes de reduzido valor, conforme nos diz o poeta. Devia castigar os escravos com moderação e, após a aplicação do castigo, é recomendado que tente ganhar de novo a confiança destes, sendo afável no trato e mostrando-se condoído com o seu sofrimento. Apesar do tratamento a que era submetido, o escravo tinha a possibilidade de apelar ao senhor e queixar-se da severidade com que era tratado pelo capataz (vv. 560-91, pp. 306-8).

Antonil descreve também as atribuições dos feitores com precisão. Apesar de se referir apenas aos capatazes das fazendas e engenhos do açúcar, as competências destes não deveriam ser diferentes das dos feitores que supervisionavam as tarefas adscritas à mineração aurífera. Descreve as atribuições do feitor mor (que tinha autoridade sobre os restantes feitores e sobre todos os escravos) e dos demais feitores que o assistiam e que se ocupavam de um

determinado sector da exploração: capatazes que vigiavam o trabalho no campo de cana e nas moendas, por exemplo. Tal como sucede com o *Brasilienses aurifodinae* também são dadas instruções precisas sobre quais os castigos a aplicar e forma de o fazer; recomenda-se moderação na actuação do feitor e na aplicação das reprimendas e introduz-se, igualmente, a ideia de que o escravo podia recorrer do tratamento que recebia perante o senhor:

Eu não digo que se não dê authoridade aos feitores: digo que esta authoridade ha de ser bem ordenada & dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajão com subordinação ao mayor, & todos ao senhor a quem servem. Convem que os escravos se persuadão que o feitor mór tem muito poder para lhes mandar & para os reprehender & castigar quando for necessario; porém de tal sorte que tambem saibão que podem recorrer ao senhor, & que hão de ser ouvidos como pede a justiça. Nem os outros feitores, por terem mando, hão de crer que o seu poder não he coartado nem limitado, principalmente no que he castigar & prender. [...] Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar couces, principalmente nas barrigas das mulheres que andão pejadas, nem dar com pao nos escravos, porque na colera se não medem os golpes, & podem ferir mortalmente na cabeça a hum escravo de muito prestimo que val muito dinheiro & perdello. Reprehendellos & chegar-lhes com hum cipó às costas com algumas varancadas, he o que se lhes pode & deve permittir para ensino. Prender os fugitivos & os que brigãrão com ferida ou se embebedãrão, para que o senhor os mande castigar como merecem, he diligencia digna de louvor. Porém amarrar & castigar com cipó até correr o sangue, & meter no tronco ou em huma corrente por mezes (estando o senhor na cidade) a escrava que não quiz consentir no peccado, ou ao escravo que deo fielmente conta da infidelidade, violencia & crueldade do feitor que para isso armou delitos fingidos, isto de nenhum modo se ha de sofrer, porque seria ter hum lobo carniceiro & não hum feitor moderado & christão.²¹⁸

Contrato

Já vimos anteriormente que, segundo o *Brasilienses aurifodinae*, os escravos tinham a possibilidade de trabalharem para si próprios sobretudo aos domingos e dias santos, depois de assistirem à missa, altura em que tratavam das plantações, trabalhavam na pecuária e se dedicavam à mineração; com o ouro encontrado compravam roupa (vv. 489-516, pp. 300-2).

Outras vezes o senhor estabelecia com os escravos um contrato que também lhes permitia, por exemplo, comprar vestuário e acrescentar novos ingredientes às refeições frugais (vv. 408-10, p. 294).²¹⁹ Tal sucedia quando o senhor tinha um número de negros inferior ao desejável para realizar eficazmente as tarefas de mineração. Com efeito, segundo o texto e tal

como já referimos, um patrão rico mandaria em cem, muitas vezes em duzentos, ou mesmo em mil negros, mas era suficiente deter um número intermédio de escravos.²²⁰ Por exemplo para a exploração nas ibipearas e catas altas o número não devia ser inferior a trinta (aliás era este o número que assegurava alguma autonomia ao proprietário), mas para a exploração dos leitos dos rios com o barco bastariam dois homens (vv. 1354-99, pp. 372-6).

O contrato permitia aos escravos gozarem de maior liberdade e o patrão fornecia-lhes alguns instrumentos para a mineração: a uns um bote, uma lança e um saco de couro (vv. 1380-95, pp. 374-6); a outros uma alavanca, um almocafre, uma bateia e rações de milho (vv. 1400-4, p. 376). O contrato permitia que o negro trabalhasse por sua conta com a condição de entregar ao senhor uma quantia, previamente definida, do ouro encontrado. A entrega da quantidade acordada era feita ao fim de semana. Havia uma relativa flexibilidade no acordo: o senhor permitia um adiamento na prestação, quando o escravo não tinha tido sorte nas suas prospecções. No entanto, se era a preguiça o motivo que inviabilizava o pagamento então o escravo devia ser punido com um severo castigo. Tudo o que o negro conseguisse minerar para além do acordo estabelecido ficaria para ele. Este contrato com o patrão era particularmente apreciado pelo escravo pelas possibilidades de liberdade que lhe permitia usufruir. Podia deslocar-se para o exterior da propriedade e exploração, desde que estivesse pronto para o pagamento de cada semana, podia trabalhar ou descansar conforme lhe aprouvesse e mesmo visitar os seus companheiros (vv. 1404-38, pp. 376-80; cf. também *NRCP*, v. 1402).

A maior liberdade de que o escravo gozava tornava-o, no entender do poeta, mais sujeito à mentira pois tentava sempre esconder do senhor os lucros que tinha obtido. Para efectuar o seu pagamento e como não sabia usar a balança o negro cortava pedacinhos de cana, ficava com os espaços entre os dois nós e enchia estes tubinhos com o pó de ouro;²²¹ pagava o que estava estipulado ao senhor com o tubo cheio, mas escondia-lhe sempre os ganhos excedentes

ao contrato. O número de tubinhos enchidos permitia-lhe contabilizar as quantidades de ouro, o preço e o valor (vv. 1496-512, pp. 384-6).

No manuscrito, além dos aspectos enunciados, o contrato assume importância acrescida pela constatação do conhecimento que os negros detinham sobre os aspectos da mineração aurífera²²² e da responsabilidade que lhes cabia na transmissão e ensino dos vários preceitos: *Foedere veterque simul cum verna laborat eodem, / Qui senior, juvenem inforat;* (vv. 1439-40, p. 380). Eram, com efeito, os escravos de maior idade, experiência e de contrato mais antigo os responsáveis pela instrução dos mais jovens; o trabalho em conjunto entre uns e outros permitia, assim, a transmissão e salvaguarda de um conhecimento só aprendido e dominado na sua globalidade pela experiência directa em tarefas rotineiras (vv. 1440-95, pp. 380-4).

Fugas / Liberdade

Apesar de tudo é dado assente que os escravos preferiam fugir, mesmo incorrendo nas punições conhecidas, a permanecerem em cativeiro sujeitos a um trabalho duro e sem tréguas e submetidos à autoridade discricionária do senhor e ao jugo do capataz. Fugiam com frequência²²³ criando agrupamentos, os quilombos, habitualmente situados em zonas de acesso difícil, afastadas das cidades e estradas que chegavam a reunir várias centenas de habitantes. Periodicamente, como nos diz Boxer,²²⁴ faziam incursões para atacar os comboios de passageiros e de mantimentos ao longo das estradas ou faziam incursões nas quintas e plantações em busca de novos recrutas e de mulheres. Eram habitualmente autosuficientes pois produziam culturas e criavam gado em número suficiente para as suas necessidades.

Muitos destes quilombos duraram vários anos antes de serem descobertos. A captura dos escravos fugidos estava a cargo dos capitães do mato, grupos de mulatos libertos, negros, ameríndios e mestiços que eram conhecidos pela sua violência. Aos escravos fugidos, que

eram capturados, eram infligidas punições de forma gradativa: à primeira deserção era-lhes marcado a ferro no ombro a letra “F”; à segunda cortava-se-lhes uma orelha e, finalmente, a morte era a paga por uma terceira fuga.

O *Brasilienses aurifodinae* menciona as fugas dos escravos. Segundo o autor, as fugas deviam-se muitas vezes ao medo inspirado pelos castigos (vv. 578-83, p. 308) ou eram mesmo resultantes das punições recebidas (vv. 1426-7, p. 378), mas o poeta também refere que o escravo podia comprar a sua liberdade com o fruto do seu trabalho (vv. 1513-20, p. 386).²²⁵

3. Apêndices

Já referimos no nosso trabalho (capítulo 2.1) que um conjunto de apêndices completa o *Brasilienses aurifodinae*. Ao contrário do que sucede com o corpo do poema, o *Appendix compendiaria*, a *Quaestio curiosa* e o *Index rerum notabilium* são em prosa. Se o cariz eminentemente pragmático do índice final é pela sua natureza óbvio, tal não sucede em relação aos outros dois apêndices referidos, mas o autor procurará esclarecer os motivos que o terão levado a incluí-los na obra.

3.1. *Appendix compendiaria*

O *Appendix compendiaria* é um resumo que, por ser curto e em prosa, será do agrado do leitor facilitando assim a sua compreensão de tudo o que foi referido no poema, cuja grande extensão e apresentação em verso poderia ser factor de aborrecimento:

Cum non paucis fastidium pariat et cujuscunque operis prolixitas, et Ligatae orationis metrum, eorum voluptati consulit haec appendix tum brevi, tum soluta oratione. Hic unico intuitu videri, et comprehendi potest, quidquid longis, et metricis describitur paginis.

(p.1, ll. 2-5; p. 414)

A preocupação do poeta expressa logo no primeiro parágrafo consiste, portanto, em facultar aos leitores uma segunda hipótese de leitura e a motivação para esta leitura reside, no seu entender, quer na brevidade do texto, quer no recurso à prosa que poderão ser factores aliciantes para o leitor.

O problema da grande extensão do poema e do recurso ao verso tinham já sido preocupação demonstrada pelo autor no prefácio onde, apesar de defender a poesia por ser mais graciosa, harmoniosa e agradável (*CL*, ll. 9-11, p. 258), compatível com um texto claro, ordenado, preciso e verdadeiro (*CL*, ll. 6-9, p. 258), não deixa, no entanto, de alertar o “leitor curioso” para a possibilidade de este consultar o resumo no final da obra, através do qual poderia “atingir e compreender tudo muito rapidamente” (*CL*, ll. 19-20, p. 258). Assim, sem excluir a legitimidade ou adequação do uso do verso no seu poema didáctico, o poeta assume a necessidade de outro texto, demonstrando, sem dúvida, a percepção de que um documento longo escrito em verso poderia condicionar a compreensão rápida, por parte do leitor, da temática técnico-científica abordada. Neste sentido não é descabido pensar que o poema e o resumo pudessem ter como foco audiências distintas e que, muito provavelmente, o *Appendix compendiaría* fosse o texto eleito pelo leitor leigo, possivelmente o próprio mineiro brasileiro.²²⁶

Outros poetas didácticos modernos destacaram, mais do que a extensão dos versos, a dificuldade dos assuntos científicos a tratar e a tarefa árdua de colocá-los em verso. Por exemplo, o jesuíta Francesco Savastano no prefácio “Ao curioso botanófilo”, do seu poema didáctico *Botanicorum, seu institutionum rei harbariae, libri iv* (Nápoles, 1712), afirma:

Abstrusioris hujusce Phytologiae scabritiem, atque asperitatem qua perspicuitate styli, suavitate emolliendam pro meo modulo curavi; ut nihil rerum minutissimarum, & confragosarum arduitas de carminis elegantia, nihil carminis elegantia de rerum cognitione detraheret.

(pp. iii-iv)²²⁷

Também o ex-jesuíta Juan Andrés, que viveu largos anos em Itália, na sua história literária universal – *Dell' origine, progressi e stato attuale d'ogni letteratura* (Parma, 1785-1822) – endossa um encómio ao poema didáctico do Cardeal Melchior de Polignac, *Anti-Lucretius, sive de Deo et natura libri ix* (Paris, 1747) pelo seu estilo elegante e fácil, a sua clareza e ornamentos que conseguiu trazer a um assunto tão difícil e proibido: “merita somme lodi per lo stile elegante e facile, per la chiarezza, e per gli ornamenti, che ha saputo recare ad una sì difficile ed aspra materia” (Vol. II, p.198).²²⁸

Andrés valoriza também os livros sobre filosofia natural cartesiana de outro poeta muito próximo do círculo jesuíta de Ragusa (o Colégio de Ragusa fazia parte da província de Roma), o já referido Benedict Stay, pela propriedade e força do vocabulário empregue e pela cadência dos versos para nos fazer ler com prazer acerca de assuntos tão abstratos: “senza cercare altri abbellimenti che la giustezza, e forza delle parole, e la cadenza de' versi, si fa leggere con piacere in materie sì astruse.” (Vol. II, p.198).²²⁹

Por outro lado, o seu irmão Christopher Stay no diálogo *De poesi didascalica*, que surge anexado pela primeira vez ao terceiro volume de *Philosophiae recentioris*, vai defender, conforme recorda Haskell, que “os assuntos retirados da filosofia e das ciências” (*philosophiae ac doctrinarum fontibus haustae*) forneceriam “uma abundância de números e belos sons” (*numerorum copiam & uberiores sonos*); o poder de tais ensinamentos seria valorizado pela suavidade do verso e pela novidade da sua utilização (pp. XIX-XX).²³⁰

Depois de explicitar o carácter do texto, Basílio da Gama passa, então, ao resumo propriamente dito, destacando os aspectos do poema que considera essenciais: a origem do ouro, sinais do metal escondido, utensílios empregues na mineração, critérios a ter em conta na compra dos escravos, tratamento destes, contratos, associações entre senhores, vestuário e comportamento do capataz, aplicação dos castigos, modos de mineração,

técnicas empregues, lavagens, medidas profiláticas, descoberta e descobridores do metal precioso, fundição, imposto e decreto régio, qualidades do ouro, experiências e provas. Tem a preocupação de introduzir em nota marginal a remissão para os versos correspondentes do corpo do poema, estabelecendo sempre a ligação entre ambos os textos e facilitando a leitura de partes específicas do poema e a sua consulta em momentos diferenciados, se o leitor assim o entender.²³¹

3.2. *Quaestio curiosa*

A inclusão da *Quaestio curiosa*, por seu lado, parece decorrer da curiosidade do próprio autor (*Curiositati non abunde satisfacerem*, p.1, l. 3; p. 432) e, ao mesmo tempo, da sua vontade em trazer clarificação a uma questão que frequentemente surgia entre as conversas dos mineiros: Se a terra produziria uma segunda vez ouro.²³² Esta preocupação com a exaustividade no tratamento da questão da mineração aurífera leva-o a expor as duas versões que, segundo o autor, circulam: a que é apresentada em primeiro lugar e que defende a possibilidade da geração espontânea do ouro, logo de maior interesse para os mineiros porque justificaria uma segunda exploração de minas já esgotadas; e a opinião oposta, referida em segundo lugar, que afirma que todo o ouro foi criado por Deus, negando, portanto, a possibilidade da sua regeneração.

A resposta afirmativa cabe àqueles que acreditam que a origem do ouro está ligada às forças dos agentes naturais (*i.e.* à natureza) desde que estejam reunidas todas as condições e a matéria perfeitamente ordenada para se transformar numa nova criação de ouro:

Quare dubitari non potest auri generationem intra naturalium agentium vires contentam esse, si reliquae adsint conditiones necessario praerequisitae, et materia admodum disposita, ut in novam auri configurationem transformetur.

(p. 4, ll. 10-3; p. 438)

Esta g nese depende, genericamente, das disposi es e combina es necessárias da matéria e de uma prolongada fermenta o, embora a matéria a partir da qual o ouro   formado e nutrido seja totalmente desconhecida dos naturalistas e alquimistas. (pp. 4-6; cf. pp. 438-42).²³³

Outros há, porém, avança o autor no apêndice, que consideram que o ouro foi criado por Deus no início do mundo e que, depois, por vários fen menos naturais fortuitos (dil vio, terremotos, fogos subterrâneos, etc.) sofre diferentes disposi es:

Pro parte negativa non desunt, qui haec omnia fortuito contigisse sibi persuadeant, et ex causis temere agentibus credant saxeta coordinata, smirim intermixtam, et balucem interspersum.

(p. 6., ll. 28-30; cf. p. 442)

Nam omnia sub mundi initium a Deo condita affirmant, quae vel universali postea cataclysmo, vel terrae motibus, vel subterraneis ignibus in superficiem erumpentibus, vel aliis quibuscumque fortuitis casibus, varias passa sunt coordinationes, ac si artificiose combinarentur.

(p. 7, ll. 1-5; cf. p. 444).

Assim, a g nese do metal precioso teria a sua origem única na vontade do “fundador da máquina do mundo” (*mundialis machinae conditore*, p.7, l. 11; p. 444), que decidiu distribuir, combinar e configurar a matéria por si criada em todas as espécies que vemos no mundo. O autor destaca neste momento, portanto, de maneira inequívoca e, pela primeira vez no *Brasilienses aurifodinae*, o papel criador de Deus; f -lo insistentemente numa série de expressões:

omnia sub mundi initium a Deo condita;
naturae a Deo [...] conditae;
Deum in condendo terrarum orbe;
Deus perfectissimus rerum opifex;

(p. 7, ll. 1, 22, 30-1, 32; p. 444)

naturae Author;
naturae Authorem

(p. 8, ll. 10, 18 p. 446)

A beleza do mundo é assumida como o reflexo da suprema onipotência divina:

nam Deus perfectissimus rerum opifex maluisse

(p. 7, l. 32, p. 444)

videtur materiam a se creatam in omnes, quas in mundo videmus, species distribuere, combinare, et configurare, ex quarum varia admodum configuratione resultat universi pulchritudo, quae Dei Omnipotentiam maxime nobis commendat.

(p. 8, ll. 1-4, p. 446)

Ora a teoria da geração espontânea a que o autor faz referência em primeiro lugar – que decorre da teoria dos quatro elementos de Aristóteles e que perdurou durante a época clássica, medieval e mesmo posteriormente até Boyle (1627-91), que a rebateu e estabeleceu uma definição nítida entre elemento e composto, rejeitando as teorias alquímicas fantasistas²³⁴ e deixando caminho aberto para as ideias de Lavoisier (1743-1794), – vem, de certa forma, negar a exclusividade da intervenção divina (criação por Deus, opinião apresentada em segundo lugar), pois abre a porta à justificação da importância da natureza enquanto motor dos fenómenos naturais.

A valia da *Quaestio curiosa* reside, pois, neste debate de questões filosóficas de importância fundamental. Nela podem ver-se sinais da época e uma postura autoral que tenta transcender, de algum modo, o pragmatismo característico da generalidade do poema.

Curiosamente, porém, depois de discorrer sobre a possibilidade ou inviabilidade da geração do ouro, apresentando argumentos *pro* e *contra* em relação às duas opiniões e sustentando-os com remissões para obras de autores científicos a que chama modernos, o poeta decide não optar por uma resposta em particular, mas deixá-la à consideração de quem julga mais abalizado para o fazer: *Expositarum ita utrinque rationum pondus, si quod est, maturiori, ac graviori iudicio trutinandum relinquimus.* (p. 8, ll. 31-3; cf. p. 446).

José Basílio da Gama demonstra, portanto, por um lado conhecimento relativamente às questões científicas em debate num período de charneira que faz a ponte entre as teorias pré-modernas herdadas do passado e uma abertura ao positivismo lógico que já assumava à época e que seria característico dos tempos futuros. Mas, por outro, afirma não dominar suficientemente esse conhecimento para poder escolher uma das respostas possíveis. O fecho do seu discurso não é, no entanto, inócuo. A sua atitude defensiva e a evasiva diplomática perante uma tomada de opinião sobre as duas questões em causa poderá ser entendida tendo em conta o seu percurso individual e ser lida, possivelmente, como uma tentativa de não incompatibilizar a ciência moderna e a teologia católica.²³⁵

4. Elementos linguísticos, sintaxe e estilo

4.1. Neo-latim, ortografia e morfologia, vocabulário

Por que opta o poeta pelo latim? Seria, provavelmente, mais previsível que o poema estivesse redigido em português – língua em que o autor compõe a quase totalidade dos seus escritos – ou em italiano, não apenas pelo conhecimento que dela evidencia em trabalhos anteriores, mas essencialmente pelo facto de o poeta se encontrar em Roma na altura em que compõe o poema e o dirigir a um público que, em primeira mão, parece encontrar-se na cidade.

Mas Basílio da Gama dominaria certamente com facilidade o latim, aprendido durante a sua formação jesuítica recebida no Colégio do Rio de Janeiro, e a língua latina era ainda na altura o meio privilegiado de comunicação escrita no meio cultural elitista com que privou durante o período em que esteve em Itália. Com efeito, conforme refere Waquet, apesar do uso e eventual predominância das línguas vernaculares, o latim manteve-se como a língua

por excelência para a difusão do saber e da ciência do mundo culto ocidental da época até bem dentro do século XVIII.²³⁶ Para tal contribuíram vários factores: o ensino foi até bastante tarde ministrado predominantemente em latim, determinadas obras (publicadas primeiro nesta língua) tiveram influência marcante²³⁷ e em determinados países a língua latina foi a única língua aceite para a transmissão do saber.²³⁸

Por outro lado, o facto de redigir em latim pode também ter servido ao poeta como forma de atribuir autoridade ao tema e tópicos americanos que descreve no seu poema. Seria, com efeito, uma opção apropriada permitindo-lhe, em simultâneo, consolidar o seu discurso sobre a grandeza do ouro e sua mineração no território do Brasil, bem como reivindicar uma legitimidade cultural tendencialmente negada à colónia.

Conhecem-se, com efeito, duas obras coevas do Novo Mundo, de dois intelectuais crioulos (*i.e.* indivíduos nascidos de descendentes espanhóis nascidos na América), onde a utilização do latim surge como forma de consolidação do discurso e de autónoma subjectividade com respeito às instituições e normas espanholas. Referimo-nos à *Bibliotheca mexicana* (1755) do clérigo Juan José de Eguiara y Eguren (1696-1763) e ao poema didáctico *Rusticatio mexicana* (Modena, 1781; Bolonha, 1782) do jesuíta Rafael Landívar (1731-93) que apresenta dois livros sobre mineração (vide, em pormenor, III do nosso estudo).²³⁹

Neo-latim

Jozef Ijsewijn no seu trabalho monumental *Companion to neo-latin studies* define o neo-latim:

By ‘Neo-Latin’ I mean all writings in Latin since the dawn of humanism in Italy from about 1300 A.D., viz. the age of Dante and Petrarch, down to our own time.²⁴⁰

Na mesma obra traça-se a difusão do neo-latim ao longo dos tempos e vários continentes, apresentando-se igualmente exemplos dos inúmeros géneros cultivados.²⁴¹ Com efeito,

as variantes mais clássicas do latim de uma obra humanista do Renascimento²⁴² podem diferir grandemente dos termos latinos empregues em textos do período Barroco ou do Neoclassicismo. Esta literatura espelha, pois, as inúmeras alterações e o desenvolvimento das ideias e do conhecimento na Europa, mas também em outras partes do mundo. Sendo o latim até à Modernidade a língua por excelência para a difusão do conhecimento,²⁴³ os textos neo-latinos são com bastante frequência as fontes mais importantes que temos ao nosso dispor para conhecer a história destas evoluções culturais. Mas a variedade temporal e espacial que estes textos abarcam levanta problemas, um deles, ao nível da lexicografia, prende-se com a dificuldade em constituir um dicionário que permita ter uma visão abrangente de todo o neo-latim. Temos ao nosso dispor alguns léxicos e listas de palavras de obras e de autores individuais que podem facilitar o trabalho do neo-latinista.²⁴⁴ A tarefa complica-se, porém, quando nos deparamos com textos de latim do período moderno onde abundam, por exemplo, termos técnicos e geográficos, como é o caso do *Brasilienses aurifodinae*.²⁴⁵ Avaliemos, então, as características do latim do poema em análise.

Ortografia e morfologia

Não existem particularidades importantes ao nível da ortografia e morfologia nas palavras do nosso texto relativamente aos usos do latim dito clássico. Não encontramos, de facto, a profusão de abreviaturas habitual na tradição manuscrita²⁴⁶ ou variações vincadas ao nível da grafia que poderiam indiciar pronúncias diferenciadas ou, por exemplo, alterações ao nível da flexão dos casos e das conjugações.²⁴⁷

Assim, os ditongos *-ae* e *-oe*, que foram reduzidos a *-e* no latim medieval, persistem em determinados exemplos:²⁴⁸ *aeterna* (v. 17); *Aethiopes* (v. 1519); *Phoebo* (v. 10) e *amoena* (v. 145); por vezes, preferiram-se as formas com ditongo às habituais monoditongadas, veja-se *Caeterum* (v. 182) e *laeves* (v. 183), em vez das esperadas *Ceterum* e *leves*.

A alternância de *Jupiter* (v. 26) e *Juppiter* (v. 42) era comum no período clássico;²⁴⁹ outras alternâncias estão também atestadas como *dextra / dextera*,²⁵⁰ *quattuor / quatuor*,²⁵¹ *quicumque / quicunque*.²⁵² Por vezes o autor opta por grafia diferente da do dicionário de latim clássico: *Topasius* (v. 193) pelo esperado *topazius*; *Mydan* (v. 264) por *Midan*; *braccas* (v. 509) por *bracas*; *Prothea* (v. 514) por *Protea*; *collum* (v. 521) por *colum*,²⁵³ *Littora* (v. 1394) por *litora*; *insufflabis* (v. 1709) por *insufflabis*.²⁵⁴

Mantém-se, no entanto, a particularidade dos acentos para destacar determinados tipos de palavras: acento grave nas preposições *à*, *è* ou nas terminações de advérbios; circunflexo sobre as formas de ablativo, apesar de se dissuadir o uso da acentuação já em algumas gramáticas do século XVII.²⁵⁵

O critério da acentuação não é, no entanto, aplicado uniformemente. A totalidade das ocorrências das preposições *a* e *e* são sempre acentuadas, mas o mesmo não acontece com os advérbios.

Se tomarmos como exemplo os advérbios *Verùm* (v. 45); *plùs* (v. 107); *Saepiùs* (v. 161); *ità* (v. 221); *libentèr* (v. 343); *Nempè* (v. 1612); *Deindè* (v. 1720); *sempèr* (v. 1792); *Mòx* (v. 1799) podemos constatar variações consideráveis na acentuação com acento grave. Se as nove ocorrências de *Saepius / saepius*, as três de *Deinde / deinde* e as duas de *libenter* são todas acentuadas, tal não sucede com *Nempe / nempe* em que, de um total de cinco ocorrências, duas não recebem acento. As mesmas variações são visíveis com *Mox / mox* em que de um total de oito atestações metade não tem acento ou, ainda, com *Verum / verum* em que de um total de dezasseis ocorrências duas não têm acento. Quanto a *ita*, que surge igualmente dezasseis vezes no poema, recebe o acento apenas em seis atestações (cf. também os vv. 79; 196; 497; 945; 1059); das doze ocorrências de *Semper / semper* apenas duas são

acentuadas (cf. vv. 959 e 1792). A acentuação de *plus* também não é constante; a palavra chega a aparecer acentuada e não acentuada em dois versos seguidos (cf. vv. 107 e 108).²⁵⁶

A distribuição do acento circunflexo também é aleatória. Ablativos acentuados: *ipsâ* (v. 54); *aliâ* (v. 83); *sumâ* (v. 211); *terrâ* (v. 228); *blandâ* (v. 568); *Dentatâ* (v. 853); *chartâque* (v. 1047); *trochleâ* (vv. 1343, 1349), *lymphâ* (v. 1656); *auratâ* (v. 1695); *amissâ* (v. 1716); *Dignotâ* (v. 1717); *Flumineâ* (v. 1772); *Quantâ* (v. 1814); *eâdem* (v. 1815); *utrâque* (v. 1816). Exemplos de outros vocábulos, por vezes, também acentuados: *Divûm* (v. 30); *quòd* (v. 87), *Batêam* (v. 158); *ergò* (v. 789); *etiàm* (v. 798); *licèt* (v. 968); *dolârit* (v. 1015).²⁵⁷

Vocabulário

Se não há marcas distintivas de relevância em relação à ortografia e morfologia, o mesmo não se pode dizer no campo do vocabulário. À semelhança do latim medieval onde encontramos os vocábulos clássicos a par com os especificamente cristãos e onde surgem um determinado número de neologismos medievais e outros elementos devidos à influência exercida pelas línguas nacionais, também no poema em estudo a língua é um intérprete hábil²⁵⁸ de um tempo e local precisos. Nele as palavras são empregues em função das necessidades para traduzir realidades muitas vezes específicas e exclusivas do Brasil de Setecentos e da sua sociedade de mineração. O facto de o texto pretender ter alguma cientificidade é, pois, um dado importante. Com efeito, conforme recorda Hans Helander:

belletristic works are quite naturally more puristic than scientific texts [...] In the sciences, new words were coined all the time.²⁵⁹

Desta feita encontra-se no texto um conjunto variado de léxico: termos clássicos, palavras do latim medieval, palavras do latim clássico sujeitas a mudança semântica, neologismos formados a partir das acepções clássicas e mesmo palavras das línguas vernaculares como o tupi e o português.

Os termos do latim clássico constituem a base estruturante do poema. Podemos, no entanto, destacar as frequentes referências à onomástica mitológica que permitem situar o poema enquanto testemunho de uma tradição clássica marcada e constantemente evocada ao longo do texto.²⁶⁰ Encontramos, com efeito, atestações de vocábulos como por exemplo *Pierides* (v. 6); *Apollo* (v. 6); *Castalio* (v. 9); *Phoebo* (v. 10);²⁶¹ *Jupiter* (v. 26);²⁶² *Acrisium* (vv. 18, 26);²⁶³ *Danaes* (vv. 21; 29; 43);²⁶⁴ *Neptuni* (v. 138); *Aurora* (v. 180); *Sabinae* (v. 225); *Mydan* (v. 264); *Prothea* (v. 514); *Olympos* (v. 833);²⁶⁵ *Herculeas* (v. 834); *Myrmidonum* (v. 936);²⁶⁶ *Atlas* (v. 1028); *Alcides* (v. 1030); *Libitinae* (v. 1249); *Lares* (v. 1433); *Eurum* (v. 1481); *Cynthia* (v. 1618).

Outra particularidade do autor é o gosto pelas formas verbais compostas. O texto apresenta, por exemplo, formas conjugadas dos verbos *tergeo* / *detergeo*; *purgo* / *repurgo*; *demergo* / *emergo*; *mitto* / *remitto* / *immitto* / *demitto*; *misceo* / *immisceo* / *intermisceo* / *impermisceo* e o caso paradigmático dos compostos de *fluo*: *defluo* / *diffluo* / *effluo* / *refluo* / *profluo* / *interfluo* / *supereffluo*.

A variedade e precisão na utilização vocabular, preocupação constante do poeta, é visível igualmente no conjunto alargado de atestações relacionadas com o campo semântico “água”, elemento essencial no contexto da mineração do ouro brasileiro (não esqueçamos que o primeiro tipo de prospecção era a feita nos rios e ribeiros e que era sempre necessária água nas tarefas de lavagem e limpeza do ouro). Neste caso podemos destacar alguns substantivos como, por exemplo, *aqua*, *lympha*, *gutta*, *humor*, *latex*, *liquor*, *stagnum*, *palus*, *lacus*, *fluctus*, *fluvius*, *flumen*, *amnis*, *rivus*, *torrens*.²⁶⁷ É também muito variado o vocabulário empregue na descrição dos vários tipos de terreno e das formações rochosas que aí se encontram. Para tal basta relembrar palavras como *collis*, *colliculus*, *mons*, *campus*, *terra*, *gleba*, *segullum*, *saxetum* / *saxeta*, *saxula*, *glarea*, *sabulum*, *saburra*, *lapis* / *lapides*, *saxum* / *saxa*.

Podemos apontar ainda – para além das óbvias e constantes referências ao ouro (*aurum*) – a utilização reiterada de termos que remetem, mais uma vez, para campos semânticos que lhe estão próximos. Por exemplo, o campo semântico “trabalho”, com palavras com inúmeras atestações como *labor*, *laborare*, *opus* (n.) e *opera* (f.) e outras referentes às noções de riqueza e preocupação com os ganhos e gastos: *lucrum*, *lucrare*, *sors*, *opes*, *dis*, *gazum* (n.), *gaza* (f.), *divitia*, *quaestus*, *pretium*, *solutio*, *sumptus*, *impensa*, *malum*, *expensa*, *expendere*.²⁶⁸

Ao nível do latim medieval, mais precisamente do latim tardio²⁶⁹ e da língua dos cristãos, que sofreu influência grega em alguns casos,²⁷⁰ encontramos no poema: 1. adjectivos como *grandior*,²⁷¹ a conjunção temporal *quando*²⁷² e o recurso à locução perifrástica composta com um nome e o verbo *habere*, por exemplo na expressão *habere odio* = *odisse* (v. 566)²⁷³ e 2. cristianismos directos ou imediatos como *Eleemosinae* (MCP, v. 1113) e *Dioecesana* [...] *Sedem* (v. 1561)²⁷⁴ e um exemplo de empréstimo, não necessariamente associado ao cristianismo, que terá sido absorvido pelo idioma cristão, especialmente através das traduções bíblicas, a forma *thesaurizare*,²⁷⁵ de que existe atestação no texto do participio *thesaurizata* (v. 1549).

Termos antigos expressam realidades diferentes do esperado como por exemplo sucede com *pars* empregue no sentido de *regio*, *tractus*, *prouincia*, em especial o plural *partes*,²⁷⁶ com o verbo *stare* que, em vez de significar “estar de pé”, recebe o sentido associado a “ser” comum no latim tardio,²⁷⁷ com a palavra *Rector* (vv. 547, 587; *Rectorem*, vv. 551, 558) a significar o “capataz” encarregue de vigiar o trabalho dos escravos e com *Domino*, palavra traduzida por “senhor”, mas que usada em contexto especificamente cristão significa “Deus” (v. 1559),²⁷⁸ em paralelo com *Christum* (v. 1558).

O autor por vezes gosta de alternar grupos duplos de palavras comuns quer à linguagem literária, quer à linguagem falada. Para tal utiliza alguns termos, de significado idêntico, de

uso exclusivamente clássico (1) e outros de uso clássico e “vulgar” (2)²⁷⁹ como, por exemplo, *ager* (1) / *campus* (2) e *aestus* (1) / *calor* (2).²⁸⁰

Mas se a grande maioria do vocabulário é clássico, o autor não deixa de forjar palavras novas. Tal sucede quando pretende traduzir realidades de carácter técnico / científico. Referimo-nos, por exemplo, a termos empregues no contexto da mineração aurífera. Por exemplo alguns instrumentos utilizados nas tarefas de mineração ou vocábulos com eles relacionados: a forma *Ligonizantia* (v. 776) a funcionar, em nosso entender, como substantivo neutro plural, designando uma realidade idêntica à expressa pelo vocábulo técnico *ligones* – já atestado em autores latinos como Columela e Paládio²⁸¹ – as “enxadas” empregues nas tarefas de extracção do minério; *tyrocneste* (v. 495), outro instrumento que serve para ralar raízes (certamente a mandioca) e *trapezam* (v. 1047), termo utilizado a qualificar o prato empregue nas tarefas de mineração (cf. *patinam*, v. 1048).²⁸² Utiliza também a palavra *periphragmata* (cf. *MCP*, v. 605) para aludir a uma técnica específica de contensão das águas; o vocábulo *smiris* (vv. 965, 1010, 1045, 1061)²⁸³ para referir um tipo de minério – o “esmeril” e, ainda, outras palavras como *irreppertile* (v. 277), *vulnas* (v. 855) e *socollata* (v. 1484).²⁸⁴

Também estão presentes palavras próximas do universo da medicina como por exemplo *variolas* (v. 434 e *NRCP*, v. 432),²⁸⁵ *varipedes* (v. 1246), *venoce* (v. 1172)²⁸⁶ e terminologia química / física certamente em uso na época: *cohaesio* (v. 121); *Motrices* (v. 390); *moleculis* (vv. 118, 1623);²⁸⁷ *Lixivia* (v. 1673 e *AC*, p.8) e *hydrostaticas* [...] *leges* (v. 1800; *QC*, p.7), por exemplo.²⁸⁸

Quanto aos termos referentes à toponímia que estão atestados no texto, estes podem ser agrupados *grosso modo* em dois grandes grupos: 1. vocábulos que ocorrem na literatura antiga e 2. nomes criados para traduzir recentes realidades geográficas do mundo e especificamente

da colônia brasileira. Assim, quanto ao primeiro grupo, podemos referir exemplos como *Africa* (vv. 57; 66; 403; 656); *Hispania* (v. 1525);²⁸⁹ *Durius*; *Pactolus*; *Iberus* (v. 64);²⁹⁰ *Aventinus* (v. 224). Quanto ao segundo, termos como *Peruanis*, *Chilensibus* (1529) e outros vocábulos latinizados como, por exemplo, *Brasilia* (v. 444);²⁹¹ *Jaraguai* (v. 1566; MCP, v. 1567);²⁹² *Paulopoli* (v. 1566; 1573; MCP, vv. 1565; 1567; 1573); *Goiazenses* / *Goiazensis* (vv. 292, 1576, 1753; MCP, vv. 290, 1575) *Cuiabanos* / *Cuiabanasque* / *Cuiabanis* (vv. 292; 1576, 1754; MCP, vv. 290, 1575); *Paracatuensibus* / *Paracatuensis* (vv. 290; 1754; MCP, v. 290);²⁹³ *Parnaguensis* / *Parnaguensibus* / *Parnaguensi* / *Parnaguensia* (vv. 1546; 1566; 1570; 1755; MCP, v. 1546); *Marianna* (v. 1745; MCP, v. 1748); *Bahiae* (v. 1771; MCP, v. 1772); *Fluminea* (v. 1772; ver também MCP, vv. 1562, 1772); *Lisbonaeque* (v. 1772; ver também MCP, 1818); neste último caso o poeta prefere utilizar a designação recente da capital de Portugal a recorrer ao latim clássico.²⁹⁴

No que diz respeito à onomástica, encontram-se, também, alguns substantivos próprios latinizados de relevância no contexto histórico do ouro do Brasil, nomeadamente os nomes dos soberanos D. Pedro II (*Petro* / *Petrus*, vv. 1544 e 1569) e D. João V (*Quinti* [...] *Joannis*, v. 1552).²⁹⁵

O poema é ainda rico em palavras das línguas vernaculares, nomeadamente vocábulos do tupi e do português, a maioria das quais termos técnicos. Encontramos, com efeito, vocábulos técnicos em tupi que procuram explicitar formações geológicas: *Yby-peara* / *yby-peara* (vv. 222, 760; 1367), *Tapanhum-Acanga* (v. 325);²⁹⁶ vocábulos portugueses que explicitam os modos de minerar, como por exemplo *Lavras* (v. 788), *catas* [...] *altas* / *altas Catas* (respectivamente vv. 832 e 1366-7) e determinados recursos e instrumentos empregues, como é o caso de *Molinete* (vv. 917; 1120; 1138; 1463), *Almocafre* / *almocafre* (respectivamente, vv. 383; 1403; 942), *Bateam* (v. 158; 1403)²⁹⁷ e *Rosaria* (v. 694).²⁹⁸

Tal como os humanistas faziam, quando não havia palavra clássica para indicar um objecto ou noção sem ambiguidade, introduziam o barbarismo precedendo-o, por exemplo, pela fórmula *ut vulgo dicitur* ou outra expressão explicativa semelhante.²⁹⁹ Também no *Brasilienses aurifodinae* encontramos expressões semelhantes que põem em evidência a influência das línguas vernaculares: *Hoc ipsum Almocafre dabit vox barbara nomen.* (v. 383); *hanc vulgus dixere Rosaria molem.* (v. 694); *Quos supra memini a vulgo Yby-peara vocatos* (v. 760) e *e vulgari nomine nosces / Haec eadem Indigenae appellant mineralia Lavras* (vv. 787-8).³⁰⁰

Se a presença índia, diferentemente da africana, não está em destaque no texto, ela é visível, pelo menos, na apropriação dos vocábulos de origem tupi que referimos anteriormente. Com efeito, se o português era a língua oficial no Brasil, o tupi era a língua falada e compreendida por todos³⁰¹ e, até ao começo do século XVIII, a proporção entre os falantes do tupi e do português mantinha-se em cerca de três para um, a favor do tupi. Este idioma continuou a ser falado até final de Setecentos na colónia brasileira, em especial nas regiões mais interiores.³⁰²

Já vimos no nosso trabalho (cf. I) que a cultura humanista dos jesuítas e as suas actividades missionárias pressupunham que o domínio linguístico fosse uma das condições pré-existentes para a aproximação às gentes autóctones e, assim mesmo, para a difusão efectiva da fé católica. São sobejamente conhecidos alguns tratados de filologia indígena do Brasil, como por exemplo a *Arte da Lingua Brasilica* (Lisboa, 1621) do padre Luiz Figueira³⁰³ ou o *Vocabulário de Lingua Brasilica* (Coimbra, [1621]) atribuído ao grande mestre jesuíta em tupi-guarani, Leonardo do Vale.³⁰⁴ O primeiro catecismo em tupi foi editado por António de Araújo e denominava-se *Catecismo na Lingoa Brasilica, na qual se contem a suma da Doctrina Christã* (Lisboa, 1618);³⁰⁵ o próprio Vieira teria composto seis catecismos em seis

idiomas diferentes.³⁰⁶ A grande maioria dos missionários inicianos no Brasil conhecia a “língua brasílica” que se tornou “geral” por sua influência.

4.2. Sintaxe e estilo

Sintaxe

A sintaxe do texto não diverge da do latim clássico. Merecem, no entanto, ser destacadas algumas particularidades que se prendem com a intenção instrucional do texto, cuja evidência assinalámos logo em II, capítulo 1, e que se mantêm ao longo do poema reflectindo-se ao nível da sintaxe. Tal sucede, por exemplo, com as utilizações recorrentes, em determinados versos, de imperativos presentes na segunda pessoa do singular, a marcar uma ordem que deve ser realizada imediatamente:

Hanc sabulo impletam undanti *demerge* parumper
Flumine, et emersam *versa*, huc, illucque *revolve*.
Saepius *exhauri*, exhaustas persaeplus *hauri*
Guttas,

(vv. 159-62, pp. 272-4)³⁰⁷

Festivos tu *crede* sonos, quibus *annue*, et hospes
Certus *adi*, *scrutare* Locum, reliquisque repertis
Indiciis, *siste*:

(vv. 347-9, p. 288)

da operam, dextram *adde* labori,
Utilia efficiendis instrumenta fodinis
Extrue, quas modo subjiciam, referentia formas.

(vv. 353-5, pp. 288-90)

Quid cum auro lacrymae? modo *parce* doloribus, ausis
Perge novis, nova fulcra, sudesque,

(vv. 1212-3, p. 360)

A expressão da ordem é também traduzida recorrendo à utilização, nas orações principais, do modo conjuntivo (de valor exortativo), no presente, na terceira pessoa do singular e plural:

* Ore catinus

*Sit patulo, ne pondere brachia lassa fatiget,
Ligneus, in centrum cavus exacuatur: acumen
In palmo sistat: labra sint derasa, et utrinque
Exaequent ternos vix palmos dissita, acuto
Sint lata a centro palmum non amplius unum
Dimidiumque,*

(vv. 150-6, p. 272)

[Brasilici lignonis] * Non adeo exilis valido *sit* bractea ferro
Palmum lata, *arctetur* paulo longior, ansa
Promineat media, in faciem non *turgeat* ullam,
Circinet in latus, atque in sumo fissile lignum
Accipiat, cuneoque *premat: procurrat* in hastem
Lignum prolixam (veluti *sit* tripla bipalmis)
Et declive parum, quo fiat acutus ab hasta
Angulus admissa, nunquam rectangulus esto.
Inferius donata acie *sit* bractea, glebas
Ut facile secet. Haec est forma: doceberis usum.
Extremo *jungant* hastili brachia vires,
Altius *attollant* ferrum, *impellantque* deorsum
Fortius, impressa *abscindant* vi, ac pondere terram.

(vv. 356-68, p. 290)

[Rector] *Emineat* meliori habitu; procul ille timetur
Agnitus, et vestis pro majestate verendus.
Lignea virga manum *decoret*, non ferrea, blandum
Rectorem nam blanda decent insignia, pacem
Illa *ferat* veluti caduceus, efferat passim
Mitiget ingenia, invidiosaque jurgia, signis
Dividat incisus palmos, palmisque diurnam
Designet cuicumque operam,

(vv. 548-55, p. 306)

Vecte alii scissuram *intentent*, frustra recisa
Seponant alii, immixtam *retrahantque* saburram,
Atque vehes *onerent: per* subterranea cliva,
Per longam, inflexamque viam unusquisque rotatos
Pabones *truset* retro urgens

(vv. 1265-9, pp. 364-6)

O recurso à perifrástica passiva para traduzir a noção de dever ou necessidade da realização de determinadas acções também é notória:

Insatianda fames auri, insatianda cupido
Erigit usque animos, vires et sufficit, arcet
Certa metum, spem auget, Lucris confisa futuris
Ardua molitur, Lapidés et commovet omnes.

(vv. 792-5, p. 326)

Si nulla adsint ducendo cava Ligna Liquori,
Cespité praestat idem Lira effodienda tenaci.

(vv. 907-8, p. 336)

Sub finem hebdomadae praestanda solutio, si sors
Prospera contulerit: nam si secus invida nullum
Praebuerit lucrum, et nullos solertia quaestus
Reppererit, tunc ex pacto contracta manebunt
Debíta persolvenda simul, cum Ludít amica
Sors, et congaudet ludenti industria sorti.
Si sortem illudat turpis socordia, *duro est*
Non semel adhibito mox propulsanda flagello.

(vv. 1411-8, p. 378)

Podemos destacar, ainda, o uso de verbos impessoais, como *licet*, com os quais se marca igualmente o que se deve ou não se deve levar a cabo e o que convém ou não convém ser feito:

Non Licet huc Latices deducere: inutilis unda
Obruet illa scrobes, numquam auxiliata juvabit.

(vv. 835-6, p. 330)

Non licet hic humeris, capítive imponere sportas:
Vectores humiles, humilis, demissaque crypta
Sola decet:

(vv. 1288-90, pp. 366-8)

Hic, quicumque adsis, mature conjice, quanta
Nobilitas auro insit! spernit amabile fraudes,
Et licet insontes clamanti detegit ore.

(vv. 1641-3, p. 396)³⁰⁸

Quanto às orações subordinadas, destaca-se o gosto pelas proposições finais de *ut* e *ne* com conjuntivo com as quais se indica a finalidade de uma determinada acção. Vejamos alguns exemplos:

Impigra nam pubes almos vel pergit in agros,
Ut colat, aut fluvios, ut sprete analecta segulli
Colligat in patinam, et fluvialibus eluat undis.

(vv. 504-6, p. 302)

Arte tamen fiat. Tria sulco aptentur eodem
Concava Ligna, suo digesta ex ordine, saltu
Praecipiti *ut cadat alternis torrentibus humor:*

(vv. 901-3, p. 334)

[Vena] Quacumque inventam insequere, *ipsa ut lucra laborem*
Impensum exaequant, excedantve amplius:

(vv. 1147-9, p. 356)

A genesi incipiam, egregiam quam venditat aurum
Esse sibi; *pretio ne habeatur ubique minori,*
Vult a nobilibus memorare parentibus ortum.

(vv. 12-4, p. 260)

Extrue terrenum rutro sulcante canalem
(Durescat qua parte solum, *ne sorbeat undas*
Gleba tenax)

(vv. 886-8, p. 334)

Talibus, ac tantis ornatum dotibus aurum
Cervina insuitur pera, *ne rima baluci*
Praebeat ulla locum:

(vv. 1702-4, p. 402)

Estilo

O enunciado denotativo que é próprio do discurso didático, mais evidente se torna pela frequência, ao nível dos recursos estilísticos, dos paralelismos e acumulação em série de palavras repetidas, sinónimas ou do mesmo campo semântico. Por exemplo:

Disposições anafóricas:

Hoc ipsum Almocafre dabit vox barbara nomen.
Hoc resoluta cadunt saxeta, hoc dextra replebit

(vv. 383-4, p. 292)

*Pars onerata cibos, Longo velut agmine facto,
Pars oneranda redit, portandumque altera pondus
Pars secat:*

(vv. 937-9, p. 338)

*Pulcher Aventinus, pulcher Mons Aureus (hicce
Templa sacrat Petro hinc; illinc sacrat ille Sabinae)*

(vv. 224-5, p. 278)

Pro libitove incumbat, pro libitove quiescat,

(v. 1432, p. 378)

*Plures, multotiesque tulit ditescere plures.
Vera loquor: sortes audi, mirabere sortes.*

(vv. 253-4, p. 280)

*Cingula texta auro, ex auro sandalia texta,
Texta auro cyclas, quidquidve intexitur auro,*

(vv. 526-7, p. 304)

Jogos de repetição com variação de declinação e flexão (poliptoto), muitas vezes em lugares marcados no verso:

Excipe, qui *Dominum, Dominique* domestica curant
Aethiopes;

(v. 516-7, p. 302)

Est color *idem, eadem* gravitas, resplendor et *idem*.

(v. 1066, p. 348)

Prodit obarmatum Regali stemmate, eadem
Sub *Regis* facie in *Regem* effigiatur, utraque,
Quae *Reges* decuit, pro majestate verendum.

(vv. 1815-7, p. 410)

[Hera...] agnosceatur ab auro,
Et *pretio, pretium* vernis *portantibus* omne.
Est Herae onus *portare* aurum: *portabit* honorem

(vv. 531-3, p. 304)

hic nigrantia secum
Grana *trahit*, mox *tracta trahunt*, pariterque *trahuntur*.

(vv. 1062-3, p. 348)

Sed noctesque, diesque alternato ordine venam
Scindere, scissamque extrahere, extractamque tueri.

(vv. 1263-4, p. 364)

Mercurium an trahat aurum, a mercuriove trahatur?

(v. 1597, p. 392)

Contrastes assegurados por vocábulos e compostos verbais antitéticos:

Uxorem aethiopes, atque aethiopissa maritum.

(v. 458, p. 298)

Valle cadente cadunt saxeta, aliquando revertunt,
Inflectuntque viam *sursum*, plerumque *deorsum*

(vv. 201-2, p. 276)

Ponderat: hinc quo *maior* erit, deperdere *maius*,
Quo *minor*, et *minus* ex aequo deperdere pondus

(vv. 1803-4, p. 410)

Ut *fluat*, et *refluat* titubanti lymphæ catino,
Donec arenosis sabulum *supereffluat* undis

(vv. 163-4, p. 274)

Despice: quaere alios, velut amnis brachia, rivos,
Amne vel *emergant*, vel *demergantur* in amnem:

(vv. 178-9, p. 274)

Quae *nigra* erat facies *interpallescit*, et *albet*.

(v. 1243, p. 364)

proni *ingressi*, pronique *regressi*

(v. 1290, p. 368)

de algum constrangimento discursivo³¹¹ e procura alcançar dimensão poética evidenciada ao nível dos recursos estilísticos.³¹² Vejamos alguns exemplos.

O símile que compara a multidão de negros e um exército:

Centeni adsunt aethiopes, velut agmine facto

(v. 614, p. 310)

O símile que identifica os escravos com os Mirmidões:

Genus exhibet aemula nigrum
Myrmidonum, dum subterranea in horrea portat
Pars onerata cibos, Longo velut agmine facto,
Pars oneranda redit, portandumque altera pondus
Pars secat: assiduum Domino stimulante Laborem
Haud secus Afros Myrmidonas nulla otia tardant.

(vv. 935-40, p. 338)³¹³

Por outro lado, aquele que tem o privilégio de carregar as riquezas para casa do senhor é considerado um Atlas e um Hércules:

Circumstant famuli: sed quisnam tolleret Atlas
Eximium hoc pondus? tot, tantorumque Labores
Quis ferat Alcides simul? hic electus utrumque
Sufficiet validus qui verna fidelior, idem
In domum ahenum fert, reliqua plaudente caterva.

(vv. 1028-32, p. 346)

As pedras negras e ásperas são comparadas com a cabeça dos negros:

Inspice, signum
Saxa dabunt dispersa, et dodrantalia passim,
Maiora interdum, verum nigra, et aspera, namque
Aethiopum referunt crispatos aemula crines.
Hinc caput aethiopsis, vel Tapanhum-Acanga vocatur.

(vv. 321-5, p. 286)

A insensibilidade do avaro é comparada à dureza de uma pedra:

Duruit in Lapidem tellus ubicumque nitenti
Hac animatur vena: ita non durescit avarus,
Flectitur iste auro, sed plus Lapidescit et illa.

(vv. 1164-6, p. 356)

O símile que identifica o proprietário dos escravos com Proteu pela capacidade que o primeiro evidencia em se metamorfosear:

Festivos celebrare dies et foemina, virque
Indutis prodire solet sub vestibus, itque
Serius, et gravis, atque polito oneratus ab auro
Redditur ignotus: variatum Prothea credas.

(vv. 511-4, p. 302)

O símile entre a vara do capataz e o caduceu:

Lignea virga manum decoret, non ferrea, blandum
Rectorem nam blanda decent insignia, pacem
Illa ferat veluti caduceus, effera passim
Mitiget ingenia, invidiosaque jurgia,

(vv. 550-4, p. 306)

O símile entre o escravo e uma coluna capaz de sustentar muito peso:

surgentem oneri nam finge columnam
Esse tibi aethiopem, ampla basis, pes Longior altum
Sustentat pondus; non sunt brevia apta ferendo
Fulcra oneri.

(vv. 414-7, p. 294)

Compara as pregas da bolsa, onde se guarda o pó de ouro, com a pele enrugada de uma velha:

Inversis cadit e peris, rugosa cadente
Contrahitur cutis, et contractos inter adhaerent
Aurea grana sinus: peram insuflabis, anilem
Extendesque cutem, extentam quate, quassa repellat,
Quidquid inhaereat, et granum, pulvisve minutus.

(vv. 1707-11, p. 402)

O símile que se estabelece entre os feixes de capim – que fazem a paliçada e cujas pontas, semelhantes a lanças, estão dispostas de forma ordenada opondo-se à força das águas – e os soldados da primeira linha que, igualmente armados, estão preparados para a batalha:

Hastarum capita undas exsuperantia, Longo
Ordine disposita, utramque attingentia ripam
Spectanti assimilant hastato milite bellum.

(vv. 632-4, p. 312)

O símile que identifica os feixes de capim com os cadáveres preparados para a sepultura:

Dispositae in longum paleae, saxisque repletae,
Funibus adnexae haud aliud simulare videntur,
Quam prostrata solo tumulanda cadavera.

(vv. 622-4, p. 312)

O símile entre a forma da chama das lanternas de azeite e uma bola ou um ovo:

Flamma globum, vel in ovalem protracta figuram.

(vv. 1230-1, p. 362)

O símile que compara o comportamento da terra e o de uma urso:

Hos tamen informes cum tellus edat, et imo
In lucem emissos nunquam, velut ursae, reformat, (b)
Regia providit cura: aurificina paratur,
Extruiturque domus, mixtas ubi denique faeces (a)
Segreget, admotoque aurum clarescat ab igne.

(vv. 1580-5, p. 392)

O símile entre a terra e uma parturiente:

Tellus praegnanti ventre gemiscens
Altius inclamat, querulam ferit horridus aethram
Clamor, parturiens veluti, gemebunda queratur.

(vv. 337-9, p. 288)

E logo de seguida a imagem:

Hoc plerumque solet noctem clamore silentem
Turbare, hortarique homines eousque jacentes,

Qui maturum ausint disrupto viscere foetum
Eruere, expositum aut sibi quisque libenter adoptent.

(vv. 340-4, p. 288)

A imagem que evoca a semelhança entre a unha do gato e o almocafre:

Extensa a capite attenuatur lamna, dodrante
Latio, inque apicem paulo angustatur acutum
Dupla dodrantalis. Cedat ne infirma Labori,
E medio turget dorsum: quod caulis in herbis,
Hoc tumor in Lamna est, quae dein curvatur adunca,
Et cava, dum latera inter se redeuntia vergunt.
Expressum tibi felis habes exemplar ab ungue,
Ungui adde hastam, quod conjunxerit unguis, et hasta,
Hoc ipsum Almocafre dabit vox barbara nomen.

(vv. 375-83, pp. 290-2)

O símile entre o percurso sinuoso do veio de ouro, ao penetrar nas entranhas da terra, e o sangue no corpo humano ou o raio noturno no céu (veio de ouro – sangue):

Vena haec tellurem recta non vergit in imam,
Sed sinuosum inflectit iter, plerumque deorsum,
Et raro sursum, inque latus declinat utrumque
Saepius. Haud fert humano tot corpore sanguis,
Corpore terrestri quot fert vena aurea flexus:
Vel quot nocturnum sinuamina Longa bidental
Implicat ignitis penetrans per nubila flammis,
Se totidem auratum terrena in viscera fulgur
Insinuat, post se vestigia flava relinquens.

(vv. 1155-63, p. 356)

O símile que identifica a mineração nas galerias subterrâneas com uma cirurgia no corpo humano (alavanca – bisturi; veio – veia):

incisaque vulnera rupes
Sentit, et assidue repetito frangitur ictu.
Pro scalpro est vectis, pro vena vena feritur
Aurea, pro venoce manu vernilia caedunt
Brachia, pro liquido, rubroque cruore metallum
Et flavum, et solidum guttatim in frusta minutum
Defluit, ad saxum tundente friabile ferro.

Auratam sequitur percussam dextera venam,
Perforat et montes, et viscera permeat ima,
Quacumque inserpit sinuosus, et aureus anguis.
Fit via vi, quae fossores, vectesque rotatos
Amplior excipiat, flexus totidemque sequatur,
Efficit implicitos quot flavida vena reflexus.

(vv. 1169-81, p. 356-8)

A metáfora da serpente dourada:

Auratam sequitur percussam dextera venam,
Perforat et montes, et viscera permeat ima,
Quacumque inserpit sinuosus, et aureus anguis.
Fit via vi, quae fossores, vectesque rotatos
Amplior excipiat, flexus totidemque sequatur,
Efficit implicitos quot flavida vena reflexus.

(vv. 1176-81, p. 358)

A metáfora da terra amontoadada como se fosse o próprio monte Olimpo:

summosque attollit Olympos,
Erigit Herculeas oneri, Laudique columnas.

(vv. 833-4, pp. 328-30)

A metáfora do hóspede do ouro:

Festivos tu crede sonos, quibus annue, et hospes
Certus adi, scrutare Locum, reliquisque repertis
Indiciis, siste: hospes es invitatus ab auro.

(vv. 347-9, p. 288)

A metáfora do colchão, da cama, da almofada e da coberta:

Culcitra sunt tegetes, humus et nudata grabatus,
Brachia pulvinar, totus prunaria Lodex.

(vv. 476-7, p. 300)

A metáfora da morte:

Variapedes agit ille tumor, si forte tumore
Spreto audent incedere: passus auctior omnes

Impedit, et tandem servos tibi reddet ineptos,
Et facilis Libitinae armata falce metendos.

(vv. 1246-9, p. 364)

As antíteses:

Qui exierat modo ferreus, aureus inde reversus (a)
Colligit [saxa]:

(vv. 265-6, p. 282)

incassum est evellere campos
Nam sub visceribus vel provida condit avaris
Terra, superbifico contra vel prodiga fastu
Spargit opes, hominesque nimis deridet hiantes.

(vv. 305-8, pp. 284-6)

Exiguum frigus gens Afro assueta calori
Horret, amatque ignem,

(vv. 482-3, p. 300)

[Rector] Vultu terribilis spumantes excitet iras,
Arguat ignavos, operosos evehat,

(vv. 564-5, p. 306)

E finalmente as personificações:

Verum in flumina colles
Vergant a sumo, declivia dorsa trahentes
Lambere praetendant, pronique fluenta sitire.

(vv. 218-20, p. 278)

Murmurat unda fluens, obstante coercita vallo
Volvitur in se ipsam, fervet, tumet, atque superbit
Audaces mirata manus, obstacula tentat
Vincere, frustrari oppositos superefflua muros.
Quamquam inimica sui, quas sensim invadere rimas
Quaereret, ipsa luto, accitisque obturat arenis.

Ast ubi vix superans, prout expedit, alta tumescat
Unda, huic cede tumescenti, Laterale reciso
Margine finde solum, cursu victore per agros.
Da fluere, hastatum rursus ne irrumpat in hostem.
Cautior invigila; insidioso innititur ausu

Nocte, diuque latex hostilem evertere molem,
Subter et occultos gutta introgressa meatus
Viribus assiduis urget periphragmata Labi.

(vv. 635-48, pp. 312-4)

Faex manet, et cineres, pulvis sedet aureus, unum
Inque globum coit: hanc ipsam accepisse figuram
Ipse dedit, sic sistere hydrargirus ipse coegit.

(vv. 1079-81, p. 350)

[Aurum] Damna tamen patitur; nam de flavente colorem
Mutat in albentem, amissum sentitque nitorem
Tota superficies, jam de Laevi aspera Lucem
Non ita reflexam, velut ante, repercutit: unde
Inter fraternam noscetur spuria prolem.

(vv. 1086-90, p. 350)

Creditor hinc renuit, cautus contemnit et emptor;
Morbida nam facies albore notabilis omnes
Admonet infirmam massam, infirmumque valorem.

(vv. 1093-5, p. 350)

5. Modelos e fontes científicas e históricas

São inúmeras as referências a fontes citadas no texto, não apenas as que se ancoram na tradição clássica, mas também as renascentistas e ainda as modernas que reflectem o enciclopedismo ou gosto da erudição pelo recurso às autoridades e o entrosamento do poeta na realidade do seu tempo.³¹⁴

Modelos

Os modelos clássicos de maior relevância para o poeta são Ovídio, Vergílio e Horácio, aliás curiosamente modelos muito comuns na poesia didáctica jesuítica latina.³¹⁵ Assim, a propósito da origem mitológica do ouro (vv. 12 sqq.), o poeta recupera a lenda de Acrísio e de Dánae – que Ovídio reproduz, por exemplo, nas *Metamorfoses* (IV, 608) – e introduz o espectáculo da transformação de Júpiter em chuva de ouro e o poder cativante que o metal

exerce sobre a jovem (cf. em especial vv. 17-44, pp. 260-4). A alusão a Dánae e a uma nova figura, Midas, é recuperada mais à frente no poema quando se pretende descrever a riqueza aurífera que um viajante tivera a sorte de encontrar à superfície da terra. Com efeito, o conjunto de pepitas era de tal forma impressionante que o poeta faz derivar o pensamento do forasteiro para Dánae e Midas que, segundo a lenda (cf Ovídio, *Met.*, XI, 85 sqq.), recebera de Baco o dom de transformar qualquer coisa em que tocasse em ouro (cf. *CP*, vv. 255-64, pp. 280-2). Neste momento também surge a apropriada comparação entre cada uma das polainas, que o viajante carregou com o ouro, e a cornucópia. Trata-se, certamente, de uma alusão ao mito segundo o qual Júpiter, ainda criança, terá partido com a bola com que brincava o corno da cabra Amalteia, sua ama; para, de alguma forma, reparar os danos causados, determinou que, no futuro, o corno partido de Amalteia fosse símbolo da abundância (cf., por exemplo, Ovídio, *Fast.*, V, v. 115). A figura mítica de Proteu (*Prothea*, *CP*, v. 514) – igualmente referida por Ovídio, por exemplo nas *Metamorfoses* (VIII, 731 sqq. e XI, 224 sqq.) e também por Vergílio nas *Geórgicas* (IV, 388 e sqq.) – ficou célebre pelas suas metamorfoses. Proteu transformou-se sucessivamente em leão, serpente, pantera, javali, água e árvore. Esta referência vem à liça quando Basílio da Gama pretende explicitar a modificação que se opera no escravo que sai a passeio: o ouro que o enfeita transfigura-o tornando-o uma pessoa diferente e desconhecida para os outros servos, ainda que a metamorfose seja de curta duração (cf. *CP*, vv. 511-6, p. 302). Finalmente, a influência de Horácio, especialmente da *Arte poética* (v. 139), é sentida no poema quando se recupera a imagem da montanha que pariu um rato. Com efeito, ao referir o último indício do ouro (o sétimo sinal, vv. 336-52, p. 288), e quando descreve os barulhos no interior da terra e os

efeitos atemorizadores que provocam em quem os escuta,³¹⁶ o poeta remete para o famoso mito horaciano, que Fedro mais tarde recuperará (*Fab.*, IV, 24), afirmando que aquele que ouve tais ruídos deve ficar satisfeito pelo prenúncio da riqueza que eles anunciam e que, ao contrário da fábula, o parto será fecundo:

Hic verum non reddet anilis fabula sensum,
Parturiunt montes, nascetur ridiculus mus,
Divite quin etiam poteris ditescere partu.

(vv. 350-2, p. 288).³¹⁷

Além dos poetas já referidos, Basílio da Gama anota na marginália do poema outros autores e obras. Tal sucede quando enumera os rios auríferos – por exemplo, o Páctolo, o Hidaspes, o Ganges, o Pó, o Hermo, o Ibero (Ebro), o Douro e o Tejo (*MCP*, vv. 64-71, pp. 264-6). O elenco das autoridades citadas que mencionam os rios ricos em ouro engloba não só autores do período considerado de ouro da história da literatura latina,³¹⁸ mas também de outros períodos. Do período arcaico há referência a Estácio (*MCP*, v. 71)³¹⁹, do período argênteo mencionam-se Plínio (*MCP*, v. 65)³²⁰ e Marcial (*MCP*, v. 67)³²¹ e da decadência Claudiano (*MCP*, v. 65, 69, 71). Há, inclusive, menção a um autor humanista, Policiano (*MCP*, vv. 64, 67).³²²

Basílio da Gama parece, no entanto, não ser muito rigoroso em algumas referências às fontes. Por exemplo, no que concerne à *Tebaida* de Estácio, segundo o que pudemos apurar, a menção ao rio Hidaspes surge no livro nono (v. 441) e não no livro oitavo como o nosso poeta indica. No que diz respeito às obras de Claudiano, não existe qualquer menção ao rio Pó no primeiro livro (nem no segundo) de *In Ruffinum*; quanto ao Ibero está atestado no *Panegyricus dictus Mallio Theodoro consuli* (v. 53) e não em *De consulatu Mantuani*. Finalmente, no panegírico *De consulatu Anicii Olibri et Probinii* surge apenas o *Pactolus* (v.

54), que também é referido *In Ruffinum*. (I, v. 103); o Hidaspes surge no livro segundo (v. 243).

Estas fontes basilianas denotam, indubitavelmente, a cultura clássica do autor e a sua vontade de ancorar o poema numa tradição. Por outro lado a escolha dos modelos e a relativa proficiência na sua aplicação às situações textuais permite *grosso modo* pôr em relevo momentos que considera essenciais relativamente à mineração aurífera: destaca a origem mítica do metal, a presença do escravo no processo e os lugares onde se encontra o ouro (à superfície da terra, no seu interior e nos cursos de água).

Fontes científicas e históricas

No *Brasilienses aurifodinae* surgem, ainda, remissões para obras famosas e bem conhecidas do período moderno da autoria de homens de ciência de reconhecido valor. Assim, o poeta refere a *Óptica* de Newton – *Reflexa luce = quia colores juxta Neutonum consistunt in eadem luce a corporum superficiebus reflexa* (NRCP, v. 120, p. 270) e a já referida enciclopédia de Chambers (MCP, v. 1665, p. 398).³²³ Menciona, também, os *Principia* de Descartes – *In hanc partem videtur inclinare Carthesius 4. part. princip. art. 82. et sequent:* (MQC, p. 3, l. 22; p. 436) e *In hac sententia de partium per fermentationem combinatione est Carthesius [...]* (NRAC, p. 414)³²⁴ e, certamente, o *De revolutionibus orbium coelestium libri vi* de Copérnico – *Diceret instabiles potiore copernicus ausu, / Et varia assereret motos vertigine tractus.* (vv. 808-9, p. 326).

Figuram igualmente no texto referências a outros autores e testemunhos menos conhecidos hoje em dia: o poema didático *Aurum* do jesuíta François le Febvre (CL, l. 5, p. 258), mencionado anteriormente³²⁵ e outros livros, certamente respeitantes à mais recente filosofia natural cartesiana, de autorias e títulos de difícil identificação. Referimo-nos à obra

atribuída a um autor denominado Le Grand, em nosso entender o cartesiano Antoine le Grand – *Aurum a Sole produci asserit Le Grand part. 6. de 4.or corpor. art. 8. de metal. pag. 588. (MAC, ll. 9-10, p. 414)*³²⁶ – possivelmente *Historia naturae* (Norimbergae, 1702) ou *Institutio philosophiae, secundum principia D. Renati Descartes* (Norimbergae, 1711).³²⁷ É também feita menção a um livro da autoria de Purcótio, que cita igualmente o filósofo e matemático francês Descartes – *quem citat Porchotius tom. 3. Physic. partic. part. 2. sect. 5. c. 5. de metal. pag. 221. (MQC, p. 3, l. 22; p. 436) e apud Purchotium tom. 3. Physic. particul. part. 2. sect. 5. cap.5. de metal. pag. 221. (NRAC, p. 414).*³²⁸ Destacam-se, ainda, outras fontes. Referimo-nos a *Physica Experimentalis* atribuída a Nollet – *Experientia, qua aurum signatum potest insensibiliter minui. Vid. Nollet Physic. Exper. lect. 1.^a sect. 1. Exper. 1. (MCP, v. 1657, p. 398),*³²⁹ a *Magnalia Dei* da responsabilidade de Bruckmann – *In insula Elba affirmat Bruckmannus Magnal. Dei tom. 1 c. 10 eam esse adeo ferri genetricem; ut, ubi exhausta est, post decem annos iterum utiliter perfodiatur. (QC, p. 4, ll. 18-20; p. 438)*³³⁰ e a *Física das partículas* da autoria de Kell – *Pro hac parte negativa vide Kell Physic. partic. disp.3. art. 2. pag. 280. (MQC, p. 7, l. 1, p. 444).*³³¹

Os contextos a propósito dos quais Basílio da Gama faz menção às obras mais famosas merecem atenção pormenorizada. A referência ao movimento da terra e aos seus vários movimentos de rotação surge no texto no seguimento das considerações que o poeta tece às variadas formas de relevo que a terra pode mostrar e que afirma estarem sujeitas a mudanças contínuas (cf. vv. 800-9, p. 326). A ideia copernicana da terra que se move, tal como é apresentada na obra fundamental *De revolutionibus orbium coelestium libri vi* (Norimbergae, 1543), assinala o afastamento definitivo da cosmologia aristotélica. Com efeito, Copérnico (1473-1543) conseguiu mostrar, através de cálculos matemáticos aplicados à observação

astronómica, que todos os problemas que esta cosmologia encontrava na explicação do movimento aparente dos astros se resolveriam admitindo que a terra girava em torno de si mesma, em vez de a considerar o centro imóvel dos movimentos celestes. Reconheceu também três movimentos da terra: o diurno em torno do próprio eixo, o anual em torno do sol e o anual do eixo terrestre relativamente ao plano da elíptica (*De rev.*, I, 5). O alcance da teoria de Copérnico – que representava uma enorme simplificação no que diz respeito à explicação dos movimentos celestes e por isso era conforme ao procedimento da natureza que tende a atingir os seus efeitos pelos meios mais simples (*Id.*, I, 10) – veio a ser mais tarde atacada por motivos religiosos.³³² Em 5 de Março de 1616 a Congregação do Index declarou que “a doutrina Pitagórica da mobilidade da terra e da imobilidade do sol”, tal como era ensinada por Copérnico e outros, era “falsa e completamente contrária às sagradas Escrituras.” O copernicanismo foi condenado e o *De revolutionibus* colocado no Index dos livros proibidos até ser corrigido;³³³ a doutrina que defendia, tal como o seu seguidor Galileu, foi desde logo fortemente criticada e perseguida pela Igreja e, portanto, naturalmente encarada com grandes reservas pela generalidade dos jesuítas.

Copérnico, porém, é a única fonte científica nomeada no próprio corpo (*CP*) do *Brasilienses aurifodinae* o que é curioso, mesmo que a breve menção à sua “grande ousadia” (*potiore [...] ausu*, v. 808), não seja passível de qualquer leitura concreta relativamente ao posicionamento de Basílio da Gama ou à aceitação ou rejeição das teorias copernicanas. Esta menção é, no entanto, a assunção de que o poeta conhecia os avanços da ciência e atribui ao astrónomo suficiente importância para o fazer figurar no corpo do poema. Por outro lado, a alusão a Copérnico segue na esteira de uma tendência comum, na mesma altura, evidente nos poemas didácticos de vários jesuítas ou poetas do círculo de Roma onde Copérnico e

também Galileu recebem tratamento gracioso. Tal sucede, por exemplo nas já referidas obras do jesuíta Vittori e de Stay: *Institutiones philosophicae* (Roma, 1767), *Philosophiae versibus traditae libri vi* (Veneza, 1744) e *Philosophiae recentioris libri x* (Roma, 1755-1792).³³⁴

Mais previsíveis são as referências que surgem no *Brasilienses aurifodinae* reportando-se ao *Dizionario* de Chambers, a propósito das propriedades e experiências com o ouro,³³⁵ aos *Principia philosophiae* de Descartes, quando menciona a opinião dos escritores modernos sobre a origem do metal e a importância da combinação das partes dos elementos através da fermentação neste processo e, principalmente, à *Óptica* de Newton³³⁶ a propósito da cor do ouro; aproveitando o poeta neste caso para referir a célebre descoberta do matemático de que as cores resultam da decomposição do raio de luz branca ou solar por um prisma.

Descartes e Newton são, de facto, autores mencionados com frequência em obras de poetas científicos coevos de José Basílio da Gama. Descartes viu, no entanto, as suas teorias dos vórtices e do automatismo animal serem criticadas em vários poemas didácticos de poetas jesuítas, quer franceses, quer italianos. Por exemplo, Jacques Vanière, *Praedium rusticum libri xvi* (Toulouse, 1730); Pierre Le Coëdic, *Mundus Cartesii* (Paris, 1749); Orazio Borgondio, *Arcadum carmina* (Roma, 1721); Carlo Noceti, *Aurora borealis* (Roma, 1747); Giuseppe Maria Mazzolari, *Electricorum libri vi* (Roma, 1767) e Gregorio Landi Vittori, *Institutiones philosophicae* (Roma, 1767).³³⁷ Newton é, com efeito, de entre os cientistas exteriores à Companhia de Jesus, o que recebe mais elogios, por exemplo nos já referidos poemas didácticos de Boscovich, Mazzolari e Vittori.³³⁸

O levantamento das fontes basilianas e a análise dos contextos a propósito dos quais estas ocorrem permitem-nos concluir que o autor conhece um conjunto de textos e autores clássicos e demonstra, igualmente, não lhe serem estranhas obras e autores de importância

capital para a evolução da ciência. A emulação dos antigos (sejam eles do passado longínquo ou recente), marca evidente ao longo do seu trabalho, é aliás característica distintiva e basilar da formação humanista jesuítica.

O número considerável de fontes de carácter científico do período moderno referidas no *Brasilienses aurifodinae* atesta, em particular, as preocupações de cientificidade do seu autor. Podemos afirmar, com efeito, que o poeta é um homem do seu tempo, acompanhando as correntes do pensamento dominantes na altura. Para tal certamente não terá sido alheio não só o convívio com estudiosos em Roma e o acesso a informação actualizada disponível nas bibliotecas da cidade durante a sua estada, como também a formação anteriormente recebida pelo poeta no Colégio do Rio de Janeiro,³³⁹ como já antes o afirmámos. Tal nos parece ser, sem dúvida, o que sucede em relação ao acesso à edição italiana da enciclopédia de Chambers que o poeta cita do italiano e que muito provavelmente terá consultado directamente no Colégio Romano. Por outro lado, o conhecimento das obras de Descartes e Newton poderá remontar à sua formação inaciana no Brasil.

A biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro mantinha-se, com efeito, permanentemente actualizada. Só no ano de 1734 tinham dado entrada 92 volumes.³⁴⁰ Aquando da expulsão da Companhia de Jesus, a biblioteca possuía todos os exemplares (três) da *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado, que estava em curso de publicação, faltando apenas o quarto tomo que saíra do prelo em 1759 e que ainda não chegara ao Brasil. Em 1760 teria cerca de 6000 volumes: obras de ciências sacras e profanas e as últimas novidades de livraria.³⁴¹ Na *publica collegii bibliotheca* estudaram, além dos próprios jesuítas, cidadãos anónimos e sabemos que a frequentaram, também, nomes importantes do panorama literário do Brasil, como Inácio José de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel da Costa, a que nos referimos no nosso

estudo.³⁴² A biblioteca estava, de facto, à disposição da Corporação e do público em geral e, por isso, Serafim Leite a considera “a primeira livraria pública do Rio”.³⁴³

Figuravam no catálogo ao pé dos antigos Aristóteles, Platão, Plínio e Vergílio, nomes recentes. Com efeito, em 1775 – quinze anos após a expulsão da Companhia de Jesus da colónia brasileira –, quando foi feita a avaliação do espólio existente, inventariaram-se obras como *Voyage du Monde de Descartes* do padre Gabriel Daniel; a *Matemática* de Clávio; a *Matemática* de Kircher; os *Elementos de matemática* de Boscovich; a obra de Newton;³⁴⁴ os 84 tomos do *Cursus philosophicus* de Francisco Soares Lusitano³⁴⁵ e a colecção completa (227 tomos) das *Mémoires* ou *Journal de Trévoux*.

Basílio da Gama poderia, portanto, ter consultado algumas das obras que refere na biblioteca do Colégio onde estudara. Pode também ter sido nesta altura que soube da existência do poema *Aurum* do jesuíta francês François Antoine le Febvre, ao ler a recensão que lhe é feita no *Journal de Trévoux* para 1703.³⁴⁶

As *Mémoires pour l’histoire des sciences et des beaux-arts* – a obra que atingiu o mais alto preço no inventário de 1775 (25\$000 réis) reproduzido por Serafim Leite³⁴⁷ – foram publicadas entre 1701 e 1767. A maior parte dos redactores do jornal pertenciam à Companhia de Jesus e mais particularmente ao grupo daqueles que residiam no Colégio Louis-le-Grand em Paris.

Após a leitura da recensão ao *Aurum* o poeta podia, com efeito, ter sentido vontade, depois aumentada pelos constantes pedidos em Roma, de escrever a sua versão sobre os vários aspectos da mineração brasileira.

Outra hipótese possível é que Basílio da Gama tenha tomado conhecimento da existência do poema francês sobre o ouro quando já se encontrava em Roma. Naquela cidade não

lhe teria sido difícil, com efeito, ter-se inteirado do que de mais actual se escrevera até à época relativamente à ciência em geral – e à mineração em particular – e caldeá-la com a experiência dos acontecimentos que ele próprio pudera presenciar em Minas Gerais.

1. Para sermos rigorosos, teremos de referir a existência de um segundo título: *De Auro, / eiusque in Brasilia extractione / Poema Didascalicum* que ratifica e reafirma o género poético do texto. Este título introduz o corpo do poema (CP).
2. Remete-se, respectivamente, para as linhas do prefácio e para as páginas correspondentes do texto latino sempre que for relevante. A contagem das linhas do *Brasilienses aurifodinae* é sempre feita a partir da primeira linha do texto latino; no caso do *CL*, a primeira linha corresponde ao título.
3. Sobre a influência do poema *Aurum* (Paris, 1703) do jesuíta François le Febvre, no *Brasilienses aurifodinae*, ver III do nosso estudo.
4. Veja-se a utilização dos vocábulos *responsione* (l. 7) e, no final, *responsio* (l. 24).
5. Cf. mais à frente neste capítulo a entrada “Género”.
6. Também Agricola refere no prefácio: “J’ai laissé de côté ce dont je n’avais pas eu connaissance par moi-même, ce que je n’avais pas lu ou entendu de personnes de confiance. Ce que je n’ai pas vu, lu ou entendu avec sûreté ne figure pas ici. Exposant les procédés scientifiques ou traditionnels, approuvant ou condamnant, j’ai toujours employé la même méthode.” Georgius Agricola, *De re metallica libri xii* (traduit de l’édition originale latine de 1556 par Albert France-Lanord), Thionville, 1992, p. XL. Sobre Agricola e a sua obra cf., mais à frente, a n. 24.
7. Vieira, no já referido *Sermão da 1.ª Oitava da Páscoa* (1656), anuncia que vai descrever o inferno das minas, não porque o tenha visto, mas tal qual vem “nos livros”, seguindo textos prévios já de si organizados como era sua prática habitual. Cf. Vieira, SJ (1959), T. V, pp. 219-55; em esp. p. 230. Quanto a Antonil, a sua redacção da igualmente referida *Cultura e Opulencia...* parte sobretudo de testemunhos orais que lhe foram transmitidos por gente que tinha estado na capitania do Rio de Janeiro e São Paulo, onde se encontravam as minas, ou ainda por pessoas que estavam ao corrente da sua descoberta, recorreu também, a textos escritos; alguns capítulos chegam mesmo a não ser da sua mão. Antonil declara-o expressamente, para uma parte do capítulo sétimo, quando refere uma lista com os preços correntes das mercadorias da região: “porey aqui hum rol, feito por quem assistio nas Geraes tres annos, dos preços das cousas que por commum assento lá se vendião no anno 1703”; o capítulo catorze é a transcrição de uma pequena memória sobre os modos da mineração do ouro que lhe enviou alguém que esteve lá: “observado de quem nellas assistio com o governador Artur de Sá” (no final do capítulo as observações do informador de Antonil são especificamente sobre as minas do rio das Velhas); os capítulos dez a treze descrevem os itinerários dos caminhos para as Minas Gerais de São Paulo, Rio de Janeiro e Baía, descrição que lhe foi certamente transmitida por escrito; finalmente os capítulos quinze e dezasseis, sobre a prospecção da prata, são traduzidos do espanhol, como o atestam o estilo e o vocabulário carregado de hispanismos. Cf. Antonil, SJ (1968), respectivamente, pp. 382-7 e pp. 444-51. Ver ainda a p. 24.
8. Aliás o valor da experiência (*experientia*) é reiterado no CP: *Fallitur ah quoties positis humana cupido / Firma sub indicis! Sola experientia inanem [glebam] / Detegit, illusamque redarguit.* (vv. 236-8, p. 280). Para mais exemplos ver, por exemplo, vv. 666-8, p. 316; vv. 1146-50, p. 356; vv. 1597-9, p. 392. As virtudes do trabalho diligente, da competição saudável e do respeito e consideração pelas lições da experiência sempre foram apanágio da cultura jesuítica. Por exemplo, Tommaso Strozzi (1631-1701), napolitano que estudou humanidades e retórica na sua cidade natal, se tornou um viajante pregador e chegou a ser Provincial de Nápoles, na sua obra *De mentis potu, sive de cocolatis opificio libri iii*,

in *Poemata varia* (Nápoles, 1689) louva as lições da experiência e considera-as um reflexo da formação ideológica inaciana que recebeu. Tal sucede no livro terceiro quando, ao comentar os poderes estimulantes do chocolate, faz notar que este poderá ter efeitos inversos em determinadas circunstâncias: *Edocet hoc, plures qui plurima condocet, usus* (“a experiência ensina isto, ensina muitas coisas a muitas pessoas”, p. 64). No entanto, declara que “a abundante experiência revelou muitos benefícios” da bebida “de tal forma que lhe podes chamar “Elixir americano” ou “Panaceia mexicana” (*Plurima, quae creber iam commoda comperit usus, / [...] merito credas ut nomine dici: / Ammericum Elixir; vel Mexiacam Panaceam*, p. 59). Cf. Haskell (2003), p. 83, cit. pp. 100-1.

9. Ver a este propósito mais à frente no nosso trabalho, o capítulo 3.1. *Appendix compendiaria*.
10. O que foi dito até aqui é uma versão desenvolvida da análise feita na minha comunicação “*Brasilienses aurifodinae*, manuscrito inédito de José Basílio da Gama”, *Congresso Internacional “500 anos da Língua Portuguesa no Brasil”*, Univ. de Évora, 8-13 de Maio de 2000.
11. Traçámos na nossa comunicação referida na nota anterior o percurso atribulado do poema. O manuscrito terá sido adquirido pelo Dr. Ivan Galvão, que em 1938 exercia actividade consular como representante do Brasil em Itália, ao livreiro Ugo de Barbère, que tinha sido encarregue de vender a biblioteca dos Condes Della Stafa, em Perúgia. (cf. Henrique de Campos Ferreira Lima, “José Basílio da Gama. Alguns Novos Subsídios Para a sua Biografia”, *Separata de Brasília*, Vol. II, Coimbra, 1943, p. 17 e também Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia brasileira do período colonial*, São Paulo, 1969, p. 155.). Anos depois, na sequência do falecimento do diplomata, o caderno foi vendido à livraria Kosmos do Rio de Janeiro. (cf. Chaves (1990), Vol. II, p. 929.) Foi ali que Rubens Borba de Moraes o comprou, em 1960, “pela elevada importância de 250 mil cruzeiros”, conforme atesta um jornal da época (cf. Péricles da Silva Pinheiro, “Inédito de Basílio da Gama”, *Stopping News*, 04/06/1961 e também *Mor. Bib.*, p.155 sqq.). Posteriormente, o espólio de Rubens de Moraes foi doado ao Dr. José Mindlin e pertence hoje à fundação homónima, sediada em São Paulo. Também as intenções de tradução e edição do manuscrito têm uma longa história de insucessos. Sabemos que o cônsul Galvão preparava uma edição erudita do poema e que Affonso Penna Júnior, latinista e minerador, teria lido e traduzido alguns trechos do poema do árcade mineiro (cf. José Lins do Rego, “Um novo Basílio da Gama”, *O Globo*, 03/06/1946). Essa tradução parece não ter sido publicada, pois quinze anos mais tarde – cf. Pinheiro, (1961) – o projecto ainda se mantinha: “o precioso inédito será divulgado no original e em tradução, com preâmbulo de Rubens Borba de Moraes, anotações históricas alusivas de Sérgio Buarque de Holanda e análise literária de Antônio Candido”. Na década de oitenta, a Professora Vania Chaves consegue permissão para procurar um tradutor e passa o poema ao Professor Américo da Costa Ramalho. Será no início dos anos noventa que o seu mestrando João Gonçalves apresentará a sua tese com tradução de parte substancial do poema. (cf. João António Lourenço Gonçalves, *Contributos para a história económica e social do Brasil*, Coimbra, 1992). Finalmente, em 1999 no âmbito do “Projecto de Edição Crítica de Textos do Património Literário Português Antigo e Moderno”, Equipa 4, sob a coordenação da Professora Vania Chaves e em estreita colaboração com a Fundação José Mindlin, foi feita por nós a primeira tradução integral do corpo do poema, só agora concluída pela tradução dos apêndices e notas e pela revisão do trabalho efectuado.
12. Na nossa comunicação apresentada em Évora já nos referimos aos aspectos da estrutura material do *Brasilienses aurifodinae*. Ver também Gonçalves (1992), pp. 25-6.
13. Ver 14.^a ilustração.
14. Ver 9.^a ilustração.

15. O prefácio também funciona, conforme já vimos, como texto introdutório de cariz simultaneamente pragmático e programático.
16. Verifica-se uma exceção a esta regra: a da nota (c), v. 139 que surge na página seguinte à das notas (a), v. 116 e (b), v. 120; cf. pp. 270-2.
17. Sobre esta questão, cf. II, n. 231 do nosso estudo.
18. Num total de 257 linhas, 35 notas inscritas nas margens e uma em rodapé. Sobre os apêndices em particular, cf. II, capítulo 3. Ver 11.^a ilustração.
19. 252 linhas no manuscrito. Ver 12.^a ilustração.
20. Índice de A a Z; num total de 294 linhas. Ver 13.^a ilustração.
21. Ver 15.^a ilustração.
22. Tal como refere Gorman: “Pictures, as well as words, formed essential tools of persuasion in the Jesuit rhetorical tradition. Works such as Jeronimo Nadal’s ‘Evangelicae Historiae Imagines’ [Antwerp, 1593] used carefully crafted engravings to reinforce the gospel message and played a crucial role in the Jesuit missionary work.” Cf. Gorman (2003), p. 28.
23. Cf. Carolus Linnaeus, *Genera plantarum, eorumque characteres naturales* (Leiden, 1737), fols. §§r- §§v, sec. 13; *apud* David Freedberg, *The eye of the lynx: Galileo, his friends, and the beginnings of modern natural history*, Chicago, 2002, pp. 412-3; cf. tb. pp. 393-5. A obra de Freedberg é precursora na análise da importância das imagens no desenvolvimento da história natural, em especial no campo da botânica e da zoologia, mas também no da mineralogia e do papel da primeira academia científica – a Academia dos Linceus (fundada em Roma em 1603) – na questão.
24. A que já fizemos menção em II, n. 6. Vannoccio Biringuccio (1480-1537) teve a seu cargo uma mina de ferro e uma forja perto de Siena. Trabalhou também em Veneza e Florença e chegou a ser chamado a Roma onde dirigiu a fundição papal. Georg Bauer (1494-1555), que latinizou o seu nome para Georgius Agricola como era costume no seu tempo, era um físico humanista que nasceu em Glauchau na Saxónia. Por ter vivido nas capitais mineiras de São Joachimsthal na Boémia (hoje conhecida como Jachymov na República Checa) e Chemnitz, na Alemanha, Agricola pôde presenciar e acompanhar extensivamente todos os aspectos da actividade de mineração, incluindo a gestão das minas e a maquinaria usada, tal como as bombas, máquinas de vento e os engenhos movidos a água, que incorporou no seu trabalho. Na sua *magnum opus*, o *De re metallica*, publicada já depois da morte do autor mas terminada em 1550, reviu tudo o que era conhecido até à data em matéria de mineração, incluindo equipamento e maquinaria, métodos de prospecção dos veios metálicos, métodos de extracção, de experimentação dos minérios, fundição, administração da mina, incluindo as doenças ocupacionais dos mineiros. Com respeito a este último aspecto foi um verdadeiro precursor pois pouco se tinha escrito até então a propósito desta questão. Importa ainda notar que o referido tratado de Biringuccio, redigido em italiano, aparece dez anos após o primeiro trabalho de metalurgia de Agricola – *Bermannus (Georgii Agricolae medici Bermannus, sive de re metallica)*. Se Biringuccio não cita Agricola não ignorava certamente os seus trabalhos. Informação completa sobre a vida e obra de Agricola encontra-se, por exemplo, em Agricola (1992), pp. IX- XXXVI. Ver também Elizabeth H. Oakes, “Agricola, Georgius.” *A to Z of STS scientists. Science online*. (Disponível em: www.factsonfile.com e nas webpages da University of California, Berkeley e Notre Dame, Indiana [último acesso: 10 de Fevereiro de 2004]). As 84 gravuras em madeira do *De la pyrotechnia* não se comparam em qualidade com as 292,

- com indicações alfabéticas e legendas, que esclarecem o texto do *De re metallica* (única obra ilustrada do autor). As gravuras não eram, porém, da autoria de Agricola, pois conforme refere o autor, no decurso das suas visitas fazia-se acompanhar por *pictores* que retratavam com precisão e minúcia as várias actividades (terá sido um certo Blasius Weffrin que executou a maioria dos desenhos); no prefácio à sua obra afirma que encomendou desenhos “de peur que les mots ne soient pas compris des hommes de notre temps ou des temps futurs, comme cela nous arrive à propos des termes que les Anciens nous ont transmis sans explication (parce qu’ils leur étaient familiers).” Ver Agricola (1992), pp. XX, XXIX-XXX e XL.
25. Cf. Melo, SJ e Amaral, SJ (1941), pp. 209; 259 e 291.
 26. Estão indicadas vinte e cinco estampas, mas desenhadas apenas três. Cf. João Daniel, SJ (1722-1776), *Thesouro descoberto no maximo rio Amazonas*, Parte 6, PBE, Cód. CXVI/1-35. O manuscrito encontra-se na BNRJ, 1-2, 1, 21 (as quatro primeiras partes) e na BPE (a 5.^a e a 6.^a partes; não apenas a 6.^a parte como referiu Serafim Leite. Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, p. 191).
 27. Cf. Antonil, SJ (1968), p. 448.
 28. Caso menos comum é, porém, o poema didáctico sobre a electricidade do jesuíta Giuseppe Maria Mazzolari, *Electricorum libri vi* (Roma, 1767) que apresenta imagens com vários instrumentos da época. Mazzolari (1712-1786) foi professor de retórica no Colégio Romano. Cf. Haskell (2003), pp. 201 e 205.
 29. Trata-se de *Memoria q’ J.e M.el de Seqr.^a presb.^o secular professor real da filosofia rac.al e moral da v.^a do Cuyabá academico da R.l Academia das Sciencias de Lx.^a enviou a m.ma academia sobre a decadencia atual das tres cap.nias de Minas e os meios d’reparar; no anno de 1802.*
 30. *Apud* Carlos Francisco Moura, “Termos de mineração usados em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX”, *Convergência: revista cultural revista cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura*, Ano 1, n.º 2, Rio de Janeiro, 1977, 26.
 31. Vania Chaves e João Gonçalves já haviam apontado o recurso às convenções formais da epopeia clássica latina. Cf. Chaves (1990), Vol. I, p. 582 e Gonçalves (1992), pp. 25-6.
 32. Katharina Volk estabelece alguns paralelos entre *Os trabalhos e os dias* e os textos referidos: “teachings on farming and on general moral conduct (such as those adressed by the Hesiodic speaker to Perses) and political advice (such as that imparted by the Hesiodic speaker to the “kings”) are staples of this type of literature.” Cf. Katharina Volk, *The poetics of latin didactic*, Oxford, 2002, p. 44.
 33. Sobre o desenvolvimento da poesia didáctica grega e latina antiga anterior a Lucrécio e respectivas particularidades, ver Volk (2002), pp. 44-60; para um estudo aprofundado sobre os poemas didácticos de Lucrécio, Vergílio, Ovídio e Manílio e suas características particulares, ver *id.*, pp. 60-249.
 34. A nossa análise sumária da evolução dos géneros e, em particular, do género didáctico na antiguidade segue de perto o capítulo 2.1. – “Ancient views of didactic poetry” – da recente e já referida obra de Volk (2002), pp. 26-34, com ampla bibliografia sobre as teorias do género na actualidade e na antiguidade.
 35. Havia outras formas de definir os géneros poéticos, nomeadamente as de Platão (*Resp.*, 3, 392c9-394c8) e Aristóteles (*Poet.*, 1448a20-4) que distinguem três tipos de poesia: uma onde o próprio poeta fala (exemplificada por Platão pelo obscuro género ditirambo); a segunda onde os caracteres individuais falam (tragédia e comédia); e um terceiro tipo misto (épica de modelo homérico). Trata-se da famosa divisão da

- poesia segundo a “situação de enunciação” (G. Genette, “Genres, ‘types’, modes”, *Poétique*, 32, 1977, 389-421, esp. p. 394 e *passim*). Cf. Volk (2002), p. 28.
36. Cf. Volk (2002), p. 29.
37. Uma vez que a sua obra não era mimética ele devia ser chamado, segundo Aristóteles, φυσιολόγος em vez de ποιητής (*Poet.*, 1447b19-20).
38. Cf. Volk (2002), p. 30.
39. Cf. afirma Volk, (2002), p. 41: “The second, ‘theoretical’, kind appears to be didactic poetry that lays out a science or branch of knowledge, such as the works of Empedocles or Lucretius. By contrast, poems that teach practical art as the *Works and Days*, the *Georgics*, and the *Ars amatoria* belong to the ‘instructional’ type. The main formal difference between the two is that, for obvious reasons, in instructional didactic poems, the addresses to the student(s) tend to take the form of actual advice or downright orders, which are understandably rarer in works of the theoretical kind.”
40. Cf. *id.*, p. 31.
41. Nesta nossa análise definidora da poesia didáctica, seguimos a linha do estudo recente de Volk (2002, pp. 36-40) que considera quatro características essenciais do género didáctico. O poema é didáctico, dentro do texto, se um emissor está constantemente a falar para um destinatário com a intenção de o instruir, noutras palavras se o poema exhibe uma intenção didáctica explícita (“explicit didactic intent”) e a constelação professor-aluno (“teacher-student constellation”). Com efeito, quer o poema o afirme ou apresente outras indicações relevantes é suposto que ensine qualquer assunto que esteja a tratar; por outro lado o poema didáctico é parte daquilo a que se pode chamar um pequeno drama intertextual, em que o falante do texto ensina um aluno ou alunos por meio do próprio poema. No entanto, tal como defende Volk, um poema didáctico é também poesia e explicitamente se apresenta como tal. O poema didáctico mostra sempre auto-consciência poética (“poetic self-consciousness”), uma vez que o falante está mais proeminente que o destinatário, o poeta fala ele próprio, fala *qua poeta* e apresenta o que está a dizer explicitamente como poesia. Finalmente há simultaneidade poética (“poetic simultaneity”), pois a ilusão poética é usualmente concomitante com a auto-consciência poética, havendo a ilusão, criada pelos testemunhos auto-referenciais do emissor, de que o poema está a ser produzido “agora” – “that its composition really is simultaneous to its evolving” (a poesia didáctica abunda em frases do tipo, “tendo cantado sobre x, irei agora contar-te sobre y.”). Autores como Lucrécio (*De rerum natura*), Ovídio (*Ars amatoria* e *Remedia amores*), Vergílio (*Geórgicas*) e Manílio (*Astronomica*) apresentam já, de forma particular, estas características (no entanto de entre todos os exemplos citados apenas as *Geórgicas* se podem considerar um poema tipicamente didáctico). Cf. Volk (2002), pp. 64, 69-245.
42. A conexão poesia e metro é lugar comum na antiguidade; cf. a definição de Górgias: λόγος ἔχων μέτρον (Górg., *Hel.* 9). Ver também no título do poema a indicação *Poetica Descriptio* e no *CP*, v. 7 *carmina*.
43. Nas *Geórgicas* de Vergílio o sujeito poético [*persona*] usa repetidamente *canere* para descrever a sua actividade (1.5, 12, 2. 2, 176; 3.1; 4.119, 559); refere-se às suas palavras como *carmen* (2. 45, 95, 176; 3. 3) e *uersus* (2.42; 3.339). Também na *Ars amatoria* e *Remedia amoris* de Ovídio, o sujeito poético se refere à sua actividade como *canere* (*Ars. am.*, 1. 30, 33, 297; 2.493, 536; 3. 790; *Rem. am.*, 703, 715); ao seu trabalho como *carmen* (*Ars. am.*, 1. 2, 34; 2. 3; 3. 342, 792; *Rem. am.*, 252, 392, 766, 814) e a si próprio como *poeta* (*Rem. am.*, 398, 813) e *uates* (*Ars am.*, 1. 29, 525; 2. 11, 165, 739; *Rem. am.*, 3, 77, 767). Também em *Astronomica* de Manílio, igualmente o emissor se refere à sua actividade como *canere* (1.1, 12,

22, 114, 118, 810; 2.137, 142, 754, 765, 928; 3.4, 35, 38, 270; 4. 430, 436), a si próprio como *uates* (1. 23; 2. 142; 3.41; 4.121) e à sua poesia como *carmen* (1.1, 12, 22, 114, 118, 810; 2.137, 142, 754, 765, 928; 3. 4, 35, 38, 270; 4. 430, 436). Cf. Volk (2002), pp. 124, 161 e 209. Ver também mais à frente neste trabalho, capítulo 3.1. *Appendix compendiaría*.

44. Forma semelhante à empregue por Lucrécio no início do quarto livro do *De rerum natura*. O poeta sumaria o material tratado até à altura, antes de anunciar o novo tópico sobre o qual irá começar imediatamente a pronunciar-se: *sed quoniam docui [...] (4, 26) [...] atque [...] quoniam docui [...] (4, 30) [...] nunc agere incipiam (4, 33)*. Também nas *Geórgicas* de Vergílio, no início do primeiro livro, o sujeito anuncia que vai começar a sua canção (*hinc canere incipiam*, 1. 5) e enumera os seus tópicos (1. 1-4); Cf. Volk (2002), pp. 76 e 131.
45. É visível, no entanto, uma certa desconfiança pelo testemunho que nos é transmitido pelos poetas: *attenta Poetarum licentia, dum fingunt, et fabulantur*. (cf. *NRCP*, v. 16).
46. Não sem antes (vv. 124-9) o poeta afirmar que a actividade mineira nasce da cupidez e avaréza humanas.
47. Curiosamente naquele que é considerado o pedaço didáctico das *Metamorfoses* de Ovidio – o extenso discurso de Pitágoras (15. 75-478), classificado por vários estudiosos como um poema didáctico *in nuce* – também tem um carácter professoral. No caso em referência, o sujeito dirige-se a uma audiência que pretende instruir, conforme refere Volk: “in this case, to convert to vegetarianism, an undertaking that also involves lengthy theoretical teaching on metamorphosis as the governing principle of the universe”, e toma o papel de professor chamando atenção para o processo do seu ensino recorrendo aos verbos *doceo* (172), *uaticinor* (174) e *referam* (308). Cf. Volk (2002), pp. 64-5; cit. p. 65.
48. Cf. os três exemplos supra referidos e, mais à frente no nosso trabalho, no capítulo 4.2, a entrada “*Sintaxe*”.
49. Veja-se o prefácio, onde aliás o poeta também se refere ao destinatário / leitor recorrendo à segunda pessoa do singular conforme já referimos anteriormente. Na *Astronomica* de Manílio, o sujeito utiliza igualmente a segunda pessoa do singular, sem que no entanto imagine o seu destinatário como uma pessoa individual; o sujeito das *Ars amatoria* e *Remedia amoris* ovidianas dirige o seu discurso explicitamente para os *iuuenes* e *puellae* e em *De rerum natura* de Lucrécio o aluno (*Memmius*) é referido onze vezes mas “desaparece” no decurso do poema e é substituído por um destinatário impessoal. Volk (2002), pp. 73-4, 160, 202.
50. A afirmação *Clarius haec nosces*. (v. 810) também revela uma nota de confiança entre o sujeito e o leitor. Ver também capítulo 5 do nosso estudo, n. 316.
51. Antes de concluir faz uma espécie de sùmula dos vários métodos extractivos empregues na mineração a que se referiu ao longo do texto (cf. vv. 1448-95). Ver, II, capítulo 2.1 do nosso estudo.
52. Depois ocupar-se-á em traçar uma brevíssima evolução histórica da descoberta do ouro no Brasil, das características que evidencia e das experiências a que é submetido; da forma como é feita a sua purificação e classificação, do pagamento do quinto e, finalmente, da circulação do metal (vv. 1542-823). Cf., igualmente, capítulo 2.1.
53. Repare-se na utilização da segunda pessoa do singular do pronome (*tibi*) e do recurso à conjunção *si* + conjuntivo a marcar a eventualidade e potencialidade da acção.

54. A auto-consciência do poeta é visível em outros poemas didáticos sobre assuntos científicos, do século XVIII. Tal sucede, por exemplo, nas obras do italiano Benedict Stay (1714-1801) – que pertenceu ao círculo de Ragusa apesar do seu nome não figurar em Sommervogel – *Philosophiae versibus traditae libri vi* (Veneza, 1744) e *Philosophiae recentioris libri x* (Roma, 1755-1792). Conforme refere Haskell ambas as obras “are punctuated by stage markers, authorial reflections on the progress of the poet through his subject, on obstacles to be overcome, on the distances traversed and those yet to be traversed.” Cf. Haskell (2003), p. 213.
55. Ver, por exemplo, Lucrécio, *De rerum natura*, 1.947. Cf. também Benedict Stay quando afirma que pretende revelar e infundir o seu assunto com o doce canto (*Aggredior suavi diffundens perfundere cantu*), *apud* Haskell (2003), p. 215, ver tb. *id.*, pp. 216-20 sobre a questão do esforço / trabalho na produção da poesia didáctica científica deste poeta.
56. As Piérides são referidas por Lucrécio no *De rerum natura* (1. 926-30); mas noutro passo (1. 25), uma vez que Vénus surge como a deusa que governa a natureza é ela a invocada para assistir um poema cujo assunto é a natureza. Esta descrição de Vénus, como uma Musa no próêmio do primeiro livro, tem a sua contraparte no próêmio do sexto livro, onde é chamada *callida musa / Calliope* (6. 93-4). Cf. Volk (2002), pp. 84-5, 87.
57. Ver no capítulo seguinte (capítulo 2.1) a entrada “Origem do ouro”.
58. Apolo, deus sol, além da simbologia que lhe estava associada, estava revestido e armado com ouro: túnica, grevas, lira, arco e aljava. Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, Paris, 1987, p. 707.
59. Repare-se que na esfera de Febo Apolo a escolha dos termos é do campo semântico do ouro: *auratus Apollo*; *auratamque* [...] *Lucem*; *aurea vena*. O sublinhado é da nossa responsabilidade.
60. Cf., por exemplo, Lucrécio, *De rerum natura*, 1. 933-4. Cf. Volk, (2002), p. 93.
61. Cf. a quantidade de palavras ligadas à realeza, domínio, poder. Só no campo semântico da realeza podemos contar cinco: *Regali* (v. 1815); *Regis* [...] *Regem* (v. 1816); *Reges* (v. 1817); *Regibus* (v. 1819).
62. Cf., por exemplo, Lucrécio, *De rerum natura*, 1. 928-30. Ver Volk (2002), p. 88.
63. O termo “cultura das minas” ou mesmo “cultivar as minas” era sinónimo nos séculos XVII e XVIII de “exploração das minas” ou “explorar as minas”. Cf., por exemplo, a correspondência de Luís César de Menezes a Manuel Correia Arzão e Baltazar de Lemos de Moraes, Bahia, 7 de Maio de 1708, reunida na BNRJ, *Documentos Históricos*, Vol. 41, Rio de Janeiro, 1705-1771, pp. 227-8 e o título da já referida obra do jesuíta Antonil.
64. Ver capítulo 5 do nosso estudo.
65. Cf., no capítulo anterior, a entrada “Estrutura”. Raphael Bluteau refere esta lenda, entre muitas outras relativas ao ouro. Cf. Raphael Bluteau (1638-1734), *Vocabulário portuguez e latino, aulico*, Coimbra, 1720, T. VI, pp. 148-54, em particular p. 153.
66. Agricola, quando se ocupa da defesa da utilidade da metalurgia no primeiro livro, acumula uma série de exemplos de autores do passado que considera importantes para o esclarecimento desta questão. Com efeito

reconhece, com um exemplo curioso, que os metais estão no cerne de vícios e guerras entre os homens: “Les métaux engendrent tous les vices: la corruption des femmes, les adultères et les incestes, le déshonneur, en un mot tous les fruits de la violence. Ainsi, les poètes, lorsqu’ils décrivent Jupiter métamorphosé en pluie d’or s’introduisant dans le sein de Danae, veulent dire qu’il s’est servi d’or pour pénétrer chez la jeune fille et la violer. L’or anéantit bien des fidélités, rend des sentences et commet des crimes innombrables.” No entanto, mais à frente afirma que não são os metais os responsáveis: “ce sont nos vices, la colère, la cruauté, la discorde, le désir de domination, l’avarice, la luxure. “ Cf. Agricola (1992), pp. 6 e 12. José Basílio da Gama parece atribuir o surgimento do trabalho mineiro, que Agricola engloba na metalurgia, à avareza e cupidez humana (*avarities*) e ao forte desejo pelo ouro quando tomou consciência do seu valor: *Conscia avarities praestanti inhiare valori / Incipit, aurum ambit, temereque erumpit in ausus. / Hinc hominum labor est, hinc est industria, fauces / Qua tellus pandat, deglutitum evomat aurum.* (vv. 124-7, p. 268); *Ambit avarities, Labor urget, cura fatigat:* (v. 298, p. 282). A palavra latina *industria* foi traduzida sempre que possível por “trabalho” (vv. 285; 296; 1416; 1513; “trabalho mineiro” no v. 126 e *MCP*, v. 124); noutras situações por “técnica” (*MCP*, vv. 1102; 1108, 1403); “atitude”(v. 28); “desejo” (v. 489) e “processo” (v. 1003). *Ars* (33 atestações no poema) traduziu-se preferencialmente por “técnica”. Em determinados contextos a palavra foi traduzida de forma diferente: “mão de artista” (v. 188); “conhecimento técnico” (v. 133); “arte” (vv. 438; 1103; 1406; 1554); “processo (v. 707); “de [que] forma” (vv. 737; 1140); “investigação” (v. 993) e “métodos” (v. 1810). Cf. Concordância anexa.

67. Trata-se de um pequeno rio da antiga Lídia, na região centro-oeste da Ásia Menor (hoje em dia correspondente à Turquia), que se reúne ao Hermo (o moderno Gediz) após passar Sardes. Segundo a tradição nele se teria banhado Midas e por esse motivo era famoso pelas suas areias auríferas.
68. O Ganges e o Hidaspes são ambos rios da Índia.
69. Ideia e formulação muito semelhantes às que se encontram na terceira edição da versão italiana da célebre enciclopédia de Chambers: “I Chimici chiamano l’oro Sol, il Sole, per dinotare la sua preminenza sopra gli altri metalli che son denominati dai Pianeti.” Cf. Ephraim Chambers (1680?-c.1740), *Dizionario universale delle arti e scienze*, Vol. XIII, Genova, 1775, p. 405. A primeira edição é inglesa: London, 1728, 2 vols.; a primeira edição italiana, provavelmente a que o autor conheceu, foi impressa em Nápoles em 1754. Veja-se também o que nos diz um extracto do capítulo cinco de um *Bergbüchlein* (Augsburg, 1505) da autoria de um médico de Freyberg de nome Ulrich von Claw, conhecido sob o nome de Calbon Calbus Fribergius: “Selon l’opinion des sages, l’or est engendré d’un soufre le plus clair possible et bien purifié et rectifié dans la terre, sous l’action du ciel, principalement du soleil.” Cf. M. A. Daubrée, “La génération des minéraux métalliques, dans la pratique des mineurs du moyen âge, d’après le BERGBÜCHLEIN”, *Journal des Savants – Juin-Juillet 1890*. No final do artigo segue-se a tradução francesa de Daubrée; quer a tradução, quer as ilustrações que acompanhavam este *Bergbüchlein*, encontram-se disponíveis “online” no “site” da École des Mines de Paris (<http://www.cri.ensmp.fr/buechlein/> [último acesso: 15 de Abril de 2004]). Também Sebastião Pita refere o poder do sol na génese do ouro do Brasil e, em particular, das Minas Gerais: “A copia de ouro, que as Minas lançaõ das duas veas, he infinita, e o numero das arrobas, que dellas se tiraõ, quasi impossivel saberse para poder computarse; mas he sem duvida o mayor, que costuma produzir a terra nas partes do Mundo, em que o Sol as cria.” Cf. Pita (1730), Vol. II, p. 493.
70. Nova referência à terra, na sua qualidade de mãe do ouro, surge muito mais à frente no poema, nos versos 1580-8, p. 390: *Hos tamen informes cum tellus edat, et imo / In lucem emissos nunquam, velut ursae, reformet, / Regia providit cura: aurificina paratur, / Extruiturque domus, mixtas ubi denique faeces / Segreget, admotoque aurum clarescat ab igne. / Plures praeclarum dotes ibi detegit, ipsa / Nobilius matre, at materna traxit ab alvo / Nempe ab humo esse humile, assidue tractabile ab omni / Sorte virum et Dominum, et servum sibi reddit amicum.*

71. Ver, a este propósito, *QC*, p. 5; cf. p. 440.
72. Cf. capítulo 3.2. O poeta recorre quer a *deus* (cf. *Deus*, vv. 45, 71; *Deo*, v. 1552, *NRCP*, v. 35), quer a *divus* (cf. *Divum*, v. 30; *Divis*, vv. 92, 113, 1114, 1314), quer a *numen* (v. 54) quer, ainda, a *potentes [...] coelicolas* (v. 1115) para nomear deuses e divindades pagãs. Apenas em três situações no *CP* surge referência ao Deus cristão: *Deo* (v. 1552), *Christum* (v. 1558) e *Domino* (v. 1559); cf. *Deus*, *Deum*, 2x e *Deo*, *QC*, p. 7; cf. p. 444.
73. Cf. Saint-Hilaire (1945), p. 160: “A montanha de Jaraguá propriamente dita e os morros vizinhos podem, segundo penso, ser considerados como formando a extremidade meridional da longa cadeia denominada Serra da Mantiqueira. O principal pico tem pouca elevação, que na região outro nome não tem senão o de morro de Jaraguá. Entretanto, essas pequenas montanhas têm, nas história do Brasil, alguma celebridade, porque encerram minas de ouro cuja exploração remonta a uma época extremamente remota. A descoberta das mesmas ocorreu, pelo que se diz, em 1590, e foi devida a um português chamado Afonso Sardinha [...]. Durante o séc. XVIII foram extraídas consideráveis quantidades de ouro das minas do Jaraguá, as quais foram denominadas, ao que se afirma, o Peru do Brasil.”. No mesmo texto, na nota de rodapé n.º 300, Saint-Hilaire diz-nos: “Mawe, Kidder e Eschwege conceituam as minas do Jaraguá como as mais remotamente conhecidas do império do Brasil (*Travels*, 77; *Sket.*, I, 235; *Plut. Bras.*, 4); mas as de Paranaguá são mais antigas ainda, porque Pizarro, que constantemente se baseou em fontes originais, faz remontar a descoberta destas últimas a 1578 (*Mem. Hist.*, VII, 265).” A comparação entre a riqueza das montanhas brasileiras, em particular de Minas Gerais, e os grandes centros produtores mineiros das colónias espanholas do Novo Mundo é frequente. Um anónimo do século XVIII, na sua *Descrição do Mapa geographico que comprehende os limites do governo de S. Paulo e Minas e tão bem do Rio de Janr.* °, descreve a serra de Tapanhuacanga quando refere Vila Rica: “V.^a Rica [...] em forma q’ avista se não pode estender por quebrada algua. Entre montanhas de immensa altura e dellas Rodeada se levantou esta v.^a e seu posto que abatida pella porfundidade emq’ esta cituada a mayor p.te della mais soberba e opulenta que todas assim pella ferquensia dos comerciantes. Como pella feança de suas Minas morm.te da innacesivel Serra de Tapanhuacanga con cujas fraldas se encostaedes con esta a qual Serra he hum Potosi de ouro mas por faltas de agoa no verao não inriqueesse a todos os q’ nella munerão suposto q’ os Remedeas.” Cf. BPE, *Cód. CXVI/2-13* n.º 30, fl. 216v. Encontrámos documento de conteúdo semelhante mas de título diferente e autoria indicada. Trata-se do documento impresso de Francisco Tavares de Brito, *Itinerario geografico com a verdadeira descrição dos caminhos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as minas do ouro* (Sevilha, 1732). Cf. BNL, F7273, em esp. p. 18 (idêntico extracto).
74. Boxer refere 1572 como a data para a descoberta do ouro de Paranaguá. Cf. Boxer (1995), p. 31.
75. Cf. Pita (1730), Vol. II, p. 493.
76. Cf. I, capítulo 1 do nosso estudo.
77. Cf. Manuel Serrano Pinto, “Aspectos da história da mineração no Brasil colonial”, in Fernando Freitas Lins (coord.) *et al.*, *Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina pela mineração*, Rio de Janeiro, 2000, p. 29. O jesuíta Jácome Monteiro (Lousã, c. 1574-ocupava o cargo de reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, em 1614) deixou-nos um testemunho importante sobre o ouro de São Paulo na sua *Relação da Província do Brasil* (1610): “Nas serras desta povoação [Capitania de São Paulo ou Piratininga] há as minas de ouro que descobriu Dom Francisco de Sousa que ora é Governador das partes do Sul, em que elas caem. As melhores e mais nomeadas se descobrem em uma alta serra, a que os Índios deram o nome, Ibira Suiaba, pau que chupa, e dela se tem tirado muito e mui fino ouro, por ser todo ele de 23 quilates e meio, e excelentíssimo pera dourar. Estas Minas, e ouro se tira junto às ribeiras de rios, outro nos mesmos

rios e lagoas, outro na serra, a qual em partes é um monte de cristal, entre o qual se descobrem grandes grãos de ouro e algumas pedras de preço, que a natureza cria no meio do cristal. Também se acha ouro de beta, que ao modo de prata se tira por fundição, como outra espécie, que se acha nos ribeiros e regatos, miudo, como areia, a que chamam voador. E este é o de sumo rendimento, e que nunca pode faltar, como dizem os que entendem deste ministério. Acham-se mais uns grãos dos quais vi algum de valia de 7 mil réis; e com estes me mostraram um prato grande cheio de outros mais miudos, o que tudo somaria três mil cruzados, que se tiraram, escolhendo-o dentre a terra que até o presente não usam de outra invenção para o colher. E o certo é que não há ribeiro que não leve suas areias de ouro; e serão estas minas de sumo rendimento se houver quem as saiba beneficiar. Há mais nesta terra grandes minas de ferro, e montaram muito, por haver grande saca dele pera o Paraguai e mais partes do Peru.” *Apud Leite Hist.*, T. VIII, p. 395.

78. Já nos versos 129-30 o poeta avançava: *Namque tibi extractum defluxa dat unda metallum. / Qua tamen arte sit, inferius mox ipse docebo.*
79. Que têm a sua correspondência em diferentes modos de mineração que Saint-Hilaire designa por “mineração de cascalho e “mineração de morro / montanha”, na sua obra de 1830. Cf. Saint-Hilaire (1975), p. 110 sqq. Enquanto na obra de Saint-Hilaire são descritos os dois principais modos de mineração (1975, p. 110 sqq.), na obra de Antonil, SJ (1968, pp. 444-51, em esp. 450) há uma menor ênfase nas operações de extracção nos depósitos de tipo filoniano, provavelmente por ser um tipo de mineração ainda pouco conhecida e praticada à época.
80. Cf. Pinto (2000), p. 33.
81. Agricola (1992), p. 25.
82. Ver *IF*, Fig. 2.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. É muito rico o vocabulário empregue no texto para a descrição do tipo de terreno e das formações rochosas que nele se encontram. Tentou-se respeitar e reproduzir a variedade vocabular do *Brasilienses aurifodinae* traduzindo, sempre que possível, de forma diferente as várias atestações e, por outro lado, uniformizar as opções tomadas. Assim traduzi o termo *segullum* por “terra” ou, à letra, “terra que indica a existência de ouro”; *saxetum* por “terreno pedregoso” (traduzido por “leito pedregoso”, v. 216 e, no plural, por “seixos”, v. 658) e *saxeta* por “seixos”, devido ao contexto (excepção feita às várias ocorrências da *QC* onde foi possível manter “terrenos pedregosos”); *saxula* foi igualmente traduzido por “seixos”; *glarea* por “cascalho”; *sabulum* e *saburra* por “saibro”; *lapis / lapides* por “pedra(s)” (à excepção do verso 256 onde se preferiu “pedregulho”), *saxum / saxa* também igualmente por “pedra(s)” (excepção feita aos versos 941 e 946 – aqui traduziu-se *saxa* por “seixos” para não colidir com *lapides* – e versos 1175 e 1304, onde se traduziu *saxum* por “rocha” por causa do contexto). Importa no entanto referir que apesar das diferentes traduções, muitas vezes nos estamos a referir a espécies geológicas semelhantes. No que concerne especificamente à tradução “saibro” estamos conscientes, conforme indicação do Professor Pedro Nogueira, do Departamento de Geociências da Universidade de Évora, que embora a palavra “saibro” exista em linguagem geológica, esta é utilizada normalmente para designar uma rocha desagregada *in situ*, isto é que não sofreu transporte. Como estamos a falar de material de rios ou ribeiras devemos utilizar uma linguagem correspondente a sedimentos, isto é materiais desagregados e transportados. Assim seria correcto utilizar apenas o termo “cascalho” que é um termo geológico empregue para os fragmentos de rochas ou minerais de dimensões superiores a 2mm.
83. Cf. *Hic hospes audiebat Antonius de Almeida*. (*MCP*, v. 255). Trata-se, possivelmente, de António Borralho de Almeida conhecido pelas suas entradas no baixo Mato Grosso, ainda antes de 1691, atacando índios pinhocas, mas sendo derrotado. Teve anos depois patente de capitão de uma bandeira para descobrimento de ouro no rio dos Porrudos. Com regimento passado a 18 de Julho de 1727 continuou nessa actividade,

- guerreando os indígenas que tornavam perigosa a viagem para Cuiabá; chegou ao posto de coronel. Cf. Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, São Paulo, 1954, pp. 18-9.
84. Cf. Agricola: “Enfin, un autre genre de force peut attirer l’attention sur les filons: c’est ainsi qu’un cheval, si on peut ajouter foi à un tel récit, découvrit à Goslar un filon de plomb en grattant le sol de son sabot. Le hasard nous offre donc généreusement des gisements.” Agricola (1992), p. 26.
85. O lugar de Águas Quentes – *calentes aguas* (vv. 270-1) – ou Água Quente – *Aqua Calida* (MCP, v. 270) / *Aqua calens* (IRN, p. 7, ll. 3 e 27; p. 460) – ficava, segundo o que pudemos apurar, no que é hoje o estado de Goiás
86. Agricola (1992, p. 26) recupera os testemunhos de Diodoro, Posidônio e, em particular, Lucrécio sobre o fenómeno da descoberta do ouro por acção de incêndios em altas montanhas, quer provocados acidentalmente por um raio, quer alimentados pelo homem para semear o terror entre os inimigos, quer para provocar a morte dos animais selvagens, quer ainda para transformar as florestas em campos férteis e pastagens.
87. Cf. Antonil, SJ (1968), p. 450: “muitas vezes não dá com ouro quem mais cava senão quem tem mais fortuna.”
88. Cf., II, n. 8 do nosso estudo.
89. Antonil, SJ (1968, pp. 444-6) e Vandelli (2003, pp. 33-4) preferem chamar-lhes “sinal / sinais”.
90. Ver mais à frente, nesta entrada, a referência aos vários utensílios.
91. Veja-se, por curiosidade, o que nos diz o já referido *Bergbüchlein* (1505): “L’or qui a son origine dans le sable des fleuves est le plus pur et le plus fin, parce que sa matière est bien purifiée par le flux et le reflux de l’eau et par la nature du gisement dans lequel se trouve l’or de lavage déposé par l’action des eaux. La situation de l’eau la plus favorable est quand il y a vers minuit une montagne et vers le soir une plaine, et sa direction doit être du matin au soir. Un autre cours de la rivière, mais moins favorable, est du soir au matin, quand la situation de la montagne est la même. La troisième direction du cours va de minuit à midi avec une montagne vers matin. Mais la plus mauvaise condition pour la génération de l’or est de midi à minuit quand une haute montagne s’y élève vers le soir. La direction de l’eau peut être aussi variable que les régions du monde, comme la direction des filons, qui est décrite plus haut dans le chapitre sur l’argent. Et chaque cours est estimé plus favorable ou plus mauvais selon qu’il s’éloigne plus ou moins des ci-dites directions.”
92. Ver *IF*, Fig. 22.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. As “ibipearas” ou “guapearas” ou “grupiarias” eram concentrações de ouro em cascalho, nas encostas de montanhas, de mistura com o quartzo bruto. Cf. *Yby-peará / yby-peará* (vv. 222; 760 e 1367) e *Guapeara* (MCP, v. 222). Sobre as evoluções linguísticas da palavra, cf. Theodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, S. Paulo, 1901, p. 126. Ver descrição de lavra de grupiara em Saint-Hilaire (1975), p. 114. Os irmãos Andrada falam em “gupiara”, em relação às minas de Quebra-Pedra nos arredores do Jaraguá, e explicam que é o “cascalho superficial que se segue a irregularidade do terreno. Estas gupiaras compõem-se de cascalhos de quartzo, de pedra e de mineral de ferro argiloso, empastados em argila ferruginosa vermelha.” Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, *Viagem mineralógica na provincia de S. Paulo* (1.^a parte), *BPG*, n.º 16, São Paulo, 1954, 70 (a conclusão da *Viagem...* foi reproduzida no *BPG*, n.º 17, 52-62, igualmente de 1954; a viagem foi realizada em 1820). Este relato foi publicado pela primeira vez no *Journal des Voyages*, T. XXXVI, Paris, 1827, sob o título *Voyage minéralogique dans la province de Saint-Paul au Brésil*. José Bonifácio de Andrada e

Silva (Santos, 1763 – Niterói, 1838) formou-se em leis e filosofia natural em Coimbra e concluiu o curso na Escola de Minas de Paris. O cientista brasileiro integrou a embaixada técnica que o governo português encaminhou aos países europeus mais adiantados em minas e metalurgia; nas suas viagens esteve, para além da França, na Saxónia, Boémia, Áustria, Itália, Suécia, Noruega e Inglaterra. Entre outros cargos foi intendente geral das minas da capitania das Minas Gerais e do Serro Frio e intendente geral das minas e metais do reino. Publicou um vasto conjunto de memórias. Informação completa sobre a sua vida e obra encontra-se em “Vultos da geografia do Brasil”, *RBG*, Ano XXIV, São Paulo, 1962, 105-9.

93. O poeta alerta, porém, para o facto de o indício da cor não ser cem por cento infalível, pois, muitas vezes a terra apesar de vermelha é fértil, nomeadamente quando produz vagens como a fava ou o feijão, e incita o prospector a fazer uma primeira experiência directa no terreno, escavando e lavando a terra recolhida para verificar a existência do minério.
94. Ver *IF*, Fig. 3.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. *Tapanhum-Acanga* (v. 325; *MCP*, v. 324). “Tapanhunacanga = ‘Tapuyuna’ (negro)+‘acanga’ (cabeça), *i.e.*, formação constituída por uma crosta negra de hydrato de ferro, cheia de concreções ocas do mesmo hydrato e com as paredes interiores cobertas de crystallisações da mesma substancia”. Cf. Sampaio (1901), p. 58. Aliás a semelhança com uma cabeça de negro é apontada por Basílio da Gama e o poeta apresenta também a explicação etimológica desta expressão (*MCP*, v. 325). Veja-se também Antonil, SJ (1968), p. 450: “Tambem se acha muitas vezes huma disposição de desmonte que se chama tapanhuacanga, que val o mesmo que cabeça de negro, pelo teçume das pedras tam duro que só a poder de ferro se desmancha. E não he mao sinal, porque muitas vezes o cascalho que fica em baixo dá ouro.”
95. Segundo Agricola muitas circunstâncias podem revelar a existência de filões: “un torrent peut les faire apparaître en décapant la surface [...]. Ou bien la force des vents déracine les arbres qui poussaient au-dessus des filons. Ou bien c’est l’éclatement des rochers. Ou bien des pluies fortes et continuelles ravinent la montagne elle-même, ou bien un tremblement de terre, ou bien la foudre, ou bien une violente avalanche, ou encore l’assaut des vents.” Agricola (1992), pp. 25-6. Ver também capítulo 5, n. 316 do nosso estudo.
96. Cf. vv. 1572-9, pp. 390-2. Ver igualmente Jacob de Castro Sarmiento (1691-1760), *Matéria médica físico histórico-mecânica do reino mineral* (Londres, 1735): “Mas, de todas as minas de ouro, as que se conhecem mais ricas e abundantes do mundo são as de Minas Gerais, que os paulistas descobriram ao primeiro acaso, indo conforme seu costumado emprego, nas conquistas do sertão a cativar índios para se servirem deles e chegando ao Ouro Preto, [...] ali acharam, em um pequeno ribeiro, o ouro em pó, puro em folhetas, na superfície da terra, da mesma forma que as águas o tinham trazido das montanhas vizinhas e, da cor do ouro, por ser mais escuro, tomou esse lugar o nome de Minas do Ouro Preto. Última e felizmente, foram outros mais diligentes e experimentados fornidos assim de instrumentos como de cativos, e começaram a descobrir mais ribeiros e córregos donde achavam ouro.” *Apud* Júnior (1996), pp. 59-60.
97. O “tabuleiro” é comparado no poema a um “colchão de pedras” – *culcitra* (v. 197; ver vv. 196-209; p. 276). Saint-Hilaire (1975), p. 112: “Chamam cascalho de tabuleiro ao que se encontra nos terrenos planos e à margem dos rios. Seu nome lembra a pequena espessura da camada, e sua posição horizontal. A profundidade em que jaz varia entre três e cinco palmos.” O viajante francês explica também nesse passo que o cascalho se podia apresentar em três posições distintas que implicavam ligeiras diferenças no processo de extracção: o cascalho do leito dos rios; o cascalho de tabuleiro; a terceira espécie que se encontra no pé dos montes – grupiara.

98. Cf. *Lavras* (v. 788; *MCP*, v. 787). Ver Antonil, SJ (1968), p. 448: “E se junto dos ribeiros a terra faz algum taboleiro pequeno (porque ordinariamente os grandes não provão bem), esta he a melhor paragem para se lavar.”
99. Cf. Boxer (1995), pp. 183-4. Veremos, em pormenor, o que nos diz o *Brasilienses aurifodinae* a respeito da mineração subterrânea no final da presente entrada do nosso trabalho.
100. Esta é a definição de Boxer (1995), p. 184. Cf. também S. Abreu Fróis, *Fundamentos geográficos da mineração brasileira*, Rio de Janeiro, 1945, p. 5: “Aos exploradores de ouro dos tempos coloniais dava-se o nome de faiscadores e aos que exploravam diamantes chamava-se de garimpeiros. [...] A palavra deriva de grimpeiro, nome dado aos exploradores que, sem permissão das autoridades, retiravam diamantes dos aluviões. Quando perseguidos, ocultavam-se em cavernas e grimpas das montanhas. Modernamente generalizou-se o nome de garimpagem para todo o trabalho individual de aluviões e eluviões, para a catação de minérios e para a exploração em pequena escala por métodos primitivos ou manuais.”
101. À excepção da bateia que é mencionada pela primeira vez nos versos 150-68, como já vimos.
102. Ver *IF*, Fig. 1.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. A designação “bateia” (*bateam*, vv. 158; 1403) surge a par de outras empregues no texto para referir o mesmo tipo de objecto. Referimo-nos a “prato / recipiente de madeira” (*scuta*, v. 861; *Lancibus*, v. 924, *schediis*, v. 1015) e “bacia” (*catinus*, v. 150; *catinum*, vv. 385, 1307; *catino*, vv. 163, 177; *catinos*, vv. 823, 871, 928). Traduzimos *patina*, à letra “tacho”, por “bacia” (cf. *patina*, vv. 157, 162 e *patinam*, vv. 158, 506) e “prato(s)” (*patina*, v. 815; *patinam*, v. 1048 e *patinis*, vv. 919, 1014).
103. Ver *IF*, Fig. 4.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. *Ligones / ligones* (vv. 369; 756; 775; 822; 1195); *Ligonibus* (v. 650) e *Ligonizantia* (v. 776). A referência a este género de enxada e à sua utilização na agricultura é um dado importante pois, conforme assevera Boxer (1995), p. 50, são raramente mencionadas nos documentos.
104. Ver *IF*, Fig. 5.^a (p. 468) e ilustração n.º 15.
105. Ver *IF*, Fig. 6.^a (p. 468) e ilustração n.º 15.
106. Ver *IF*, Fig. 7.^a (p. 468) e ilustração n.º 15.
107. Cf. Antonil, SJ (1968), pp. 446-50.
108. Cf. Pita (1730), Vol. II, pp. 494-5. Curiosamente, a bateia é o único utensílio descrito por Vandelli e é de madeira. Cf. Vandelli (2003), p. 37. Saint-Hilaire, já no século XIX, descreve quatro dos utensílios referidos por Basílio da Gama: a bateia, a cavadeira, o almocafre e a alavanca. A cavadeira, que apesar de semelhante à “enxada do Brasil”, referida por Basílio da Gama, aparece na obra do viajante botânico como instrumento exclusivo na “mineração de mina”. Era “uma chapa de ferro, cortante na extremidade, e de largura de três ou quatro polegadas” empregue “para cavar a terra na parte superior das galerias e prepará-la para receber os revestimentos à medida que se avança pela mina”. Cf. Saint-Hilaire (1975), p. 111. A título de curiosidade transcreve-se, também da mesma página, a descrição pormenorizada da alavanca: “A alavanca é uma barra de ferro de cerca de três a quatro pés de comprimento, terminada de um lado por uma cunha, e na outra extremidade por uma ponta de pirâmide quadrangular: a extremidade em bisel serve para desagregar o minério quando é mole, a outra quando duro.” Os utensílios para escavar as minas referidos no poema mantiveram-se sem grandes alterações ao longo dos anos. Diz-nos o Padre José Manuel Siqueira (1750-1825) sobre as ferramentas empregues na mineração em Mato Grosso: “As Minnas de ouro

- desde a sua origem não conhecem outros instrum.tos p.^a a excavação, e exerc.º de minerar senão alabanca, almocafre, batea, carumbê, e proximam.e marreta. Vide no Dez.º 1.º as figs. 2, 3, 4, 5 e 6.” Cf. Siqueira (1802); *apud* Moura (1977), 129. Ver também Luís de Castro Sola, “Minas antigas do Brasil”, *BM*, Vol. 14, n.º 3 (Julho-Setembro), Lisboa, 1977, 184-5.
109. Este último termo, à letra “cestos de palha”, foi traduzido por “cabazes”. Para a tradução de *fiscellos* e *canistrum* cf., mais à frente, a n. 133.
110. Ver *IF*, Fig. 25.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. São os únicos utensílios desta lista que estão reproduzidos na imagem final.
111. Traduzimos as duas ocorrências de *sarcula* e *rutro* por “sacho(s)”.
112. Traduzimos *mortariolo* e *mortaria*, respectivamente, por “pequeno almofariz” e “almofarizes”; *incudibus saxosi* por “bigornas espalmadas de pedra”.
113. Para “prato suspenso” ou “prato” de balança cf. *lanci* (v. 282), *appensam* [...] *Lancem / lancem* (vv. 1474 e 1727, respectivamente). Quer a balança, quer os almofarizes também eram empregues nos ensaios químicos. Cf. na Concordância os vários contextos onde ocorrem as atestações destes termos.
114. O *ahenum cochleare* era um tacho em forma de colher que servia para levar a mistura de ouro e mercúrio ao lume. No *AC*, p. 4, l. 28, p. 420 é designado por *aeneo cochleari*, “colher de bronze”.
115. Cf. as restantes atestações: *vas* (vv. 1782; 1783), *vasi* (v. 1785) e *vasis* (v. 1786). Sobre os vários engenhos em uso na mineração ver mais à frente.
116. Esta tarefa devia ser feita num só dia. Nesta situação, como em outras que requeriam maior mão de obra e um trabalho mais dificultoso, os senhores das minas ajudavam-se mutuamente, emprestando os escravos entre si. Cf. vv. 1354-79, pp. 372-4 e *NRCP*, v. 611, p. 310.
117. Para ver a representação dos feixes de capim (*Vimina*, vv. 620; 621), semelhantes a cadáveres em esquifes de junco como nos diz o autor (v. 622 sqq.), e dos tapumes (*septa*, *IF*) ou paliçadas de madeira (*vallum*, v. 626; *vallo*, v. 636) empregues para estreitar as águas dos rios, cf. *IF*, Figs. 8.^a e 9.^a (p. 468) e ilustração n.º 15.
118. Agricola descreve ao pormenor, no livro oitavo, os sete métodos de lavagem comuns a vários metais, entre os quais o ouro, explicitando também uma técnica especificamente portuguesa (com gravura anexa): “La huitième méthode n’est très différente des précédentes. Elle est aussi employée dans les régions que les Portugais tiennent sous leur pouvoir et leur domination. Ils creusent plusieurs tranchées profondes, en rangées, dans les ravins, sur les pentes et dans les creux des montagnes. Les eaux qui proviennent soit de la fonte des neiges, soit des pluies, entraînent, en même temps que des terres et des sables, chez les uns des petites pierres noires, chez les Portugais des particules d’or arrachées à des filons et à des fibres. Dès que les eaux du torrent se sont toutes écoulées, les laveurs retirent les dépôts des tranchées avec des pelles en fer, et les lavent sur l’aire habituelle.” Agricola (1995), pp. 239-87; cit., p. 286.
119. Ver *IF*, Fig. 11.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. Cf. *Rosaria* (v. 694, *MCP*, vv. 693 e 719). Vandelli descreve um rosário e faz alusão a uma gravura descritiva deste engenho (desenhada por Francisco Velozo) que já não consta do manuscrito da BNRJ. Cf. Vandelli (2003), pp. 36-7.

120. Ver *IF*, Figs. 12.^a, 15.^a (p. 468) e ilustração n.º 15 para exemplos de aquedutos, respectivamente feitos de tronco de árvore ou abertos na terra (estes últimos deviam ser construídos com a terra bem calcada para se tornar impermeável à passagem da água). Cf. *Molinete*, v. 917; 1120; 1138; 1463; *MCP*, vv. 917, 919, 927. Saint-Hilaire (1975, p. 78) deixa-nos a descrição de um molinete: “Além de Passagem, observei um desses aquedutos rústicos que os mineradores constroem para conduzir a água, às vezes, para muito longe, até suas lavagens. Esses aquedutos que consistem simplesmente em condutos de madeira descobertos e suportados por longos esteios, formam, às vezes, como o de Passagem, curvaturas bastante largas, e produzem na paisagem um efeito decorativo.”.
121. Apesar de o poema não fazer clara distinção entre os dois tipos de aquedutos, é de supor que esta situação só ocorresse nos canais escavados na terra. Saint-Hilaire descreve pormenorizadamente uma destas condutas, na exploração perto da margem direita do rio Perciaba, que consistia numa calha de madeira suportada por longos postes, que teria cerca de 40 a 50 pés de altura, um comprimento total de 30 a 40 pés e a largura de dois. Cf. Saint-Hilaire (1975), pp. 112-3.
122. Na operação de lavagem eram encontradas outras pedras preciosas que deviam ser separadas das areias improdutivas: *Vnde manu ablutos observatrice Lapillos / Selige chrysolitos fulvos, viridesque smaragdos, / Omnigenas chrystallos, omnigenosque Topazos / Et roseos, gilvos, mixtaque nigredine fuscis: / Non Adamanta semel, rubros sed saepe Pyropos, / Gemmarum genus omne, quibus natura colorem / Temperat, et sola ignoto sub nomine noscit. / Non semper, nec ubique latet tot gemmea proles, / Pro variis scutulata Locis, variisque fodinis / Saepius et variat pretium, variatque colores. / Inspice detersos, pretiosa qui indole pluris / Esse solent, hos delige, et illos sperne Lapillos.* (vv. 952-63, pp. 338-40).
123. Ao molinete atribuíam-se, por vezes, a designação de “canoa”. Cf. *cymba* (v. 1211; cf. a seguir a n. 125) e *lindre* (v. 1128); Ver Vandelli (2003), p. 37 e *DHCPB*, cols. 552-3, s.v. “Mineração”.
124. Veja-se a este propósito o que nos diz Sebastião Pita: “Hoje já se não usa muito de Catas, e se tira ouro por muy differente modo, porque metem aguas em cima dos montes cheos de ouro, que ha naqueles Paizes, e cavando, ou desmontando (como lá se diz) a terra dentro da mesma agua, a leva de sorte, que fica sómente o cascalho, em que está o ouro, e este o lavaõ com a mesma agua em huma fôrma de canoas, que fazem na pissarra, e mechendo o cascalho com o almocafre, aonde a agua está continuamente cahindo, se vay aniquilando o cascalho, porque a agua o leva, deixando o ouro. Outros carregaõ os cascalhos, e os botaõ em huma canoa de pao aberta por diante, a que chamaõ Bolinete, e por huma bica está continuamente cahindo agua, e mechendo o cascalho, ou terra, que se lhe bota onde está o ouro; vay diminuindo, e sahindo a terra, ou cascalho, e fica o ouro no fundo da canoa, na parte onde cahe a agua. O modo de tirar ouro com aguas por cima dos montes em canoas na pissarra, e em bolinetes, foy invento dos filhos de Portugal.” Cf. Pita (1730), Vol. II., pp. 495-6.
125. Ver *IF*, Fig. 19.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. Cf. *lindre* / *Lindre* (vv.1380; 1393); *cymbam* (v. 1394); *cymba* (v. 1396). Traduzimos todas estas ocorrências por “barco”.
126. Cf. mais à frente capítulo 2.2.
127. Provavelmente pele de boi, como a usada em certos molinetes. No entanto a pele de veado também era utilizada para fazer bolsas para guardar o ouro: *Talibus, ac tantis ornatum dotibus aurum / Cervina insuitur pera, ne rima baluci / Praebeat ulla locum.* (vv. 1702-4; cf. tb. *MCP*, v. 1703). Ainda no século XIX se encontrariam com frequência veados (de que existiam várias espécies) que os habitantes de Minas caçavam com frequência: “conheci um cura, muito digno, aliás, que todos os domingos, depois da missa, ia caçar veados com os amigos.”; “A caçada de veados é, ao que parece, um dos principais divertimentos dos

- habitantes de vila do Príncipe, e, em geral, de toda a Província de Minas. Faz-se sempre a cavalo.” Cf. Saint-Hilaire (1975), pp. 86 e 147; ver igualmente pp. 317-9; 245. As peles de veado eram conhecidas especialmente pela sua robustez: “As peles de veados nos espantaram pela grossura ;” Cf. *id.*, p. 38.
128. O esmeril (cf. as 13 ocorrências na Concordância) tinha o aspecto de areia negra e brilhava ao sol: *Smiris, quae inter glaream auro immixta semper invenitur, nigrae arenae speciem refert, et lucis radios reflectens aequaliter resplendet.* (NRCP, v. 965).
129. Trata-se da sítula de que falaremos em seguida.
130. *Catas altas / altas catas* (vv. 832; 1366-7; MCP, v. 831) eram os buracos feitos durante a extração do cascalho que imprimiam aos terrenos de exploração aurífera um aspecto muito irregular e consequências ambientais que ainda hoje são visíveis (ver IF, Fig. 13.^a (p. 468) e ilustração n.º 15). Antonil refere *catas*, por exemplo, de dez, vinte ou trinta palmos (ou seja até 2,20 m., 4,40 m. ou 6,60 m. de profundidade. Cf. Antonil, SJ (1968), p. 444; ver igualmente, pp. 446-7. Vandelli (2003, p. 35, n. 8) diz-nos que “lavra, cata, serviço são sinónimos do lugar em que se tira ouro.” e descreve a lavra do arraial de Cata Preta em que se trabalhava, segundo o autor, desde 1707.
131. Ver IF, Fig. 14.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. O termo *situla* não surge no CP mas sim nas várias notas laterais (cf. MCP, vv. 693, 719, 843 e 858). Nestas notas preferimos a tradução “engenho” (pela necessidade de não colidirem as traduções de *situla* e *Rosaria*, cf. sucede na MCP, v. 693). No CP o poeta prefere usar *antlia* (v. 841), que traduzimos literalmente por “bomba para tirar água”, e *molem* (vv. 842, 852), traduzido no caso destes dois versos por “engenho”. No entanto, optámos por traduzir *foramina* (v. 846) e uma das acepções de *spiracula* (v. 859) – à letra “buracos”, “aberturas” – por “sítulas” para respeitar o contexto.
132. Conforme refere Boxer as listas de escravos para 1718-19 parecem indicar que os proprietários mais ricos de Minas Gerais possuíam entre trinta a cinquenta escravos aptos para o trabalho; a maioria, porém, parece ter contado com o trabalho de apenas seis e muitos proprietários tinham apenas um ou dois escravos. Cf. Boxer (1995), p. 175.
133. Ver IF, Fig. 18.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. Cf. *trochlea* (vv. 1343, 1349) e *trochleam* (v.1340). Pela imagem anexa ao manuscrito é possível perceber que a corda da roldana se enrolava e desenrolava numa trave horizontal, em cuja extremidade havia um cabrestante (ou cruzeta) que era movimentado por dois escravos, um em cada ponta. Traduzimos, no processo de extração com a roldana, os vocábulos *fiscellos* e *canistrum*, respectivamente por “cestinhos” e “cesto” (cf. vv. 1342, 1345, respectivamente).
134. Descrita nos versos 1141-334, pp. 354-70 e 1489-95, p. 384.
135. Basílio da Gama aflora a questão da redução dos minérios de ouro em pó contrariamente, por exemplo, a Agricola, no livro oitavo, que descreve ao pormenor três espécies de moinhos utilizados para os minérios de ouro e uma máquina: “qui peut, en même temps, broyer, trier, nettoyer et laver le minerai d’or et aussi mélanger l’or avec le vif argent.” Cf. Agricola (1995), pp. 235-9; cit. p. 239.
136. Ver IF, Fig. 17.^a (p. 468) e ilustração n.º 15.
137. Cf. NRCP, v. 1235, p. 362: *Cum in Brasilia oliveta non sint fructifera, ex quorum fructibus olivum fiat, oleum extrahunt Brasili ab oleosis aliarum arborum seminibus: et praesertim ex balenarum pinguedine, quas certa anni statione abunde piscantur. Hoc igitur oleo ellychnia plerumque foventur.* A pesca da baleia constituiu indústria importante pelo grande valor do azeite para iluminação, alimentação, uso comercial e

- pelo aproveitamento das barbatanas. A princípio a sua exploração fazia-se por arrendamento, mas em 1798 foi abolido o privilégio do contrato das baleias e todos podiam pescá-las. Cada baleia dava na altura um conto de réis em 16 pipas de azeite e 16 arrôbas de barbatanas, mas cedo deixou de ser possível capturá-las, pois começaram a extinguir-se e a emigrar para as Malvinas. Cf. Roberto Cochrane Simonsen, *História económica do Brasil (1500-1800)*, São Paulo, 1969, pp. 373-5 e n. 30.
138. Ver *IF*, Fig. 21^a (p. 468) e ilustração n.º 15.
139. Cf., por exemplo, Antonil, SJ (1968), p. 450. Saint-Hilaire descreve o trabalho subterrâneo (as lavras de mina) nas povoações de Conceição e de Itabira que é, genericamente, semelhante ao descrito por Basílio da Gama, afirmando que diferia pouco do método seguido pelos europeus. Ver Saint-Hilaire (1975), pp. 115; 121-6; sobre os poços de ventilação, esp. pp. 124 e 126. Para as minas de Itabira, as mais importantes na altura da viagem do explorador, baseia-se, porém, numa memória inédita da autoria de Manuel José Pires da Silva, que lhe fora disponibilizada pelo próprio autor (cf. *id.*, p. 122 n. 166).
140. Sobre os vários instrumentos empregues nas tarefas de purificação do ouro ver, neste capítulo 2.1, a entrada anterior.
141. Cf. *magnetis ope* (v. 1062); *vis magnetica* (v. 1064); *magnete* (v. 1067). As propriedades da magnetite exerceram desde a Antiguidade grande fascínio sobre os homens. Sobre essa influência em autores greco-romanos ver, por exemplo, Paulo Farmhouse Alberto, *A poética de Eugénio de Toledo*, Lisboa, 1996, p. 393, n. 53. (Tese de doutoramento em Literatura Latina, Univ. de Lisboa, 1996.) Essa curiosidade tocou de perto os jesuítas que, em especial no final do século XVII, desempenharam papel de relevo no estudo do magnetismo. Algumas obras tiveram fortuna especial tendo sido editadas várias vezes, como por exemplo, *Magnes sive de arte magnetica opus tripartitum*, de Athanasius Kircher (1.^a ed. Roma, 1641, 2.^a ed. Colónia, 1643; 3.^a ed. Roma, 1654). Deste período data também o poema didáctico *Magnes* (Lyons, 1696) da autoria do jesuíta Thomas Fellon. Sobre este texto e a sua inscrição numa microtradição de poesia jesuítica francesa “científica” marcada pela superficialidade, cf. Haskell (2003), pp. 151-7.
142. Cf. *hydrargirus* (vv.1070, 1081, 1592); *Mercurius* (v. 1601), *Mercurium / mercurium* (vv. 1597; 1600; 1603;1611); *mercurii* (vv. 1069, 1075); *Mercurio / mercurio / mercuriove* (vv. 1103; 1594; 1597; 1723). Basílio da Gama refere-se especificamente ao processo da amalgamação do ouro, com recurso ao mercúrio, nos versos 1069-85, pp. 348-50. Esta técnica, aplicada à prata, está pormenorizadamente descrita na *Rusticatio mexicana*, livro oitavo. Cf. III do nosso estudo.
143. Cf. *NRCP*, v. 1584. Cf. as duas entradas seguintes do nosso trabalho. Aires de Casal refere as quatro casas de fundição em Minas Gerais. Cf. Aires de Casal, “Provincia de Minas Geraes”, *Corografia brasílica*, T. I, Rio de Janeiro, 1945, pp. 369, 377, 386, 395 (facsimile da ed. de 1817). Segundo este autor (*id.*, p. 364), desde 1714 que a província de Minas fora dividida em quatro comarcas: Vila Rica (vilas de Vila Rica e Mariana), Rio das Mortes (São João d’El Rei; São José; Queluz; São Carlos de Jacuhy, São Maria de Baependy, Campanha; Barbacena; Tamanduá); Serro Frio (Vila do Príncipe, Fanado) e Sabará (Sabará, Caitê, Pitangui, Paracatu).
144. O título do ouro variava entre 16 a 23^{7/8}. A maioria apresentava-se com um título compreendido entre 21^{1/2} a 22^{1/2} quilates. Cf. Simonsen (1969), p. 282.
145. Sobre os vários instrumentos, ver neste capítulo 2.1., a entrada “Extracção / Lavagem”.

146. “He o ouro de grandes quilates, principalmente todo o que se tira nas Minas geraes, e algum de dentro do mato, que tem vinte e tres quilates, vinte e tres e meyo, vinte e tres e tres quartos, chegando algum a vinte e quatro. O ouro do rio das Velhas os tem inferiores, e muito menos o do rio das Mortes, porém geralmente nunca descem de vinte e dous quilates.” Cf. Pita (1730), Vol. II, pp. 493-4.
147. Cf. *MCP*, v. 1795, p. 410: *Describitur aliae, et faciliior methodus*.
148. Sobre a referência à balança nas experiências de hidrostática, cf. *AC*, p. 8 (p. 428) e também *QC*, p. 7 (p. 444).
149. Ver, sobre a classificação do ouro, Gonçalves (1992), pp. 38-9. A tradução dos termos *moles* e *massa* necessita de clarificação. Ao traduzir *moles* preferiu-se a acepção vulgar de “volume” (ver *volumen*, vv. 1791 e 1802; *volumine*, vv. 192, 1787, 1809): cf. *molesque / moles* (vv. 1092; 1662; 1689; 1793; 1805); *molem* (vv. 278, 1620); *mole* (vv. 1688; 1794; 1798; 1799). As outras ocorrências da palavra *moles* foram traduzidas de forma diferente, em função dos contextos: cf. “exército” (*molem*, v. 646) e “engenho” (*moles*, v. 696); *Molis* (v. 694); *molem* (vv. 694; 700; 842; 852). Quanto a *massa*, traduzimos uma ocorrência igualmente por “volume” (cf. *massaque*, v. 1690), respeitando o contexto e o paralelo com o termo *moles* na *MCP*, v. 1690. As restantes atestações receberam traduções variadas que não pretendem corresponder à definição que se conhece hoje em dia para a palavra (massa = volume x massa específica). Assim *massa aurea* (v. 15) traduziu-se por “ouro”; *massa / Massa* traduziu-se por “massa” (vv. 100; 189; 1667; v. 1726) e por “rocha (v.1306); *massam* traduziu-se por “massa” (vv. 281; 1095; 1596; 1786) e por “pasta”, “mistura” e “barra” (vv. 1091, 1628 e v. 1738, respectivamente).
150. Cf. Simonsen (1969), p. 463.
151. Cf., por exemplo: *Namque balux pro nummo est* (v. 1475). Sobre a questão da fuga ao imposto, cf. Luís de Castro Sola, “Ouro e corrupção no Brasil do século XVIII”, *Brotéria*, Vol. 103, n.º 1, Lisboa (Julho), 1976, 452-8.
152. Cf. Russell-Wood (1989), p. 584: “In the space of 30 years the search for the perfect method led the crown in Minas Gerais to go from a quota based on a form of capitation to a foundry house (1725), to capitation (1735) and back to foundry houses (1751).”. Sobre a questão da taxaço do ouro, nomeadamente evasão de pagamento e contrabando, ver este mesmo artigo, pp. 584-93 e Boxer (1995), pp. 191-203. Os próprios escravos de ambos os sexos e idade superior vêm a ser taxados, mesmo os que estavam demasiado velhos ou enfermos para poderem fazer trabalho útil.
153. Sobre “quintos”, cf. Antonil, SJ (1968), pp. 394-416; sobre o processo de fundição e a papelada administrativa que tal envolvia ver Saint-Hilaire (1975), pp. 149-50. Minas Gerais presenciou, no período de Setecentos, vários tipos de revoltas e resistências contra as leis vindas de Portugal. A elite brasileira opôs-se aos ditames do rei, vendo-se isso pela participação de alguns grandes em levantes contra os desmandos metropolitanos. A criação das casas de fundição gerou um destes conflitos (1720 – com a intervenção de Filipe dos Santos e Pascoal da Silva Guimarães), mas houve outros: a Guerra dos Emboabas (1707-1709 – com o envolvimento de Manuel Nunes Vieira); a revolta de Maria da Cruz (1736); o levantamento contra a expulsão dos jesuítas e execução dos Távoras e demais membros da nobreza lusitana por Pombal (1776 – com a participação do vigário Carlos José de Lima, do Dr. José de Goês de Ribeiro Lara de Moraes e muitos outros religiosos esclarecidos e magistrados descontentes); a Conjuração Mineira (1789 – o último movimento de Minas colonial). Minas Gerais presenciou nos anos quarenta a cinquenta do meio do século outros tipos de revoltas e resistências como a formação de quilombos e rebeliões indígenas. Valadares (2002), p. 310 e Souza (1990), p. 89

154. Esta informação surge apenas na *MCP* e no *AC*. Cf. *MCP*, v. 1762: *Totius auri quotannis effossi summa est 31250. lib. Ital. ex soluta gabella enumerata*; e *AC*, p. 7, ll. 26-9 (p. 426).
155. Cf. *MCP*, v.1765: *Addendae totidem librae, quae furtim a gabella subtrahuntur per avia et invia*.
156. Ver I, capítulo 1 e n. 49 do nosso estudo.
157. Baseando-se mais uma vez (cf. II, n. 70) na edição italiana da *Cyclopaedia; or, an universal dictionary of arts and sciences* de Chambers, o poeta faz referência a esta experiência na *MCP*, v. 1665: *Experientia, qua aurum in Cineres abit, et in pristinam formam redit. Vide Academ. Parisiens. apud Chambers in dictionar. verb. Oro*. Cf. Chambers (1775), Vol. XIII, p. 407: “essendosi fuso in una spezie di calce, che mandava de’ fumi, e perdè del suo peso. Ma la stessa calce fusa di nuovo con una quantità di grasso, fu rimessa in oro.”
158. Trata-se, respectivamente, do cascalho a que Saint-Hilaire chama de “veio de rio”, de “taboleiro” e de “gupiára”. Cf. Saint-Hilaire (1975), pp. 111-2.
159. Cf. *Creta / creta* (vv. 1322, 1326); *cretam* (v. 1324). Já vimos que nem sempre estes indícios são seguros. Ver II, n. 93 do nosso estudo.
160. Cf. também II, n. 122. A propósito das cores do ouro e da variedade de cascalho aurífero no Brasil e Minas Gerais, ver também Vandelli (2003), pp. 30-1 e Saint-Hilaire (1975), p. 149.
161. As qualidades do ouro (*auri dotes*) estão criteriosamente ordenadas no *AC* (pp. 7-8, respectivamente ll. 30-3 e 1-5): *soliditas* (“dureza”); *fluiditas* (“fluidez”); *decoloratio* (“descoloração”); *flexibilitas* (“flexibilidade”); *invariabilitas* (“inalterabilidade”); *ductilitas* (“ductilidade”); *textilitas* (“maleabilidade”); *opacitas* (“opacidade”); *condensitas* (“densidade”); *tinnitus* (“tinido”); *elasticitas* (“elasticidade”); *pondus* e *gravitas* (“peso”). A tradução dos substantivos *textilitas*, *condensitas* e *gravitas* foi particularmente difícil. Nesta questão, como, genericamente nas questões técnicas dos campos da história da ciência, física e, em particular, da química estamos devedoras das sábias considerações e algumas sugestões de tradução de António Amorim da Costa, Professor Catedrático de química da Universidade de Coimbra. Traduziu-se *textilitas* por “maleabilidade” na sequência de *ductilitas* e por ser a característica do material que se estende por acção do martelo (cf. *Malleolis*, v. 1628). A tradução de *condensitas* por “densidade” foi uma solução de compromisso. Com efeito, “densidade” é um termo que refere a quantidade de massa por unidade de volume; a palavra latina, por outro lado, refere a propriedade daquilo que é mais ou menos denso, mais ou menos compacto, cujo valor determina, de facto, o valor numérico da densidade. Estando a palavra “densidade” reservada para exprimir a relação referida entre massa e volume, não deverá ser usada para referir o carácter genérico daquilo que é mais ou menos denso. Logo, para a tradução ser, de facto, correcta o termo deveria ser traduzido por neologismos como “densabilidade” ou “condensabilidade” que não se encontram atestados nos dicionários. *Gravitas*, por seu turno – que tal como *pondus* foi traduzido por “peso” – não corresponde a “peso específico”, que é um conceito que na física actual corresponde a massa específica, o peso por unidade de volume; a tradução por “gravidade” que significa o peso, a qualidade dos graves – sendo que por graves se entendia tudo o que é pesado, conforme esclareceu o Prof. Amorim da Costa – seria a mais fidedigna, mas como, mais uma vez, este neologismo não figura nos dicionários preferi não o seguir. Curiosamente, nenhum dos vocábulos que Basílio da Gama menciona como qualidades do ouro figuram entre os vários termos da arte da mineralogia elencados por Vandelli. Cf. Domingos Vandelli, *Diccionario dos termos technicos de historia natural*, Coimbra, 1788, em esp. pp. 287-90.
162. Veja-se a seguinte referência curiosa de Bluteau: “Da soterranea prizaõ metallica estava o sabio Christaõ já quasi livre, quando lhe vem do Rey dos metaes recado. Quem deixaria de acodir às chamadas de taõ

poderoso monarcha? À primeira vista estranhou o nosso Sabio ver a hum taõ grande potentado, amarello, e pallido, mas considerou, que em toda a parte todos lhe armaõ ciladas, e por varios modos o perseguem, e maltrataõ; o avarento tem ao pobre do ouro sempre fechado; o prodigo lhe perde o respeito, e o desperdiça; o Chymico lhe muda a natureza, e de solido o faz liquido, e potavel; anda à caça delle o cobiçoso; o Ourives em crysoes, o Batefolha com martelladas, O Dourador com mordente, o Bornidor com pederneira, o Moedeiro com cunhos, outros officiaes com outros instrumentos, e por mil modos martyrizaõ o ouro; até Religiosos Santos o pizaõ. Naõ ignora o nosso Cosmografo as muitas prerogativas deste preciosissimo metal; sabe, e confessa, que o ouro, por ser composto de partes da terra purissimas, e todas homogeneas, naõ tem quebra, nem se diminue no fogo; conhece que naõ cria ferrugem, nem suja as maõs senaõ dos que o roubaõ, ou usãõ mal delle; mas no mesmo tempo observa, que o vapor do enxofre offusca a cor do melhor ouro, e que com o fumo do chumbo facilmente se reduz em pó; nem se deixa o nosso Sabio cegar do seu resplendor, porque o ouro ainda que illustre para a vista, tem como os mais metaes debaixo dos pés de todos nascimento escuro, e humilde; na propria patria tem pouco valor, e sem tinir, nem retinir, nem ter som claro, e agudo, mas antes obtuso, e quasi mudo, chama a si os homens com taõ poderosa efficacia, que por mar, e por terra todos andaõ em busca delle, sem nunca descançar, porque he droga, da qual quem mais acha, mais deseja.” Raphael Bluteau, *Prosas portuguezas*, Lisboa, 1725, Vol. I, pp. 140-1.

163. Cf. Chambers (1775), pp. 406-7.
164. A maleabilidade do ouro era afectada pelo enxofre conforme refere o *Brasilienses aurifodinae: immisso durescit sulphure; namque / Sulphureo immisce grano mille aurea, nulla / Malleolis poterit conflatam dextera massam / Tundere, et acceptam prius immutare figuram.* (vv. 1626-9). Neste caso, tal como em exemplo já citado anteriormente, o poeta refere a experiência descrita por Chambers: “meschiare solamente un grano di zolfo comune con mille volte altrettanto peso d’oro, e la massa cesserà di essere malleabile.” Cf. Chambers (1775), p. 406.
165. Cf. *CP*, vv. 1617-20: *Hoc ipsum Chymici intensum testantur ad ignem, / Cui ipsi, dum exactum bis Cynthia conderet orbem, / Jugiter admovere aurum, nullumque notarunt / Imminui pondus, nec, sensu iudice, molem.* Cf. Chambers, p. 406: “Dopo aver lasciata una quantità d’oro due mesi nel calore il più intenso immaginabile, n’è stato fuora cavato senza alcuna sensibile diminuzione di peso.”
166. Cf. *CP*, vv. 1613-6: *Caetera in aereos utcunque metalla vapores / Integra vanescent, vel magna ex parte volabunt. / At secus est aurum: manet invariabile, faeces / Promptius exhalat, purum sedet inde metallum.*
167. Cf. *AC*, p. 8, ll. 2-5; cf. p. 428: *Item invariabilitas a Chymicis intenso igne per duorum mensium spatium jugiter adhibito experta, unde summa eruitur prae reliquis (quatuor exceptis vulgaribus elementis) Corporibus auri simplicitas.* Sobre as propriedades do ouro cf., também, Bluteau (1720), p. 148.
168. Carlos A. L. Filgueiras, “Havia alguma ciência no Brasil setecentista?”, *Química Nova*, Vol. 21, n.º 3, São Paulo, 1998, 351.
169. A última já referida em I, capítulo 1 do nosso estudo.
170. Cf. Filgueiras (1988), 351. O autor refere (*id.*, p. 352), como exemplo de que era ministrado algum ensino científico na colônia, os vários projectos de bombas mecânicas para a água elaborados e “patenteados” por Bartolomeu Lourenço de Gusmão, aquando da sua estada no Seminário de Belém da Cachoeira próximo de Salvador, e do projecto dos pequenos balões de ar quente que levou para Portugal e colocou em prática no mesmo ano (1709). Por outro lado, desde o século XVII, mais propriamente em 1699, no Rio de Janeiro, iniciou-se o ensino da engenharia militar com a criação da Aula de Fortificação; esta receberia os nomes

sucessivos de Aula do Terço, Regimento de Fortificação e Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho.

171. Cf. Agricola (1992), p. 27.
172. Cf. Daniel, SJ, *Thesouro...*, parte 6, cap. 14.º, fls. 36-7: “Muitas, e mui Curiosas e faceis invençoens se tem ideado na Europa, para elevar agoa ja de Poços, ja de Cisternas e Rios aonde cada hum quer; e por isso não pretendo eu aqui arbitrar novos modos, ou persuadir nova praxe p.a semelhante effeito. Pretendo so apontar, ou insinuar aos moradores do grande Rio Amazonas aLgumas das mais curiosas industrias, que se uzão na europa, assim em Noras, como em Bombas, p.a q. se possam aproveitar dellas p.a beneficio das suas terras; e tambem appontarei aLguns outros modos novos, não porque sejam mais curiosos, ou ingenhosos, mas por serem mais faceis, e uteis, conforme apozição das suas Terras, e Rios.”
173. Lockhart e Schwartz (1999), pp. 198-200.
174. Aqueles que sobreviviam à viagem e ao período de habituação normalmente eram mais resistentes às doenças do que os índios.
175. A primeira referência que surge no manuscrito relativamente à ligação entre os negros e as actividades de mineração do ouro, nomeadamente nos rios, surge nos vv. 66-8: *Adde his Senenses, quos nominat Africa, Rivos, / Aethiopesque colunt: flavum gens nigra colorem / Despiciunt, quamquam auratas mirantur arenas.*
176. Cf. I, capítulo 1 e n. 20 do nosso estudo.
177. O termo “peça”, em fr. “pièce”, era aplicado no comércio negreiro e designa, assim o explica Jacques Savary des Bruslons, *Dictionnaire universel de commerce, d’histoire naturelle, d’arts et de métiers* (Paris, 1741), Vol. III, col. 832: “un homme ou une femme depuis quinze jusqu’a vingt-cinq ou trente ans au plus qui est sain, bien fait, point boiteux et avec toutes ses dents.” *Apud* Antonil, SJ (1968), pp. 86 e 120.
178. Os escravos negros africanos são designados maioritariamente no *Brasilienses aurifodinae* por *aethiopes* designação que não traduzimos à letra por “etíopes” por ter no texto carácter genérico – cf. *Aethiopes* (vv. 404; 487; 518; 943; 1519); *aethiopes* (vv. 458; 614; 662; 981; 1202); *aethiopem* (v. 415); *aethiopi* (vv. 497, 1428); *aethiopum* (vv. 858, 1189); *Aethiopumque* (v. 1352); *Aethiopum* (vv. 324; 1167; 1490); *aethiopissa* (v. 458). Mas também surgem outras palavras e expressões para os referir: cf. *vernilemque cohortem* (v. 1151); *pubes* (v. 504); *Afra pubes* (v. 656); *juventam* (v. 560); *Afra juvenus* (vv. 611, 1440); *juvenus Afra* (vv. 934-5); *vernilis [...]* *juvenus* (v. 1239); *senectutem [...]* *Afram* (v. 1250); *proles* (vv. 981, 1433); *gens nigra* (v. 67); *Gens [...]* *nigrum* (v. 935); *Angolanam [...]* *prolem* (v. 407); *verna / Verna* (vv. 871; 989; 1031; 1404; 1419; 1439; 1457; 1502); *Vernae* (v. 1452); *vernem* (v. 740); *vernas [...]* *nigellas* (v. 528); *servos, et vernarum agmina plura* (v. 1331); *vernarum* (v. 1513); *vernus* (vv. 532; 1017; 1374); *vernilia [...]* *Brachia* (vv. 1172-3); *vernilis [...]* *juvenus* (v. 1239); *Verniles [...]* *animos, [...]* *catervam* (v. 588); *caterva* (v. 1032); *Mancipium* (v. 1510); *mancipii* (v. 273); *Mancipia* (vv. 401; 1358; 1398; 1476); *mancipiis* (v. 589). Ver também a nossa apresentação: Alexandra de Brito Mariano, “New World ‘ethiopians’: visions of slavery and mining in early modern Brazil”, *Latinity and Alterity in the Early Modern Period*. A Cassamarca Foundation Symposium, University of Western Australia, Perth, 13-14 July 2004.
179. *Apud* Boxer (1995), pp. 165 e 175. Segundo este autor (*id.*, p. 176), os reis negros Dahomey garantiram o fornecimento de escravos – desde o início do século XVIII até bem dentro do século XIX –, vendendo os

seus súbditos delinquentes e prisioneiros de guerra aos vários comerciantes de escravos, não só portugueses, mas também holandeses, ingleses e franceses.

180. Cf. Alden (1996), p. 516. Boxer afirma, no entanto, que: “in the taxation rolls for slaves, whether for payment of the fifths or for capitation [...] for the years 1714-1740 which I have cursorily examined, ‘Minas’ appeared to be the most numerous, closely followed by slaves from Angola and Benguela. Ameridians, or ‘Carijós,’ for some years occupied the third place, though I doubt whether many of these were used in mining. Among the categories which bring up the rear we find ‘Luango’ (= Loango), ‘Congo’, ‘Cabo Verde’, ‘Moçambique’, ‘Crioulo do reino’, ‘Crioulo do Rio’, ‘Bastardo’, and even the odd Chinese.” Cf. Boxer (1995), p. 175.
181. Cf. Pinto (2000), p. 32.
182. Russell-Wood (1989), p. 580. Também Antonil se preocupa com a escolha dos escravos africanos: “E porque communmente são de naçoens diversas, & huns mais boçaes que outros, & de forças muito diferentes, se ha de fazer a repartição com reparo & escolha, & não às cegas. Os que vem para o Brasil são Ardas, Minas, Congos, de S[ão] Thomé, de Angola, de Cabo Verde, & alguns de Moçambique, que vem nas naos da India. Os Ardas & os Minas são robustos. Os de Cabo Verde & de S[ão] Thomé são mais fracos. Os de Angola, creados em Loanda, são mais capazes de aprender officios mecanicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os Congos ha tambem alguns bastantemente industriosos & bons, não sòmente para o serviço da canna mas para as officinas & para o meneo da casa.” Cf. Antonil, SJ (1968), pp. 120-3. De forma genérica (cf. *id.*, p. 122, n. 3) é possível dizer que os escravos se dividem em dois grandes grupos étnicos: os sudaneses, que vêm da África Ocidental, desde as ilhas de Cabo Verde até ao golfo da Guiné, e os bantos, que vêm da África Central, desde o golfo da Guiné até à África Meridional. Os ardas, minas, os de São Tomé e Cabo Verde, indicados por Antonil, pertencem ao grupo sudanês, os congos e angolas ao grupo banto, tal como os moçambicanos. Os ardas e os minas são originários da costa da Mina. Antonil, no entanto, prefere a todos os creoulos: “Os que nacêrão no Brasil ou se creârão desde pequenos em casa dos brancos, affeiçoando-se a seus senhores, dão boa conta de si. E levando bom cativeiro, qualquer delles val por quatro boçaes.” Cf. Antonil (1968), p. 122. Ver igualmente a lista de “Preços dos escravos & das cavalgadas” (*id.*, p. 386). Para um estudo da hierarquia em que se estruturava a população escrava ver Lockhart e Schwartz (1999), p. 217. A cor e o lugar de nascimento eram a base desta hierarquia. Os proprietários preferiam os crioulos (os escravos negros nascidos já no Brasil) e os mulatos (que tinham mistura de sangue português a crescer à vantagem de terem nascido na colónia) aos boçais (os rudes escravos africanos recentemente chegados); quer crioulos, quer mulatos eram normalmente os escolhidos para o trabalho doméstico, considerado o mais privilegiado. Assim, quanto mais hábil, mais ladino (escravo aculturado cristianizado e conhecedor do português) e mais leve na cor fosse um escravo, mais alto era o lugar que ocupava na hierarquia, segundo os colonos.
183. Cf. Siqueira (1802); *apud* Moura (1977), 126. Ver também Sola (1977), 184-5.
184. Ver a entrada seguinte do nosso estudo.
185. Outra particularidade física dos escravos mineiros, que não era critério valorativo a ter em conta aquando da compra do escravo, era a ausência de cabelo provocada pelo transporte à cabeça da carga extraída: *Et tractant, et humum vertunt, onerantque catinos, / Ad caput attollunt, redimito in vertice portant. / Nec satis armatus centonibus arculus atram / Calvitiem vetat: affricu extenuante capillos / Radit onus, redditque caput venerabile servis.* (vv. 823-7).

186. Luis Gomes Ferreira, *Erário mineral dividido em doze tratados, dedicado, e oferecido à Puríssima e Sereníssima Virgem Nossa Senhora da Conceição*, Lisboa Occidental, 1735, pp. 255-6; ver igualmente até à página 260 os tratamentos aplicados.
187. Gomes Ferreira apresenta-nos uma extensa série de doenças, seus diagnósticos e estudos-caso, acompanhados dos respectivos tratamentos. Diagnosticou correctamente uma moléstia muito comum, a corrupção ou mal do bicho – uma espécie de ulceração do intestino e gangrena do recto – que era, certamente, resultado de uma disenteria aguda: “Corrupção do bicho não he outra cousa, senão huma largueza, e relaxação do intestino recto, e seus musculos, ou por outro nome se chama o sesso; mais, ou menos largo; e segundo a mayor, ou menor largueza, assim será a mayor, ou menor corrupção.” (p. 419). A prevenção devia passar pela limpeza do corpo, pelo banho diário e pela ingestão de uma bebida branca, a aguardente, ou cachaça logo pela manhã (daí o costume do mata-bicho). Ver tb. Boxer (1995), pp. 184-7. Aliás o cirurgião afirma no Tratado I, Cap. XI, p. 22: “As pessoas, que comerem alguma cousa nestas Minas pela manhã, e lhe beberem em sima hum copinho de agua ardente do Reyno, conservarãõ melhor a saude ;” (cf. para louvores às propriedades benéficas da aguardente: pp. 245-5; 250 e 254, por exemplo; sua utilização nos tratamentos: pp. 290, 300-1; 341-7 e 350, por exemplo).
188. De seu título completo *Governo de mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilatação dos remédios se fazem incuráveis*, Lisboa, 1770.
189. Cf. a este propósito Russell-Wood (1989), p. 581; ver também Boxer (1995), p. 175.
190. Para um estudo abrangente das várias epidemias que devastaram a população das Américas, quer as trazidas para o Novo Mundo pelos europeus, quer as de origem local, e sua influência ao longo do processo de colonização, ver *CHLA*, pp. 12-4; 24-6; 39-41; 43-4; 51-2; 82; 84; 100; 159, 436; 452; 481; 503; 515-6; 523; 525; 530; 533; 541.
191. São Paulo sofreria, no entanto, outros surtos de varíola em 1720, 1724, 1726, 1730, 1737, 1744, 1746 e 1749. No estado do Maranhão, entre 1724 e 1776, conhecem-se pelo menos dez grandes epidemias de varíola e sarampo; uma epidemia de sarampo grassou também em 1749-50 na região da Amazônia. As epidemias eram especialmente devastadores para os índios. Cf. *CHLA*, pp. 37-63, em esp. pp. 41 e 44. O padre João Daniel refere que as expedições e presença dos portugueses nos rios da bacia do Amazonas tiveram um custo terrível para os índios; as frequentes epidemias de varíola, sarampo e gripe foram responsáveis pelo decréscimo e morte de três milhões de indígenas só na bacia do rio Negro. Segundo o autor, estes rios antigamente povoados com índios tão numerosos como enxames de mosquitos, inúmeros povoados e uma diversidade de tribos e línguas sem conta foram reduzidos, por volta de 1750, para um milésimo da sua população original. Cf. Daniel, SJ, “Thesouro...”, 2.^a parte, cap. 15, *RIHGB*, Vol. 3, Rio de Janeiro, 1841, esp. 50.
192. Cf. *modulos* (v. 830); *rudes patrio modulamine voces* (v. 828); *voce* (vv. 831, 881); *novis concentibus* (v. 920); *rudibus* [...] *vocibus* (v. 921); *murmure laeto* (v. 1020). Sobre a importância e interpretações das práticas musicais dos escravos, nomeadamente enquanto veículo de expressão da dor e da alegria ver Jon D. Cruz, “Historicizing the American cultural turn – the slave narrative”, *European Journal of Cultural Studies*, Vol. 4, n.º 3, London, 2001, 305-23; cit. esp. p. 313.
193. Cf. *ardentia vina* (v. 484); *vinum* (v. 485); *vitalis aquae* (v. 820); *aquae vitae* (*MCP*, v. 483).

194. Ferreira (1735), pp. 445-6. Saint-Hilaire (cf. 1975) refere, para além da hidropisia (provocada pelo “pernicioso abuso da aguardente de cana”, p. 189; ver ainda p. 331), um conjunto de doenças: o bócio (p. 68); a morfeia ou lepra (pp. 87, 332) – também Aires de Casal (1945), p. 356 nos diz: “por toda a parte se encontra muita gente contaminada de morfêa ou mal de S. Lazaro” –; a sarna (p. 245); a geofagia (pp. 272, 356); as moléstias venéreas (p. 332). Outras enfermidades como a disenteria; as febres; o catarro; as pleurisias; e peripneumonias (p. 123) – sobre as pleurisias e febres ver também pp. 331 e 338-9, respectivamente – eram especialmente comuns entre os operários das minas. Antonil também menciona os escravos atingidos pela doença, mas refere-se apenas aos que trabalham nos engenhos de açúcar: os “escravos boubentos & os que tem corrimentos”, como lhes chama, ou seja aqueles que sofriam de tumores provocados pela lepra, por exemplo, e os que padeciam de gonorreia; moléstias igualmente atribuídas aos “humores gallicos” ou mal francês (humor gálico), isto é a sífilis, e só debeladas com uma purga pelo suor, o que obrigava os escravos a desempenharem as suas tarefas adscritos às fornalhas. Cf. Antonil, SJ (1968), p. 198. Gomes Ferreira trata dos remédios “contra o gallico” e outros males venéreos, cf. Ferreira (1735), pp. 305-11; 332; 338 e preocupa-se, igualmente, com as moléstias do foro pulmonar (cf. Tratado I e IX). Aliás, o cirurgião faz referência a outra enfermidade comum entre os escravos e que era muito difícil de curar, “Dos formigueyros, que nascem nas solas dos pés dos negros” (pp. 358-60; cit., p. 358): “Sobre quantas doenças perseguem os pobres negros nestas Minas, esta não he de menos molestia, e difficil de curar; porque pela mayor parte os senhores os não aliviaõ do trabalho por causa della, e andaõ com muyto grande molestia, sem se poderem ter em pé, como quem os tem visto, e os tem possuido com esta enfermidade, a qual é terrivel, porque lhes faz nas solas dos pés grandes buracos.”; outra era: “Da gota serena, que dá nos olhos” – “Esta enfermidade he uma falta na vista, mayor, ou menor, e he muito commua nos pretos destas Minas;” (p. 389). Faz também menção a um remédio contra a asma que é segredo exclusivo dos padres da Companhia de Jesus: “da qual não tem ainda noticia Medicos, nem Cirurgioens; consta de humas aguas, que se farão na fôrma seguinte”, pp. 336-8; cit. p. 336.
195. Cf. *exanthemata* (v. 431); *variolas* (v. 434).
196. Cf. *boas* (v. 436).
197. Já Hipócrates (século IV a.C.) reconheceu e descreveu o envenenamento por chumbo entre mineiros e metalúrgicos. Plínio-o-Velho (século I d.C.) identificou o uso de bexigas de animais como forma de evitar a inalação de poeiras e fumos. Também Galeno faz referência ao envenenamento decorrente do trabalho com enxofre, zinco e vapores ácidos. Foi necessário, no entanto, esperar pelo século XV para se encontrarem textos que referissem claramente doenças decorrentes da profissão. Por exemplo, em 1473, na Alemanha, Ulrich Ellenbog escreveu sobre a doença do ourives provocada pelos gases usados no seu trabalho. O próprio Agricola, conforme já referimos (cf. II, n. 24), reportou-se às doenças específicas dos mineiros. O tratado de referência no campo da medicina industrial, entretanto, só viria a surgir no século XVIII, da autoria do médico italiano Bernardino Ramazzini. O estudo de Ramazzini, intitulado *De morbis artificum diatriba* (1713), descrevia com riqueza de detalhes as numerosas doenças ocupacionais, com a grande contribuição de entender a ocupação como causa da doença. Apesar do trabalho de Ramazzini e do de outros na Inglaterra – o de Percival Pott (1775) sobre o cancro dos limpadores de chaminés, por exemplo – com muita frequência as doenças e ferimentos ocupacionais eram consideradas riscos inevitáveis e os trabalhadores tinham de aceitar a probabilidade de vir a sofrer de uma doença relacionada com o trabalho que desempenhavam. (Informação disponível em: <http://togyn.tripod.com.br/medicinaocupacional.htm> [último acesso: 11 de Janeiro de 2005]).
198. Cf. Ferreira (1735), pp. 162-3.
199. Cf. Ferreira (1735), pp. 265 e 285, respectivamente.

200. Antonil critica os senhores que recusam o casamento entre os escravos: “Oppoem-se alguns senhores aos casamentos dos escravos & escravas, & não sòmente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quasi claramente os consentem & lhes dão principio” e contesta a separação que é imposta aos casados – como aliás Jorge Benci, SJ (1954), pp. 83-4 – “Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartão de tal sorte por annos que ficão como se fossem solteiros, o que não podem fazer em consciencia”. Ver Antonil, SJ (1968), p. 124. Cf. I, n. 33 do nosso estudo.
201. “The basic theory of slave management seems to have been: ‘work them hard, make a profit, buy another.’” Lockhart e Schwartz (1999), pp. 218-9; cit. p. 219.
202. Esta taxa reduzida contrastava com a fecundidade das amantes negras e mulatas dos homens brancos. Cf. Boxer (1995), p. 174.
203. O algodão só começou a ser cultivado com fins comerciais a partir de 1760. Cf. Dauril Alden, “Late colonial Brazil, 1750-1808”, in *CHLA*, p. 635.
204. Em casa, e apesar do luxo ser mais moderado, as senhoras continuavam a trazer pulseiras de menor peso ou valor e pequenos colares de pedras preciosas (cf. vv. 535-7). Saint-Hilaire faz a descrição do vestuário que as senhoras usavam na igreja (a ida para a igreja assemelhava-se a uma procissão) e o dos fazendeiros e vaqueiros. Saint-Hilaire (1975), pp. 63, 67, 239 e 314. Uma lista do vestuário (e armas) e dos seus preços nas Minas Gerais encontra-se em Antonil, SJ (1968), p. 384.
205. O adjectivo *purus*, *-a*, *-um* a caracterizar o ouro foi traduzido de três formas: “virgem” (*pura*, v. 251; *purum*, v. 271), “fino” (*puro*, vv. 523 e 1560) e “puro / purificado” (*purum* / *puro*, respectivamente vv. 1616, 1664 e *purumque*, v. 1715). Apesar de Chambers apenas distinguir dois tipos diferentes: “Oro Vergine” e “Oro Fino, o puro”, optámos por “fino” sempre que o adjectivo se referia a jóias. Cf. Chambers (1775), pp. 409 e, em especial, 412. Ver ainda Bluteau (1720), pp. 149 e 151.
206. As procissões religiosas eram a diversão favorita de Minas Gerais. Uma das mais célebres, ocasionada pela transferência da custódia do Santíssimo Sacramento da Igreja do Rosário para a da Senhora do Pilar em Vila Rica, em 1733, vem descrita na obra de Simão Ferreira Machado, *Triunfo eucarístico...* (Lisboa, 1734). O padre jesuíta Diogo Soares pregou de manhã e de tarde no terceiro e último dia. Ver a reprodução integral do texto em Júnior (1996), pp. 98-122. Sobre a importância das diversões, festas reais e, em especial, as comemorações religiosas em Minas Gerais ver Boxer (1995), pp. 180-2, por exemplo.
207. O termo comum é *faselos* (vv. 240 e 470), mas no *Brasilienses aurifodinae* está presente outro termo, já atestado em Plínio (16, 244), que possivelmente refere idêntica leguminosa: *dolichos* (v. 240). Cf. Jacques André, *Léxique des termes de botanique en latin*, Paris, 1956, pp. 120 e 246. Esta é uma designação genérica, também atestada nos dicionários, a significar “planta” ou um género de feijão (provavelmente “feijão-cutelinho”); traduzimos o termo por “vagens”. Durante o século XVIII, foram feitos grandes avanços no estudo da botânica. A obra *Genera plantarum...* (Leiden, 1737) de Carl Lineu (1707-1778), por exemplo, estabelece um ponto de viragem na classificação científica das espécies de plantas. Outros autores, como Vandelli, dedicaram-se igualmente às questões de terminologia e ocuparam-se do estudo das plantas nacionais e do Brasil – cf. *Flora lusitanicae et brasiliensis specimen* (Coimbra, 1788). Também os jesuítas se preocuparam largamente com os assuntos da história natural. Por exemplo Diogo Soares escreveu uma *Historia natural dos rios, montes, arvores, ervas, fructos, animaes e passaros, que ha no Brasil* inserida na sua *Colecção...* Cf. Soares, SJ (c. 1730). Ver também I, n. 17 do nosso estudo. Já no século XVII, Giovanni Battista Ferrari (1583-1655), professor de hebraico e siríaco no Colégio Romano, foi um verdadeiro precursor nos estudos de botânica. Na sua obra *De florum cultura libri iv* (Roma, 1633),

- tenta estabelecer bases firmes para a taxonomia de uma grande quantidade de plantas que entravam em Roma vindas do Novo Mundo. Cf. Freedberg (2002), pp. 38-9. Sobre esta obra ver também pp. 40-46; 398 e 421 ns. 55, 61 e 62.
208. Saint-Hilaire faz a descrição da alimentação em Minas Gerais: “Galinha e porco são as carnes que se servem mais comumente em casa dos fazendeiros da província das Minas. O feijão preto forma prato indispensável na mesa do rico, e esse legume constitui quase a única iguaria do pobre. Se a esse prato grosseiro ainda se acrescenta mais alguma coisa, é arroz, com couve, ou outras ervas picadas [...]. Como não se conhece o fabrico da manteiga, é substituída pela gordura que escorre do toucinho que se fritar. O pão é um objecto de luxo; usa-se em seu lugar a farinha de milho, e serve-se esta ultima ora em pequenas cestinhas ou pratos, ora sobre a própria toalha, disposta em montes simétricos. Cada conviva salpica com farinha o feijão ou outros alimentos, aos quais se adiciona salsa, e faz-se assim uma espécie de pasta: mas, quando se come carne assada, cada vez que se leva um pedaço à boca, junta-se uma colher de farinha, e com uma destreza inimitável, arremessa-se a colherada sem deixar um só grão. Um dos pratos favoritos dos mineiros é galinha cozida com os frutos do quiabo [...] acompanhados de angu [...]. o gênero de sobremesa preferido [...] [é] o prato de cangica, nome que dão ao milho descascado e cozido em água.”; “É fazendo cozer o fubá [farinha de milho] na água sem acrescentar sal, que se faz essa espécie de polenta grosseira que se chama [...] angú, e constitui o principal alimento dos escravos”. Cf. Saint-Hilaire (1975), pp. 96 e 107.
209. Os termos empregues para as habitações dos negros são genéricos: *domos* (v. 479); *Lares* (v. 1433). Para a reprodução do que seriam as cubatas dos escravos e a casa do senhor ver *IF*, Figs. 23.^a, 24.^a (p. 468) e ilustração n.º 15. Para uma ideia do mobiliário existente na casa dos senhores, que normalmente era modesto mesmo nas casas dos grandes proprietários, ver Saint-Hilaire (1975), p. 347. Diz também o autor (*id.*, p. 296): “Como as casas das povoações do Brasil, as da Roma primitiva não foram outra coisa, na maioria, do que espécies de gaiolas construídas com varas de vime, cujos intervalos eram entupidos de terra; um humilde colmo cobria seus tetos, e Roma se tornou senhora do mundo.” Os irmãos Andrada afirmam: “Os habitantes servem-se pouco dela [cal] para as suas casas, visto que quase tôdas são de taipa, como quase tôdas as da cidade e das outras povoações da Província.” Cf. Silva e Andrada (1954), 74. A construção em madeira e taipa era, com efeito, comum, inclusive nas igrejas. Cf. Boxer (1995), p. 178.
210. Traduziram-se estas duas ocorrências de *Divis* (cf. vv. 1114 e 1314) por “divindades”; as restantes por “deuses” (cf. vv. 92 e 113) e *Divum* (v. 30) por “Deus” (reportando-se a Júpiter) para distinguir os contextos diferenciados. Cf., também II, n. 72 do nosso estudo.
211. *Munera* (v. 1113) e *Eleemosinae* (*MCP*, v. 1113), respectivamente. Optou-se por traduzir as outras ocorrências de *munera* por “prendas” (v. 1315) e “ofertas” (v. 1561).
212. A natureza inconstante dos escravos obrigava, no caso de doença, a atenção redobrada por forma a identificar correctamente os sintomas reais: “quando me chamavaõ para ver algum preto, examinava-o huma, duas, e tres vezes, perguntandolhe tudo pelo miudo, repetindo as mesmas perguntas, que já tinha feyto para ver se respondia o mesmo, ou se variavaõ nas repostas; porque entendia, que nesta diligencia naõ hia mais, nem menos, que a vida, ou ficar o escravo perdido, como ficou este; porque como todos os pretos saõ variaveis, e quando estaõ doentes muyto mais, por esta razaõ tinha paciencia para as perguntas, ainda que estivesse com pressa ;”. cf. Ferreira (1735), p. 234.
213. Cf. *arundine Longa* (v. 986); *arundine* (v. 1504); *paribus* [...] *avenis* (v. 1509); *arundineos* [...] *nodos* (v. 1511); *arundineae mattae* (v. 684).

214. Pela natureza do trabalho era, com efeito, fácil para os negros desviarem o ouro em pó e mesmo pequenas pepitas. Boxer (1995), p. 177.
215. Cf. *Lignea virga* [...], *non ferrea* (v. 550), *virga* (v. 561).
216. Valentim Stansel (1621-1705) na sua obra *Uranophilus caelestis peregrinus* (1685), escrita quando já estava no Brasil (a acção passa-se principalmente numa estância jesuítica nas imediações de Salvador), não menciona outros segmentos da população que não os índios e escravos. Cf. refere Ziller-Camenietzki (2003), p. 255: “They, incidentally, are the only segments of the colonial population that Stansel deigns to mention, and in a less than laudatory manner. [...] The slaves, generally referred to as ‘aethiops’, are figures who recur repeatedly over the course of the narrative. Interestingly, the Portuguese colonists and the Mazombos – *i.e.*, the Brazilians – do not figure in the work at all.” Cf. também I, n. 114 do nosso trabalho.
217. Cf. *stimulo* (v. 563); *flagrum* (v. 575); *verbera* (vv. 561, 573). Cf. também *virgaque* (v. 561). Não se referem no texto explicitamente quais as faltas consideradas mais graves; entre elas estariam, certamente, os roubos e as fugas.
218. Cf. Antonil, SJ (1968), pp. 106-112; cit. pp. 106 e 108.
219. *Cum plus inveniatur, sibi plus lucrabitur, unde / Et sibi vestem emere, et frugalibus addere coenis / Condimenta alia, et Laute dispendere possit.*
220. Cf. neste capítulo 2.1, a entrada “Extracção / Lavagem” e também a n. 132.
221. Cf. *Pulvis* [...] *Aureus* (vv. 149-50); para outras ocorrências de “pó / poeira” em relação ao ouro, cf. vv. 1050; 1071; 1079; 1085; 1132; 1306; 1711 e 1482. *Baluca* e *balux* foram traduzidos sempre que possível por “areia de ouro” – cf. *baluca* (vv. 923; 972, 1019; 1041); *balucis* (vv. 1446, 1530); *balucem* (vv. 244, 1102, 1312); *baluci* (v. 917). No entanto, em determinados contextos, traduziram-se estes termos por “ouro” – *balucem* (v. 964); *balux* (v. 1118), “ouro em pó” – *balux* (vv. 1070; 1131; 1308; 1735; 1475) e “pó de ouro” – *balux* (v. 1475); *balucem* (v. 1502) e *baluci* (v. 1703).
222. Aliás já visível também em nota marginal: *Dominus praebet ad laborandum instrumenta: servus addit laborem, et industriam.* (MCP, v. 1403).
223. Cf. Lockhart e Schwartz (1999), p. 379.
224. Cf. Boxer (1995), p. 171.
225. Outras tentativas foram feitas para impedir a fuga dos escravos e para restringir alguns dos direitos que legalmente lhes assistiam. Por volta de 1755, por exemplo, a sugestão do corte do tendão de Aquiles dos escravos fugitivos foi recebida com agrado pelos membros da câmara da cidade de Mariana. Estes pretendiam inclusive impedir que os escravos pudessem comprar a sua liberdade – tal como a lei permitia se tivessem o dinheiro suficiente para tal – alegando que deviam ser os senhores a libertá-los por caridade ou em troca dos serviços prestados. Cf. Boxer (1995), pp. 171-3.
226. Ver em II, capítulo 1, a entrada “Género”.

227. *Apud* Haskell (2003), pp. 116-7. Veja-se a tradução da autora: “I have taken pains to soften the roughness and harshness of this more abstruse kind of phytology with as much clarity and charm of style as I could muster, so that the difficulty of such detailed and rough matters might not detract from the elegance of the song, and the elegance of the song might not detract from the comprehension of those matters.”.
228. *Apud* Haskell (2003), pp. 182-3. Polignac, que louva a ciência moderna, foi um cartesiano convicto mas igualmente crítico: admirava Newton no que respeitava à teoria das cores, mas criticava-o, por exemplo, quanto à tese do vazio, que considerava análoga à dos ateístas.
229. *Apud* Haskell (2003), p. 183.
230. Cf. *id.*, p. 187.
231. A relação entre os paratextos e a possibilidade de consulta descontínua do poema em obras de literatura didáctica foi igualmente assinalada por Haskell no que diz respeito à microtradição italiana: “It could perhaps be argued that the paratext, consisting of marginal titles and index, serves to facilitate the (discontinuous) consultation of the poem as a versified work of reference.” *Id.*, p. 40. Refere também a autora que o facto de quase todos os poemas didácticos jesuíticos serem “accompanied by hefty paratextual apparatus – prefaces (often somewhat apologetic), detailed book synopses, footnotes, endnotes, appendices, supplements – should alert us to the considerable gulf that separates them from most contemporary popular science literature, whether in prose or verse.” *Id.*, p. 203; cf. tb. pp. 204 e 207, ver esp. n. 93.
232. O apêndice é introduzido pela pergunta: *Virum tellus denuo generet aurum?* Cf. p. 430.
233. É na *Quaestio curiosa* que surgem as únicas referências ao papel e intervenção dos alquimistas (cf. *Alchimistae*, p. 3; *Alchimistis*, p. 6) na arte de fabricar o ouro (cf. *chrysopoeiam*, p. 4). De facto, sabemos que os alquimistas acreditavam na transmutação dos metais, no contexto da teoria da união do enxofre-mercúrio para a constituição dos metais; acreditavam também noutras teorias sobre o refinamento natural dos metais básicos ao longo do tempo, para se tornarem por fim em prata e ouro, como os mais nobres metais. Giovanni Aurelio Augurello (1454-1537), alquimista de Veneza, na sua obra *Chrysopoeia, libri iii* (Veneza, 1515), fornece um enunciado da teoria: “The origin of the metals is the centre of the earth [...] penetrated by the sun’s rays and by other celestial rays which ripen and mature the assembled vapours that then pass upward and fill fractures in the crustal rocks. Where the vapours are condensed and cannot move farther they solidify into those unripe metals that fill veins in the earth’s crust [...]. Finally with time Nature transforms these metals into gold, silver, cooper, and so on [...]”. *Apud* Rafal Swiecki, in *Gold* (disponível em: <http://www.minelinks.com/alluvial/goldMedieval.html>, p. 5 [último acesso: 10 de Janeiro de 2005]). José Basílio da Gama não nega terminantemente a possibilidade da alquimia conseguir aquilo que se propõe, nega apenas a possibilidade do conhecimento necessário para produzir esse efeito. Transparece nesta opinião laivos duma atitude iluminista, ao reconhecer a importância primordial do conhecimento (racional) nesta questão. A rejeição da alquimia, apontando-a como um trabalho fútil e frustrante surge, como é feito, por exemplo, no já referido poema didáctico de Savastano (1661-1717), professor de humanidades, retórica, hebreu, filosofia e teologia em Nápoles. Ver Haskell (2003), pp. 101-2; 105; 108; 111-2. Browne também caracteriza a alquimia no contexto da época: “The art of liberating parts of the cosmos from temporal existence to achieve perfection, which for metals, was gold, and for man, longevity, immortality and, finally, redemption. Material perfection was sought through the action of a preparation (for example, Philosopher’s Stone for metals; Elixir of Life for humans), while spiritual ennoblement could result from the receipt of inner revelation (gnosis or other mystical experience) [...]. The material quest in alchemy vanished as a result of Robert Boyle’s (1627-91) establishment of chemistry as a rational science, but the spiritual aspirations have lingered on in the minds of occultists of many lands. The 16th century saw a renewed

- concentration on two aspects of alchemy; a more philosophical Hermetic one, deriving largely from Greek and humanist sources, and a second, more practical one, closely linked to medicine. The writings of the mystical physician Paracelsus (1493-1541), with their emphasis on alchemy as the key to understanding of the elements, and hence of health and disease, became greatly influential from 1560s onwards. His belief in a universal alchemical philosophy to explain the world led to the introduction of new mineral drugs and to the acceptance, even by his opponents, of alchemical techniques in their preparation of drugs. Alchemical practice could thus be carried on without adherence to a specific alchemical theory.” Cf. E. J. Browne (ed.), *et al.*, *Dictionary of the history of science*, Princeton, 1985, pp. 9-10. Ver também acerca da alquimia e química, por exemplo, A. C. Crombie, *Historia de la ciencia de San Agustin a Galileo*, Vol. I, [Madrid], 1974, pp. 121, sqq. e Michaela Pereira, “Chemistry and Alchemy” in F. A. C. Mantello (ed.) e A.G. Rigg (ed.), *Medieval latin: an introduction and bibliographical guide*, Toronto, 1999, pp. 411-5.
234. Mesmo Robert Boyle, o pai da moderna química, na sua obra *Sceptical chymist* (1661) não conseguiu descartar completamente as antigas ideias acerca do crescimento mágico e da geração espontânea dos minerais na terra.
235. O padre Alvaro Alonzo Barba, autor do primeiro tratado sobre geologia e metalurgia dos depósitos de minério das Américas – *Arte de los metales, en que se enseña el verdadero beneficio de los de oro, y plata por açougue, el modo de fundirlos todos, y como se han de refinar, y apartar unos de otros* – escrito no Novo Mundo (Potosí), em 1637, e impresso na Europa (Madrid), em 1640, foi perseguido pela Inquisição. Chegou a ser banido e a ver a sua obra queimada devido às suas ideias (alquímicas) sobre a transmutação dos metais e a certas passagens da sua obra onde emprega o nome colectivo natureza, em vez de Deus, como criador dos minérios. Apresenta como prova evidente da intervenção da natureza e da possibilidade de uma segunda geração do ouro, o exemplo da ilha de Elba, perto da Toscana, conhecida pela abundância de ferro. Aqui, depois do metal aurífero ser extraído, a terra volta a apresentá-lo, novamente, após uma série de anos. Cf. o que se diz a este respeito no *Brasilienses aurifodinae* (QC, pp. 4 e 8; pp. 438 e 446). Cf. também Swiecki, in *Gold* (disponível em: <http://www.minelinks.com/alluvial/goldPostRenaissance.html>, p. 3 [último acesso: 10 de Janeiro de 2005]).
236. A produção de obras em latim sofreu um acentuado declínio a partir de meados de Setecentos. Este processo não foi, no entanto, semelhante em todos os países. Se, por exemplo, em França o decréscimo foi muito veloz (em 1764 as publicações em línguas antigas e estrangeiras apenas representavam 4.5 por cento do mercado editorial do reino), em Itália foi consideravelmente lento. Apesar do declínio irremediável que foi sofrendo, o latim continuou a ser utilizado durante o século XVIII, especialmente em obras de carácter científico, teológicas e manuais escolares. Sobre o latim enquanto língua do saber, cf. Françoise Waquet, *Latin or the empire of a sign*, London, 2002, esp. pp. 81-99.
237. Os novos conceitos, apesar de não serem facilmente traduzíveis em latim, eram perfeitamente dominados pelo grupo de estudiosos que deles fazia uso. Em Itália, por exemplo, as obras mais abalizadas de física newtoniana eram todas escritas em latim. Alguns autores chegaram a publicar as suas obras em vernacular e em língua latina. Cf. Waquet (2002), p. 89.
238. Tal sucedeu, por exemplo, na Finlândia no século XVIII, quando era dominada pela Suécia, onde o povo falava finlandês, mas a aristocracia, o clero e a classe média urbana falavam sueco; ambas as línguas não eram consideradas línguas de cultura. *Id.*, pp. 90 e 94.
239. Cf., sobre o uso do latim e a afirmação de uma autonomia, Antony Higgins, *Constructing the ‘criollo’ archive: subjects of knowledge in the ‘Bibliotheca mexicana’ and the ‘Rusticatio mexicana’*, West Lafayette, Indiana, 2000. Landívar, que escreveu o seu poema em Itália não dominava literariamente o italiano,

preferindo, no entanto, o latim ao espanhol. Ver também a introdução de José Mata Gavidia em Rafael Landívar, S.J., *Rusticatio mexicana*, Guatemala, 1950, pp. 94-6. José Basílio da Gama nasceu no Brasil de pai português (Manuel da Costa Vilas-Boas, natural de Barcelos) e mãe brasileira (Quitéria Inácia da Gama, natural da Colônia de Sacramento). Cf. Chaves (2000), p. 9.

240. A definição apresentada fora adoptada no “Second International Congress of Neo-Latin Studies” (Amesterdão, 1973) e nos estatutos da “International Association for Neo-Latin Studies” (IANLS). Cf. Jozef Ijsewijn, *Companion to neo-latin studies*, Leuven, 1990, Part I, p. V; a este propósito ver também a parte II, publicada com a colaboração de Dirk Sacré, em 1998, pp. 377-81. No final da obra destaca-se a necessidade de envolver os classicistas e outros estudiosos na leitura e análise do inúmero manancial de textos ainda por traduzir, promovendo simultaneamente a aprendizagem do latim sob pena de lhe suceder o mesmo que já aconteceu ao grego nas sociedades ocidentais. O interesse sobre os estudos neo-latinos tem suscitado inúmeros debates; ver o recente artigo de Hans Helander, com as contribuições de outros importantes neo-latinistas (ampla bibliografia no final): Hans Helander, “Neo-latin studies: significance and prospects”, *Symbolae Osloenses: Norwegian Journal of Greek and Latin Studies*, n.º 76, Oslo, 2001, 5-102 (Disponível em: <http://www.tandf.co.uk/journals/titles/00397679.asp> [Último acesso: 3 de Março 2005]).
241. Sobre Portugal e o Brasil ver em especial parte I, pp. 118-26 e 308-10. Em relação ao Brasil o estudioso diz-nos: “As in Spanish America the most fertile period was the 18th century”, destacando poemas didácticos como os já referidos *De sacchari opificio carmen*, de Prudêncio do Amaral, e as *Geórgicas brasileiras*, de José Rodrigues de Melo.
242. Sobre a latinidade de autores da Renascença, ver Gilbert Tournoy e Terence O. Tunberg, “On the margins of latinity? neo-latin and the vernacular languages”, *Humanistica Lovaniensia-Journal of Neo-Latin Studies*, Vol. 45, Leuven, 1996, 134-75.
243. Entre as várias obras publicadas em Oxford entre 1690 e 1710, pelo menos cinquenta por cento eram em latim; de todas as publicações mencionadas na *Bibliothèque raisonnée des ouvrages des savants de l’Europe* entre 1728-1740, trinta e um por cento eram ainda em latim. Cf. Waquet (2002), pp. 83-4.
244. Para uma visão abrangente dos léxicos e glossários de utilidade ver Ijsewijn e Sacré, (1998), pp. 392-9. Segundo os autores, o passo mais importante em direcção à constituição de um léxico neo-latino é da autoria de R. Hoven, *Lexique de la prose latine de la renaissance*, Leiden, 1994; para outras contribuições cf. Helander (2001), 27 e 49.
245. São neste caso ainda mais poucos os instrumentos disponíveis, ver Ijsewijn e Sacré, (1998), p. 395.
246. Verifica-se como seria de esperar, o recurso a abreviaturas, na maioria das referências às fontes, na *MCP* (vv. 64; 65; 67; 69; 71; 350; 1665). Esta utilização é extensível à *MAC* (l. 9) e à *NRAC*; bem como à *MQC* (p. 3, l. 22 e p. 7, l. 1).
247. Sobre a questão da ortografia e morfologia em textos neo-latinos, ver Ijsewijn e Sacré, (1998), pp. 405-9 e Helander (2001), 27-32.
248. Cf. Alison Goddard Elliott, “A brief introduction to medieval latin grammar”, in K. P. Harrington e Joseph Pucci, *Medieval latin*, Chicago, 1997, p. 3. O estudo ocupa as primeiras cinquenta páginas e apresenta com grande clareza as características distintivas do latim medieval (tardio e vulgar), referindo fontes e abalizada bibliografia.

249. Ver Dag Norberg, *Manuel pratique de latin médiéval*, Paris, 1968, p. 17 e n. 172.
250. Com nove atestações cada. Cf. Concordância anexa.
251. Cf., respectivamente, vv. 1488 e 1254; 1622; 1752.
252. Cf. vv. 943 e 1641, 1735, respectivamente. E também *quaecumque* / *quaecunque* (vv. 182, 997 e 1730) e *quacumque* / *quacunque* (vv. 492, 1148, 1178 e 1460).
253. E também *collo* (vv. 537; 1038 e 1515) por *colo*.
254. Cf. *gossipino* (v. 474) em vez da forma *gossympino*, atestada no dicionário, provavelmente com lacuna na marcação da nasal *-m*. Situação inequívoca de erro em grafia de palavra é *hydragirum* (v. 1605), que alterna no texto com *hydrargirus* (vv. 1070; 1081 e 1592), o termo atestado no dicionário.
255. Cf. Helander (2001), 28. Os acentos, que se encontram nas edições originais setecentistas dos dois poemas didáticos jesuíticos que abordam a mineração do ouro – *Aurum* e *Rusticatio mexicana* – a que já fizemos alusão e que estudaremos em pormenor no nosso trabalho (cf. III), foram suprimidos na nossa fixação de texto, como é de norma.
256. *Plus* ocorre vinte e quatro vezes no poema. Curioso é, ainda, o verso 959; das oito palavras do texto, são acentuadas as primeiras quatro: *Nòn sempèr; nèc ubiquè*.
257. Para os contextos de ocorrência e número de atestações dos vários termos referidos, remetemos para a Concordância.
258. A expressão é de Christine Mohrmann. Ver sobre as especificidades do latim medieval o seu artigo “Le dualisme de la latinité médiévale”, *Révue des Études Latines*, Vol. 29, Paris, 1952, 330-48. Ver também Norberg (1968) e Einar Löfstedt, *Late latin*, Oslo, 1959.
259. Cf. Helander (2001), 32 e 34.
260. Ver análise mais pormenorizada no capítulo 5 do nosso estudo.
261. Cf. *Phoebeo* (v. 107).
262. Cf. *Juppiter* (v. 42), *Jovem* (vv. 25, 345), *Jovis* (vv. 64, 78), *Jove* (v. 15, 18, 75). Cf. igualmente *MCP*, vv. 26, 57 e 78.
263. Cf. *Acrisio* (v. 21) e *MCP*, vv. 18, 26.
264. *Danae* (v. 33), *Danaenve* (v. 264).
265. *Olympos* (v. 1152).
266. *Myrmidonas* (v. 940).

267. Para os contextos de ocorrência e número de atestações dos vários termos referidos e a referir nesta entrada do nosso trabalho remetemos para a Concordância.
268. Ver também em II, a n. 178 para exemplos da variedade de vocábulos relativos aos escravos.
269. A designação “latim tardio” (ingl. “Late Latin”) é aplicada “to the later stages of the latin language down to about 600. Within this period widely different elements [...] are making themselves felt in both language and literature.” Cf. Löfstedt (1959), p. 11.
270. Sobre esta questão ver o artigo de Daniel Sheerin, “Christian and biblical latin”, in F. A. C. Mantello (ed.) e A.G. Rigg (ed.), *Medieval latin: an introduction and bibliographical guide*, Toronto, 1999, pp. 137-56.
271. A atestação do comparativo de *grandis* (“maior”) muito frequente no latim medieval é, no entanto, única no texto – cf. *grandior* (v. 856); o poeta prefere claramente o comparativo da forma clássica: *magnus* – cf. *maior / maiorque* (vv. 602; 739; 1011 ;1803); *maiolem* (v. 1372); *maiori* (vv. 1296; 1787; 1798); *maioresve* (v. 1036); *Maiora / maiora / maioraque* (vv. 323; 1027; 1372; 1539). Cf. Tournoy e Tunberg (1996), 150-1.
272. Apesar de o hábito de utilizar *quando* como conjunção temporal com a mesma força de *cum* ser pouco usual na prosa elevada clássica é habitual no latim coloquial e, especialmente, em Plauto. Este uso tornou-se muito comum no latim tardio e medieval e em algumas edições do século XVI. Cf. Tournoy e Tunberg (1996), 159.
273. Cf. Elliott (1997), p. 14.
274. Traduzidas, respectivamente, por “elemosinas” e “Sé da diocese”. Podem distinguir-se os três tipos de cristianismos directos ou imediatos, tal como os define Sheerin (1999, p. 143): *Eleemosinae* é um empréstimo grego que recebe terminação latina, *Dioecesana* trata-se de um neologismo, no caso em referência uma palavra latina criada para para transmitir ideias cristãs (existe atestado no dicionário o empréstimo grego *dioecesis*, mas não o adjectivo referido no texto); *Sedem* corresponde a um cristianismo semântico, trata-se de uma palavra tradicional latina que recebeu um significado novo usado especificamente em contextos cristãos.
275. Cf. Sheerin (1999), p. 144.
276. Cf. Löfstedt (1959), p. 113 e Elliott (1997), p. 9. É curioso notar que o autor distingue no plano gráfico duas destas acepções. Com efeito no *CP* o vocábulo surge grafado com maiúscula e com minúscula: *Partes* (vv. 56, 61, 62) – traduzido, respectivamente, por “regiões”, “zonas” e “territórios” – alterna com *partes* (vv. 115, 121; 206; 1299; 1719; 1728) – traduzido por “elementos” e “partes”. Para outras atestações da palavra designando um lugar cf. *parte* (vv. 196, 730) traduzido por “região” e “lugar”; *parte* (vv. 679, 910 e 897) traduzido por “sítio(s)”. Cf. na Concordância as restantes ocorrências da palavra.
277. Cf. *stat* (vv. 118; 1737); *Sta* (v. 815); *stant* (v. 1750).
278. Mais um exemplo de um cristianismo semântico. A polissemia manteve-se; a palavra retém a sua significação tradicional quando apropriada e ao mesmo tempo recebe o seu novo significado cristão em

novos contextos. Neste caso o nome comum torna-se um nome próprio virtual conforme refere Sheerin (1999), p. 144. As vinte atestações do vocábulo *Dominus* – que ocorre flexionado como *Dominum*, *Domini* e *Domino* – foram maioritariamente traduzidas por “senhor / senhores”, reportando-se ao proprietário da exploração mineira e detentor de escravos, à exceção de três situações onde *Domino* (vv. 631, 939, 1559) foi traduzido, respectivamente, por “defunto”, “capataz” e “Deus” (“Senhor”=“Deus”). Também o termo *Herus* é aplicado com o sentido mais frequente atribuído a *Dominus*. Assim, recorreu-se às traduções: “dono da casa” (*herum*, v. 1027); “senhor” (*Herus*, vv. 1112, 1420; *Herum*, vv. 584; 1423; 1431) e “patrão” (*Herus*, vv. 1333; 1375; 1403; *Hera*, vv. 585, 1499, 1514). As duas últimas escolhas procuraram manter a variedade vocabular do texto, assegurando que os termos *Dominus* e *Herus* em contextos de proximidade fossem vertidos em termos diferentes no português; preferiu-se, por outro lado, traduzir *Hera* (v. 530); *Herae* (vv. 530; 1038) e *Heram* (v. 520) por “senhora” em vez de “patroa”, dada a proximidade com *Dominus*.

279. Cf. Elliott (1997), pp. 10-1 (o autor cita exemplos de E. Coseriu, *El llamado “latin vulgar” y las primeras diferenciaciones romances: Breve introducción a la lingüística románica*, Montevideo, 1954). O adjetivo *vulgaris* não indica o latim das classes baixas, mas simplesmente o latim não clássico, a língua falada de uso comum, que tinha um carácter mais popular. Sobre a definição e características do latim “vulgar” ver, por exemplo, B. E. Vidos, “El origen de las lenguas románicas”, in *Manual de lingüística románica*, Madrid, 1963, pp. 171-200 e R. A. Haadsma e J. Nuchelmans, *Précis de latin vulgaire*, Groningen, 1963, em esp. pp. 7-33; 78-80; 103-7; 125-7.
280. Cf. *agrum* (v. 258), *agri* (v. 802); *agro* (v. 490); *agros* (vv. 47; 293; 303; 504; 643; 884; 1127; 1273; 1349; 1456; 1489); *agris* (vv. 231, 249, 833) e *ager* (*MCP*, v. 258); *campo* (v. 802); *campos / camposque* (vv. 199; 305; 319; 1256; 260); *campis* (v. 290); *aestus* (v. 138); *aestu* (vv. 53, 105, 486); *calor* (v. 1206; *MCP*, v. 486); *calorem* (vv. 100, 1206); *calori* (v. 482); *calore* (v. 1044; *MCP*, v. 101).
281. Cf. Maria Grazia Bruno, *Il lessico agricolo latino*, Amsterdam, 1969, p. 46.
282. Traduzidos, respectivamente, por “ralo” e “pequeno”.
283. Cf. também *smirim* (vv. 973; 1059; 1060; 1067; 1072) e *smiri* (vv. 985, 1018, 1052, 1446).
284. Traduzidos, respectivamente, por “não descoberto”, “braças” e “flutuante”. Já Agricola (1992, p. XL) demonstra preocupação com o desenvolvimento da vocabulário técnico. No prefácio ao *De re metallica* afirma: “Les mots manquent parfois, soit qu’on ait à faire à des néologismes, soit que leur ancienneté leur ait fait perdre leur sens primitif. Aussi ai-je été contraint, et j’espère qu’on me le pardonnera, d’utiliser des expressions composées, ou même de créer des mots nouveaux comme *ingestor*, *discretor*, *lотор*, *excoctor*. Ou bien encore, j’ai cité de vieux noms, par exemple *cisium*; *cisium*, quand Nonius Marcellus l’utilise, désigne un véhicule à deux roues; j’ai coutume d’appeler ainsi un petit véhicule à une seule roue. Si l’on n’approuve pas cette méthode, qu’on trouve des termes plus appropriés, ou qu’on recherche les mots qu’utilisaient les Anciens.” O *De re metallica* com as suas descrições detalhadas, ilustrações comentadas e glossário latino são, com efeito, fonte essencial para o estudante do vocabulário da mineração.
285. Já atestada no latim tardio e traduzida por “variolas”. Cf. Alexander Souter, *A glossary of later latin to 600 a.D.*, Oxford, 1999, p. 436.

286. Palavras traduzidas respectivamente por “varizes” e “veia”. Por outro lado formas verbais, como por exemplo *impolienda* (v. 190), *insatianda* (v. 792, 2x) e *interpallescit* (v. 1243), só constam no dicionário na forma verbal simples (*vide* entradas *polio*, *satio* e *pallesco*).
287. Traduzidos, respectivamente, por união”, “motoras” e “moléculas”. Este termo está presente no tratado sobre a teoria dos átomos – *Syntagma philosophicum* (1660) – da autoria de Pierre Gassendi (1592-1655). Na esteira de Gassendi os filósofos corpusculares do século XVII adoptaram a designação “molécula” para indicar as mais pequenas unidades de uma substância capaz de existência separada. Segundo estes filósofos, as moléculas eram conglomerações de átomos juntos quer pela forma, quer por forças de atracção. Cf. Browne (1985), p. 277; ver. tb. pp. 81-2.
288. No já referido trabalho de Grienberger (cf. I, n. 115 do nosso estudo) são relatadas várias experiências no domínio da hidrostática com imagem (reproduzida por Gorman, 2003, p. 27).
289. Cf. referência à *cantabria* (v. 326), na Hispânia Tarraconense, e à sua riqueza em ferro.
290. Ver tb., para menção a outros rios, vv. 65; 223; 226; 628.
291. Cf. *Brasiliam* (v. 134) e os adjectivos *Brasilica* (vv. 76, 370, 1760); *Brasilicos* (vv. 303, 1535); *Brasilicis* (vv. 1117, 1400); *Brasilici* (v. 1533); *Brasiliensis* (v. 1543); *Brasiliensibus* (v. 1522); *Brasiliensia* (v. 1579); *Brasilas* (1564); ver também *MCP*, vv. 76; 145; 219; 325; 531; 1521 e *NRCP*, vv. 274, 1235 e 1582.
292. Apesar do autor referir que *Jaraguai* é o termo empregue vulgarmente, utiliza, no entanto, o vocábulo latinizado. A palavra tupi-guarani é “Jaraguá” e significa “água que murmura”.
293. Cf. Goyaz ou Goya = “guayá (guay-yá), individuo igual, gente semelhante, da mesma raça”; Cuyabá = “cuy-abá, gente forte, valente, esforçada.”; Paracatu = “pará-catú, o rio bom, praticavel”. À medida em que os bandeirantes faziam as suas explorações atribuíam às regiões descobertas um nome tupi; era essa a tendência geral, mas nas Minas Gerais, conforme refere Sampaio, o português terá sido dominante na geografia. Cf. Sampaio (1901), pp. 14-6; pp. 124-5 e p. 144.
294. A utilização da designação *Lisbona*, em vez da antiga *Olissipo*, pode explicar-se por simpatia em relação aos outros topónimos que lhe estão próximos ou por a tendência humanista de recuperação dos antigos nomes de locais ser no século XVIII menos evidente. Por outro lado, o poeta emprega quer a forma *Lusitania* (cf. *MCP*, v. 64; cf. também os termos *Lusos*, v. 1563 e *Lusiadis*, v. 1569), quer a designação *Portucalliae* (*MCP*, respectivamente vv. 1544 e 1551).
295. Cf. *MCP*, vv. 1544, 1551, 1569; também para outras atestações cf. *MCP*, vv. 255; 279; 1033; 1565. A respeito da problemática da utilização dos nomes geográficos e de pessoas na literatura neo-latina ver Ijsewijn e Sacré, (1998), pp. 400-4 e Helander (2001), 39.
296. A palavra que designa o “ouro” é *itá-yúba* (à letra “metal amarelo”); a “prata” *itá-tinga* (“mineral branco”) e o ferro *itaúna* (“metal preto”). Cf. Sampaio (1901), p. 56. Não conseguimos determinar a origem de *curixas* e *Paranampanema* (cf. *AC*, p. 3; a última também atestada na *NRCP*, v. 1582), mas provavelmente são palavras do tupi.

297. Trata-se de um termo de origem incerta que era também comum em outras zonas do Novo Mundo. James Lockhart e Stuart B. Schwartz referiram-na numa lista de vocábulos, não utilizados em Espanha, que se tornaram habituais na América espanhola depois de terem sido primeiro adoptados no Caribe; seria ouvida no período das conquistas e em gerações posteriores. James Lockhart e Stuart B. Schwartz (1999), pp. 76-7. Houaiss reafirma a origem duvidosa do vocábulo, propondo duas etimologias: “Bateia. ETIM esp. *batea* ‘espécie de gamela usada no garimpo’ de orig. duv.; do ár. *bátiya* ‘bacia’ (talvez cog. de bátega) ou de voc. do taino (Haiti).” Cf. Antônio Houaiss, *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*, Instituto Antônio de Houaiss, 2001.
298. Ver igualmente, para as várias palavras referidas, *MCP*, vv. 158; 222; 325; 371; 381; 384; 693; 719; 787; 832; 917; 919; 926; 1122; 1137; 1463.
299. Ver Ijsewijn e Sacré, (1998), p. 383 e Terence O. Tunberg, “Humanistic latin”, in F. A. C. Mantello (ed.) e A.G. Rigg (ed.), *Medieval latin: an introduction and bibliographical guide*, Toronto, p. 133.
300. Na *MCP* encontram-se outras fórmulas similares: *A vulgo dicitur Batea.* (v. 158); *Brasilico idiomate Acanga sonat caputi Angolano autem Tapanhum sonat rudem aethiopem.* (v. 325); *Discriptio instrumenti vulgo Almocafre* (v. 371); *Discribitur situlae exhauriendae aquae a vulgo dicta Rosaria.* (v. 694); *Usus ejusdem situlae vulgo dictae Rosaria* (v. 719); *Hujusmodi mineralia a vulgo dicitur Lavras* (v. 787); *Profundae foveae vulgo nominantur Catas altas.* (v. 832); *En celebre a vulgo dictum Molinete* (v. 917); *Jaraguai vox barbara cujusdam montis prope Paulopolim.* (*MCP*, v. 1567). No entanto, no exemplo *Cadavera vulgo dicta ex lapidibus, et paleis colligatis.* (*MCP*, v. 622) vulgo parece denotar somente o uso comum latino sem referência específica a uma determinada língua e, por este motivo, preferiu-se a tradução “geralmente”. Sobre esta questão cf., também, Tournoy e Tunberg (1996), 161 sqq.
301. Vieira diz-nos em 1694: “É certo que as famílias dos portugueses e índios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios e a portugueza a vão os meninos aprender á escola;” (*Obras Varias*, I, 249) *apud* Sampaio (1901), p. 13.
302. Os povos da raça tupi ocupavam o litoral quase todo, dominavam também o vale do Paraná-Paraguai e erguiam colónias através dos vales do Araguaya, Tapajós e Madeiras, alcançando o Amazonas e ainda se encontravam representantes para além das Guianas, no vale do Orinoco, e nas Antilhas. Hoje o tupi é um tronco linguístico que compreende, no Brasil, dez famílias vivas, distribuídas por 14 estados; estende-se também pelos seguintes países: Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Cf. Houaiss (2001) e Theodoro Sampaio (1901), pp. 11-7; ver também a nossa comunicação apresentada em Perth.
303. Alfredo Cabral apresenta-a como *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Cf. Cabral (1880), pp. 7-8; ver Leite *Hist.*, T. IV, p. 313.
304. Leonardo do Vale (Bragança, 1538-São Paulo de Piratininga, 1591) foi lente de língua brasileira (tupi-guarani) no Colégio da Baía. Cf. Serafim Leite, S.J., “Leonardo do Vale mestre da língua tupi-guarani: o vocabulário na língua brasileira” *Separata da ‘Revista de Portugal’*. – Série A – Língua portuguesa, Lisboa, 1946, 181-90.

305. António de Araújo (São Miguel, Açores, 1566 – Colégio do Espírito Santo?, Baía, 1632) ensinou humanidades e teologia; foi procurador do Colégio da Baía e superior em várias aldeias de índios. Cf. Leite *Hist.*, T. VIII, pp. 60-2.
306. Cf. Leite *Hist.*, T. IV, p. 313.
307. Os itálicos dos exemplos citados neste capítulo são da nossa responsabilidade. Sempre que necessário para a compreensão do contexto dos extractos em análise, coloca-se a palavra ou expressão esclarecedora, que se encontra nos versos adjacentes, entre parênteses rectos.
308. Cf. as restantes ocorrências de *licet* / *Licet*: vv. 56; 131; 149; 503; 538; 738, 748, 813; 968; 981; 1061, 1108; 1466; 1806. Esta é a forma impessoal mais comum. *Oportet* apenas apresenta quatro atestações (vv. 333; 546; 606 e 865) e *decet* duas (vv. 39 e 1290). Os verbos *debere* (*debes*, v. 1301 e *debentur*, v. 1478); *cavere* (*cavetur*, v. 139; *cavet*, v. 539 e *cave*, v. 689) e *curare* (*cura*, v. 679 e *curant*, v. 517) têm frequência pouco significativa.
309. Cf. capítulo 3.1. do nosso estudo.
310. “tali componimenti sono troppo aridi, e secchi per poterne fare poetiche, e dilettevoli composizioni” (p. 221). *Apud* Haskell (2003), p. 183.
311. Determinados poemas didácticos eram de leitura mais difícil que outros. O poema didáctico do pintor Charles Alphonse Dufresnoy *De arte graphica* (Paris, 1668) é um desses exemplos. Criticado já na sua época por ser uma poema seco, constitui, como afirma Haskell: “a collection of telegraphic, sometimes cryptic precepts, laid up for posterity and for consultation by art students.” Cf. Haskell (2003), p. 303; ver também p. 304.
312. Ver Gonçalves (1992), p. 177. Christopher Stay, por exemplo, na já referida *De poesi didascalica*, ao defender a superioridade da poesia didáctica, admite o uso da linguagem figurativa neste tipo de poesia e sugere, conforme referiu Haskell, que as figuras de estilo são de facto fábulas comprimidas, relíquias de um passado primitivo onde o homem comunicava, à força, com os mitos (p. xvii). Cf. Haskell (2003), p. 187.
313. A este propósito cf., no nosso estudo, III, capítulo 1.1., entrada “Extracção / Lavagem”.
314. Para a nossa análise das fontes, seguimos a ordem por que aparecem mencionadas no *Brasilienses aurifodinae*.
315. A este respeito cf. Haskell (2003), *passim*.
316. Neste passo o papel educador do poeta é posto mais uma vez em evidência. Com efeito, se “Os ignorantes consideram que este indício é um trovão” (*MCP*, v. 344) e ficam aterrorizados com o barulho que ouvem (cf. vv. 344-6), o leitor do *Brasilienses aurifodinae* deve ter um entendimento diferente da maioria ignara (*ignaros*, v. 344) e perceber que os sons que escuta são sinal da sua boa sorte: *Festivos tu crede sonos, quibus annue, et hospes / Certus adi*, (vv. 347-8). Ver também II, capítulo 1, entrada “Género”, n. 50.
317. Cf. também a recuperação horaciana em: *Audentem fortuna juvat, sors aurea ditat*. (v. 1154).

318. Utilizamos as controversas designações “arcaico”, “ouro”, “argênteo” e “decadência” apenas como referência geral para as várias épocas das fontes mencionadas.
319. Entendemos que a abreviatura *Stat.* diz respeito a Estácio e *lib. 8 à Tebaida* – não existe nenhum “livro oitavo” de Claudiano e a menção à obra surge, como habitualmente, depois da referência ao autor.
320. A respeito do Pó, cf. Plínio-o-Velho, *Nat. hist.*, III, 5; 49; 16; 117; 120; 121; 19; 130.
321. Referência ao Hermo em Marcial: *Epigrama 8, 78, 6.*
322. Angelus Politianus = Angelo Ambrogini (1454-94). A propósito dos rios Tejo, Douro e Hermo cf. *Silvae* e, em particular, *Ambra*, por exemplo, vv. 246-7; 370-1. Podemos lembrar, por curiosidade, que são inúmeros os autores latinos que referem o *aurifer Tagus*. Sobre este rio em particular, é possível recordar, entre outros, novamente Ovídio (*Am.*, 1, 15, 34.), Plínio – cf. Plínio-o-Velho, *Nat. hist.*, 33, 66; 33, 70-77 (exploração do ouro por diversos processos); 33, 78; ver também Amílcar Guerra, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, 1995, pp. 40-1; 130-4 –, Marcial (1, 49, 15; 7, 88, 5-7; 8, 78, 5-6; 10, 17, 3-7; 10, 96, 3; 12, 2, 3), Claudiano (1, 48-52; 2, 101-103; 8, 127-128; 12, 31-32; 17, 286-287; 22, 228-230; *Carm. min.*, 30, 70-71), Prudêncio (*C. Symm.*, 2, 605) e Isidoro de Sevilha (13, 21, 33).
323. Cf. em particular, no capítulo 2.1 do nosso estudo, a n. 157.
324. Apesar de não o referir expressamente, o poeta refere-se certamente aos *Principia philosophiae* (1.^a ed. 1644) referidos na *MQC*.
325. Ver II, capítulo 1, entrada “Prefácio”; cf. também III do nosso estudo.
326. Parece-nos menos aceitável tratar-se de Alberto Magno (c. 1200-80), famoso por inúmeros livros de entre os quais *De mineralibus et rebus metallicis* (Veneza, c. 1260) apesar de nesta obra o autor atribuir a “virtude mineralizante” à influência do sol e das estrelas (cf. BNL, *INC.* 953, p. 3).
327. Não conseguimos situar a referência em questão.
328. Trata-se, possivelmente de Cl.-Edmond Purchot que seguia o sistema mecânico de Descartes. No entanto, a obra que identificámos como deste autor – *Exercitationes scholasticae in varias partes philosophiae, praesertimque in aristotelis metaphysicam... compendium philosophiae opera et studio v.* – não corresponde à referida por Basílio da Gama: *Física das partículas*.
329. Não conseguimos situar quer o autor, quer a obra referida.
330. Possivelmente Franciscus Ernest Bruckmann (1697-1753) físico e naturalista alemão. No entanto nenhuma das obras intituladas *Magnalia Dei* (i.e. *As maravilhas de Deus*), que conseguimos situar, é atribuída a este autor.
331. Identificámos um autor jesuíta de nome Joseph Khell von Khellburg (1714-1772) autor de *Physica ex recentiorum observationibus accomodata: usibus academicis*, Vienna, 1751.
332. Cf. Nicola Abbagnano, *História da filosofia*, Vol. VI, Lisboa, 1977, pp. 11-2.

333. Galileu, *Opere*, XIX, pp. 320-1. *apud* Freedberg (2002), pp. 132 e 435.
334. Cf. sobre estes poemas, o nosso estudo, I, n. 132; II, n. 54. O poema *Hypothesis copernicana* (Roma, 1777) do ex-jesuíta Camillo Garulli (1743-1816) é também outro exemplo. Cf. Haskell (2003), p. 198.
335. Ver em particular o nosso estudo, II, ns. 157; 163; 164 e 165.
336. A 1.^a ed. é inglesa – *Opticks: or, a treatise of the reflections, refractions, inflections and colours of light* (London, 1704); a 1.^a ed. latina só aparece em 1706 preparada por Samuel Clarke a pedido de Newton (acrescentaram-se sete novas questões que se tornaram as questões 25 a 31 das edições posteriores em inglês). A 2.^a ed. inglesa foi publicada em 1717-18, a 2.^a ed. em latim data de 1719 e a 3.^a ed. em inglês é de 1721; a 4.^a e última aparece em 1730 (três anos após a morte de Newton). Durante o século XVII foram inúmeros os estudos sobre a luz. Neste campo destacaram-se autores como Kepler, Descartes, Snell, Boyle, Hooke, Roemer, por exemplo. Cf. Isaac Newton, *Óptica*, São Paulo, 1996, pp. 17-27. (Tradução do inglês, introdução e notas de André Koch Torres Assis). Também os jesuítas se interessaram pelo estudo da óptica desde bastante cedo. Por exemplo num manuscrito anônimo, recitado no “Collegio Romano” em 23 de December 1591, atribuído a Christoph Grienberger apresentam-se experiências no domínio da óptica: [...] *feri posse [...] in aliqua mensa lumine, et e directo luminis ultra quoddam foramen vel rimam homine; Homo quidem ille, a lumine illo illuminetur; ipse tamen licet quae ad utramque sunt partem luminis videat, lumen tamen ipsum videre non possit* (APUG, FC, 2052 VIII, ff. 11r-16r, 22v-23r; *apud* Gorman (2003), p. 41); em 1665 aparece *Physico-mathesis de lumine coloribus et iride*, de Francesco Maria Grimaldi (1632-1663), onde se descreve como descobriu a difracção da luz.
337. Cf. também *Cometae* (Roma, 1777) do ex-jesuíta Camillo Garulli. Sobre o poema de Borgondio, cf. o nosso estudo, I, capítulo 3.
338. E também de Garulli (*Cometae*) e de Benedict Stay (*Philosophiae recentioris libri x*, Roma, 1755-1792). Cf. Haskell (2003), p. 198. Sobre os poemas de Stay, Boscovich, Mazzolari e Vittori, cf. o nosso estudo, I, capítulo 3 e n. 132.
339. O Colégio das Artes foi fundado no Rio de Janeiro logo no século XVI (1567). Em 1662 já era considerado o mais próspero do Brasil. Ver Leite *Hist.*, T. VI, p. 3, n. 1 e p. 5. Conforme refere o historiador jesuíta: “em 1757, observa-se que o Colégio do Rio se situava em posição sensivelmente igual ao da Baía, e ter-se-ia transformado com o tempo em Universidade, se a tormenta que logo se seguiu, o não tivesse impedido. Em breve a Província do Brasil se desdobraria em duas (além do Maranhão e Pará) com os Colégios Máximos, respectivamente, um na Baía, outro no Rio de Janeiro. E tirando o Noviciado, exercício exclusivamente religioso, para os candidatos internos da Companhia, todos os mais estudos eram acessíveis às pessoas de fora.” Cf. Leite *Hist.*, T. VI, p. 6.
340. Já o referimos em I, n. 41.
341. Cf. Leite *Hist.*, T. VI, p. 26.
342. Em particular I, capítulo 2. Cf. Leite *Hist.*, T. VI, p. 28. Revela o autor, na mesma página, que: “Os livros, aproveitáveis e inventariados, ‘somam quatro mil setecentos e um livros, que todos importam a quantia de um conto cento e cinquenta e dois mil e quinhentos e noventa réis, 1 :152 \$590 Rs’”. Os mais

que se acharam estavam ‘todos despedaçados e comidos do bicho’. Não se nomeiam. Bastaram 15 anos para a ruína da famosa Biblioteca do Colégio.”

343. *Id.*, n. 3.
344. Leite não refere qualquer título, afirma apenas que são cinco tomos; entre eles, certamente, a *Óptica*.
345. Esta informação é avançada por Leite em data posterior à da edição do T. VI da *História*. Conforme refere o historiador jesuíta no *Cursus philosophicus* (1651) considerava-se Aristóteles inadequado e defendia-se a teoria recente da circulação sanguínea de Harvey (1578-1657), proibida de ser ensinada no reino. Cf. Serafim Leite, SJ, “O curso de filosofia e tentativas para se criar a universidade do Brasil no século XVII”, *Verbum*, T. V, Rio de Janeiro, 1948, 107.
346. Cf. *Journal de Trévoux*, 1703, pp. 1038-44. O poema foi mais tarde reunido em *Poemata didascalica*, publicado por F. Oudin: Vol. I, pp. 210-23 (1.^a ed., Paris, 1749) e pp. 205-17 (2.^a ed., Paris, 1813). Conforme afirma Denys Reynard, no seu resumo sobre a obra de Pascale Ferrand (*Dictionnaire des journaux: 1600-1789*, Paris, 1991) o periódico tinha como intenção: ‘donner au public un état fidèle de tout ce qui paraît de curieux tous les jours dans le monde en quelques genre de science que ce soit.’ Le journal littéraire ne s’intéressait pas directement à l’actualité politique (laquelle était du ressort officiel de la *Gazette de France*), peu aux nouveautés littéraires (poésie, théâtre, œuvres d’imagination, dont s’occupait tout aussi officiellement le *Mercur*), mais beaucoup à l’actualité scientifique au sens large et notamment à tous les domaines de l’érudition historique et théologique; l’attention portée aux arts utiles et aux lettres progressa à partir des années 1730. La création des *Mémoires de Trévoux* répondait à l’heureuse convergence d’intérêt divers: ‘entretenir l’émulation entre les savants et conserver à la postérité le souvenir de leurs ouvrages’ certes, mais aussi ‘défendre la religion contre le grand concours des journaux hérétiques’. Les *Mémoires* ne se présentent pas ouvertement comme un journal d’opinion, mais comme une suite ‘d’extraits’ (de compte-rendus) de tous les livres de science récemment imprimés en France et à l’étranger. Les rédacteurs prétendent vouloir entrer en contact avec le public non en tant que jésuites, mais en qualité d’érudits et d’hommes de lettres; ils s’affirment intermédiaires impartiaux dans tous les domaines ‘excepté quand il s’agira de la religion, des bonnes mœurs ou de l’État en quoi il n’est jamais permis d’être neutre’. Disponível em: http://assoc.wanadoo.fr/astrid01/journal_1.htm; ver ainda <http://www.remue.net/litt/trevoux.html> [último acesso: 31 de Janeiro de 2005].
347. Para uma informação precisa sobre os preços atribuídos às várias obras, ver Leite *Hist.*, T. VI, p. 27. Cf. refere o autor (*ibid.*), o destino dos livros foi variado: os que eram sobre doutrina e disciplina eclesiástica foram entregues ao Prelado; os que foram proibidos foram enviados para Lisboa para o Juízo de Inconfidência e os restantes distribuídos por ministros e prelados.

III – Outros poemas didáticos jesuíticos setecentistas sobre a mineração do ouro

1. O *Aurum* de Le Febvre e a *Rusticatio mexicana* de Landívar

Durante todo o século XVIII um vasto conjunto de autores jesuítas dedicaram o seu tempo à escrita de poemas didáticos sobre os mais variados assuntos e, em particular, assuntos científicos. O que aos nossos olhos parecia ser trabalho árduo era por muitos entendido como uma espécie de recreação¹ – mesmo quando os temas eram, por vezes, bastante complicados e muitos poemas eram escritos com interrupções ao longo de vários anos –, prática que permitia, simultaneamente, o desenvolvimento dos sentimentos de pertença e identificação entre os membros do grupo.²

Em França é possível distinguir um conjunto de autores, cujas obras reflectem simultaneamente características singulares e interligações poéticas, que escreveram poemas didáticos sobre temas meteorológicos e mineralógicos, como por exemplo: François Tarillon, *Pulvis pyrius* (Paris, 1692); Thomas Fellon, *Magnes* (Lyons, 1696); François Antoine le Febvre, *Aurum* (Paris, 1703) e *Terrae motus* (Paris, 1704); Gilles Anne Xavier de la Sante, *Ferrum* (Nyon, 1707); Augustin Etienne Souciet, *Cometae* (Caen, 1710); Pierre Brumoy, *De arte vitraria* (Caen, 1712); Loup Thomas, *Barometrum* (Paris, 1749) e, finalmente, Oudin, *Ignis* (Paris, 1749).³

De entre todos interessa-nos especialmente Le Febvre, que poetou em particular sobre o ouro, cantando-o na sua obra *Aurum*, poema que recebeu atenção particularizada por parte do periódico oficial da Companhia de Jesus – o já referido *Journal des Trévoux*⁴ – e que, como bastas vezes mencionámos, Basílio da Gama cita no prefácio ao *Brasilienses aurifodinae*, destacando a dificuldade que o jesuíta francês teria tido para compor a sua obra.⁵

No entanto, outros autores inacianos do mesmo período histórico ocuparam-se do tema da mineração aurífera e legaram-nos poemas didáticos onde o ouro é rei. Na Europa conhece-se o poema didático sobre o ouro da autoria do jesuíta húngaro Joseph Bartakovics – *Metallurgicon, sive de cultura fodinarum auri et argenti carmen*. (Tyrnaviae, 1748) – que está escrito em três línguas: húngaro, latim e alemão.⁶ Também Gasparo Luigi Cassola nos legou um carme respeitante ao metal precioso. Trata-se de *L'oro, poema in iv libri* (Milano, 1770) redigido em italiano.⁷ O interesse pelo ouro estendeu-se, porém, além dos limites do Velho Mundo, com o guatemalteco Rafael Landívar a dedicar-lhe dois livros na sua *Rusticatio mexicana* (Modena, 1781).⁸ Na *editio princeps* (Mutinense), que tem dez livros, os livros sobre o ouro e a prata são o sexto e o sétimo – respectivamente *Fodinae argenti atque auri* e *Argentum atque aurum fodinae*; na edição revista de Bolonha (Bononiense),⁹ que tem quinze livros, têm o seu paralelo, respectivamente, nos livros sétimo e oitavo: *liber VII – Fodinae argenti atque auri* (319 versos, pp. 76-87) e *liber VIII – Argenti, atque auri opificium* (308 versos, pp. 88-99).

Bastariam apenas estas obras para demonstrar que o ouro continuava a exercer o fascínio que desde a Antiguidade lhe era reconhecido e que este fascínio tocava de perto e de forma persistente a Companhia de Jesus, mas principalmente que, no seio da corporação, se entendia como importante demonstrar conhecimento relativamente aos aspectos relativos ao metal precioso – cuja descoberta, exploração e aproveitamento económico estavam na ordem do dia – e que também na “ciência” da mineração do ouro os jesuítas pareciam procurar assumir papel de destaque enquanto educadores.

A simples existência destes textos e o facto de um deles ser mencionado logo no prefácio do *Brasilienses aurifodinae* seriam condições suficientes para afirmar que o poema didático de Basílio da Gama não veio a lume fruto de um qualquer rasgo inconsequente, motivado

pela excentricidade momentânea do autor. Tal como no *Brasilienses aurifodinae*, quer no poema *Aurum*, quer na *Rusticatio mexicana* se trata da mineração aurífera e dos processos empregues na sua exploração; num e noutro o papel dos mineiros é posto em destaque e visto pelos olhos da Companhia, quer com um misto de complacência e simultânea consciência perante as condições extremas do trabalho que lhes é imposto, quer, por vezes, com profundo desdém. Assim, em determinados momentos, as linhas de significação interna de um dos poemas parecem encontrar as suas analogias nos outros poemas, constituindo-se como uma espécie de trama que permite ligar textos de autores diferenciados que, apesar de escritos em tempos e espaços geográficos distintos, se aproximam entre si. Conforme Yasmin Haskell defendeu:

Rather than an unbroken chain of Jesuit didactic *auctores*, then, it is perhaps better to think of a web of loosely, unpredictably, interconnected ‘microtraditions’, each specially adapted to local conditions, literary, intellectual and political.¹⁰

Desta forma, o conjunto de poemas dos autores franceses sobre temas científicos, supra referidos, constituiria a microtradição francesa, que também evidenciaria intersecções temáticas com a microtradição italiana de poemas didáticos jesuíticos:

Not only does this group exhibit its own, internal, intertextual dynamics, but it also reveals points of thematic intersection with a more recognizably scientific, *Italian* microtradition of Jesuit didactic, one that would peak a little later in the century.¹¹

Ao tratarmos em seguida sobretudo dos poemas *Aurum* e *Rusticatio mexicana*, ambos em latim, um europeu e outro americano, procuraremos colocar em evidência as analogias e diferenças entre estes poemas e o *Brasilienses aurifodinae* numa tentativa de compreender qual o enquadramento do texto brasileiro sobre o ouro na sua relação com o poema francês e o guatemalteco.

1.1. Principais núcleos temáticos dos poemas: cultura das minas e papel dos escravos

Proposição / Invocação

Le Febvre abre o seu poema *Aurum*¹² com uma proposição (vv. 1-4) a que se segue uma invocação (vv. 4-12). Na proposição introduz o tema e as preocupações centrais da sua obra. Na invocação, o pedido de inspiração para o canto será feito às divindades clássicas associadas com o tema: as Piérides, tal como sucede no *Brasilienses aurifodinae* (vv. 5-11, p. 260), pela sua capacidade de inspirar o poeta, mas também Febo pela sua tradicional associação ao ouro:

Quid faciat dites terras, quo sidere messis
Aurea nascatur, fulvi natura metalli
Quae fit: ut in varios tractabile transeat usus,
Expeditam.

Irei explicar o que torna os campos ricos, sob que estrela cresce a cultura do ouro, como se dá o nascimento do dourado metal, para que, maleável, se converta em abundantes proveitos.

(*Aurum*, vv. 1-4, p. 210.)

Vos o pretiosam versibus aureis
Materiam date, Pierides, aequare canendo;
Et tu, Phoebe pater, seu te Parnassia rupes
Cessantem aspiciat, ludensque Fabonius aureos
Exagitet crines, & candida colla flagellet;
Seu rapido invecus curru fulgentibus orbem
Illustres radii, timidum ne temne poetam;
Sed mecum libeat potius per opaca locorum
Ferre pedem, venasque auri penetrare latentes.

Vós, ó Piérides, dai-me a matéria preciosa para, com áureos versos, alcançar cantando. E tu, pai Febo, não desprezes o tímido poeta, quer o penhasco parnasiano te aviste em repouso e Favónio brincando agite os teus dourados cabelos e fustigue o teu brilhante pescoço; quer lançado no rápido carro com os teus raios faiscentes. Mas agradar-me-ia sobretudo impelir o meu pé através dos lugares sombrios e chegar às veias de ouro que estão escondidas.

(*Aurum*, vv. 4-12, p. 210.)

No livro sétimo da *Rusticatio mexicana – Fodinae argenti atque auri* – o poeta começa, por uma breve recapitulação dos assuntos de que tratou até ao momento na *Rusticatio* (vv. 1-5)¹³ a que se segue a proposição (vv. 6-9) onde apresenta a sua intenção em cantar “os reinos de

Plutão, as minas”; no seguimento, a invocação (vv. 10-4) far-se-á ao mesmo Plutão, deus do mundo subterrâneo:¹⁴

Jam mihi visa lacus fluitantia rura per undas;
Jam juga Xoruli ruptis flammata caminis;
Et salientes aquae magno cataracta fragore;
Jam Coccum legi, Tyriumque, Indumque nitorem;
Ardua que astutis posui penetralia Fibris:
Nunc caelum linquo, nunc terrae lapsus ad ima
Aggredior cantu, Plutonis regna, fodinas;
Regna refulgenti semper radiata metallo,
Et quae divitiis complerunt prodiga mundum.

Já visitei os campos flutuantes do lago através das ondas, já visitei os cumes do Jorullo inflamados com as suas explosivas fornalhas e a veloz catarata de água que jorra com um grande fragor; já recolhi a quermes e a colorida títio e indico, também construí atrevidas moradas para o astuto castor. Agora deixo a luz, agora entro para as profundezas da terra e começo a cantar as minas, os reinos de Plutão; reinos que sempre brilham com o metal refulgente e que pródigos encheram o mundo de riquezas.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 1-9, p. 76)

Tu, qui pennatis telluris viscera plantis
Saepe subis, clara munitus lampade dextram
Advenias, monstresque viam, lumenque ministros,
Obsecro; dum caecos libeat lustrare recessus,
Argentumque, Aurumque, & subterranea regna.

Tu, que com pés alados entras com frequência nas entranhas da terra; que chegues com a tocha acesa na mão, que mostres o caminho e que me sirvas a tua luz, peço-te; enquanto te agrade iluminar as cegas cavernas e o ouro e a prata e os reinos subterrâneos.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 10-4, p. 76)

Também no início do livro oitavo – *Argenti, atque auri opificium* – o poeta introduz o poema com uma proposição (vv. 1-5) e uma invocação (vv. 6-13). Neste caso, porém, a invocação é à Fortuna, a quem o poeta pede auxílio para que lhe propicie riquezas:¹⁵

Post sectas dudum magno sudore fodinas
Protinus advectas opulenta in praedia cautes
Comminuam, saxisque vigil conabor avaris
Eruere argenti pretiosum pondus, & auri,
Ac totum partis orbem complere talentis.

Escavadas as minas há pouco com grande suor e sem demora levadas as rochas para as terras opulentas, empenhar-me-ei em triturar e em tirar, muito atento, das rochas avaras o peso precioso da prata e do ouro e encher o mundo inteiro de moedas cunhadas.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 1-5, p. 88)

Tu, quae maerentes oculis, Fortuna, serenis
Aspicias, & velox gaudes succurrere lapsis,
Aspice terribili languentem membra labore,
Impensasque diu tanto conamine curas:
Promissas quondam gazas mihi fida reserva,
Rupeque contrita thesauros dextra revelle:
Et gemmas dum terra ferat, dum gramina campus,
Delubris suspensa tuis mea vota videbis.

Tu, que os tristes, Fortuna, contemplas com olhos serenos e te sentes feliz em dar socorro veloz aos caídos, contempla o que esgota o seu corpo num terrível trabalho e as suas custosas diligências gastas com tão grandes esforços. As riquezas de outrora reserva-me fiel e arranca propícia tesouros da rocha feita em pedaços. E, contanto que a terra dê metais preciosos e ervas o campo, verás as minhas oferendas dependuradas nos teus santuários.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 6-13, p. 88)

As invocações introdutórias às divindades não excluem, no entanto, o objectivo pragmático da globalidade do texto e o envolvimento empírico do poeta com o que relata. Landívar, com efeito, acentua logo no prefácio a ausência da ficção no seu poema e, num certo tom iluminista – que não colide com os votos religiosos que professou e o vínculo que o une à Companhia de Jesus,¹⁶ – assegura-nos que não reconhece qualquer inteligência ou poder às divindades pagãs que menciona. Irá contar apenas o que viu e o que testemunhos de confiança lhe relataram ou o que pode ser corroborado por fontes dignas de crédito.¹⁷

In hoc autem opusculo nullus erit fictioni locus, eam si excipias, quae ad lacum Mexicanum carentes Poetas inducit. Quae vidi refero, quaeque mihi testes oculati, caeteroquin veracissimi, retulere. Praeterea curae mihi fuit oculatorum testimonio auctoritate subscripta, quae rariora sunt, confirmare.

[...]

Denique ut inossenso pede carmen hocce percurras Lector benevole, te monitum velim, more me poeticum locuturum, quotiescumque inanium Antiquitatis numinum mentio inciderit. Sancte equidem scio, ac religiose profiteor, hujusmodi commentitiis numinibus sensum nullum inesse, nedum vim, ac potestatem.

Neste opúsculo não haverá lugar à ficção, se exceptuares a que introduz os poetas cantando junto às margens do lago Mexicano. Refiro o que vi e o que testemunhos oculares, por demais muito verdadeiros, me contaram. Além disso tive o cuidado de confirmar as coisas menos usuais, subscritas pela autoridade dos testemunhos oculares.

[...]

Finalmente, para que leias sem entraves o poema que tens entre mãos, leitor benévolo, quero advertir-te de que falarei em modo poético quantas vezes se fizer menção às vãs divindades da Antiguidade. Pois piedosamente sei, e assim mesmo religiosamente confesso, que as divindades deste modo imaginadas nenhum significado têm e muito menos força e em absoluto poder.

(*Rusticatio mexicana*, “Monitum”, p. V.)

Origem / Locais

Quer no *Aurum*, quer na *Rusticatio mexicana* (livro VII), os poetas, logo após a proposição e invocação, referem os locais ricos em ouro bem como em ouro e em prata.

No *Aurum*, o poeta apresenta primeiro um conjunto de territórios conhecidos pela sua abundância em ouro e depois o mito que justifica a sua existência (cf. *Aurum*, p. 212). Podemos, neste caso, estabelecer uma aproximação entre este texto e o *Brasilienses aurifodinae* onde, após a proposição e a invocação, o poeta recorda o mito de Júpiter e Dánae (vv. 12-44, pp. 260-4) para em seguida discorrer sobre as várias zonas que são atingidas pela chuva aurífera do pai dos deuses – recuperando e completando a lista de Le Febvre com mais referências, em particular aos rios que a tradição distingue pelas suas areias auríferas (vv. 45-69, pp. 264-6). No entanto, se para Basílio da Gama a América – e nela em especial o Brasil – é de entre todas as zonas nomeadas a região mais atingida pela pluviosidade divina e, portanto, a mais rica em ouro (vv. 70-82, p. 266), para o poeta do *Aurum* a *recens America* (v. 27) é apenas uma de entre várias zonas:¹⁸

Non omnis tellus auro generosa, neque omnis
Volvit opes fluvius liquidas, gazamque fluentem.
Occiduis nec enim subjecta caloribus arva
(Quamvis mite solum, quamvis mitissimus ollis
Juppiter, & placidi faveat clementia coeli)
Auratus habuere sinus; nec frigidus axis,
Nec sperent inopes coelestia munera terrae,
Quas procul averso despectat lumine Titan
Irato; pauci, propior quos Phoebus amavit,
Effossa inveniunt salvum tellure metallum.
Talis Ophir, tales extremo oriente Sabaei,
Talis Colchis eras, aureum cum vellus Iason
Sustulit, infami nimis emptum conjuge munus:

Tales Hesperidum sylvae, monumenta laboris
Herculei; talisque recens America reclusit
Hactenus ignotas auri, argenticque fodinas.
Sic flavo rapitur pulcherrimus amnis Hydaspes
Agmine, sic Pactole fluis, sic volveris alveo
Dives, & auratas lymphis substernis arenas.

Nem toda a terra é rica em ouro, nem todos os rios fazem rolar riquezas cristalinas e um tesouro que se espalha com a corrente. Nem, de facto, os campos expostos aos raios do ocaso (ainda que o solo seja fértil e Júpiter muitíssimo fértil e a clemência de um céu plácido os favoreça) têm ouro nas suas entranhas; nem os pólos gelados e nem as terras desertas esperam celestes presentes, estas que de longe o colérico Titã, com a sua luz afastada, despreza. Poucos territórios, aqueles que Febo mais próximo estimou, revelam metal dourado na terra escavada. Tal como Ofir, ou as regiões de Saba no extremo oriente, ou as da Cólquida, quando Jasão detinha o velo de ouro, dádiva muito pesada recebida com a ajuda da infame conjuge; tal como os bosques das Hespérides, testemunho do trabalho de Hércules; tal como a jovem América que desvendou até ao presente desconhecidas minas de ouro e de prata. Assim como se precipita o bellissimo rio Hidaspes de corrente dourada, assim tu corres, Páctolo, e assim terás revolvido no teu leito as ricas e douradas areias pelas águas que se espraíam.

(*Aurum*, vv. 13-31, pp. 210-1.)

No começo do poema *Aurum*,¹⁹ Le Febvre recupera o mito em que o pai dos Deuses reivindica a responsabilidade pela criação de partes da recentemente formada terra aos seus vários filhos. Depois de conferir o encargo dos metais aos sete deuses planetários – *Cura metallorum septem concessa planetis* (v. 38, p. 211) – o poeta atribui a Febo, deus sol, a criação do ouro com a ajuda do fogo hábil e dos raios que estão a seu serviço. Também no *Brasilienses aurifodinae* o poeta destaca logo de início o papel de Febo e a origem mitológica do ouro, referindo em particular o mito de Júpiter e Dánae, conforme referimos anteriormente (vv. 12-44, pp. 260-4).²⁰

Aurum Solis opus; Sol subterraneus igne
Artifici, & radiis fingit famulantibus aurum.
Quo feror imprudens, aut quod mihi numen amicum
Ignotosque specus terrarum, atque aurea pandit
Regna; juvat tacitum terrae intra viscera Solem,
Atque laborantes radios sub Sole magistro
Cernere;

O ouro é obra do sol; o sol fabrica o ouro no interior da terra com o seu fogo hábil e com os raios assistindo. Por isso ignorante sou levado, ou aquela divindade minha amiga me mostra as cavernas desconhecidas da terra e os reinos áureos; agrada-me reconhecer o sol oculto entre as entranhas da terra e também os raios que trabalham sob as ordens do professor sol.

(*Aurum*, vv. 55-61, p. 212.)

Na *Rusticatio*, por outro lado, o foco de atenção do poeta centra-se exclusivamente nos locais produtores de minério da América espanhola. Interessa-lhe cantar apenas as paisagens da sua terra americana, em especial as cordilheiras da Sierra Madre em toda a sua extensão, desde a zona sul da Nova Espanha até ao extremo norte, compreendendo altas montanhas, belas florestas, penhascos e vulcões (vv. 15-23). De um e do outro lado da série montanhosa estendem-se vastas planícies, com fontes, abundantes cursos de água e pomares (vv. 24-32). Sobre estes territórios escondem-se os metais preciosos que o esforçado trabalho porá a descoberto:

Tollitur occidua telluris parte supina
 Clivorum series, series longissima visu,
 Radices totum patulas diffusa per orbem,
 Et quae mole gravi prolixam subsecat oram.
 Orta sub Australi terrae nascentis arena
 Continuata jugis Scythicam decurrit ad Ursam
 Innumeros glomerans sublimi vertice montes,
 Nunc pulchros sylvis, rigidos nunc undique saxis,
 Nunc etiam piceas efflantes ore favillas.
 Hinc atque hinc vastae diffundunt aequora valles
 Fontibus undantes, simul & fluvialibus undis,
 Quas sequitur pleno Cerealis copia cornu.
 Qualis odoratis pater Apenninus in arvis
 Tollitur in coelum, tractusque intersecat omnes,
 Aequora nunc dextra fundens, nunc ille sinistra,
 Munificusque vagis ditat pomaria rivis:
 Non secus immensos series montana per agros
 Funditur, occiduasque plagas sinuata recidit.
 His opulenta jugis omnes America fodinas
 Occulit, educitque nitens operosa metallum.

Uma série de montes se erguem altaneiros na zona ocidental da terra, uma série compridíssima, que estende as suas amplas raízes por todo o país, aparece e divide com um volume maciço o seu aspecto alongado. Nasce surgindo das praias do sul desta terra e prossegue com os seus cumes para a Ursa Cítica, aglomerando inumeráveis montes de vértice altivo, ora embelezados por bosques, ora austeros cobertos aqui e ali por rochas, ora lançando também pela sua boca cinzas negras. De um lado e do outro os extensos vales estendem planícies que abundam em fontes e, ao mesmo tempo, em águas fluviais que a abundância de Ceres persegue com a sua farta cornucópia. Tal como o pai Apenino em perfumadas campinas se eleva em direcção ao céu e corta diversas regiões, ora à sua direita abrindo planícies, ora à esquerda, com rios inconstantes, generoso enriquece pomares; a série montanhosa não se estende de outro modo através de campos imensos e corta sinuosa as regiões ocidentais. Debaixo destas montanhas, a rica América esconde todas as suas minas e dá à luz laboriosa o brilhante metal.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 15-34, pp. 76-7.)

A Nova Espanha que Landívar canta no seu poema corresponde hoje em dia ao México; a sul incluía, no entanto, zonas que hoje fazem parte dos territórios da Guatemala e das Honduras. Sabemos que o ouro acumulado durante centenas de anos na América Central e do Sul foi recolhido durante duas décadas, 1520-40, que correspondem ao período da conquista militar espanhola. A partir daí a extracção de ouro continuou em proporções variáveis, muitas vezes em grandes quantidades, mas no conjunto a prata foi de longe dominante, quer no volume, quer no valor produzido. Enquanto as veias de prata se encontravam com frequência a altas altitudes e eram aí extraídas, a mineração do ouro, pelo contrário, era feita em zonas mais baixas uma vez que a maioria do metal aurífero se encontrava em depósitos concentrados nos sopés das terras montanhosas. Tal como sucedia no Brasil, a maioria do ouro da América Central e do Sul espanhola era de tipo aluvial; as concentrações do metal aurífero em veias no interior de minas era menos frequente – os exemplos mais importantes situavam-se nas terras altas de Nova Granada (que corresponde hoje em dia à Colômbia).

Landívar, certamente por tratar a mineração da prata e do ouro em conjunto, não se ocupa do trabalho mineiro nos cursos de água. Conforme intenção expressa na invocação e no livro sétimo (vv. 33-4), pretende apenas descrever a mineração subterrânea. Os grandes centros produtores de ouro do período colonial foram a Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Charcas, e Chile. Nos finais do século XVIII, quando foi editada a *Rusticatio mexicana*, as maiores quantidades de ouro extraído das colónias de Espanha provinham em primeiro lugar de Nova Granada, em segundo da Nova Espanha sobretudo das grandes minas do norte: Guanajuato, Zacatecas, Durango e San Luis Potosí e, em terceiro, do Chile; aliás em algumas zonas, como Nova Granada e Chile, o ouro foi sempre dominante em relação à prata.²¹

Desejo do ouro / Trabalho duro / Experiência

A riqueza do Novo Mundo, em particular a abundância do ouro brasileiro, constitui o cerne do *Brasilienses aurifodinae*, com o poeta a realçar a importância do trabalho e da experiência e a acrescentar que nenhuma diligência ou labor seria excessivo para o explorar na totalidade, questionando-se se a sede e fome do metal seria alguma vez aplacada: *Et sitis, atque fames nusquam satiabilis auro?* (v. 289; ver também. vv. 287-300, p. 284). É esse mesmo desejo de ouro que afasta o medo e aumenta as esperanças dos mineiros, cuja capacidade sobrehumana de trabalho impressiona visivelmente o poeta e acarreta radicais transformações geológicas na face da terra, a ponto do poeta as considerar impressionantes milagres (vv. 789-804, p. 326; ver tb. vv. 1521-8, p. 386). A noção de que a exploração aurífera depende do trabalho duro e da experiência é igualmente importante no *Aurum*, bem como a ideia do desejo do ouro, enquanto força motriz que impele sem restrições o homem na tarefa de arrancar o minério às entranhas da terra; mas, para Le Febvre, a descoberta do ouro marca o fim da idade do ouro:

Mox labor ardentis terrae in penetralia duxit
Improbis, & duro experientia juncta labori
Edocuit, legesque dedit, quibus aurea sese
Indicet, ac facili nudetur venula furto.

Em breve o trabalho vergonhoso conduziu-os, ávidos, para as profundezas da terra e a experiência, em conjunto com o duro trabalho, ensinou-os e deu-lhes as leis por meio das quais o veio aurífero pode ser revelado e ser desvendado por um fácil furto.

(*Aurum*, vv. 108-11, p. 214.)

Aurum aberat tectis, aderat sed moribus aureis
Aurea simplicitas: victum dabat optima tellus,
Lanaque securos homines sincera tegebat.

O ouro estava ausente das casas, mas a simplicidade áurea e a áurea moral estavam presentes; a terra pródiga dava o alimento e a lã natural cobria o homem que não tinha quaisquer preocupações.

(*Aurum*, vv. 102-4, p. 213.)

O poeta francês lamenta, com efeito, que o ouro tenha sido a causa da ganância, da guerra, da luxúria; nem Dánae conseguiu resistir-lhe:²²

Ast aurum cui patre Deo coelestis origo est,
Jamdudum mortalis heri mandata facessit;
Imperet, ac facili terras moderetur habena.
Audior: illius nutu componitur orbis:
Cum jubet, insensos agitat discordia cives:
Cum jubet, inter se coeunt, irasque remittunt.
Stantque, caduntque urbes illo praeunte, morasque
Oppositosque obices, & claustra potentius ictu
Fulmineo perrumpit ovans; nec cura
Acrisii, rigidaeve fores, nec ahenea turris
Inclusam pluvio Danaen defendit ab auro.

Mas o ouro que tem a sua origem celeste no pai dos deuses logo se apressa a dar as suas ordens ao homem mortal; que domine e com o seu jugo incontrolado governe as terras. Eu sei: o mundo move-se a um aceno dele. Quando quer, ele agita com a discórdia os insensatos cidadãos; quando quer, eles criam alianças entre si e renunciam aos conflitos. Seguindo no seu encalce, cidades ficam de pé, outras caem por terra e hostis batalhas sucedem a tréguas. O ouro todo poderoso, com o seu golpe fulminante, quebra ferrolhos dando brados de alegria; nem o cuidado do severo Acrísio, as fortes portas ou a torre de bronze, defenderam Dánae, aí encerrada, da chuva de ouro.

(*Aurum*, vv. 328-38, pp. 221-2.)

Para Le Febvre é, portanto, igualmente a cupidez do ouro que lança o ser humano na actividade da mineração, mas o poeta apresenta uma justificação para esta espécie de paixão descontrolada que afecta o comum mortal. A resposta reside no mito de Prometeu com que o poeta fecha o poema.²³ Ao criar o homem a partir da terra, onde a semente do metal de Febo já tinha sido implantada, Prometeu é o responsável por o homem ter este metal nas suas veias:

Principio terras late miratus inanes,
Dum solus vacuo secum spatiaur in orbe
Magnum aliquid grandi meditatus mente Prometheus,
Collegit, finxitque lutum, pulchroque labori
Incumbens, docili terrae dedit ora Deorum
Ore referre pari: sed jam ditata metallis
Terra tulit secum pretiosi semina partus;
Sic operi fictor furtivum immiscuit aurum
Ignarus, quod forte sinu telluris amatae
Formarant teneri nascentia lumina Solis.

Ergo ubi, membrorum nexa compage, paravit
Grandi anima dignum hospitium, feliciter audax
Arte nova aeternos ignes, coelestis & aurae
Particulam, rapido Phoebi furatus ab axe,
Vitales flammam argillae admovit, & ecce
Solis ad aspectum, refovet tepefacta benignus
Ossa calor, micat accensis diffusa medullis
Aurea materies, primumque in Sole paratem
Agnoscit venerans, &, qua fas voce, salutat.

Aureus ex illo sanguis fluit; inde volentes
Cognati rapimur tacita virtute metalli:
Hinc auri furor, & venis infixam libido.

No princípio, enquanto passeia sozinho no deserto da terra, admirando-se com a grande extensão de terras desocupadas, Prometeu engendra na sua sublime mente uma sublime ideia; fez um modelo em barro e, inclinando-se sobre o belo trabalho, conseguiu oferecer à dócil terra, com o seu sopro, o aspecto semelhante ao dos deuses: mas, em breve, a terra trouxe consigo a descendência do precioso parto enriquecida com os metais. Foi assim que o criador, sem o saber, incorporou na sua obra o escondido ouro, que a luz proveniente do sol tinha formado por acaso no delicado seio da amada terra. Quando, portanto, depois de unir fixamente os membros, preparou um abrigo conveniente para o potente sopro, com felicidade, confiante na sua nova obra, a pequena parcela do céu e do vento, roubando do carro rápido de Febo o fogo vital, aproximou o eterno fogo à argila. De repente, perante a presença do sol, o calor benigno reanima as entranhas reaquecidas e a matéria áurea inflamada palpita espalhada pelo interior e reconhece logo como pai o sol saudando-o e venera naquela voz a divina lei.

O sangue de ouro circula por causa dele. Daí a razão por que, ávidos, somos seduzidos pela oculta virtude do metal que é nosso parente pelo sangue; daqui o desejo violento pelo ouro e a paixão que está gravada nas nossas veias.

(*Aurum*, vv. 350-71, pp. 222-3.)

Landívar destaca igualmente a dificuldade da actividade mineira e a ligação entre o ouro e Febo. Para o poeta o ouro é o metal precioso que mais fascínio exerce sobre os mortais, mas a explicação para a origem desta forte atracção é mais prosaica e decorre, em exclusivo, do arbítrio terreno. Como o poeta afirma, o ouro permite enriquecer facilmente quem o encontra e o esforço empreendido para a sua exploração é menos desgastante que o investido na busca da prata.²⁴

Non ita sollicito pueros sudore fatigat
Progenies Phoebi, Phoebique simillima proles,
Caeteraque exsuperans Aurum fulgore metalla,
Cui fortuna potens habitare palatia donat,
Augustoque thronum firmare in vertice Regum.
Prae reliquis Aurum mortalia pectora raptat,
Quod dominum citius ditet, parcatque labori.

Não fatiga, assim como a prata, os rapazes com tantos suores o ouro, filho de Febo, e de Febo a prole e o retrato, que vence em fulgor os outros metais e a quem a sorte poderosa permite habitar palácios e afirmar nas augustas cabeças o trono de reis.²⁵ Antes de todas as outras coisas, o ouro cativa os peitos mortais, pois rapidamente enriquece o seu dono e diminui o trabalho.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 241-47, p. 96.)

Acrescenta, no entanto, que os melhores filões de prata só são encontrados por aqueles que estão dispostos a trabalhar afincadamente e a escavar profundamente a terra e é o desejo do lucro que motiva os mineiros:²⁶

Divitias magnas tellus sub corde reservat,
prodiga queis altum fodientes ilia ditat.
Hinc omnes ferro certant penetrare profunda,
Thesaurus donec reddat cum foenore tellus.

A terra reserva os grandes tesouros no interior e o seu pródigo seio enriquece os que a perfuram a fundo. Por isso, todos tentam penetrar com o ferro profundamente, até que a terra devolva com lucro os seus tesouros.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 69-78.)

Extracção / Lavagem

O poeta do *Aurum* apresenta os indícios que considera determinantes para aferir a riqueza aurífera do solo, alguns semelhantes aos apontados no poema de Basílio da Gama: onde há argila (barro) não há ouro (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1320-8, p. 370), a terra improdutiva esconde com frequência ricos metais (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 230-45, pp. 278-80); esta apresenta ervas raquíticas, verdura reduzida e está envolta por pesados vapores de cheiro penetrante:²⁷

Cum tibi se tellus flavo insignita colore
Offeret, hanc tolle observans, glebamque frequenti
Juncta terat manus affricu; si crassa, vel ultro
Pinguior ad digitos lentescat gleba tenaces,
Perge, viator, iter; nemo hunc nisi fictor amabit
Nosse locum, nihil hic nisi fictilis urna paratur.

[...]

Nec tibi displiceant ruris non culta relict
 Jugera, jamque gravi dudum foedata veterno:
 Frugibus infelix tellus, nec commoda Baccho,
 Saepe sinu ingentes auri occultavit acervos.
 Nec mirum si divitibus devota fodinis
 Terra negat fructus, vivaci semina succo
 Deficiunt, auri in venas consumitur humor,
 Et calor innato fulvum coquit igne metallum.
 Hinc tristes herbae, morientia gramina, & aer
 Noxius, impurus cum defaecata vapores
 Evomat, atque gravi tellus respiret odore.

Quando a terra se apresenta perante ti distinguindo-se pela sua cor dourada, pega-lhe observando-a e esmaga o torrão entre as mãos unidas com uma repetida fricção. Se é compacto, ou se outro torrão mais viscoso se cola aos teus dedos apertados, continua a tua viagem, viandante: ninguém gostará de conhecer este lugar a menos que seja um oleiro; ele nada obterá a não ser um pote feito de barro.

[...]

Que nem te desagradem as jeiras não cultivadas do campo deixado ao abandono e desde há muito afundadas num pesado torpor: a terra que é infértil para as culturas e desaconselhável para Baco, escondeu com frequência no seu seio enormes quantidades de ouro. Nem é de admirar se a terra, aplicada nas riquezas da mina, nega dar fruto e aos seus produtos falte a seiva vital; a água consome-se no interior das veias e o calor, por causa do fogo inato, cozinha o metal amarelo. Aqui a terra faz crescer ervas tristes, verdura sumida e um ar nefasto, quando purificada lança os seus vapores prejudiciais e exala um cheiro penetrante.

(*Aurum*, vv. 115-20 e 125-35, pp. 214-5.)

Landívar é muito sucinto no que diz respeito aos indícios do metal aurífero. O poeta limita-se a recomendar que antes de abrir à exploração as entranhas da terra a golpes de ferro²⁸ é necessário avaliar a composição do terreno, por forma a distinguir as veias de ouro e prata das que oferecem apenas chumbo; as veias apresentam inúmeros braços e escondem traços de minério precioso entre camadas de areia e chumbo:

Quae si magna tibi ferro terebrare cupido,
 Ante latebrosi findas quam viscera montis,
 Praestat inaccessas terrae discernere venas;
 Quae ferat argentum, quae fulvo competat auro,
 Et quae promittat gravidum pro munere plumbum.
 Quippe superficiem telluris vena supremam
 Conscendit, gaudetque caput supponere dio.
 Inde per occultos nigra caligine tractus
 Scinditur in partes, diversaque brachia tendit,
 Nunc recta effundens montis per viscera ramos,
 Nunc demissa ruens centrum telluris ad imum.

Quin etiam late multas extensa per ulnas
Multiplici quandoque riget stipata sodali,
Diversis abdens thesaurus improba crustis.
Hinc primum bibulae crusta sociatur arenae,
Dein alia plumbi, flavae tum tegmine terrae:

Se tens um grande desejo de abrir a ferro as minas, antes de fenderes as entranhas secretas do monte, é melhor que analyses as veias escondidas na terra: se trazem a prata, se mostram ser de ouro dourado e se oferecem de presente carregado chumbo. Com efeito, a veia sobe para a superfície da terra e agrada-lhe colocar a cabeça a céu aberto. Dali, através de passagens ocultas por negras trevas, divide-se em partes e alarga-se em diversos braços: quer para cima difunde os seus ramos pelas entranhas do monte, quer para baixo se precipita para o centro profundo da terra. Além disso, amplamente estendida através de múltiplas falhas, por vezes endurece oprimida entre as suas companheiras e matreira oculta os seus tesouros em diversas superfícies. Primeiro associa-se com as superfícies de areia porosa, depois com outras de chumbo e, por fim, com um revestimento de terra dourada.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 35-50, p. 77.)

O facto de passar ao de leve sobre esta questão parece, porém, ter sido uma opção consciente, pois em nota de rodapé acrescenta:²⁹

(1) Debueram venarum signa in medium adducere. Sed cum ab optimis quibusque metallariis ea omnino incerta esse noverim, unoque experimento dignosci, ab iis abstinere consultius habui.

(1) Devia ter apresentado ao leitor os sinais evidentes das veias. Porém, depois de me ter inteirado junto dos melhores mineiros que são de todo incertos e que somente através de prova se podem discernir, tive por mais acertado abster-me de os referir.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, n. v. 60, p. 78.)

Após breve indicação a respeito dos indícios da presença de ouro, Le Febvre refere os dois tipos de mineração possíveis: a mineração nos cursos dos rios e a no interior dos montes. Apresenta a represa como forma de circunscrever os caudais aquáticos (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 604-94, pp. 310-8) e a peneira como instrumento essencial na purificação aurífera (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 150-68, por exemplo, pp. 272-4)³⁰ e torna a acrescentar novo sinal da existência de ouro – o facto da terra apresentar partículas do metal:³¹

His igitur sedem poteris cognoscere signis,
Quanquam nosse locum facilis labor: at pede certo
Flumina per, puteosve, & montes ire cavatos,
Hoc opus, hic labor est.³² Objectis molibus undae

Sistuntur, cursusque citi fraenantur aquarum:
 Fluctibus ejectis, & sicco pulchrior alveo
 Emicat, & flavum tellus aurata renidet.
 Argumentum ingens, auri manifesta latentis
 Indicia, indicio nomen fecere segullum.
 Tum gravibus dites cribris agitantur arenae.
 Rustica ceu pubes vanno frumenta patenti
 Versat agens, paleaeque volant, stipulaeque caducae,
 At gravidae redeunt fruges, vannoque recumbunt;
 Haud aliter flavae videas telluris inanes
 Particulas, vento passim impellente rotari:
 At gravia ad terram devexo pondere ferri
 Ramenta, & nudum in ripa ostentare metallum.
 Quod puteis aurum foditur, serpitque, cavatque
 Insinuans sese per laevia saxa, canales:
 Inde canalitium veteres dixere:

Poderás conhecer o sítio por estes sinais, de resto um trabalho fácil põe a descoberto o local: podes ir com um passo seguro para os rios, ou cavernas e montes escavados. É este o trabalho e o esforço. As águas são sustidas com represas que são erguidas e o curso rápido das correntes é refreado: quando são retiradas as águas, a terra apresenta-se mais bonita com o seu leito seco e resplandece aloirada da cor do ouro. Um sinal importante e indício evidente do ouro que se esconde é a terra que apresenta partículas de ouro. Então as ricas areias são agitadas em pesadas peneiras. Tal como a diligente juventude rude deita o trigo numa grande joeira e as palhas voam e caem longe e os grãos pesados voltam a cair e ficam estendidos na joeira. Que nem de outra forma vejas as partículas inúteis da terra doirada serem revolidas pelo vento que as impele espalhando-se por toda a parte; mas as limalhas pesadas caem por terra com o peso do ferro que as projecta e mostram nas margens o metal puro.

Este ouro é escavado nas minas, serpenteia e perfura insinuando-se através das pedras brilhantes e dos canais, a que os antigos chamaram *canalitium*.³³

(*Aurum*, vv. 136-55, p. 215.)

Conforme já referimos, no *Aurum* o poeta faz depender o fabrico do ouro de Febo e da ajuda dos seus raios. Se a preparação do ouro – com a ajuda da lama e outra matéria que o poeta deixa indistinta – pertencem ainda ao domínio do mito, mais prosaicas são as actividades dos raios-trabalhadores. Estes encarnam o papel de verdadeiros mineiros recorrendo a alguns métodos de eficácia comprovada e chegando mesmo a distribuir entre si as diferentes tarefas que o trabalho da mineração implica (mais propriamente a criação do ouro), por forma a promover uma maior produtividade. Trabalham divididos em distintos grupos: uns escavam fossos,³⁴ outros canais para transporte da água,³⁵ outros ainda galerias:³⁶

pars limumque parant, habilemque metallo

Materiam: pars multa scrobes, pars multa canales
Effodiunt: fossis fluit acta canalibus unda;
Pars molem subigunt terram, terraeque subactae
Infundunt latices: pars humida granula siccant,
Et fulvum inspirant anima propiore colorem.
Infundunt alii sulcos, perque aspera saxa
Serpere amant: lapsu sese aurea vena sequaci
Insinuat, radioque viam monstrante, pererrat
Sulcatos silices; alios juvat aurea frusta,
Flaventesque globos creta vestire tenaci;
Mollis creta fluit primo, mox igne rigescit
Durior, inclusumque recens lapis obtegit aurum.
Sunt quibus officium est tenues curvare cavernas
Fornicis in morem: quo fornice cara tueri
Pignora, quo pulchros valeant deponere foetus.

Um grupo prepara a lama, e a matéria aconselhável para o metal; um grande grupo escava trincheiras, um grande grupo canais: a água é introduzida e flui por estes canais escavados; outro grupo revolve a terra macia e adiciona-lhe o líquido quando preparado; outro grupo seca os pequenos grãos molhados e insufla-lhes a cor fulva com o seu sopro particular. Outros abrem sulcos e gostam de serpentear entre as duras rochas: o veio de ouro insinua-se com um curso tenaz, mostrando o caminho do raio e vagueia por entre a pederneira aberta em sulcos; a outros agrada vestir os pedaços de ouro e as bolas amarelas com o pegajoso barro; a princípio o barro flui suavemente, mas por acção do fogo torna-se mais duro e uma nova pedra esconde o ouro encerrado. Há aqueles cujo trabalho é escavar as estreitas cavernas em forma de abóbada, sob as quais podem guardar os seus queridos tesouros, sob as quais podem dar à luz as suas bonitas crianças.

(*Aurum*, vv. 61-76, p. 212.)

Na *Rusticatio mexicana* o árduo esforço dos mineiros é posto em evidência (veja-se a semelhança entre os *fossores* e os Ciclopes³⁷ a recordar o símile entre os escravos e os Mirmidões no *Brasilienses aurifodinae*; cf. vv. 935-40, p. 338).³⁸ Também aqui se a separação de tarefas não diminui o desgaste próprio da actividade mineira, pode, no entanto, assegurar alguma especialização e garantir melhores lucros:

Ast ubi congeriem thesauri turba retextit,
Consistit, magnamque fodit sub colle cavernam,
Immensisque vigil sustentat culmina fulcris,
Ne collapsa ruant, pereatque oppressa Juventus.
Tunc operam prudens partitur cuique Magister:
Alter enim taedas dextra, lumenque ministrat,
Alter inaccessos proscindit cuspide muros,
Et legit e muris alter salientia frusta
Secernens pingues recto discrimine cautes.

Fossor opes primum, puero praebente lucernam,
Verberat, & multis lapidem quatit ictibus unum.
Saxa gemunt intus teli contusa rigore
Totaque terribili reboat spelunca tumultu.
Ceu quondam Siculi massam Cyclopes ahenam
Aetnaeis valido tractant conamine in antris,
Concutiuntque nigras magno stridore cavernas.

Mas quando a multidão desfaz o montão de tesouro, pára e escava debaixo do monte uma grande caverna, atenta sustenta os tectos com grandes pilastras, para que não se desmoronem em ruínas e pereça soterrado o mineiro. Nesse momento, o feitor, prudente, distribui a cada um a sua tarefa: um, com efeito, vigia com a mão os archotes e a luz; o outro rasga com a vara as maciças paredes; e há outro que vai recolhendo os pedaços que saltam das paredes, separando com juízo correcto os ricos escolhos.

O mineiro, à luz que lhe oferece o rapaz, castiga primeiro o veio, batendo a pedra num ponto com múltiplos golpes. As pedras gemem no interior sacudidas pelo rigor da pancada e toda a caverna ressoa com o terrível tumulto. Tal qual como os sículos Ciclopes forjam a massa de bronze com vigorosa força nos antros etneos e com grande estridência sacodem as negras cavernas.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 112-27; p. 80.)

A similitude entre a rudeza do trabalho nas minas e a prestação de uma força militar em combate é destacada na *Rusticatio* no livro oitavo. A actuação dos mineiros quando se lançam a extrair o ouro é comparada à do manípulo quando, na luta corpo a corpo, rodeia o guerreiro da facção oposta (veja-se *Brasilienses aurifodinae*).³⁹ Este, subjugado pelo elevado número de adversários e sua enorme potência, é obrigado a render-se rapidamente. Desta forma pretende o poeta destacar a relativa facilidade dos processos de extracção e purificação do ouro relativamente ao que sucede com a prata, que implicava um trabalho mais complexo e moroso.⁴⁰ Após a trituração das rochas em moinhos,⁴¹ rapidamente se junta o mercúrio (recorde-se *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1069-110, pp. 348-52), se leva a mistura a um moinho, se banha em água, se espreme em sacos e depois se separam as impurezas recorrendo a redes. Landívar, atento à eficácia do sistema e aos custos envolvidos, refere que, para aumentar os lucros do senhor e reduzir os gastos, também se utilizavam dois fornos para refinar o metal precioso:

Vix etenim moles aeratis horrida pilis,
 Ac solido trivit pistrinum pondere saxa,
 Cum vivum plebes argentum mittit arenis,
 Admissetque gravem sinuata mole per orbem.
 Tunc opulenta fluit pretioso terra metallo,
 Quod gaudens recipit gremio pistrina profundo.
 Hinc tractum pubes immissis abluit undis,
 Exprimit ablutum peris, & casside mundat.
 Qualis ubi armatus fertur mucrone manipulus,
 Invaditque virum generoso sanguine natum,
 Mox aditus circum sepit, septumque fatigat,
 Ingeminatque audax ictus, mortemque minatur;
 Ille nequit contra telis obsistere turbae,
 Sed prudens tantum curat vitare periculum
 Audaci subito submitbens colla catervae:
 Non aliter fulvum Phoebi de stirpe metallum
 Crudeli cedit, prona cervice, latroni.

Non nunquam binis etiam de more paratis
 Purgabit clarum pubes fornacibus aurum,
 Augeat ut quaestum domino, sumptusque recidat.

Com feito, mal a grosseira mole com férreos pilões e, com sólido peso, o moinho tritura as rochas, quando a multidão derrama o mercúrio na areia e mistura-o, girando a mole, com recurvadas voltas. Então a terra opulenta flui com o precioso metal que feliz recebe o moinho no seu seio profundo. A juventude, tendo-o tirado dali, banha-o em águas recolhidas, lavado espreme-o em sacos e purifica-o em redes. Tal qual como quando o manipulo se lança armado de espadas e ataca o guerreiro nascido de nobre sangue e logo fecha as saídas em redor e reduz o cerco e ousado redobra os golpes e ameaça com a morte; aquele não consegue opor-se à turba e às suas armas, mas prudente procura somente evitar o perigo e, num instante, submete à ousada caterva o seu pescoço: não é de outra maneira que o dourado metal da estirpe de Febo se entrega, com mansa cerviz, ao cruel ladrão.

Por vezes a juventude também purgará o ilustre metal em dois fornos preparados segundo o costume, para aumentar o lucro do senhor e reduzir os gastos.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 248-67, p. 97.)

O duro trabalho das minas implicava que os mineiros transportassem o peso aos ombros, tal como descreve o poeta do *Aurum*:

Principio tellus tractabilis: hanc fodit alter
 Ima petens, alter defossam colligit, alter
 Exportat, latos humeros robustaque membra
 Sporta premit, labat incertum sub pondere corpus.

A princípio a terra é maleável: um mineiro escava-a procurando chegar ao interior, outro reúne o que foi escavado, outro ainda faz o transporte; o cesto esmaga os fortes braços e os membros robustos e o corpo vacila incerto sob o peso.

(*Aurum*, vv. 185-8, p. 216.)

Mas na *Rusticatio mexicana*, para além da força directa que os mineiros são obrigados a despender, para transportar o mineral aos ombros do fundo da mina, o poeta menciona a existência de escadas e o recurso a uma máquina que eleva até à superfície as sacolas de

couro carregadas com o minério. Landívar chama-lhe *antlia* (livro VII, v. 199) mas, neste caso, a máquina não serve para tirar a água, como no *Brasilienses aurifodinae* (vv. 840-79, pp. 330-2), e é movida com a ajuda de duas mulas:⁴²

His mulctata jugi nigrantia viscera poenis
Argenti subito scopulos, auri que profundunt,
Quod sursum prompti demisso corpore gestant
Adnixi scalis vulgus, queis cura gerendi;
Grandibus aut potius taurino e tergo peris
Includunt, peramque jubent ad culmina tolli.

[...]

Desuper artifices barathri nigrantes ad ora
Constituunt vastas sylvestri rupe columnas,
Antlia queis magnis trabibus compacta locatur
Ingenti circum, tortoque inclusa rudenti
Armato passim vacuis e pelle cylindris.
Cumque gravis levibus versatur machina mulis
In gyrum ductis, velox temone rotato
Altera pera cavi fauces ascendit hiatus,
Altera dum sectae fertur subducta fodinae.
His pubes alto lapides e colle revulsos
Elicit ad superas, lignis stridentibus, auras.

Castigadas as negras entranhas do monte com tais sofrimentos, rapidamente soltam os pedaços de prata e de ouro que diligentes, aqueles que têm o encargo do transporte, transportam para cima com o corpo dobrado, firmados nas escadas; colocam o melhor em grandes sacolas de couro taurino e mandam levantar as sacolas para o cimo.

[...]

Em cima os artífices, na boca do abismo negro, constroem em rocha vulgar altas colunas e nelas colocam fixada com grandes traves uma nora que leva enrolada à sua volta uma grande corda, provida em toda a sua extensão de cilindros e de couro. E, à medida que a máquina carregada é posta a girar com ágeis mulas acorrentadas em redor, veloz, ao rodar do timão, um alforge eleva-se do poço profundo, enquanto que o outro desce para a mina escavada. Assim, os mineiros vão fazendo sair a pedra arrancada do fundo do monte, enquanto os madeiros cham, para o ar exterior.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 191-6; 207-17, p. 83.)

No entanto, conforme anota o poeta, eram frequentes os mananciais aquáticos no interior das minas. Por vezes era necessário encerrar a caverna (livro VII, vv. 218-27, pp. 83-4) ou fazer uma perfuração para que as águas saíssem por impulso próprio para o exterior (livro VII, vv. 228-35, p. 84) ou então escavar grandes fossas para reunir os caudais (livro VII, vv.

236-41, p. 84). A água era extraída destas cavidades com um engenho que era colocado na abertura superior da mina: as sítulas (cf. *situlorum*, livro VII, v. 244), conforme lhes chama Landívar, que eram certamente bombas, também movidas a tracção animal (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 840-79, pp. 330-2).⁴³

Quod si rupta fluat non multo flumine rupes,
Cisternae similem limphis aptare recessum
Est opus; inque solo puteum reserare profundum,
Quo proprio nocui salientes impete rivi
Accurrant, fossaque omnes glomerentur in una,
Sub longi omnino, rectique foramines ore.
Desuper interea situlis aptare rudentes
Est opus; ut versis acri sub verberere mulis,
Ima petat putei situlorum mobilis ordo;
Quos caelo deinceps stridenti mole reducat
Antlia, turgenti vomituros ventre fluenta.

Se, porém, a rocha escavada não flui com um tão abundante caudal é preciso adaptar um canto adequado, como uma cisterna para as águas, e abrir no solo um poço profundo para onde, por ímpeto próprio, os jorros nocivos da corrente acorram e todos se reunam num único buraco, num local em geral distante e em linha recta da entrada da abertura. Em cima na boca, entretanto, é preciso adaptar uns cabos com sítulas, para que com as voltas dos machos sob dolorosas chicotadas a fileira móvel de sítulas desça aos fundos do poço e a nora as devolva à superfície sem parar com a carga estridente, dispostas a retirarem do túrgido ventre as águas correntes.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 236-46; p. 84.)

São postas em evidência algumas condicionantes e riscos da exploração subterrânea. Por exemplo a necessidade imperiosa da iluminação com recurso a lanternas e tochas e os efeitos que esta iluminação provoca na saúde dos mineiros, no poema *Aurum* e na *Rusticatio mexicana*, respectivamente (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1222-37, p. 362):⁴⁴

Hic animis opus; huc duri instrumenta laboris
Expediat turba impatiens; longumque ligonem,
Et curvos tudites, & iniquo pondere serram.
Non dulces nati, non conjugis ora relictæ
Dulcia, non animum moveat lux ipsa labantem.
Qui semel ingressus tristes sine luce cavernas
Obscurum molitur opus, non protinus olli
Ad superos remeare datur; sed tempore multo

Durandum; perfecta operis dum parte sub umbris
Invitet sub sole labor. Stant ordine longo
Per tenebras, dubio lychni fulgore coruscant,
Atque oleo lumen praebent crepitante malignum.

Aqui é o lugar para a coragem; que aqui a multidão insensível prepare os instrumentos para o duro trabalho, a comprida enxada e os martelos curvos e a serra com o seu cruel peso. Que nem os seus queridos filhos, nem a face querida da esposa que deixou para trás, nem a própria luz do dia faça o seu espírito vacilar. Aquele, a partir do momento em que entrou nas tristes cavernas desprovidas de luz, para realizar o seu trabalho sombrio, a ele não lhe é permitido regressar logo à superfície; mas deve aí permanecer durante muito tempo até que, tendo concluído o seu trabalho sob as sombras, seja chamado a trabalhar sob o sol. Ficam numa longa fila no meio das trevas, as lanternas brilham com a sua chama dúbia e com o seu azeite crepitante fornecem uma luz nefasta.⁴⁵

(*Aurum*, vv. 173-84, p. 216.)

Divitias magnas tellus sub corde reservat,
Prodiga queis altum fodientes ilia ditat.
Hinc omnes ferro certant penetrare profunda,
Thesauros donec reddat cum faenore tellus.
Ut vero collis reserat labor ille latebras,
Altaque rescindit sudans operarius antra,
Caligant omnes horrendae noctis in umbris,
Nullaque per sectas apparet semita rimas:
Pes titubat trepidus, nec fas est tendere gressum,
Nedum consueto paulum indulgere labori.
Tunc opus accensis operam praecedere taedis,
Horrentesque prius facibus pulsare tenebras,
Quam labor assiduo findat praecordia vecti.
Volvitur in tectum piceo glomeramine fumus,
Omnia qui nigra subito fuligine turpat:
Nigrescunt muri, tectumque, & strata cavernae,
Fossoresque brevi corpus nigrantur, & ora.
Quid vero non cogat opum vesana cupido?
Insistunt operi, facibusque hinc inde locatis
Nigrantes penetrant aditus, murosque fodinae
Ictibus abrumpunt crebris, impressa secuti
Antra per & rupes nitidae vestigia venae.

A terra reserva grandes riquezas no seu seio e enriquece os que perfuram a fundo as suas entranhas pródigas. Por isso com o ferro cada um procura penetrar as suas profundezas até que a terra com lucro devolva tesouros.

Mas para que a referida tarefa descubra montanhas secretas, o operário rasga suando os profundos antros, envolvem-se todos numa horrível névoa nocturna e nenhum caminho aparece através das aberturas escavadas; o pé trémulo titubeia, nem pode avançar um passo e menos ainda se se entregar um pouco ao trabalho costumado. Então é preciso preceder a obra com tochas acesas e primeiro expulsar com os seus raios as horrendas trevas, a fim de que o trabalho com a assídua alavanca vá fendendo as entranhas. Volteia-se o fumo até ao tecto em volutas de pez, tisonando num instante tudo de negra fuligem: enegrecem os muros, o tecto; e as galerias da caverna e o corpo e os rostos dos cavadores em breve enegrecem. A que, pois, não obriga a insensata paixão de riquezas? Prosseguem a obra e, com fâcos colocados aqui e ali, avançam pelas aberturas enegrecidas e rompem as paredes da mina a golpes contínuos, seguindo os vestígios impressos de nítido veio através dos antros e rochas.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 69-90; pp. 78-9.)

E para a necessidade de sustentar a galeria com vigas de madeira para impedir os desabamentos de terra (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1182-215, pp. 358-60):

Ne vero collis, secta radice, ruina
Corruat infanda, tumuletque repente sub umbris
Fossores, pubes submisso robore tectum
Excipit, & cameras montis per opaca recurvat;
Ni rigeat locuples immoto pumice clivus:
Tunc satis est arcus tecto donasse figuram,
Ut vacet amotis operi gens dura periculis.

Porém a fim de que o monte, ferida a base, não desabe com uma ruína monstruosa e sepulte, de repente, os mineiros sob as sombras, a juventude sustém o tecto colocando por baixo estacas de madeira e escora os escuros tectos abobadados do monte; se a rica caverna não fica firme com a rocha inabalável, então é suficiente criar no tecto a curva do arco, a fim de que, a robusta gente, livre de perigo, se dedique ao trabalho.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 91-7; p. 79.)

Sabemos, com efeito, que, se no princípio da extracção subterrânea do ouro e prata na América espanhola se utilizavam processos amadores, dada a insuficiência de profissionais no terreno, com o tempo a extracção foi sendo feita com processos mais racionais. No início recorria-se ao “sistema del rato” que consistia, genericamente, na abertura de um poço e depois escavavam-se passagens simples que seguiam serpenteando os veios metálicos. Mais tarde já se procedia à abertura de passagens constituídas por túneis verticais que vinham da superfície e se interseccionavam com as galerias da mina (“socavones”). Este sistema permitiu francas melhorias no processo de extracção, facilitando não apenas a ventilação dos espaços inferiores, mas também a drenagem e o fácil transporte dos materiais para o exterior, recorrendo a engenhos. A extracção foi igualmente melhorada através da consolidação dos trabalhos subterrâneos, integrando-os em sistemas mais alargados, com a ligação entre estas passagens subterrâneas e galerias adjacentes. Os outros desenvolvimentos tecnológicos – em franco uso no século XVIII e todos descritos por Landívar – foram as explosões (recorrendo à pólvora), as bombas para drenagem das águas e os vários tipos de guindastes empregues

para retirar os minérios e a água (ver, para o caso das bombas e guindastes, os extractos da *Rusticatio mexicana* já apresentados).⁴⁶

As técnicas extractivas foram, no entanto, sempre processos menos sofisticados e eficientes do que as técnicas de purificação / refinamento a que, após a extracção, eram submetidos os minérios. Apesar de conhecida desde antigamente, a técnica da amalgamação só foi utilizada em escala industrial no Novo Mundo. O seu “inventor” foi um espanhol de Sevilha – Bartolomé de Medina – que, com apoio técnico alemão, introduziu esta técnica na Nova Espanha, logo em meados do século XVI. Quando, no final do século XVIII, a coroa enviou peritos alemães para ensinarem os mais recentes desenvolvimentos neste método, estes concluíram que o método tradicional americano era o melhor, em circunstâncias americanas. A fundição, por outro lado, foi desenvolvida nos primeiros estádios a partir da tecnologia utilizada pelos nativos, pelo menos na zona central dos Andes, onde os mineiros índios melhoraram os processos usados pelos nativos mexicanos e outros índios andinos para obter determinados metais como o ouro, a prata e o cobre. A técnica dominante foi, no entanto, introduzida pelos europeus, nomeadamente por mineiros alemães.⁴⁷

Podemos referir, a título de curiosidade, que algumas minas de prata da América espanhola ficaram famosas pela sua grande dimensão e complexidade. Conforme afirma Peter Bakewell, a mina Valenciana em Guanajuato, considerada uma verdadeira cidade, é um exemplo do desenvolvimento da mineração no México colonial tardio. Foi, sem dúvida, a maior mina individual em actividade nas colónias. Empregava, no pico da sua produção, em finais do século XVIII, 3300 trabalhadores subterrâneos e entre 1780 e 1810 extraía 60% a 70% da produção total de Guanajuato; ela própria a maior capital da prata de Nova Espanha. A Valenciana era um exemplo de integração horizontal sem precedentes. Nenhuma mina tinha tido tantos poços, nem uma tão grande multiplicidade de galerias.

Tinha também uma integração vertical muito considerável: os sócios da Valenciana detinham fundições que tratavam parte do minério extraído na mina; o resto era vendido a fundidores independentes.⁴⁸

Doenças

Em Le Febvre o paralelo entre a perigosa actividade dos trabalhadores nas minas e as façanhas dos soldados na guerra está também em evidência.⁴⁹ As condições insalubres e pouco seguras do trabalho nas minas tornava os mineiros predispostos, com frequência, a contraírem doenças e a estarem sujeitos a acidentes. A morte era frequente, quer devido aos vapores tóxicos do ar abafado (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1215-21, pp. 360-2; 1238-52, pp. 362-4), quer devido a desmoronamentos de terra (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1182-211, pp. 358-60):⁵⁰

Nos majora vocant; magnos concidere montes,
Excisosque juvat curvae in testudinis arcus
Formare, & paribus fulcire hunc inde columnis.
Hinc procul ignavum timidi pecus, aut mala bello
Pectora: non etenim caedes tam crebra vagatur
Per campos, cum castra lues inimica pererrat,
Flammarumque globos Mars evomit ore cruento
Igneus, adversasque ruit sine lege phalanges:
Divitis obscuris Pluti quam multa sub antris
Mors errat: seu cum compresso spiritus ore,
Aeris inclusi vitio, vitioque metalli,
Obstruitur miseris; sive ingens fornice moles
Cum cadit effracto, grandique repente ruina
Volvitur, & densos propiora ad Tartara mittit;

Grandes assuntos chamam a minha atenção; agrada-me derrubar os altos montes e desenhar arcos escavados em forma de curva carapaça de tartaruga e sustentá-los aqui e ali por colunas dispostas a espaços iguais. Agora mexam-se, ó timoratos, multidão cobarde e almas impróprias para a guerra: pois essa mortandade tão frequente não vagueia nos campos de batalha, quando a peste inimiga percorre os campos e o inflamado Marte vomita balas de fogo da sua boca ensanguentada e se precipita, sem lei, sobre as fileiras opostas – não tão frequentemente como a morte corre, através das escuras cavernas do rico Plutão; quer quando o ar é tirado aos miseráveis na passagem fechada, por meio do flagelo do ar abafado e do flagelo do metal; quer quando a grande mole cai por terra sob a galeria rachada e, num instante, é subterrada por um impressionante desmoronamento e envia os numerosos mineiros para o profundo Tártaro.

(*Aurum*, vv. 159-72, pp. 215-6.)

Landívar segue de perto o autor do *Aurum* anotando que os problemas do foro respiratório afectavam habitualmente os mineiros em virtude da concentração de gases venenosos no interior da mina. É certo que também não descreve os efeitos da enfermidade – que identificamos como a silicose⁵¹ – ou aponta o recurso ao trabalho por turnos como forma de prevenção (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1253-76, pp. 364-6); para o poeta existe apenas uma maneira de os trabalhadores poderem escapar de uma inevitável e rápida morte: a procura imediata de refúgio longe da exposição aos vapores.

His vexata silex rabidam se fundit in iram
Exitiumque viris, fatumque intentat acerbum.
Vix etenim frendens, rupta compage, dehiscit,
Cum tetrum quandoque vomit furibunda vaporem,
Qui vitam citius lethali vulnere rumpit.
Ut tamen e secto fossor cognoscit hiatu
Surgere densatum lento glomeramine fumum,
Corripit e muro corpus, properusque recedit,
Mortiferae donec fossae vapor ora requirat.
Si vero immotus sistat, paulumve moretur,
Protinus infelix fato concedit iniquo.
Non secus atque olim limpha pollutus Avernus
Ore venenatam revomens ad sydera nubem
Infanda superas mactabat caede volantes,
Ni peterent aliud sinuato tramite caelum.

A rocha vexada com estes trabalhos consome-se em raiva e derrama a sua ira, e a ruína e cruel destino, pelos homens. Com efeito, bramindo, quando se rompe a prisão, fende-se e, por vezes, furiosa vomita vapor terrível que, com um golpe letal, corta a vida muito rapidamente. Mas logo que o mineiro vê surgir, da abertura seccionada, o fumo denso em lentas espirais, retira o seu corpo da parede e afasta-se depressa, até que o vapor busque a saída da mortífera mina. Porém, se se mantém imóvel ou se demora algum tempo, de imediato sucumbe infeliz ao iníquo destino. Assim como antigamente o Averno, poluído na sua água, vomitando da sua boca para os astros uma nuvem letal, imolava com uma morte nefasta as aves nas alturas se, no seu percurso sinuoso, não procuravam outro céu.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 136-50, p. 81.)

Os problemas respiratórios dos trabalhadores também eram agudizados em virtude do pó que se acumulava no interior das minas. Tal sucedia, por exemplo, devido à pulverização das pedras. A vida de um mineiro exposto a este ambiente adverso de trabalho era curta. Landívar refere que os rapazes que operavam com as máquinas pulverizadoras viviam apenas quinze anos. Neste caso também não avança qualquer processo que pudesse evitar o efeito

prejudicial da acumulação do pó no cérebro e pulmões dos jovens, afirma apenas que eles deviam receber um salário alto por arriscarem daquele modo as suas vidas.⁵²

Assidue impubes palis armata Juventus
Subjiciunt pilis parte ex utraque metalla,
Ictibus ut crebris citius domet horrida saxa,
Atque asprum moles flectat versata rigorem,
Exilem donec reddat contritus arenam,
Et tenuis volitet secto de pumice pulvis.
Hunc capsae excipiunt pilarum pondera juxta
In longum positae, fortique ligamine moli
Fixae, quas operit caute tenuissima tela
Ex aere in filum ducto densata perite.

Improbis ille labor pueris discrimina vitae
Saepe tulit, miseros properata morte trucidans
Pulvis enim patulis inclusum naribus altum
Pervadit cerebrum, pectusque adlabitur imum,
Ternaque vernantem vitam post lustra resolvit.
Quare opus est pretio pueros conducere magno,
Ausint ut tantum vitae discrimen adire.

Rapazes imberbes, providos de pás, lançam continuamente os metais por um e outro lado nos pilões, a fim de que a mole rápida domine com golpes as terríveis rochas e comprima, ao girar, a sua rigidez difícil, até as tornar, moídas, em débil areia e o pó ténue voe entre as pedras quebradas. Recebem-no umas caixas que estão dispostas numa fila contígua às mós, fixadas com um forte laço à mole; cobertas com todo o cuidado com frágeis telas tecidas com arte em resistente fio metálico.

Aquele trabalho vergonhoso acarreta perigo de vida para os desgraçados rapazes aniquilando-os com uma morte precoce. O pó penetra pelos amplos narizes obstruindo o cérebro que está na parte superior e resvala para o fundo do peito e, depois de três lustres, dissolve uma vida na flor da idade. Por isso é preciso contratar por alto preço os jovens que ousados expõem a sua vida a um tão grande perigo.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 29-45, p. 89.)

Purificação / Imposto / Cunhagem

Não existe qualquer indicação respeitante à forma como era taxado o metal aurífero no poema francês de Le Febvre. Essa preocupação é, no entanto, evidente na obra landiveriana. Com efeito, depois de extraído o ouro era verificada a qualidade do metal e separado o imposto devido ao monarca. Esta tarefa era feita em presença de um oficial da coroa espanhola que examinava os metais por forma a determinar a sua qualidade e a verificar quanto ouro a prata tinha absorvido e retido. Depois de os pedaços receberem o selo real, eram guardados pelo dono em lugar seguro. Landívar refere a prova da qualidade do ouro e prata e “o quinto”

devido ao rei espanhol⁵³ tal como Basílio o fizera reportando-se à coroa portuguesa (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 1714-823, pp. 402-12).

His ita continuo vulgi sudore peractis,
Argentum tractum, tractumque examinat aurum
Praepositus curis Hispano ab Principe missus.
Hic parvos globulos lamnam glomerabit in unam,
Indeque mordaci convulsum forcipe frustum
(Quod sibi pro digna curae mercede reservat)
Igne probat, quantumque rapax absconderit auri
Argentum proprio commixti pondere, noscit.
Mox auri pretium pariter perpendit in igne,
Et quintam Sceptro partem de jure reponit.
Unda sigillata argentique, aurique metalla
Continuo dominus caute sub tecta recondit.

Terminados assim com o contínuo suor do vulgo estes trabalhos, o oficial enviado para essa missão pelo Príncipe Hispano examina a prata obtida e o ouro obtido. Este reduzirá a uma única lâmina as bolas pequenas; e depois de arrancado, com a tenaz mordente, o pedaço (que reserva para si como digno pagamento de tal diligência), prova-o ao fogo e averigua quanto de ouro a prata rapace terá escondido misturado com a sua própria massa. Depois avalia igualmente os quilates de ouro no fogo e separa a quinta parte para a coroa conforme é de lei. E uma vez já selados por ele os lingotes de ouro e de prata, de seguida, o senhor cautelosamente guarda-os na casa.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 268-79; pp. 97-8.)

A investigação do poeta sobre os processos de manufactura e purificação dos metais preciosos estende-se às duas estrofes finais do poema, onde se analisa a forma de forjar as moedas (livro VIII, vv. 280-308, pp. 98-9). É este, para Landívar, o fim do longo processo de mineração que começa pela verificação de alguns indícios e pela extracção trabalhosa do minério – recorde-se que a referência à cunhagem e circulação da moeda ocupa as duas últimas estrofes do *Brasilienses aurifodinae* (vv. 1810-23, pp. 410-2). Para tal é necessário, em primeiro lugar, separar a prata do ouro recorrendo a técnicas científicas e ao fogo. A coroa espanhola está marcadamente presente, pois esta actividade só podia ser levada a cabo por ministros indigitados pelo próprio rei:

Si tamen ipse velis fugitivos cudere nummos,
Est opus argentum primum divellere ab auro
Albaque luteolis removeere metalla metallis,
Arte viam ductante novam, flammisque ministris.
Nec tamen ipse tuas poteris secernere gazas:
Nulli quippe licet doctum exercere laborem
Servatum lectis augusto ab Rege ministris.

Se, porém, tu próprio quiseses cunhar as fugazes moedas é preciso, em primeiro lugar, arrancar a prata daquele ouro e afastar o metal branco do metal amarelo, levando a arte por um novo caminho e aplicando as chamas. Não poderás, contudo, separar os teus próprios tesouros: pois a mais ninguém é permitido exercer esse sábio trabalho reservado a ministros eleitos pelo Augusto rei.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 280-6; p. 98.)

A separação do ouro que estava misturado com a prata implicava também a divisão de tarefas.⁵⁴ Alguns homens ateavam o fogo, outros traziam recipientes de vidro e outros ocupavam-se do ácido que seria empregue durante o processo. Os trabalhadores introduziam barras de prata e ácido nos recipientes de vidro e colocavam-nos sobre o fogo. À medida que ia aquecendo, o líquido fazia com que a prata se desintegrasse e formasse uma solução que escorria por um braço ao longo do próprio recipiente de vidro. Então o técnico inseria uma vara de cobre na extremidade do recipiente até tocar o conteúdo. Desta forma o ouro fixava-se no fundo, deixando a prata sobre ele, ao mesmo tempo que os componentes remanescentes permaneciam à superfície. Por fim, após o fogo ter sido extinto e o vidro ter arrefecido, restavam camadas de diferentes substâncias e os trabalhadores podiam extrair a prata e o ouro que estavam separados e fazer então as moedas.⁵⁵

Grandibus haec lamnis argenti turba receptis
Accingunt operi. Pars frondes admovet igni,
Pars vitreas lamnis ampullas deligit aptas,
Et pars suppeditat flumen rodentis aquai.
Frustula mox lamnae Stygiis commixta fluentis
Excipit in vitreum tumefacta cucurbita ventrem,
Sedula cui prunas pubes supponit edaces,
Et magnis acuit succensum sollibus ignem.
Intus aquae fervent, pretiosaque frustula rodunt,
Argentum donec, resoluta mole, liquescat,
Percurratque nitens spumanti flumine vitrum.
Provida tunc cupreum portendit dextra bacillum,
Immissaeque vitri scite per colla retorti
Ardentem virgae contingit cuspide massam.
Illico fervescens intus (mirabile visu!)

Massa ruit praeceps, aestusque repente quiescit.
Ima petit purum calidis sub fluctibus aurum,
Argentumque tenet flavo propiora metallo,
Desuper illuvie, ac limphis, cuproque relictis
Ut vero vitrum semotis ignibus alget,
Disjunctas lamnas, secta compage, recludit,
Ac sinem tanto ponti fortuna labori.

Quando foram recebidas as barras de prata, a multidão lança-se à obra: um grupo lança ramos ao fogo, outro escolhe vasos de vidro aptos para as barras e outro adiciona uma quantidade de água cáustica. Depois, o bojudo recipiente recebe, no seu ventre de vidro, os pedacinhos da barra misturados com as águas estígeas e rapazes diligentes colocam-lhe por baixo brasas vorazes e avivam com enormes foles o inflamado fogo. As águas que fervem no interior corroem os pedacinhos preciosos, até que, dissolvida a massa, se vá liquefazendo a prata e invada com um caudal espumoso o vidro transparente. Então a mão prudente faz a avaliação e metendo-se com grande destreza, com uma vara de cobre, no pescoço de vidro retorcido alcança com a ponta a massa fervente. Neste momento, lá dentro (coisa admirável de ver!) a massa em ebulição precipita-se veloz e o seu fogo aquieta-se rapidamente. O ouro, já puro, busca o fundo sob as cálidas ondas e a prata tem lugar mais perto do metal dourado, sobre eles ficam depositadas as escórias, as águas e o cobre. Na verdade depois de apagados os fogos o vidro esfria, separada a união, descobre as camadas distintas e a sorte põe fim a tão grande trabalho.

(*Rusticatio mexicana*, livro VIII, vv. 287-308; pp. 98-9.)

O poeta do *Aurum*, ainda que destaque a influência negativa que o ouro exerce sobre os mortais,⁵⁶ não exclui enumerar algumas utilizações do metal aurífero e referir, igualmente, a cunhagem e circulação da moeda.

Nec tantum pietas, humana superbia crevit;
Aurea mortales cepere numismata formas:
Antica heroum vultus, postica triumphos
Pars habet, & chartae pereuntis damna rependit.
Sic non tempus edax, non innumerabilis illos
Annorum series communibus obruit umbris;
Ast immortalis virtus commissa metallo
Transit ad extremos semper victura nepotes.
Hinc typus impressa signatus: imaginem Regum
Adjecitque aurum pretium, & formavit in orbem,
Ut laeti inter se commercia blanda foverent
Mortales, & cum sit forma volubilis olli,
Volvitur, atque manus fugitivum eludit inanes.
Plura piget memorare: sequor fastigia rerum
Summa brevis; quis enim varios tot dixerit usus?
Hic tudite assiduo in graciles se massa relaxat
Bracteolas, volitatque levis per inane papyrus:
Illic forcipibus tenuissima fila trahuntur
In longum, & densos radio glomerantur in orbem.
Huic etenim lentusque tenor, facilisque vocanti
Respondet: netum vestes, & fusile signa,
Vasaque coelatum, textumque aulaea ministrat.

Não só a piedade, mas o orgulho humano aumentaram; as moedas de ouro receberam figuras mortais: a parte da frente tem o rosto de antepassados, a parte de trás os seus triunfos; e compensa os danos do papel perecível. Assim o tempo não se torna devorador e a sucessão de inumeráveis anos não os aniquila com as habituais sombras. Pelo contrário o mérito, unido ao metal imortal, há-de perdurar, passa sempre para os mais longínquos descendentes.

Desde agora o tema incólume, com a face dos reis impressa, atribuiu ao ouro o preço e fixou-o para o mundo, para que os homens satisfeitos promovessem entre si relações comerciais favoráveis; e quando se dá a moeda volúvel a alguém, ela passa de mão em mão e, contudo, o ouro fugidio esquiva-se das mãos vazias.

É-me desagradável dizer mais coisas: quem, com efeito, terá referido as suas inúmeras utilizações? Neste momento, com o martelo insistente, estende-se a massa em finas folhas de ouro e o leve papel volteia pelo ar: lâminas delgadíssimas são esticadas ao comprido com as tenazes e são inscritos círculos sucessivos com a vara. Com efeito, aquele ouro mostra um movimento elástico e, afável, responde a quem o chama: o fio dá vestes e amolecido selos e cinzelado vasos e entretecido tapeçarias.

(*Aurum*, vv. 306-27, p. 221.)

Mineiros

Também na *Rusticatio mexicana* se observa que os mineiros podiam minerar para si em determinadas situações, provavelmente nos dias de descanso: os domingos ou feriados (cf.

Brasilienses aurifodinae, vv. 500-6, p. 302; 1400-27, pp. 376-8):

Cum vero dominum pensum solvere diurnum
Fossores, avidi rursus sibi quisque laborant,
Dilantiant rupes, ac terrae viscera findunt,
Ingentemque sibi cumulabunt cautis acervum.
Postibus advectum superis ad limina custos
Excipit, & fidus medium disjungit aperte,
Inque duas aequo resecat discrimine partes.
Ante omnes fossor partem sibi deligit unam,
Et custos aliam domino sub tecta reponit.

Quando, na verdade já, os mineiros saldaram a jornada diária estipulada pelo senhor, cada um ávido trabalha de novo por sua conta: dilaceram as rochas e retalham as entranhas da terra, para juntarem para si grande quantidade de rocha. O guarda recebe nos portais à superfície o que é transportado para a saída e, fiel, divide-o ao meio à vista de todos e dali separa duas partes de igual medida. Diante de todos, o mineiro toma para si uma parte e o guarda reserva a outra para o senhor sob o seu tecto.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 270-78; pp. 85-6.)

Conforme é explicitado no *Brasilienses aurifodinae* (cf. vv. 1450-95, pp. 380-4), o material extraído na mineração era verificado várias vezes, por forma a garantir que nenhum metal precioso fosse desperdiçado. Na *Rusticatio*, descreve-se a tarefa de rapazes – a quem

os mineiros chamavam raposas (*Vulpes*, v. 279), que descem ao interior das galerias para rebuscar no entulho pedacitos de minério.⁵⁷ Deviam mostrar o que conseguiam recolher ao guarda que vigiava a saída da mina, para este o dividir entre todos.

Interdum pueri (Vulpes quos improba plebes
Nominat) horreni subeunt penetralia collis
Frustula lecturi caeco sub monte relictā,
Sed monstranda dein custodi ad limina fossae,
Omnia qui rursus partes secernit in aequas.
Provida ceu quondam pingues formica per agros
Incedit, cogitque relictī farris acervum:
Haud secus imbellis lustrat spelaea juvenus.

Às vezes rapazes (a quem a malvada multidão chama “raposas”) descem ao interior do terrível monte, para recolher sob a cega montanha os pedacinhos perdidos; mas devem depois mostrá-los ao guarda à saída da mina, este distribui-os em partes iguais. Tal como a previdente formiga caminha através dos férteis campos e reúne uma quantidade de grãos perdidos, não de outro modo a verde mocidade rebusca as cavernas.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 279-86; pp. 86.)

Alguns extractos deixam-nos uma impressão positiva do mineiro, pela capacidade de trabalho, pelas condições extremamente adversas que suporta e pela obediência que demonstra. No entanto, se a exigência do trabalho nas minas é permanentemente destacada quer no *Aurum*, quer na *Rusticatio*, a visão dominante relativamente ao(s) mineiro(s) que aí opera(m) não é tão valorizada em ambos os textos.⁵⁸

Se fizermos um levantamento do vocabulário apenas nos passos citados, concluímos que quer Le Febvre, quer Landívar utilizam uma nomenclatura variada para referirem os mineiros. Estes são apresentados sobretudo por um vocábulo no plural ou então com um termo colectivo que os subsume numa massa indistinta⁵⁹ e quando aparecem caracterizados são-no de uma forma pouco abonatória, que põe em relevo a sua boçalidade e baixa condição.⁶⁰

Landívar descreve inclusive a astúcia dos trabalhadores e a sua constante tendência para o roubo, tal como Basílio da Gama – ao traçar o retrato da *gens africana* – acentuara, entre

uma série de aspectos pouco favoráveis, a sua inconstância e propensão para o furto (cf.

Brasilienses aurifodinae, vv. 666-8, p. 316; 981-2, p. 342; 1496-512, pp. 384-6).

Ast, si quod possunt, frustrum sibi quisque reservat,
Lucifer, & pueri, fossorque, humerisque vehentes
Peras, absconditque sagax industria furtum,
Horrenti quamvis pellatur turba fodina,
Ni prius e toto detrudat corpore vestes,
Concessa tantum quae servat casta pudorem.
Hac tamen effossor celat sub veste lapillos;
Alter in effictis crudeli vulnere plagis;
Et rigidis alter praetexit frusta capillis.
Janitor at solers attento examinat ore,
Perlustratque diu velamen, vulnera, crines:
Quae reperit domino furtim sublata reservat;
Quae vero latuere, sibi fur jure recondit,
Quin domino deinceps poenis urgere latronem,
Aut raptata sibi liceat deposcere frusta.

Mas, se podem, cada um reserva um pedaço para si próprio – o que alumia, os jovens, o mineiro ou aqueles que transportam as sacolas aos ombros – e com manha e astúcia escondem o furto, ainda que a multidão não saia da horrível mina, sem que antes deponha as roupas de todo o corpo, pois só é permitida a que, pudica, lhe guarda o pudor. No entanto, o mineiro esconde sob essa veste pedrinhas; outro nas chagas infligidas por cruéis lesões; e outro encobre os pedaços nos cabelos crespos. Mas o engenhoso porteiro examina com um olhar atento e procura minuciosamente por muito tempo na vestimenta, nas feridas e na cabeleira: o que encontra guardado às escondidas reserva-o para o senhor; o que na verdade conseguiram passar despercebido, o larápio oculta-o justamente, sem que depois o senhor possa atormentar este ladrão com castigos ou possa exigir que os pedaços roubados lhe sejam restituídos.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 287-301, p. 86.)

Depois conclui o sétimo livro, apresentando os mineiros como o estrato mais baixo da sociedade, a ínfima ralé – *faex infima* (v. 303, p. 86) – gente desprezível que não se submete à autoridade; muitos são mesmo criminosos que cumprem pena por crimes hediondos. Enquanto os mineiros do *Aurum* são certamente escravos africanos,⁶¹ tal como os do *Brasilienses aurifodinae*, na *Rusticatio mexicana* os vários operários que trabalham nas minas são trabalhadores pagos,⁶² provavelmente negros ou então mestiços.⁶³

Sabemos, com efeito, que as actividades de mineração na América espanhola assentavam no trabalho índio e, no caso da mineração aurífera, sobretudo nos negros, quer cativos, quer livres. Os três grandes grupos étnicos existentes na América espanhola – o europeu,

o africano e o ameríndio – possibilitavam, com efeito, uma distribuição hierárquica da população em três categorias: o espanhol (“español”), que ocupava o topo da hierarquia, o negro (“negro”) e o índio (“índio”), sem que seja possível distinguir qual destes dois grupos detinha posição superior. Mais do que a cor eram sobretudo relevantes a cultura e o fenotipo. Ainda assim é possível afirmar que, no contexto da mineração, a contribuição dos homens brancos raramente passava pelo trabalho físico e quando o faziam era normalmente em tarefas que não implicavam esforço substancial, como por exemplo a prospecção; eram habitualmente os capatazes ou proprietários das explorações mineiras. Encontravam-se “mestizos”, mistura de espanhol e índio, na mineração no século XVIII, mas quanto mais aparentados a espanhóis, mais esporádica era a sua presença.⁶⁴

Vários sistemas foram aplicados ao longo dos tempos para fornecer mão de obra índia para o trabalho da mineração. Gradualmente, logo a partir do século XVI, o destacamento tornou-se predominante relativamente à “encomienda” e à escravatura. Com efeito à medida que a fase militar da conquista chegava ao fim, menor era o número dos prisioneiros de guerra e, simultaneamente, eram reforçadas leis limitando a escravatura índia. Este sistema permitia a criação de uma verdadeira força de trabalho assalariada na América espanhola e, teoricamente, limitava o tempo de trabalho dos indígenas, uma vez que os destacamentos eram acordados para períodos previamente definidos, segundo as necessidades locais de trabalho. O trabalho pago tornou-se predominante nos grandes distritos mineiros a partir dos finais do século XVI e posteriormente.⁶⁵

Por outro lado, como nos grandes distritos mineiros da prata situados a grandes altitudes os escravos negros não conseguiam desenvolver tarefas pesadas no subsolo – de forma suficientemente eficiente para garantir o retorno dos gastos tidos com a sua compra e subsistência⁶⁶ – eram habitualmente afastados da exploração subterrânea. Normalmente eram

canalizados para a refinação, para tarefas de carpintaria ou serralharia, fazendo e fornecendo os instrumentos e a maquinaria necessária ou então tornavam-se criados pessoais de mineiros e refinadores. Nas zonas baixas e quentes onde era feita, sobretudo, a mineração do ouro os negros eram, no entanto, a força de trabalho preferida e aqui mostravam-se mais resistentes às doenças e mais capazes de desenvolver um trabalho exigente do que os índios.⁶⁷ A maior concentração de negros ocorreu durante o século XVIII em Nova Granada, actualmente a Colômbia, onde em 1787 as três grande províncias produtoras de ouro – Antioquia, Popayán e Chocó – tinham cerca de 17 000 negros, muitos na mineração e muitos já homens livres.⁶⁸

Vejamos, a terminar o nosso estudo, o exemplo da *Rusticatio mexicana* onde os mineiros são identificados como pertencendo à mais baixa categoria social:

Scilicet has semper fodiunt mercede cavernas
Impatiens tolerare jugum faex infima vulgi:
Quos inter multis, gravibusque obnoxia poenis
Improba gens latitat, plebique admixta laborat.
Turpibus addictum poenis ob crimina furem,
Crudelesque manus rorantes sanguine cernes,
Et qui perfectae ruperunt vincula vitae,
Gaudentes potius tetros habitare recessus,
Quam sacro submissa jugo supponere colla.
Est scelus in tuto, gestit sine vindice crimen,
Nec loca Praetor adit poena exercere nocentes,
Ni velit ingentem turbam, Martemque ciere,
Ac vitam saeva campis effundere pugna.
Haec circum tetras habitat scelerata fodinas,
Divitiasque parat congestis turba metallis;
Quae subito ad fossae nigrantia limina vendit,
Seu merces fuerint proprii condigna laboris,
Seu potius foedis nuper sublata rapinis.

Certamente que o mais baixo estrato do povo, incapaz de aguentar sujeição, escava sempre estas cavernas com um salário. Entre eles esconde-se gente desonesta acusada de inúmeros e graves crimes e ali trabalha misturada com a multidão. Reconheces o ladrão sujeito a penas torpes por causa dos delitos; reconheces as mãos cruéis manchadas de sangue; e os que romperam os laços de vida virtuosa, mais satisfeitos em habitar os tétricos antros do que em dar reverência, com os pescoços submissos, ao sacro dever. O delito está a salvo, o crime exulta sem defensor, nem o magistrado vai a estes lugares para punir o culpado, se não quer agitar a grande multidão e Marte e tornar a sua vida numa luta cruel nos campos. Esta multidão manchada pelo crime habita as terríveis minas e adquire riquezas com os metais que reúne; os quais de súbito vende às portas obscuras do antro, quer sejam salário condigno do próprio trabalho, quer sejam produto do furto de há bem pouco tempo com feias rapinas.

(*Rusticatio mexicana*, livro VII, vv. 302-19 (*finis*); pp. 86-7.)

1. A expressão é de Haskell (2003), *passim*.
2. *Id.*, pp. 6, 210 e 220 n. 120, por exemplo.
3. À exceção do poema de La Sante, todos os outros se encontram na colectânea de F. Oudin, *Poemata didascalica*. Cf. Haskell (2003), pp. 118-77; 122-3, ns. 11 e 12.
4. Cf. II, n. 346 do nosso estudo. Segundo Yasmin Haskell, o *Journal de Trévoux* para 1703 (pp. 1038-44), com a sua recensão ao poema *Aurum*, “contains perhaps our first documented acknowledgment of an emerging vogue for didactic poetry within the Society of Jesus” [...] “We might recall that the *Journal de Trévoux* reviewer of Le Febvre’s *Aurum* had identified that poem with a new wave of Jesuit didactic generated by the success of Vanière’s ‘Doves’ and Du Cerceau’s ‘Chickens’ and ‘Butterflies.’” Cf. Haskell (2003), pp. 67 e 123, respectivamente. Ver tb., na mesma obra, pp. 123-33.
5. As informações sobre a vida e obra de Le Febvre são escassas. Sabemos que nasceu em 1670 em Clairvaux (Jura) e que ensinou durante algum tempo humanidades na sua província. Ainda antes de 1703, data da edição do seu poema sobre o ouro, foi chamado a ensinar no Colégio Louis-le-Grand em Paris, cidade onde viria a morrer em 16 de Setembro de 1737. Além do poema *Aurum*, inserido nos *Poemata didascalica*, Vol. I, pp. 210-23 (1.^a ed., Paris, 1749) e pp. 205-17 (2.^a ed., Paris, 1813), conhecem-se outros poemas didácticos da sua autoria, também reunidos na colectânea de Oudin, o já referido *Terrae motus* (Paris, 1704) e *Musica* (Paris, 1704). Cf. *Somm. Bib.*, T. 3, cols. 577 e 558.
6. *Metallurgicon, sive de cultura fodinarum auri et argenti carmen. Adjectus indiculus vocabulorum quorundam ad aurariam argentariamque spectantium. Partes II.*, Tyrnaviae, 1748. O poema encontra-se na Biblioteca Nacional da Hungria (cota: Magyar konyvészet: 1712-1920/1712-1860/I/); não nos foi possível, no entanto, consultá-lo em tempo útil. Bartakovics (1722-63) nasceu em Szalakuz e ensinou filosofia, história, direito e teologia em Kaschau. Cf. *Somm. Bib.*, T. 1, col. 962.
7. O autor assina “Gasparo Luigi Cassola” no final da dedicatória ao mecenas. No livro terceiro acrescenta que o seu poema foi terminado no fim de 1763: *(l) Il presente Poemetto fu abbozzato fino dal 1763* (cf. nota de rodapé (l), p. 60); terá portanto sido escrito na mesma altura que o *Brasilienses aurifodinae*. Cassola nasceu em 1743 em Gravedona (lago de Como) e entrou no noviciado em 1759. Ensinou gramática em Como, humanidades em Milão e retórica em Gênês. Publicou outros poemas: *L’astronomia* (Milão, 1774); *La pluralità de mondi* (Milão, 1774) e *L’uomo socievole* (Milão, 1778). Faleceu em 1780. Cf. *Somm. Bib.*, T. 2, col. 821. Devemos a Yasmin Haskell a indicação da existência dos poemas de Bartakovics e de Cassola.
8. Raphael Landívar, SJ (1731-1793), *Rusticatio mexicana, seu rariora quaedam ex agris mexicanis decerpta, atque in libros decem distributa*, Mutinae, 1781.
9. *Rusticatio mexicana, editio altera auctior, et emendatior*, Bononiae, 1782. Landívar nasceu na cidade de Santiago de los Caballeros de Guatemala (hoje conhecida como Antigua) e estudou no Colégio de San Francisco de Borja, seminário da Companhia de Jesus. Em 1749 abandonou a Guatemala rumando ao México, aí entrando na Companhia, em Tepotzotlán, em 1750. Em 1761 regressou à Guatemala de onde foi expulso em 1767, fixando-se, depois de um percurso atribulado, em Itália (Bolonha) onde viria a morrer. Ensinou retórica e filosofia. A *Rusticatio* terá sido escrita na altura em que estava exilado em Itália (veja-se o paralelo com o *Brasilienses*). Para informação extensa sobre a vida e obra de Landívar, cf. José Mata Gavidia, “Introducción” in Rafael Landívar, S.J., *Rusticatio mexicana*, Guatemala, 1950,

pp. 11-108, Faustino Chamorro González, “Introducción” in Rafael Landívar, S.J., *Rusticatio mexicana*, San José, Costa Rica, 1987, pp. xiii-xxxvi e Higgins (2000), p. 112.

10. Cf. Haskell (2003), p. 312.
11. *Id.*, p. 122.
12. Para as citações do *Aurum*, segue-se a 1.^a edição do poema. Algumas dos passos apresentados encontram-se também em Haskell (2003), pp. 126; 130-2. Os extractos de Cassola são igualmente da 1.^a edição. Quanto a Landívar, optámos por trabalhar com a 2.^a edição revista (Bononiense). As obras encontram-se na BL (Le Febvre, cota: 1213.k.25-27; Landívar, cota: 11405.bb.20.) e na PUG (Le Febvre, cota: Mag. 808 V 144-5; Landívar, cota: Mag. 808 V 120). A edição de Cassola existe no catálogo da BL (cota: 1063.e.5.), esta a edição consultada, e no da BAV (cota: MAG; Fondo: STAMPATI; Collocazione: Ferraioli.IV.9826 (int.1)). As traduções apresentadas são da nossa responsabilidade.
13. Vejamos os assuntos em destaque nos vários livros da *Rusticatio mexicana* (Bolonha, 1782); na *anacephalaeosis* (vv. 1-5) faz-se referência aos primeiros seis: livro I – Os lagos do México (*Lacus mexicani*); livro II – O Jorullo (*Xorulus*); livro III – Cataratas da Guatemala (*Cataractae guatimalenses*); livro IV – Quermes e púrpura (*Coccum, et purpura*); livro V – O anil (*Indicum*); livro VI – Os castores (*Fibri*); livro VII – As minas da prata e do ouro (*Fodinae argenti atque auri*); livro VIII – O trabalho da prata e do ouro (*Argenti, atque auri opificium*); livro IX – O açúcar (*Saccharum*); livro X – O gado (*Armenta*); livro XI – Os rebanhos (*Greges*); livro XII – As fontes (*Fontes*); livro XIII – As aves (*Aves*); livro XIV – As feras (*Ferae*); livro XV – Os jogos (*Ludi*); Apêndice – A cruz de Tepic (*Appendix: Crux tepicensis*). O poema não pretende cantar apenas uma região determinada, seja o México ou a Guatemala, mas toda a região da América setentrional, conhecida na Europa pelo gentílico mexicana, desde o Panamá até às campinas dos Estados Unidos. Logo no primeiro parágrafo da “Advertência”, Landívar explicita o nome da sua obra: *Rusticationis Mexicanae huic carmini praefixi titulum, tum quod fere omnia in eo congesta ad agros Mexicanos spectent, tum etiam quod de Mexici nomine totam Novam Hispaniam vulgo in Europa appellari sentiam, nulla diversorum regnorum ratione habita.* – “*Rusticatio mexicana* é o título que pus a este poema, não apenas porque quase tudo que nele é recolhido faz referência aos campos mexicanos, mas especialmente porque quis deixar claro que toda a Nova Espanha, sem ter em conta os seus diversos reinos, é conhecida na Europa vulgarmente pelo nome de México.” (cf. “Monitum”, p. V). Cf. mais à frente n. 21. Landívar aborda as minas de ouro e da prata e a sua exploração em conjunto nos livros sétimo e oitavo. Interessam-nos sobretudo os passos que de forma inequívoca se reportam à mineração aurífera.
14. Chamorro González (1987, p. xxxix) propõe Mercúrio, deus dos comerciantes e dos ladrões e dispensador da prosperidade, provavelmente por causa da expressão *pennatis [...] plantis* (v. 10); parece-nos, no entanto, leitura mais aceitável Plutão, deus que governa o Hades, tal como Higgins (2000), p. 187.
15. No poema *L’oro*, a proposição (vv. 1-9, p. 1) afirma igualmente o propósito do poeta em cantar o ouro, as inumeráveis coisas que este pode proporcionar e os seus vários usos: *E i multiplici pregi e gli usi industri / Cantar intendo in toscu carme.* (vv. 8-9); a invocação faz-se aos “mortais” (*Mortai*) e ao *Sol* (vv. 9-50, pp. 1-3). O poema termina com a fábula de Midas (pp. 87-90; cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 260-4, p. 282).
16. Sobre as características iluministas de Landívar visíveis na *Rusticatio mexicana*, em particular nos livros primeiro, segundo e sexto, cf. o excelente artigo de Arnold Kerson, “Raphael Landívar’s ‘Rusticatio

mexicana' and the Enlightenment in America.”, in Ian D. McFarlane (ed.), *Acta conventus neo-latini Sanctandreami: proceedings of the Fifth International Congress of Neo-Latin Studies, St. Andrews, 24 August to 1 September 1982*, Binghamton, New York, 1986, pp. 591-3.

17. O uso habitual da primeira pessoa nas formas verbais permite reenfatizar permanentemente a ideia de que os seus escritos são o produto de observações empíricas em primeira mão. Os desenhos do *Trapetum commune*, do *Trapetum aquarium* (livro IX) e do *Volantum ludus* (livro XV) são da sua autoria – trazem inscrita a abreviatura *L. C. f.* que pode ser lida por *Landívar Cabellero fecit*. Cf. González (1987), pp. xxv, 127, 227 e 232 e Kerson (1986), p. 591.
18. Também no poema *L'oro*, logo no primeiro livro, após a proposição e invocação e depois de o poeta referir a influência do sol e a lenda do Velo de ouro, é feita a enumeração dos vários locais e rios ricos em ouro. Estão em destaque mais uma vez o Páctolo, o Ermo, o Ganges o Erideu, o Ibero, o Tejo o Indo e o Arimaspo: *il lidio Pattolo, l'Ermo, il Gange, / Il reale Eridan, l'Ibero, il Tago, / L'Indo profondo e l'artico Arimaspo* (livro I, vv. 154-6, pp. 8-9) e várias zonas da América: *Vedrei del fiero Paraguai selvaggio / Del ricco Potosì, del freddo Quito, / E de l'ampio Perù gli aeri monti / Aperti e scissi da l'industria Ibera*. – “Verei do orgulhoso Paraguai selvagem, do rico Potosí, do frio Quito e do vasto Peru as aéreas montanhas, abertas e talhadas pela indústria ibera.” (livro I, vv. 165-8, p. 9). De todas as regiões, a América é aquela que mais ouro fornece: *(d) L'America è ferace d'Oro oltre ogni regione*. (nota de rodapé (d), p. 9). Acrescenta, no segundo livro: *(m) Niuna parte del mondo può pareggiarsi nella quantità dell'Oro all'America. Essa sola ne produce più che tutte insieme*. – “(m) Nenhuma parte do mundo se pode comparar na quantidade de ouro à América. Esta sozinha produz mais que todas juntas.” (nota de rodapé (m), p. 34). A referência à história de Dánae e ao poder da chuva de Júpiter surge também no segundo livro (vv. 266-9, p. 39; também breve menção no terceiro livro, vv. 69-72, p. 49).
19. Mais propriamente no verso 32 (p. 211).
20. Em alguns versos antes do extracto que reproduzimos de seguida, Le Febvre vai referir-se à criação mitológica de outros metais. Diz-nos, pois, que a cor da prata deriva da Lua; o estanho é aparentado a Vénus; o Mercúrio é originado pelo fogo de Mercúrio; o chumbo recebe a cor de Saturno; Júpiter cria com a sua mão temível o bronze e o ferro é fabricado por Marte; finalmente o ouro é obra do sol. (cf. *Aurum*, vv. 39-55, pp. 211-2). Esta concepção influenciada pelas ideias de Aristóteles e dos astrólogos – acreditando que o centro da terra era um holocausto de fogo produzido pela incidência dos raios dos sete planetas conhecidos sobre a terra, que se acreditava à altura estar no centro da universo –, foi partilhada por grandes nomes da alquimia como Geber (c. 721-815), Razis (c. 865-932), Paracelso e Norton e por grandes filósofos escolásticos como, por exemplo, Roger Bacon (1214-1292), Vincentius Bellovacensis (1190-1264); Alberto Magno (1200-1280) e o seu pupilo Tomás Aquino (1225-1274). Normalmente, no entanto, a origem do cobre é atribuída a Vénus e a do estanho a Júpiter. Ver também, em particular, II, ns. 69 e 326 do nosso estudo. A influência do sol é posta em destaque no poema de Cassola (p. 4). A sua descoberta é atribuída a Jasão e aos Argonautas (pp. 4-6 e nota (a)), mas o poeta afirma que o mais provável é o metal ter sido encontrado no seguimento de um relâmpago e incêndio fortuito que pusera a descoberto as minas auríferas (pp. 6-7 e nota (b)).
21. Cf. Peter Bakewell, “Mining in colonial Spanish America”, in *CHLA*, pp. 105; 109 e 113. Mapas úteis sobre as regiões mineiras, do ouro e da prata, da América Central e do Sul colonial encontram-se no mesmo artigo pp. 106-7; figuras sobre as quantidades de prata extraída na Nova Espanha (séculos

XVI-XIX) nas pp. 139-40; “Registo quinquenal da produção do ouro nos maiores distritos, 1530-1820” na p. 143. Ver também pp. 149-51.

22. Le Febvre aproveita para aludir a este mito, escolhido para a abertura do *Brasilienses aurifodinae*, conforme já referimos (cf. II, capítulo 2.1. do nosso estudo, entrada “Origem do ouro”). Cassola acrescenta também: (o) *L’ingordigia dell’Oro certamente a prodotti grandissimi mali*,. – “(o) A avidez do ouro certamente produziu enormíssimos males,” (nota de rodapé (o), p. 38) e passa a enumerar um conjunto de excessos que a ambição do ouro provoca (cf. pp. 39-41).
23. O mito final do poema liga-se ao do início em que o pai dos deuses, como já vimos, delega a responsabilidade pelas partes recentemente criadas da terra aos seus vários filhos; entrega o cuidados dos metais aos sete deuses planetários e a Febo, em particular, a criação do ouro (cf. vv. 32-61, pp. 211-2). Ver o extracto em III, capítulo 1.1., na entrada “Origem / Locais” e n. 20.
24. O ouro, devido à sua natureza química, aparecia como metal nativo ou numa liga; pelo contrário a prata só ocasionalmente se encontrava em estado nativo; os seus componentes resultavam da reacção com outras substâncias. Alguns destes componentes eram úteis minérios. Sobre a formação e natureza dos depósitos da prata, bem como as várias técnicas de extracção e processamento cf. em especial o livro oitavo da *Rusticatio mexicana* e também Bakewell (1989), pp. 109-22.
25. Cf. *Brasilienses aurifodinae* (vv. 1818-23, p. 412).
26. Colocar-se-á posteriormente também uma pergunta: *Quid vero non cogat opum vesana cupido?* – “A que, pois, não obriga a insensata paixão de riquezas?” (livro VII, v. 86).
27. Cf. os sete sinais da existência do ouro no *Brasilienses aurifodinae* (vv. 148-352, pp. 272-88). No final do primeiro livro, Cassola refere aqueles que entende serem os sinais do ouro (alguns também já apontados no *Aurum* e no *Brasilienses aurifodinae*) e, em nota de rodapé no segundo livro resume-os da seguinte forma: (n) *Gl’indizi di conoscer le miniere sono i seguenti: 1. ne’ monti ricchi d’Oro la luce del Sole è smorta e palida a motivo de’ gravi vapori: 2. l’erbe che sorgono sono squallide, e le piante anno le frondi piccole, e non vengono troppo alte: 3. le rugiade o non mai vi stillano, o cadendovi durano poco tempo: 4. Vi si sente un improvviso cangiamento d’atmosfera e una gravezza sensibile dell’aria, e vi si veggono dense nebbie e caldi fumi ondegianti: 5. il segno più certo si è una terra rossiccia ossia arena, che â del ceruleo, la quale fa torbide l’acque, che corrono a piè della montagna.* – “(n) Os indícios que dão a conhecer as minas são os seguintes: 1. nos montes ricos em ouro a luz do sol é desmaiada e pálida devido aos pesados vapores; 2. as ervas que surgem são esqueléticas, e as plantas têm as copas pequenas e não se tornam muito altas; 3. a cacimba ou nunca se condensa ou caindo dura pouco tempo; 4. Sente-se ali uma inesperada alteração na atmosfera, um peso sensível no ar e criam-se densas neblinas e quentes fumos ondulantes; 5. o sinal mais certo é uma terra vermelha ou seja areia, que tem cerúleo, e que torna turva as águas que correm no sopé da montanha.” (*L’oro*, nota de rodapé (n), p. 36).
28. Se não fosse possível fender a rocha a golpes de ferro, então o jovem que alumiaava o interior da mina deitava água sobre a rocha, para a amolecer, ao mesmo tempo que o mineiro desferia os golpes (livro VII, vv. 128-35, pp. 80-1); quando a pedra era mais rija recorria-se à pólvora (livro VII, vv. 151-70, pp. 81-2) ou colocava-se sobre a rocha madeiros a que se ateava fogo (livro VII, vv. 171-8, p. 82).

29. Aliás a única nota do sétimo livro; no oitavo contam-se apenas mais duas notas, ambas de rodapé. Cf. II, n. 231 do nosso estudo. Tal como sucede nas notas de rodapé e na *MCP* do *Brasilienses*, Landívar cita na *Rusticatio*, em notas de rodapé, várias obras e autores o que revela a sua preocupação pela exactidão do detalhe e pela veracidade do que refere. Além dos poetas latinos como Horácio e Lucrécio, a lista compreende outras referências como, por exemplo, Sor Juana Inés de la Cruz; William Robertson (*Historia de América*); Ambrosio Calepino (*Diccionario de la lengua latina*); Jacopo Facciolati (*Dictionarium undecim linguarum*); Francisco Hernández (*Historia de las aves de Nueva Espanha*); Jacques Bomare (*Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle*). Cita também o *Journal de Trévoux* (oct. 1712). Menciona também um conjunto considerável de autores e obras jesuítas coevas como por exemplo: Diego José Abad (*De Deo*); Francisco Xavier Alegre (*Traducción de la Iliada al latín y la Alexandriada*); José de Acosta (*Historia natural y moral de las Indias*), Juan Antonio de Oviedo (*Zodiacum Marianum*) e Jacques Vanière (*Praedium rusticum*); este último o modelo mais directo, conforme afirma Kerson (1986), p. 589; o artigo integral a pp. 587-596. Ver também Gavidia (1950), pp. 39-40. Por outro lado, sabe-se que eram bem conhecidas nas colónias americanas espanholas no século XVIII as obras de autores como Descartes; Newton; Leibniz; Locke; Gassendi; Voltaire; Rousseau; D' Alembert e outros. Cf. Kerson (1986), pp. 587-8 e do mesmo estudioso: "Enlightened thought in Diego José Abad's 'De Deo, Deoque Homine Heroica'." in Stella P. Revard, Fidel Rädle, Mario Di Cesare (eds.), *Acta conventus neo-latini Guelferbytani: proceedings of the Sixth International Congress of Neo-Latin Studies, Wolfenbuttel, 12 August to 16 August 1985*, Binghamton, New York, 1988, p. 619.
30. As formas de processar o ouro consistiam genericamente, como já vimos em II, em separar o metal puro de qualquer material em que se encontrasse, areia ou cascalho nos cursos de água ou em terraços, ou um tipo de rocha nas veias. No primeiro caso, o recurso à bateia e às represas eram as técnicas básicas; no segundo caso, era necessária a moagem, que podia ser feita à mão ou num engenho mecânico de trituração (pilão). A amalgamação por intermédio do fogo podia, então, seguir-se para separar o ouro do material escavado da veia. Landívar, conforme já referimos, pretende apenas descrever a mineração subterrânea.
31. O livro segundo de Cassola (pp. 23-44) diz respeito às várias maneiras de purgar o ouro. O autor considera cinco, logo no *Argomento introdutório*: 1. *Con le irrigazioni delle miniere*; 2. *col macinarlo*; 3. *col fuoco*; 4. *col mercurio*; 5. *con le pressione*. – "1. com a lavagem das minas; 2. triturando-o; 3. com o fogo; 4. com o mercúrio e 5. com a pressão." (*L'oro*, p. 23)
32. Cf. *Brasilienses aurifodinae*: *Hinc hominum labor est, hinc est industria*. (v. 128).
33. O poeta apresenta aquela que entende ser a antiga designação da palavra. Este gosto pela explicação linguística dos termos é também evidente na *Rusticatio mexicana* (ver, por exemplo a n. 5 do livro I; n. 11, livro XII; ns. 3 e 5, livro XIII e ns. 1 e 6 do livro XIV) e, como já vimos, no *Brasilienses aurifodinae*, cf., por exemplo, o v. 158: *Hanc veteres patinam dixere Bateam*. Ver, também, II, capítulo 4.1., entrada "Vocabulário" e n. 299 do nosso estudo.
34. Cf. *Brasilienses aurifodinae* (vv. 309-17; 832-9; 1363-8, pp. 286, 328-30 e 374, respectivamente).
35. Cf. *Brasilienses aurifodinae* (vv. 753-88; 896-919; 964-80 e 1118-40, pp. 322-6, 334-6, 340-2 e 352-4, respectivamente).
36. Cf. *Brasilienses aurifodinae* (vv. 1141-334, pp. 354-70).

37. O trabalho dos mineiros recebeu atenção por parte dos escritores jesuítas. Por exemplo Athanasius Kircher dedica muitas páginas ao seu bem estar no capítulo décimo de *Mundus subterraneus* (Amsterdam, 1665) e Gilles Anne Xavier de la Sante – no poema didáctico *Ferrum* (Nyon, 1707) – descreve o seu trabalho à semelhança da caverna virgiliana dos Ciclopes. Cf. Haskell (2003), p. 126. A comparação entre os escravos e os Ciclopes parece ser comum na poesia didáctica jesuítica. No já referido poema (cf. II, n. 8 do nosso estudo) do napolitano Tommaso Strozzi – *De mentis potu, sive de coccolatis opificio* (1689) – os escravos africanos assemelham-se aos Ciclopes; neste caso, no entanto, o trabalho descrito é nos engenhos de açúcar e não nas minas de ouro. Cf. Haskell (2003), pp. 85-6 e 125. Pelo contrário em *L'oro* é evidente a comparação entre a laboração dos escravos nas minas e a sua comparação com a actividade dos Ciclopes. O ruído estrondoso do trabalho destes no interior das minas é de tal forma impressionante que o poeta chega mesmo a acrescentar: *Non così ribomba / La gran fucina de l'etneo Vulcano*, (vv. 184-5, livro I, p. 10). No poema os escravos mineiros são os negros africanos e conforme Cassola acrescenta em nota: (e) *I soli schiavi adoperansi nel faticoso lavoro delle miniere. Quasi tutti sono com perati nelle coste della Cafreria. Molti di questi infelici anno il coraggio di gettarsi nel mare piuttosto che andare in ischiavitù.* – “Os únicos escravos que trabalham nos fatigantes trabalhos das minas. Quase todos são comprados nas costas da Cafraria. [designação genérica da região do sudeste da África, habitada por povos não muçulmanos de raça negra] Muitos destes infelizes têm a coragem de se lançar ao mar em vez de serem reduzidos à escravatura.” (nota de rodapé (e), pp. 9-10).
38. Cf. no nosso estudo, II, capítulo 4.2., entrada “Estilo”. Conforme afirmei na minha comunicação em Perth na descrição das minas, no *Sermão 1.ª Oitava Páscoa* (1656) do padre António Vieira, há referência explícita ao trabalho e sofrimento dos escravos nas minas, embora tal não tenha sido observado directamente pelo pregador e este pareça referir-se à escravatura dos índios. Os escravos neste sermão são comparados a Ciclopes num primeiro momento e logo depois tornam-se morcegos e toupeiras – *talpas et vespertiones (sic)* – desprovidos de visão, que se arrastam pelo interior da terra. Como notou Margarida Vieira Mendes “o ímpeto patético desta ‘descriptio’ reside no acentuar da violenta e prodigiosa alteração da topologia da Criação: criar altura aérea debaixo da montanha de pedra; fazer do dia noite, da luz escuridão.” Cf. Mendes (1989), p. 510. Ver também I, ns. 44 e 45; II, n. 7 do nosso estudo e 4.ª ilustração. Vieira refere-se ao Potosí, o mais famoso centro produtor de prata da América espanhola, em actividade desde o século XVI. Apesar de aí também laborarem mineiros negros, não lhes eram atribuídas tarefas no interior das minas. Era conhecida, com efeito, a alta mortalidade e baixa produtividade dos africanos no trabalho da mineração da prata nas terras altas. Pelo contrário eram a mão de obra preferida nas terras baixas onde era normalmente praticada a mineração do ouro; muitos depósitos encontravam-se nas florestas tropicais. Cf. Bakewell (1989), p. 109.
39. *Ac velut hostilis munitam exercitus arcem / Oppugnare solet, partitoque agmine miles / Quisque vicem alternat: dum tollitur arduus agger, / Aut vallum, aut cavea, arcanisve cuniculus umbris / Effoditur, vehibus portantur rudera, noctem, / Atque diem Labor urget; noctem ellychnia solvunt. / Sic Afer nigras exercitus ordinat alas. / Hoc discrimen erit, quod fossas excavat amplas / Miles turmatim incautos ruiturus in hostes: / Sed tantus mineris trames, via quanta necesse est, / Qua vehis angusta, et brevia instrumenta rotentur.* (vv. 1277-87, p. 366; ver também v. 614, p. 310 e, no nosso estudo, II, capítulo 4.2., entrada “Estilo”).
40. Actividade descrita em pormenor no livro oitavo.
41. Sobre os vários instrumentos e maquinaria empregues na mineração referidos no *Brasilienses aurifodinae* cf., no nosso estudo, II, capítulo 2.1., entrada “Extracção / Lavagem”.

42. Cf., no nosso estudo, II, n. 131. Recorde-se a máquina que funcionava igualmente como uma espécie de guindaste, onde era atado um cesto de vime, e era movimentada por dois escravos (*Brasilienses aurifodinae*, vv. 1335-53, pp. 370-2; ver também II, n. 134).
43. Se este sistema não funcionasse, estava ainda previsto o recurso a outra nora, que era instalada no interior da própria mina e que girava igualmente por acção da força de mulas (livro VII, vv. 247-54, pp. 84-5). Havia ainda outras máquinas, estas empregues não na extracção, mas no processo de refinamento dos minérios, como um engenho com pilões férreos, movido por tracção animal, que reduzia a pó as rochas extraídas (livro VIII, vv. 24-38, p. 89 – cf. extracto traduzido a propósito das doenças; outro exemplo no extracto já apresentado do livro VIII, vv. 248-67) ou, quando se tratava de rochas bastante resistentes, uma outra espécie de moinho empregue para o mesmo efeito (livro VIII, vv. 46-50, pp. 89-90).
44. Ver, no nosso estudo, II, capítulo 2.2., entrada “Mortalidade / Doenças” e, em particular, a n. 197. Também Cassola faz referência à iluminação artificial: *(i) Nello scavar le miniere vanno sì addentro i Cavatori, ce vi formano strade e andirivieni, come in una città. Entro poi v'accendono fiaccole per rischiarare le tenebrose ambagi.* – “(i) Ao escavarem as minas, os cavadores vão de tal forma para o interior que constroem estradas e caminhos, tal como numa cidade. Depois lá dentro acendem-se tochas para aclarar as tenebrosas entranhas.” (nota de rodapé (i), p. 14).
45. São quase inexistentes as referências a instrumentos ou máquinas empregues nas actividades de mineração no poema de Le Febvre. Neste exemplo é possível, no entanto, encontrar alguns utensílios como a enxada – *ligonem* (v. 174), os martelos – *tudites* (v. 175) e a serra – *serram* (v. 175). Os dois primeiros são referidos por Basílio da Gama (cf., no nosso estudo, II, capítulo 2.1., entrada “Extracção / Lavagem” e n. 103). Landívar refere as cunhas enormes com que se quebrava a pedra: *magnis [...] clavis* (livro VIII, v. 21, p. 89). A propósito da extracção da prata, fala também de instrumentos de ferro (cf., por exemplo, livro VII, 61-72, p. 78). Estes utensílios são certamente as alavancas – às quais, aliás, o poeta faz referência no livro VII, v. 134, p. 81: *vectem* (cf. também *Brasilienses aurifodinae*, vv. 387-93, p. 292). Outros utensílios empregues no trabalho do ouro surgem num passo do *Aurum* citado mais à frente no nosso estudo (vv. 306-27, p. 221). Trata-se das tenazes – *forcipibus* (v. 323) e da vara – *radio* (v. 324) empregues na feitura das moedas (nesse passo refere-se novamente o martelo – *tudite*, v. 321).
46. Sobre os processos de mineração subterrânea na América espanhola e sua evolução, cf. Bakewell (1989), pp. 110-9.
47. Sobre a aplicação destas técnicas ver *id.*, pp. 113-9.
48. *Id.*, p. 147.
49. Cf. a já referida semelhança entre mineiros e Ciclopes / manípulo na *Rusticatio* (livro VII, vv. 112-27 e livro VIII, vv. 248-67, respectivamente).
50. O difícil trabalho nas minas é posto em destaque por Cassola: *Facil non volle la Natura avara / Che a trovar l'Or fosse la via, ma dura / E faticosa; ella com ferri adonchi / Volle che prima la callosa mano / D'adusto Cavator piagasse il suolo, / E cogli stenti e malagevol opre / L'uomo si facesse prezioso il dono.* – “A natureza avara não quer que seja fácil o caminho para encontrar o ouro, mas antes duro e fatigante; ela quis que primeiro a mão calosa do magro cavador ferisse o solo com ferros recurvos e que o homem colhendo dificultosas obras oferecesse a si próprio um presente precioso.” (*L'oro*, livro

I, vv. 51-7, p. 3). De forma muito realista descreve os perigos a que estavam sujeitos os mineiros: *Già sento il pianto e le dogliose strida / Di chi cade su'l suolo in mezzo a l'opra / Da morbosi vapor estinto o appena / L'aer graveolente ansando attrae. / Talor piomban su dorsi e su le teste / Grandi macigni e smisurate zolle, / Che menan rovinando orribil scempio. Talor si veggon di ladroni al tergo / Rapaci schiere, che di belve in guisa / Godon macchiar ne l'innocente sangue / L'impure destre e sgominarne l'opre.* – “Já sinto o choro e os dolorosos gritos de quem cai por terra a meio da obra, tombado pelo vapor nefasto ou de quem dolorosamente inspira apenas o ar pesado. Caem com frequência sobre as costas e sobre a cabeça grandes rochas e desmesurados torrões cujo desmoronamento provoca horríveis desastres. Muitas vezes vêm os ladrões traiçoeiramente, fileiras terríveis, que à maneira de feras gostam de manchar de sangue inocente as suas mãos impuras e desbaratar a obra feita.” (*L'oro*, livro I, vv. 267-77, p. 15).

51. Aliás os autores também não referem as várias epidemias que afligiram a população da América colonial espanhola, como o sarampo, a varíola (cf. *Brasilienses aurifodinae*, vv. 430-4, p. 296), a peste e a febre amarela; para só falar no século XVIII. Cf. Nicolás Sánchez-Albornoz, “Population of colonial Spanish America”, in *CHLA*, pp. 3-63, em esp., pp. 12-4 e 23-5. Sobre as condições de trabalho e doenças que afectavam os trabalhadores nas minas da América colonial, cf. Bakewell (1989), pp. 130-1. Ver também, no nosso estudo, II, capítulo 2.2., a entrada “Mortalidade / Doenças” e, em particular, ns. 190; 191; 195 e 196.
52. Entre outros problemas, não referidos por Landívar, que certamente afectariam os mineiros contam-se as infecções respiratórias decorrentes da imersão prolongada nas geladas águas correntes (quando a mineração era nos cursos de água) ou o envenenamento por exposição ao tóxico mercúrio (durante o processo de purificação do ouro, por exemplo). Cassola, por seu lado, menciona (a distribuição do trabalho e) o cansaço extremo a que estavam sujeitos os mineiros: *L'opera ferve, e chi carreggia altronde / Le grandi pietre e la scavata terra: / Chi pali aguzza e macchine prepara, / E l'acerbo lavor tanto s'avvanza, / Che già rimiro ampie caverne e fosse, / Ove s'inoltran com fatica estrema / I Cavatori pallidi e tremanti.* – “O trabalho ferve, há quem carregue para outro lado as grandes pedras e a terra escavada, quem afie paus e prepare as máquinas; e o duro trabalho avança de tal maneira que já se abriram amplas cavernas e buracos, onde entram, com extrema fadiga, os mineiros pálidos e a tremer.” (*L'oro*, livro I, vv. 193-9, p. 11).
53. O imposto foi desde sempre uma forma privilegiada da coroa assegurar o seu controlo sobre a produção de minério precioso. O tributo real sobre a prata, depois de inicialmente ter sido fixado em 2/3 da produção, foi firmado logo no século XVI (1504) em 1/5 – o famoso “quinto real”. Fizeram-se posteriormente reduções desta taxa para estimular a mineração e, ao fim de algum tempo, o imposto tornou-se num décimo (“diezmo”). Nas minas andinas a taxa normal manteve-se em 1/5 até bem dentro do século XVIII. O imposto real sobre o ouro foi sempre um quinto (apenas passou para 1/10 na Nova Espanha, em 1723 e para 1/20 na Guatemala, em 1738). O quinto vigorou nos Andes até 1778, altura em foi ordenada uma redução geral a aplicar em toda a América espanhola: 3 % na produção e 2 % na chegada a Espanha. Cf. Bakewell (1989), pp. 133-6 e 136-49.
54. Cf. no extracto em análise a utilização tripartida de *Pars [...], Pars [...], pars [...]* (vv. 288-90). Recordem-se os exemplos já apresentados do poema *Aurum: pars [...], pars [...], pars [...], pars [...], pars [...]*, (vv. 61-5, p. 212) e também na *Rusticatio mexicana: Alter [...], Alter [...], alter [...]*, (livro VIII, vv. 117-9, p. 80, por exemplo).

55. Já vimos que o ouro ocorria com frequência em conjunção com a prata. A técnica da amalgamação produzia uma mistura dos dois metais e o processo de os separar, até meados do período colonial, era recorrer ao uso do ácido nítrico. Cf. Bakewell (1989), p. 119.
56. *Jam vero fortunam auri, variosque labores / Sit mihi fas celebrare, suo quod protinus ortu / Coelicolis, mox & cupidis mortalibus ultro / Impensum, domitas coepit sua sub juga gentes / Mittere, & extremum sua regna extendere in orbem.* – “Que me seja permitido, na verdade, celebrar a fortuna do ouro e os vários trabalhos que ela requer; mal se deu o seu nascimento por obra dos deuses e logo se tornou imprescindível para os ambiciosos mortais, começou a colocar sob o seu jugo as gentes rendidas e a estender o seu poderio até aos confins da terra.” (*Aurum*, vv. 290-4, p. 220).
57. É possível reconhecer, apenas pela análise dos extractos traduzidos, que algumas tarefas eram atribuídas a mineiros mais jovens. O poeta refere, com efeito, os rapazes rebuscadores (livro VII, v. 279), mas também os jovens que tinham a seu cargo a iluminação no interior das minas (cf. livro VII, v. 121) e os que colocavam as pedras nas máquinas trituradoras (livro VIII, v. 29). Praticava-se com efeito a divisão e a especialização de tarefas. Algumas eram atribuídas a mineiros mais conhecedores que o poeta distingue, na mineração aurífera, por exemplo, com a palavra *artifices* num dos extractos apresentados (cf., livro VII, v. 207) e que correspondem aos mineiros que construíam as noras. Alguns mineiros eram, de facto, verdadeiros especialistas encarregues de tarefas muito precisas. Esta noção é mais evidente quando o poeta se refere ao trabalho da prata. Neste caso utiliza, com frequência, os termos *peritus / periti* (livro VII, v. 269 e livro VIII, vv. 59, 108 e 61) e *opifex* (livro VIII, vv. 196, 201 e 226); chega mesmo a chamar médico (*sapiens medicus*) ao mineiro especialista que verifica o estado da amálgama (livro VIII, v. 89).
58. A utilização da expressão *improbus* não pode ser aduzida como argumento negativo, pois é a recuperação de um termo vergiliano que não tem sentido pejorativo. Cf. os exemplos apresentados: *Aurum* (v. 109, p. 214) e *Rusticatio mexicana* (livro VIII, v. 39). Basílio da Gama não utiliza este termo associado à mineração, prefere, por exemplo: *sumo labore / sumum [...] Laborem / summus labor* (vv. 3, 402, 1332, respectivamente); *difficili Labori / difficilis labor* (vv. 561, 1153); *tanti [...] labores / tantisque laboribus* (vv. 133 e 1111); *intensumque laborem* (v. 448); *assiduum Laborem* (v. 939) e *laborem Impensum* (vv. 1148-9).
59. Num dos passos que apresentámos do *Aurum* (cf. III, capítulo 1.1., entrada “Extracção / Lavagem”) estão em evidência qualidades físicas dos mineiros como a robustez e a força – cf. *latos humeros robustaque membra* (v. 187, p. 216). Estes trabalhadores aparecem também nomeados no poema de forma algo depreciativa por *Rustica [...] pubes* (v. 146, p. 215) e *turba impatiens* (v. 174, p. 216); cf. extractos. Nos passos da *Rusticatio* em análise surgem como *operarius* (livro VII, v. 74), *effossor* (livro VII, v. 293); *viris* (livro VII, v. 137); *artifices* (livro VII, v. 207); *moles* (livro VIII, v. 248); *plebes* (livro VII, v. 279 e livro VIII, v. 250); *gens* (livro VII, v. 97); *juventus* (livro VII, vv. 115, 286); *vulgi* (livro VII, v. 303 e livro VIII, v. 268); *pueri / puero / pueros* (livro VII, vv. 121, 279 e v. 288; livro VIII, v. 241); *pubes* (livro VII, vv. 93, 216 e livro VIII, v. 254); *turba / turbam* (livro VII, vv. 112, 290, 316 e v. 313, respectivamente) e, mais frequentemente, por *fossor / fossores* (livro VII, vv. 121, 141, 277, 288 e vv. 85, 93 e 271, respectivamente).
60. Landívar sem estar indiferente ao esforço dos trabalhadores – cf. *sudans operarius* (livro VII, v. 74) e *continuo vulgi sudore* (livro VIII, v. 268) – chama-lhes: *ingentem turbam* (livro VII, v. 313); *gens dura* (livro VII, v. 97); *improba plebes* (livro VII, 279); *imbellis juventus* (livro VII, v. 286; neste caso

refere-se aos moços que rebuscavam os metais); *moles* [...] *horrida* (livro VIII, v. 248) e *faex infima vulgi* (livro VII, v. 303).

61. Conforme já vimos, as referências aos mineiros são muito breves e indistintas no *Aurum*. Le Febvre não utiliza o termo *aethiops* / *aethiopes*, mas também não faz alusão à existência de qualquer tipo de remuneração pelo trabalho dispendido.
62. Ver também o extracto, anteriormente reproduzido, do livro oitavo (vv. 29-45).
63. Ver o exemplo apresentado do livro sétimo (vv. 69-90) onde se refere explicitamente que “o corpo e os rostos dos cavadores em breve enegrecem.” Landívar não faz uso do termo *aethiops* / *aethiopes* nos dois livros sobre a mineração. No entanto no livro nono, sobre o açúcar, introduz uma nota de rodapé (n.º 2) onde afirma: *In Angola, Guinea, et Congo Aethiopes innumeros emunt Angli, quos deinde in America vendunt magno pretio. Iis et cannarum cultus, et sacchari opificium saepissime injungitur.* – “Em Angola, na Guiné e no Congo os Ingleses compram grande quantidade de negros os quais vendem por alto preço na América. Habitualmente são-lhes impostos, quer o cultivo dos canais, quer o cultivo da cana de açúcar.” No entanto, estes escravos negros são referidos no corpo do poema sobre o açúcar não com a designação *aethiops* / *aethiopes* mas, por exemplo, pelos habituais vocábulos genéricos *turba*, *pubes* e pelas expressões mais explícitas *Afra manus* (v. 73) e *Africa pubes* (v. 108; cf. também *Torrída pubes*, v. 80).
64. Cf. James Lockhart, “Social organization and social change in colonial Spanish America”, in *CHLA* pp. 265-319. No conjunto da obra landiveriana, segundo Gavidia (1950, pp. 63-70), é o índio quem recebe mais elogios do poeta e a quem este alude, por vezes, sob a designação de homem do campo em geral, *rusticus* e ainda *colonus*, ou também em funções de pastor. Quanto ao negro, podemos dizer que as condições extremas do seu trabalho e o sofrimento que este implica são destacados em pormenor no livro sobre o açúcar (livro IX). Estes negros que trabalhavam nos engenhos do açúcar, conforme já vimos, eram escravos comprados pelos ingleses em Angola, na Guiné e no Congo e depois revendidos, a alto preço, na América. O jesuíta Alonso de Sandoval (1576-1651) escreveu aquela que é considerada a mais veemente condenação do comércio escravo: *Naturaleza, policia sagrada y profana, costumbres y ritos, disciplina y cathecismo evangelico de todos etiopes* (Sevilha, 1627; 2.ª ed. revista, 1647), posteriormente reeditada com o título *De instauranda aethiopia salute*. Cf. Frederick P. Bowser, “Africans in colonial society”, in *CHLA*, p. 360.
65. Cf. Bakewell (1989), pp.123-4 e 128. Sobre a “encomienda”, ver Lockhart e Schwartz (1999), p. 68 e sqq.
66. Era opinião comum o facto de os negros não suportarem tarefas pesadas nem sobreviverem muito tempo quando sujeitos às condições adversas do trabalho a grandes altitudes, como o ar rarefeito e as diferenças drásticas de temperatura (a temperatura no interior das minas atingia valores bastantes superiores à do exterior gelado). Nas minas do Potosí não faziam trabalho subterrâneo; em alturas mais baixas dos distritos mexicanos (6000 – 8000 pés), alguns negros trabalhavam no interior das minas, mas as tarefas à superfície eram bastante mais comuns. Cf. Bakewell (1989), p. 129; cf. também Bowser (1989), p. 365.
67. Os índios perciam, especialmente aqueles acostumados a trabalhar em altitude mas também os que eram das terras baixas e que não estavam acostumados a altos níveis de trabalho.

68. Frederick Bowser refere um número substancialmente maior de negros associados à mineração aurífera também na segunda metade do século XVIII. Diz-nos o autor: “According to the census of 1778, 60 per cent of New Granada’s slave population of around 70,000 were involved in the extraction of gold”. Cf. Bowser (1989), p. 366. A única grande região de mineração do ouro a baixa altitude onde os negros não prevaleciam era o Chile. Aqui, no século XVIII, a força de trabalho era sobretudo o mestiço. Existia, com efeito, um conjunto alargado de população desejosa de trabalhar na mineração por falta de outras oportunidades de trabalho. Cf. Bakewell (1989), pp. 129-30.

Conclusão

A leitura e análise dos poemas latinos jesuítas *Aurum* e *Rusticatio mexicana* (livros VII e VIII) sobre a mineração e o seu confronto com o *Brasilienses aurifodinae* permitem-nos reunir um conjunto de considerações.

Enquanto o poeta do *Aurum* redige um texto destacadamente poético onde a ficção e a mitologia ocupam lugar relevante, Landívar preocupa-se, sobretudo, em deixar-nos um testemunho marcadamente técnico.⁶⁹ Descreve, com efeito, avanços tecnológicos aplicados à mineração, como por exemplo algumas máquinas hidráulicas que também em pormenor são descritas por Basílio da Gama. De facto, o *Aurum* foi publicado no início de Setecentos, enquanto o *Brasilienses aurifodinae* e a *Rusticatio mexicana* são posteriores, respectivamente dos anos sessenta e oitenta e do século XVIII. Landívar, ao deixar o seu testemunho sobre as técnicas de mineração em uso na Nova Espanha, aproxima-se de José Basílio da Gama que o faz relativamente ao Brasil. Ambos tiveram a possibilidade de contar com testemunhos que lhes são anteriores⁷⁰ e puderam presenciar os avanços tecnológicos que a ciência da mineração já alcançara e experimentara na segunda metade do século XVIII no Novo Mundo. Por outro lado ambos foram formados, com efeito, num período de transição em que a filosofia escolástica estava a ser desafiada pela filosofia moderna e pelo experimentalismo e, enquanto homens do seu tempo, eram-lhe familiares obras de autores como Descartes e Newton, entre outros. De acordo com o espírito da época em que viveram demonstram nos seus poemas respeito pela ciência e suas aplicações práticas, bem como pela experiência do senso comum, em oposição à ignorância popular. Defendem, pois, bem ao gosto iluminista, a eficácia e adequação dos processos empregues por forma a garantir maior riqueza sem gastos despropositados e, conseqüentemente, uma maior prosperidade. Para ambos, poetas

afastados dos seus países, o motivo genérico da mineração do ouro⁷¹ potencia o interesse dos leitores nas suas terras e torna-as únicas; a imagem de excelência e riqueza que estes metais trazem associados cola-se à pátria nativa.

Por outro lado, a visão sobre o mineiro é praticamente semelhante, independentemente da sua situação social nos textos em análise: no *Aurum*, na *Rusticatio mexicana* e no *Brasilienses aurifodinae*. Se os autores não estão alheios ao sofrimento que o trabalho nas minas implica e se necessariamente compreendem que a exploração das minas e a riqueza que daí advém decorrem do trabalho dos mineiros, não deixam, no entanto, de os avaliar pejorativamente, traçando-lhes um retrato essencialmente negativo.

Podemos dizer que vigora, em geral, uma concepção pouco abonatória do mineiro que é conforme à opinião que tradicionalmente estava associada ao trabalho nas minas, actividade não reconhecida socialmente e feita pela ralé. Esta visão negativa, comum na época, talvez seja, no entanto, mais marcada no *Aurum* e na *Rusticatio* – mesmo que neste último caso a mineração esteja a cargo de homens livres – pela caracterização, em alguns momentos, do trabalho mineiro como vergonhoso. Basílio da Gama, por seu turno, vai mais além que Le Febvre e Landívar na sua descrição pormenorizada do universo dos mineiros. Refere desde os cuidados iniciais a ter com a compra dos escravos até questões como as doenças frequentes e medidas preventivas a aplicar, a fertilidade, o vestuário, a alimentação, a habitação, o carácter e instrução dos negros, os contratos que estabeleciam com o seu proprietário, a sua tendência para fugirem, os castigos infligidos pelo feitor e a liberdade que podiam alcançar. Esta descrição de pormenor não escamoteia, no entanto, uma concepção utilitária de base, pois o escravo negro é entendido, na generalidade, enquanto mercadoria que deve ser estimada e cuidada de forma suficiente e adequada por forma a garantir os lucros do seu senhor.

O testemunho da *Rusticatio mexicana* é, portanto, em nosso entender, mais conforme com o *Brasilienses aurifodinae*. É visível, no entanto, quer uma maior exaustividade no tratamento da mineração aurífera por parte de Basílio da Gama, quer uma atenção mais pronunciada sobre os mineiros e sua contribuição em todo o processo. Landívar, conforme já referimos, trata a mineração da prata e do ouro em conjunto em dois livros dos quinze que a sua obra compreende e nestes a prata, a grande riqueza da América espanhola, recebe tratamento mais detalhado. O poeta reconhece, com efeito, logo no terceiro parágrafo do prefácio que precede a *Rusticatio*, que a sua contribuição para a questão da mineração deveria ter sido mais alargada, mas salvaguarda a sua posição afirmando que apenas lhe interessou escrever sobre o essencial; o inverso exigiria um volume de grandes dimensões:

Ad fodinas quod attinet, plura in hoc carmine
desiderari fateor. Neque enim mihi proposui exactis-
simam ejus laboris notitiam exhibere; quippe qui
magnae molis volumen exigeret; sed praecipua dum-
taxat, scituque digniora.

No tocante às minas, confesso que é desejável muito mais neste poema. E no entanto, com efeito, não é meu propósito dar notícias em pormenor de uma tal actividade, posto que exigiria um volume de grande tamanho, mas ao menos as principais e mais dignas de saber-se.

(*Rusticatio mexicana*, “Monitum”, p. v.)

Basílio da Gama foi, pelo contrário, bastante pormenorizado. Afirma conhecer os processos empregues no passado, aqueles que, recentemente, são seguidos em outras zonas da América e mesmo outros que a prática revelou serem pouco adequados. Mas interessa-lhe apenas a terra brasileira.

Doctis extractum artibus in lucem editur aurum,
Cui tellus dederat sub Brasiliensibus oris
Et natale solum, et primas sua viscera cunas.
Novi alias olim a primis Authoribus artes
Describi, quibus Italia, atque Hispania quondam
Usa fuit, dives quando aurifodina Latentes
Pandit opes, acuit mentem insatiata cupido,
Et varios scrutata modos deduxit in usus.

Novi quae Peruanis, et Chilensibus oris
Sint methodi fodiendi, purgandique balucis
Inventae, novique alias, quas invenit ipsa
Mens, spernitque labor. Sedenim praescribere neutras
Est mihi; Brasilici nam extractio sola metalli
Praepositum mihi onus fuit, et vulgaris in usu
Praxis: Brasilicos satis est excurrere tractus.

Sei que foram descritos, no passado, pelos principais autores, diferentes técnicas de extracção que foram utilizadas outrora na Itália e também na Hispânia. Quando a rica mina de ouro revelou as riquezas escondidas, a ambição desmedida excitou o espírito e ao explorar criou diversos processos para tirar o seu proveito. Conheço os métodos de mineração e de lavagem da areia de ouro que foram utilizados nas terras peruanas e chilenas e conheço outros que a própria mente concebeu e que o trabalho recusou. Mas não tenho de escrever sobre uns e outros, pois o meu objectivo foi apenas a extracção do minério do Brasil e a prática comum em uso: já é o suficiente discorrer sobre os processos que são seguidos no Brasil.

(*Brasilienses aurifodinae*, vv. 1521-35, pp. 386-8)

Pragmático, sem falsas modéstias, pretende a técnica certa para o homem certo, sempre preocupado com a gestão eficiente dos recursos disponíveis por forma a garantir um maior lucro, com um menor custo e esforço.

Si tibi praescriptae artes, expositique labores
Displiceant, exquire alios, si mente volutans
Invenias, reputa impensas, operosaque lucra
Confer, si curam adhibitam maiora rependant,
Exequere, en facili poteris ditescere ab arte.
Arti sit leve onus, sed sit grave pondus in auro.

Se as técnicas indicadas e os processos referidos te desagradam procura achar outros. Se dando voltas ao espírito descobrires algum, pondera os gastos e reúne os lucros trabalhosos. Se estes, que são maiores, compensam o trabalho dispendido, eis como terás possibilidade de enriquecer devido a uma técnica favorável. Que o trabalho se faça com uma técnica leve, mas que a quantidade de ouro seja pesada.

(*Brasilienses aurifodinae*, vv. 1536-41, p. 388)

O poeta descreve-nos, com efeito, os instrumentos apropriados e as técnicas adequadas, algumas de vanguarda, empregues na mineração do metal precioso. Com o seu poema deixa-nos, podemos dizê-lo, um retrato exaustivo da mineração do ouro tal como era praticada no Brasil, em particular nas Minas Gerais, no século XVIII.

-
69. Não pretendemos no nosso trabalho fazer a análise pormenorizada do poema *L'oro*. É nossa opinião, no entanto, que Cassola – bastante mais preocupado com o pormenor no tratamento da mineração do ouro do que Le Febvre – está ainda arreigado numa profunda tradição poética o que torna o seu discurso menos centrado nas questões técnicas do que o dos seus contemporâneos americanos: Basílio da Gama e Landívar.
70. Ainda que Landívar não indique qualquer obra ou autor nos livros sobre o ouro e a prata é possível depreender, pelo conjunto alargado de referências a autores coevos existentes na sua obra, que certamente também se teria informado sobre a questão da mineração.
71. E no caso de Landívar também da prata.